

SOCIEDADES RURAIS AFRICANAS DINÂMICAS DA “TRADIÇÃO”



Africana Studia

REVISTA INTERNACIONAL DE ESTUDOS AFRICANOS
INTERNATIONAL JOURNAL OF AFRICAN STUDIES

Centro de Estudos Africanos
Universidade do Porto

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos / International Journal of African Studies

Entidade Proprietária:

Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto
FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Director: Maciel Santos (maciel999@yahoo.com)

Sede da Redacção: FLUP – Via Panorâmica s/n – 4150-564 Porto

Nº de registo: 124732

Depósito legal: 138153/99

ISSN: 0874-2375

Tiragem: 500 exemplares

Periodicidade: Semestral

Nº de contribuinte da entidade proprietária: 504045466

Tipografia: Papelmunde

Edição: Miguel Silva - Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Revisão de textos: Amélia Queirós, Rosário Martins e Rosário Melo.

Revisão gráfica: Henriqueta Antunes.

Conselho Científico / Advisory Board: Alexander Keese (U. Berna/CEAUP), Ana Maria Brito (FLUP), Augusto Nascimento (IICT), Carlos Couto (CEAUP), Collete Dubois (U. Aix-en-Provence), Elikia M'Bokolo (EHSSS – Paris), Eduardo Costa Dias (CEA-ISCTE), Eduardo Medeiros (U. Évora), Isabel Leiria (FLUL), Isabel Galhano Rodrigues (FLUP), Joana Pereira Leite (CESA-ISEG), João Garcia (FLUP), João Pedro Marques (IICT), José Carlos Venâncio (U. Beira Interior), Malyn Newitt (King's College), Manuel Rodrigues de Areia (U. Coimbra), Michel Cahen (IEP – U. Bordéus IV), Paul Nugent (CEA-Edimburgo), Patrick Chabal (King's College), Maria Rosa Sil Monteiro (U. Minho), Philip Havik (IICT), Suzanne Daveau (U. Lisboa), Wilson Abreu (U. Porto)

Conselho de Redacção / Editorial Board: Alexander Keese, Elvira Mea, José Capela, Maciel Morais Santos, Nuno Costa.

Secretariado: Raquel Cunha

Advertência: Proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação (na versão em papel ou electrónica) sem autorização prévia por escrito do CEAUP.

Africana Studia é uma revista publicada com arbitragem científica.

Africana Studia é uma revista da rede África-Europe Group for Interdisciplinary Studies (AEGIS).

Capa: Serviçais na rega da horta, 1910 Porto Amélia, Moçambique
Coleção Ângela Camila e António Faria

AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

Nº 13 - 2º semestre - 2009

Índice

Editorial 5

Sociedades rurais africanas A dinâmica da “Tradição”

Sociedades rurais nas ilhas - Canárias e Cabo Verde

Farming structures, water and institutions in the Canary Islands.	11
Miguel Suárez Bosa; Alejandro González Morales	
The explanatory theories of the Agrarian Structures of Canary Islands	27
Alejandro González Morales; Miguel Suárez Bosa	
A Terra, a Água e o Poder na comunidade do Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo, Stº Antão	39
José Silva Évora	
Inovação, tecnologia e gestão de recursos mínimos na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde.	53
Carlos Ferreira Couto	

Sociedades rurais no continente - Camarões e Angola

Saturation foncière et mutations sociales dans les plaines de l'Extrême-Nord Cameroun	81
Félix Watang Ziéba; Jean Gormo	
Women, Conflict and Peace in the Grassfields of Cameroon	91
Mark Bolak Funteh; Jean Gormo	
Imagens e locais sagrados em Luanda.	115
Paulo de Carvalho	

Entrevista

Fernando Pacheco	127
<i>Entrevista conduzida por António Jacinto Rodrigues</i>	

Notas de Leitura

Miracles sans gloire, miroirs avec mémoire.	137
René Pélissier	
Les couleurs du racisme colonisateur	149
Michel Cahen	
Resposta a Michel Cahen	165
Patrícia Matos	
Aquino de Bragança, “um intelectual orgânico da independência”.	169
Augusto Nascimento	
The Anglophone Problem in Cameroon	175
Ngade Ivo; Elong Eric Ebolo	
Entertaining Repression: Music and Politics in Post-Colonial Cameroon	179
Ngade Ivo; Elong Eric Ebolo	
Resumos	183
Legenda das ilustrações	193

O debate sobre a evolução do “campo” no mundo moderno começou há mais de três séculos. Da fisiocracia aos recentes pareceres do Banco Mundial, reabilitando a pastorícia em África, o espectro dos juízos de valor sobre o papel das sociedades tradicionais - agentes ou travões da acumulação de capital - percorreu todas as tonalidades.

Mas terão sido alguma vez as sociedades rurais verdadeiras sociedades tradicionais, tal como tantos historiadores e etnólogos frequentemente modelizaram? E existirão verdadeiramente sociedades rurais no mundo moderno, a ponto de justificar um outro tipo de modelos, os da “dualidade”?

A trajectória destas evoluções parece ainda mais confusa em regiões tocadas perversamente pela “modernidade”, como é o caso dos antigos territórios coloniais e periféricos. Em África e, em menor escala, na Ásia tropical os poderes coloniais introduziram frequentemente tecnologias, normas de propriedade e de organização fundiária que alteraram, sem o destruir totalmente, o anterior tecido rural. Ao contrário do que aconteceu maioritariamente na Europa e nas Américas, a integração no mercado mundial não fez tábua rasa das antigas classes agrárias. As noções de “reforma agrária” ou “revolução verde”, tão popularizadas nas descrições de históricas doutros continentes, ganham aqui evidentemente um outro conteúdo.

Os materiais aqui publicados foram inicialmente discutidos sob a forma de comunicações apresentadas num colóquio do CEAUP em Santo Antão, no qual estiveram presentes sobretudo especialistas da Macaronésia, dos Camarões e de Angola. Compreende-se que os resultados apresentados aqui visem sobretudo a perspectiva comparada e numa forma limitada: apenas dois casos insulares (Canárias e Cabo Verde) e dois casos continentais (Camarões e acessoriamente Angola).

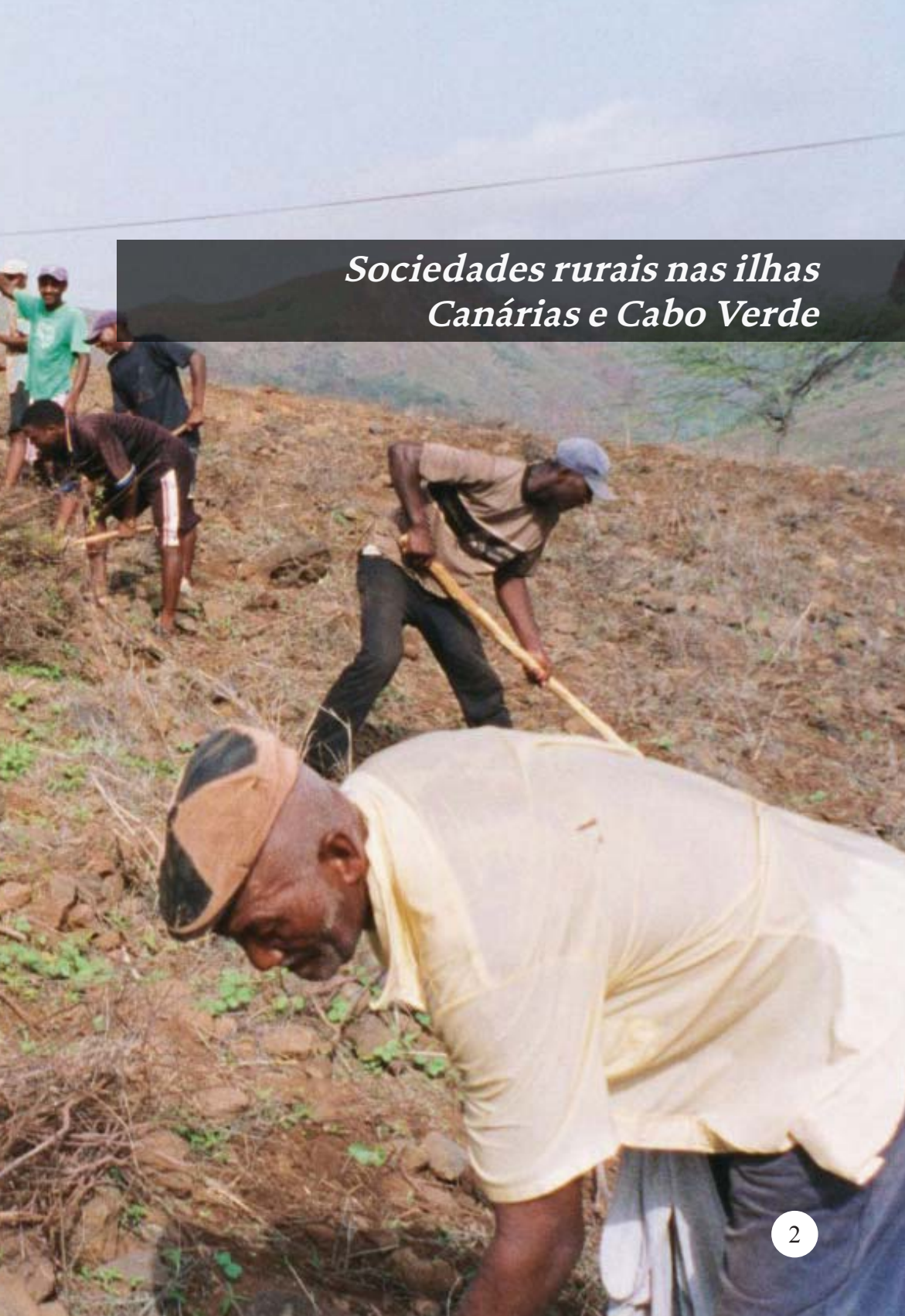
Se a diversidade geográfica foi reduzida, em contrapartida as contribuições vieram de diferentes ciências sociais: geografia, história, ecologia e sociologia. Como complemento, publicamos uma entrevista com o coordenador da primeira ONG ambientalista angolana, a ADRA.

Esperamos que deste conjunto se possa perspectivar o que a “bolha” bolsista das matérias-primas do verão de 2008 teve pelo menos o mérito de tornar claro: que o futuro próximo da Terra passa, cada vez mais, pela terra.

Sociedades rurais africanas
A dinâmica da “Tradição”







*Sociedades rurais nas ilhas
Canárias e Cabo Verde*



Farming structures, water and institutions in the Canary Islands

Miguel Suárez Bosa ; Alejandro González Morales*

p 11-25

I. Introduction

To a great extent, water has played a crucial role in the agricultural history of the Atlantic Macronesia (especially in the Canary and Cape Verde islands). In recent times it has become a limiting factor in their development, incurring social and economic costs. Water is a scarce natural resource in these Atlantic island territories. For this reason perhaps, throughout their history, institutions and specific cultural groupings have developed for water use and management. Each of these island chains have come up with their own institutional framework, with guidelines and cultural heritage that regulate the exploitation of this resource. This has led to legal rules which date back to the colonial era, especially in the Canary Islands—which have specific water laws- dating back to the final third of the 19th century. Furthermore, water ownership has caused social tension among the different social agents who control its use and management.

The historical importance of water is that, given the conditioned social structure of the Canary Islands, it has become a stimulus to its economy and forms of ownership. A wide range of disciplines, including archaeology, social anthropology, history, geography and agricultural, have studied diverse aspects of water use including its user associations, water-related conflicts, the role of public authorities, legal and political forms of control, organizational management, distribution, and water privatization, which may help explain a society's historical reality over time.

In this paper we consider the structure of water ownership in the Canary Islands and the relationship to the land. We also analyze the institutions that historically have been created and have directed water use activities. Finally, we describe the conflicts generated by possession and use. Given the limited information available, we attempt to provide a framework for comparative analysis with other Macaronesian territories.

Our hypothesis is that private water management prevailed in the Canary Islands, conducted through institutions (through so-called *heredamientos* or hereditary water rights agreements) adapted to the cultures of those who settled in the islands after the

* Universidad de Las Palmas de Gran Canaria

conquest. Such institutions tended to foster private management. Although similar to other Atlantic island chains such as Madeira and Cape Verde, the different islands varied according to their geo-morphological structure and composition. Thus water resources were different in each, leading to a plural situation based on their island condition.

Our area of study is limited to the Atlantic islands. This area provides a structured field of relationships in which the people throughout the region established several secure, stable contacts that would lead to interdependent networks. This structure is modelled on those of the fifteenth and sixteenth centuries, as before that time the ocean was considered an isolated, closed space by people who lacked any notion of each other. The Atlantic is a unique, interrelated community, but this a recent historical phenomenon. Since the centuries cited above, people from across this region began to forge vital, enduring links, although the economic, social, political and technical relationships would be subjected to the dynamics of historical change. The evolutionary and institutional theory allows us to account for this process in the social formation of the Canary Islands, a process which gradually set the boundaries between private use and public control. The economy, however defined, is an institutionalized activity (Polanyi). The definition of property rights is crucial (D. North). This means that, typically, economic activities, understood as activities embedded in a social and cultural context, take place in a legal or institutional framework, i.e., under an evolving institutional framework which we may refer to as rules, laws, agreements or collective norms which establish acceptable standards of individual and group behaviour.

Moreover, the economic and social problems may be regarded as examples of disruption, conflict, weakness or obsolescence in the way economic institutions perform. In other words, certain institutions may become obsolete, which would require a change or institutional setting. But there may also be serious conflicts between the institutions' instrumental and ceremonial functions, so that ceremonial override the instrumental functions, without the latter disappearing entirely. Thus, conflict was prevalent in this area of activity as discussed in Section IV.

Our text analyzes the management model and features of this institution, which determines how the Atlantic Macaronesia islands manage water (II). We then consider the structure of water ownership and its link to agricultural structures, particularly the relationship to the land (III), and the institutions that historically have been set up, especially in the Canary Islands such as tenements and / or communities (IV), the resulting conflict is discussed in Section V, followed by brief conclusions (VI).

II. A Mediterranean/Macaronesian model for water management

2.1. Water is generally a scarce resource though this is not always the case

The Macaronesian islands of the Atlantic archipelagos (Azores, Madeira, the Canary and Cape Verde islands) are remarkably similar in geography, terrain and climate. However, the Canaries are closer to the African Continent, though less exposed to winds further inland as the Cape Verde islands. The Canary Islands are scattered over 450 miles, while

exposed to subtropical the depressions, most of the rainfall rate affecting the islands are polar processes, the rainfall is scarce and different depending on the islands.

The ravines which trace the islands' different river basins from the sources allowed residents to make use of surface water from fountains, springs, winter rains, simply harnessed by canals, mines (galleries), artificial deposits, stored in tanks, caves, even the so-called invisible rain from trees.¹ All these strategies enabled farming to expand and thus help establish population in the European feudal system of allotments of land and water, as developed in mainland Spain between the twelfth and fifteenth centuries.

We should also bear in mind that the geographical and geological structure of the islands affected water availability as its volcanic origin strongly influences the availability of aquifers. To address water management is necessary to differentiate the islands that have continuous water courses (the Western Isles and Gran Canaria) from those such as Lanzarote and Fuerteventura which do not (Gonzalez Morales, 2007), and also the island of El Hierro, which despite having relatively abundant rainfall, its volcanic constitution makes it difficult to utilize this source. There are also marked contrasts on some islands between wetlands (in the Canaries, those exposed to the trade or lee winds) and dry or upwind areas. This is a crucial issue in terms of water use and the type of farming carried out. This geographical and climatological division basically coincides with the historical and administrative one as, from the time of the Spanish conquest, the Canary Islands were divided into "Crown islands" (Gran Canaria, Tenerife, La Palma) under the direct management of the Crown, and "islands of dominion" (Lanzarote, El Hierro, La Gomera and La Palma) given in concession by the Crown to the lords who administered them as feudal models.

2.2 Institutions and management model

The history of the islands' progressive occupation, basically explains land and water distribution. The origins and development of institutions that manage this precious resource have a common heritage in the islands: the process of conquest by the Iberian kingdoms, although we must differentiate between islands which were Crown-controlled and those islands controlled by lords in the case of the Canaries. Where resource was abundant, the management is carried out primarily through the estates or water inheritances, bodies set up by farming communities with the owner rights to irrigation, which aimed to manage water distribution and thus avoid improper use.

The origin of the Canary *Heredamientos* corresponds to the medieval systems of mainland Spain (Glick, 1988). There are certain parallels with peninsular practices, as in the case of Alicante regarding the *dula*² or *secuest*³ practice. However there seems

¹ Although little is known of aboriginal water infrastructure in the Canaries, ethnohistorical and archaeological evidence attests to a certain degree of technology, in the case of ditches, basins, cave-tanks or tanks (Suarez Moreno (2003); historically water was obtained by condensation in forests and the Canary native people on the island of El Hierro obtained water from the invisible Garoé tree rain, a tree whose sacred history has brought about the horizontal rain; meanwhile, in the Cape Verdean island of Brava, they now get water using alternative means such as the so-called "*draps tendus*." For information on Brava, see M. Lesourd, 1995: 90; El Hierro, see García Sánchez, 2007).

² The term *dula*, comes from the Arabic word "daula", which means irrigation rotation or turning and refers to a measurement of water. Thus, the so-called *gruesa* or total water mass is divided into proportions which are assigned a certain value which is expressed in units of time. In the *Heredamientos de Gran Canaria*, the *dula* is set by the number of days, normally 14, 15, 30 and 31 days, according to crop demands. Thus every water users know the days and number of hours they have of irrigation water.

³ This practice is carried out in many *Heredamientos* where a given quantity of water is divided for auction among the heirs or *aduladores*, and the money raised to cover overheads of canal maintenance and payment of employees engaged in the division of waters. The mechanism was by auction to the highest bidder among the heirs themselves, setting the starting price, by *cuartas* or

to be no link to the Valencian irrigation system in the Canaries from the late fifteenth or sixteenth century. From this point it is the largely run along an Andalusian system or at least in the techniques and practices applied in the Canaries was introduced by the Portuguese, the same people who brought sugar cane from Madeira (González Rodríguez, 1991).

The distribution of water by irrigation canals, by rigorous shifts and so-called *dulas* over time brought about an accurate system of flow measurements based on time (day, hour and minute), although in different units of measure, depending on islands and counties. To control this, the institutional figure of the *water mayors* developed, very similar to the *water judges* in Madeira guarding water and first expressed lawsuits that arose in the so-called *levada* (irrigation canals).

From the primitive system of measuring water flows, based on *fanegada* (unit of measure), hoe, quarter section, furrow ... the so-called *azada* (or hoeful based on 9-10 litres per second) endured in Gran Canaria as a distribution measurement and those whose first water models, looked for solutions in curious structures such as the *water corners* and *weighers*, another example of the loosely arranged generation technology, in this case simple but clever applications based on the principles of hydrodynamics (González Rodríguez, 1991: pp. 467-497).

Indeed, in the first divisions of Gran Canaria, the water that sprang from the peaks was linked to the lowlands, from which emerged a special regime of property managed by a unique organization: the *heredamientos* controlled by the new owners of the means of production. The flow, which once supplied the population needs, was channelled into the sugar cane plantations for their sugar refineries, nearby settlements and water mills, as well as to the crops of grain, vegetables and fruit trees.

From the late fifteenth and mid-sixteenth century, the new economy of those islands growing sugar cane needed professionals (masons, carpenters and “water-drawing technicians”) to carry out the first waterworks. For the most part, they were brought from Madeira. They constructed ditches, canals, tanks, ponds, domestic wells, mines and tunnels for water transfer. They also carried out several refineries, both to raise the water (water-wheels and compressor scrolls), and to harness its energy with waterfalls, windmills and water mills.

The first hydraulic technology elements, water ownership and management, were adapted to the environment and provided informal generation of technology that, once established, remained practically unchanged until the final quarter of the nineteenth century. However, as the years passed, water systems and measurement techniques were improved.

The first local law regulated *Heredamientos* and adapted to flow privatization, since, over time, almost all water and rainwater sources assigned to the distributed land was disengaged. Thus, property was handed down from generation to generation (via inheritance, sales, etc.). As it was detached from the land, water began to cause many conflicts across the Island.

water stream. This practice has been found mainly in the Spanish areas of Alicante, Elche, Crevillente, Monforte, Granada, Lorca and Gran Canaria.

Table I. Property structure in some tenancies of Tenerife and Gran Canaria

Tenancy Agreement	Island	Distribution date	Participants	Property concentration	
				% of the <i>Dula</i> % participants	
La Orotava	Tenerife	1543	26	79.84	15.39
Arucas-Firgas	G. Canaria	1647	31	44.66	3.23
Arucas-Firgas	G. Canaria	1710	70	57.03	2.86
Las Mina	G. Canaria	1749	18	34.16	11.11
Barranco Seco	G. Canaria	1749	35	39.36	11.43
La Orotava	Tenerife	1869	46	46.19	13.04
La Mina	G. Canaria	1880	33	43.06	12.12
Barranco Seco	G. Canaria	1880	38	34.45	10.53

Source: Nuez Yáñez and Carnero Lorenzo (2002: 384) published in Macías Hernández (2000: 189, 195, 216-217).

In the Canary Islands, water ownership was linked to land from the time of the European occupation, so that farm structure and water ownership are closely linked. This has led to ownership concentration of both resources in so-called water tenancies, in a process originating in the Conquest in the sixteenth century the process was similar to other islands such as Cape Verde, where the origin of the large owner is in the regimes of *morgado* and the *capela*??, from the sixteenth to the nineteenth century. However, in both social formations smallholders also had access to land and water. In the nineteenth century, many properties change hands, being the origin of property now in effect Canary basically the process of the Confiscation. In Cape Verde, the effect of drought or labour shortage after the abolition of slavery along with emigration, forced large landowners to go into debt or sell off their properties.

In the Canaries, the granting of plots of land and water on the Crown islands involved remuneration from the Crown to those who participated and financed the Conquest, as well as settlers, lured by promises of new land and tax incentives, who chose to settle under certain conditions, thus allowing the consolidation of the new space around the cultivation of sugar cane.⁴

On the islands of Gran Canaria, La Palma and Tenerife, plot distribution was granted by the Catholic Kings, who bestowed these privileges on their governors. On the lordship islands, the lords allotted available resources to the colonists who settled there. So both powers granted water rights to their subjects, under late medieval Castilian law and in accordance with the socioeconomic status of the conqueror and settler, assigning a specific volume of irrigation water to a given area of land, as expressed in various allocation details.

From the outset this involved secondment from water to land and the granting the recipient the right to water flow use in perpetuity. This process of distributing water to a minor-

4 Among the imposed conditions we would highlight the obligation to buy out neighbouring property. This had to be held for at least five years on the island in which the land was granted, and the goods received and crops grown could not be not relinquished on the distributed land during the stipulated period.

ity groups favoured by the conquerors made major funders of the Conquest and receiving lowland coastal areas of the islands of Gran Canaria, Tenerife, La Palma and La Gomera. The areas which enjoyed higher temperatures and flat terrain for high flow irrigation were used for growing sugar cane plant which is particularly well suited to these climate conditions. The economic viability of this industry after processing allowed the Canary Islands to join the emerging commercial capitalism. Operating this industry required significant quantities of water not just for watering the plantation crops and sugar refining, but to produce the hydraulic power required to move the cane crushing machinery and facilitate consumption. Thus, the bringing of water flowing through streams or springs began, around the major watersheds and ravines, to irrigate the cane fields. As in other Macaronesian archipelagos, cane cultivation was instrumental in water distribution allotment.

As mentioned above, in the nineteenth century the privatization and concentration of water ownership was increased by the process of so-called Disentailment. With the Royal decrees of 6 August 1811 and on 19 July 1813, accelerating the conversion for private water ownership and the separation of land ownership, so that by 1859 of the total of 1446 springs and water sources in that year to the islands of Gran Canaria, Tenerife, La Palma and La Gomera, 67.2% was privately owned, with the privatization process stronger in Gran Canaria, where the ratio of irrigation neighbours / number of private sources was 8.5, with values of 15.8 in Tenerife and 73.9 in La Gomera.⁵

Data on this process of land and water union are fragmentary, but by studying the distribution of inheritances and property in some communities we can clarify the situation. In the town of Gáldar (Gran Canaria) in 1860 from a total of 744 counted in the mill owners for that year, those without water account for 32.5 percent, but also 81.4 percent of the owners only have a flow from *dulas* (every thirty days) to water on average 1/2 acres of land, i.e. less than 3,000 square meters (Martin Ruiz, 1982). Although it is an aspect not sufficiently studied, some indicate that large landowners, such as the Count de la Vega Grande in Gran Canaria, possessed large estates as well as most of the water flow of the estates⁶.

To summarize this section, it should be noted that despite the great interest in this topic, as several authors have noted (Perez Marrero, 1991; Macías Hernández, 2000), there are obstacles in our way, first by the dispersion of information and, secondly, by the large reserves generally imposed by the administrators of such institutions.

IV. Origin and development of the institutions for water management in the Canary Islands.

4.1. From the water tenancy agreements to the water communities

After the Conquest of the islands, the system of distribution, the *heredamientos* or tenancy agreements, the Irrigator Communities or Water Communities were organized by flow distribution of springs, wells or galleries. They may take different successive forms over time, administering the exploitation of aquifers, where the public domain and is

⁵ These data are taken from Macías Hernández and Ojeda Cabrera (1989: 23), who cite P. Olive (1885): *Diccionario estadístico-administrativo de las Islas Canarias*, Barcelona.

⁶ In this case, the south of Gran Canaria, see Martín Santiago and Bello Jiménez (2006).

intertwined conflicts with small-scale, private interests (González Rodríguez, 1991: 467). These institutions are those used to govern and manage the use of irrigation water.

Documents from the early sixteenth century cite the appearance of the first irrigation communities or tenancies as land is distributed for irrigation from the coast inland. They include those located in Gran Canaria, where the inheritance of Aguas de la Vega Mayor de Telde (c.1480) and Valle de los Nueve (Valley of the Nine) (1501), the estates of Vegueta, Triana and Fuente de Morales (1501) estates of Arucas and Firgas (1505), the Heritage of Tenoya (1506), or Palmital de Guía (c.1491), in Tenerife, the Guimar property (1500) and the one inherited from the Orotava Valley (1501); or on the island of La Palma, the estates of Argual and Tzacorte (1502).

The history of the estates founded after the Conquest is highlighted by two main factors: first, the adequacy of water management models to the laws that were applied to the whole Spanish State, and, secondly, the gradual effort mostly those who benefitted from the use of bulk flow (total mass of water) to achieve private ownership of water.

These institutions originally took different forms in the Canaries, depending on the collective or individual nature of the beneficiary of water distributed (De la Rosa Olivera, 1969). Moreover, within these bodies there would be transfers, sales and subdivisions of hereditary water rights of the participants themselves on the estates, many of whom belonged to the oligarchy that held civil, military and economic power, allowing control and privatization of the resource, through usurpation, and consequently the separation of water from the land. Thus began a water market in which these institutions have a platform for the oligopolists (Macías Hernández, 2000: 183-189).

With reformer Juan Ortiz de Zarate's arrival in the Canaries in 1505 the estates get naturalized, regulated favoured water practices, confirmed by Royal Decree of 3 January 1508, which specified that tenements are governed by boards and shareholder agreements, under Royal Court direction. Once general rules of engagement were established, all the heirs could water at will and the right of the other partners was attended. Thus, the Royal Decree of 22 December 1529, appointed Visitor of the Audience of Canarias Francisco Ruiz de Melgarejo, drafting Council of Gran Canaria Ordinances in December 1531, including a chapter on water mayors and their functions.

This body of law further reaffirmed these estates' private character, which did not prevent a struggle ensuing between these estates and the rain-fed land owners located in mid mountain and summit areas, when pressure on water use increased as a result of the reduced water level and extent of cultivation in these areas. The question to be clarified was whether water ownership that flowed from those lands granted the right to use water and not ownership, or is granted full control and ownership of the tenements waters following the Conquest. In the nineteenth century, with the royal decrees of 1811 and 1813 cited above were cleared of jurisdictional domain. Although they rescinded the principle of communal ownership that prevailed over water, these measures affected the internal organization of the tenancies subject to these legal instructions regulating their duties and rights. As a result, they lost Court protection and the power they gave to the mayors, to become mere passing interest associations without organization. Years later, with the Water Act of 1866 and its subsequent reform in 1879 the majority of the estates were adjusted to the new rules, becoming Irrigation Communities (Association of people who collectively take advantage of public waters for irrigation adapting their internal organs to the new situation).

So this new stage is significant in that it ushers in the Water Communities: unlike the *Heraamientos*, created after the water property itself as seekers of water bodies and formally organized as a joint ownership or community property, communities created to seek out groundwater through wells and galleries, they were considered a society, to be appointed as stock holdings. However, once the water was found, there were more or less substantial differences in interests, if not identity “(Marcos Guimerá, 1957).

The emergence of these modern communities threatened traditional rights, as it clashed with their own interests. Only the organization of irrigation communities, erected as administrative bodies for catchment of public waters, were contrary to the exclusivity of the European Water model. Only on the island of La Gomera did Irrigation Communities prevail in the form of public agencies acting as administrative delegates (Reyes Aguilar, 1989).

Thus, while the estates were created to capture surface water, there comes a time when the heirs provide water, as property rights holders. In a Community of Water, the participant is a capital investor, who takes a risk getting involved with a random company, which can make a profit or loss. A high percentage are not farmers, but the high flow attracts their participation as they trade with growers, establishing a commercial relationship. These communities, their searching and channelling works had the value of mitigating flow decline among the tenants, but in most cases caused its decline (Guerra Marrero, 2000). The number of permits up to 1970 totalled 5,835 in Gran Canaria, but not all of these licenses are for different catchments, as there are 2358 points of groundwater extraction (Quirantes Gonzalez, 1981; Guerra Marrero, 200, 322).

In these organisms capital has been concentrated. In Tenerife, for example, of 39 water communities (26 per cent of those established in the Canaries) operating in the twentieth century, less than 15 percent of the participants controlled a third of the capital in most communities. This fostered the notion of concentrating the water business in the hands of a few, as, in some cases, 44.5% and 39% of capital. This trend has exacerbated since the 1960s as one-fifth of the shareholders control two-thirds of the entities' capital (Nuez Yanez and Carnero Lorenzo, 2002: 386-388).

Moreover, the laws that helped create water communities also led to the establishment of numerous water companies: between 1896 and 1935, 126 were founded, of which 73 acted as communities, 37 as joint stock companies and the rest as regular collective unions (Nuez Yanez and Carnero Lorenzo, 2001).

While several instructions, such as the November 27, 1924 Royal Ordinance attempted to protect the rights of the estates, with the May 23, 1938 Public Works decree a crucial stage in the history of the inheritances began: This culminated almost certainly with its demise, according to the Special Law for the Canaries on 24 December 1956, which made it law.

Currently, state intervention in water matters under the current Water Law of 2 August 1985, submits the Irrigation Communities to the so-called User Communities, a general, compulsory institution of public water users. In the Canaries, the Water Act of 26 July 1990 was adopted, which, while observing state law, continues to recognize the legal status of tenancy agreements and Water Communities, adjusting them to the Island Water Plans.

4.2. The water market in the Canaries

In the Canary Islands a water market ran and still operates, because “water has owners, and consumers have to go to acquire them if they want to meet their needs, it then

establishes a market in which sales go to the highest bidder, giving priority to the need to maximize the profits of the owners of the resource” (Nuez Yanez and Carnero Lorenzo, 2003: 374). However, this statement is based on generalities, as private water property exists only on islands with sufficient resources, an issue that can not be applied to those which suffer with supply shortages such as Lanzarote and Fuerteventura, but and this islands there were irrigation communities to obtain from underground (González Morales, 2000).

In the case of the *Heradamientos*, which bring together owners of water (aguatenientes) and the de facto separation of ownership of land and water resources, a water market was launched in which these institutions played a dominant oligopolistic role as suppliers, transcending the purely economic framework as well as most became the mainstay of the Canaries oligarchy, being the main landowners of the partitions.

The oligopoly situation is exacerbated when many small shareholders, who do not consume all of their water, put the management in the hands of brokers responsible for selling, and these directly control the market and distribution networks. As we have already mentioned, this control began at the time of the conquest and colonization of the archipelago.

The water market is structured in two ways. First, through a so-called the “property bond market” which involves buying shares, owning galleries or wells, giving entitlement to flow percentage, which is speculative, as belonging to a stock market (the water market of Plaza Weyler in Santa Cruz de Tenerife is an example today). Secondly there is the “market water as economic commodity,” i.e. acquiring the water that entitles a share per year (in the north of Tenerife) or for periods exceeding one year.

The water market treats Estates or Water Communities as vendors who sell what their tenants or participants do not use. Buyers include town halls as well as local industries, tourism and new farmers, who do not have the water rights which established property owners do. There are also go between, who buy, distribute and sell water. Generally, these intermediaries, which can be communities, are owners or have the right of way to pipes and canals that channel the market in its true sense. This transport network functions like an electrical grid, water poured into it from different owners and in different qualities, and the buyer withdraws its place of consumption, enabling a buyer who does not have network access to obtain the water in the place of production, may withdraw from other different networks and from different owners.

The water source is on the market that has no distinction made up his administrative title, coexisting concessions from public waters, private and resulting administrative authorizations. Even institutional origins, such as the island administration or *Cabildo*. In this case the Insular Council of Waters, controls the water obtained as a concession, selling the surface water from its five reservoirs.

Four crucial facts have encourages water markets (Guerra Marrero, 2000: 322): 1) Large numbers of deposits which ensure decentralized and fragmented supply; 2) Unstable groundwater production, which tends to run out and therefore requires exchange of water flow between the beneficiaries of each collection point, 3) The existence of transfers of water systems, large networks that interconnect with each other with these producers and consumers, 4) Water Communities, which have a high number of units have achieved the capitalization of the sector. These four facts are essential to maintaining the market. The many catchments distributed all over the island guarantee the supply.

V. Water ownership and social conflict

Although water-related social conflict has existed in the Canary Islands almost since it was incorporated into the kingdom of Castile, the situation worsened from the eighteenth century, with many clashes over water use and ownership (see Table). In the eighteenth and early nineteenth centuries riots erupted, especially in Gran Canaria. This conflict is not unique to the Canary Islands, as there were also incidents in Cape Verde, for example, coinciding with the end of the *Morgado* regime (nineteenth century) which included various conflicts (Lesourd, 1985: 81 and 250).

Moreover, these conflicts resulted in numerous lawsuits brought before the Canary Court by inland landowners. These legal disputes did not substantially alter the customary status of the *heradamientos*, but there were instances in which the owners were rewarded with new tenancies.

Such conflicts may be explained from two perspectives which are not mutually exclusive and follow chronological order. First this historical period saw the breakdown of social and economic system of the ancient regime in the mid eighteenth and early nineteenth centuries. In this time period there were ten riots over water or 17.2% of registered social conflicts (Suarez Grimón, 1987: 463-465). We would add to this the changes in agriculture, drought and the continuing intention of the oligarchy to become the sole owner of the water.

The second perspective that helps us understand the causes of conflicts over water refers to their relationship to different water resources uses. These different uses generated various forms of quarrel, typified by the usurpation of these resources. The conflict began with administrative litigation, which led to the outbreak of riots and uprisings at the time of sentencing, usually with broken irrigation channels and *albercones* (water ditches).

Furthermore, the main cause of conflict in the eighteenth century was encroachment of water from stealing its flow, in the simplest of cases, to the most complex, in the twentieth century, through holes that affected both galleries and water sources.

Other data that help support the above are those relating to the times in which most of the conflicts are recorded (in late spring and early summer) and, secondly, which relate to the participants in riots and uprisings. These were generally neighbouring localities who opposed water authorities or landowners which wished to expand their powers through administrative litigation. Interestingly, women participated actively in water-related conflicts, even disguising themselves as men to participate in them. The use of rustic weapons (sticks, hoes, etc..) would seem to indicate that fight was not intense, but the duration of some struggles, lasting decades, as in the case of Teror, and fatalities and arrests of those involved (as in Tejada and Artenara), indicates an intense battle for water resources, though local and rural.

So conflicts develop in the Canary Islands when the intention and action taken break with a customary right over the waters of mid mountain regions and at the summit, in favour of the interests of social groups in power that present themselves as owners of the land where the springs are found.

Following the laws of 1866 and 1879, privatization gave way to initial confiscation and there were popular riots over water and ensuing lawsuits, though with exceptions.

Some of the most recurrent conflicts were those involving local councils as water is generally recognized as being one of our most precious resources, and an essential part of their funding. These institutions act as intermediaries between disputing parties or parties directly

involved. Therefore, in the early twentieth century, the conflict of “*El Chorro*” in Telde culminated in the municipal acquisition of the water that was allocated for community use.

The longest dispute involved “*Fuente Agría*” in Teror. In 1911 the town council had protected this publicly owned source against individuals seeking to exploit it privately. Between 1968 and 1975 it defended the spring against the shafts and tunnels that drain groundwater sources, with partial success. Another cause of dispute between the water sources of neighbouring towns of Arucas and Firgas municipalities in 1938, on account of water rates, an essential point for municipal financing and which had already been established on other islands (Perez Marrero, 1990: 441-447). In the same area in 1954 a lawsuit was taken between the estates of Arucas and Firgas and the Arucas Town Hall, due to the water supply (Guimerá Peraza, 1957: 74)

The conflict between water heirs and other private investors have become more common over time. Groundwater withdrawals were a major challenge against the general complaint made by tenants in 1873 (Hernandez Macias, 1989: 250). Well into the twentieth century a dispute of long duration exploded in the town of Agüimes, lasting from 1969 to 1982 when the heritability of the *Heredad de Los Corralillos* property came into conflict with the private owners of well draining water from the gallery of the heirs. However, the delay in prosecution caused damage that was irreparable. In nearby Temisas there have been over twenty of these *Heredades* consisting mostly of small farmers, brought litigation against Julian Bony in 1982 for the gallery he owns, which drains the waters of the galleries, which had already opened the first. At Carrizal (Ingenio township), the estates of *La Majorera* and *Carrizalera* quarrelled with individuals as a result of changing sources of ravine overflow waters, this case also involved another *heredamiento*, the inheritance rights of Agüimes against the Carrizal (Pérez Marrero, 1990: 441-447)

The most interesting cases which best illustrate the privatization process are those that affected several neighbourhood groups against private entities: individuals, traditional heirs and water communities, which were initially created for extracting groundwater resources. These groups would seek to appropriate those long-time water sources, but without institutional regulation.

In 1909 and 1912 water sources at Tenoya were defended by neighbours, when an individual attempted to open a private gallery. In 1927 the residents of La Aldea de San Nicolás finally overcome a long dispute, over three centuries, against landowners, achieving public ownership of water and irrigation organizations as irrigation communities, or as managers of this public resource. In 1929, however, the Arsenal's neighbours were unable to defend their rights to traditional water use in their area, when the *Sociedad de Quiebramonte* drilled a gallery and channelled the water to irrigate farms in Arucas. This action soon dried up the waters which these neighbours had once enjoyed. Finally, in 1988 farmers and herders in Guayadeque defended their right to traditional use of public waters of this ravine at several inherited estates or *heredamientos* in the lowlands of the island. (Perez Marrero, 1990: 441-447)

The model we have described is valid all the islands, although each has its particular dynamics. Tenerife is known for its long-term defence made by the residents of Guía de Isora against privatization attempts. For example, over the use of the spring of Siete Fuentes, Acentejo residents fought private interference. Tacoronte landowners over harvesting with rainwater runoff water. In Tegueste, neighbours and town officials were unsuccessful in defending public waters in 1852.

As we see, municipalities also play an important role in Tenerife, fighting each other, as in the case of “Fuente de San Pedro” in the Northwest of the island, which would face Icod de los Vinos, La Guancha and San Juan de la Rambla between 1847 and 1852, with victory going to the first (Macías Hernández, 1989: 235) or, as in the case of Isora, defending public waters. The most important dispute between an old legacy (La Orotava) and private newcomers, in this case, known as “The Company” took place between 1844 and 1873. The struggle for surface and groundwater led to the merger of both entities which carried out expansion work on the acquisition of public land and water uptake (Macías Hernandez and Ojeda Cabrera, 1989).

Table II. Summary of water-related conflicts in the Canary Islands

TIME PERIODS	ISLANDS	CAUSES	PARTIES INVOLVED
18th CENTURY	Gran Canaria	Water usurpation (3) Water Mayor Excesses (5) Channelling of waters (2) Breaking water channels and irrigation ditches (<i>albercones</i>)(2)	Neighbours and <i>Heredamientos</i> Neighbours and <i>Heredamientos</i> Neighbours and <i>Heredamientos</i> Neighbours, <i>Heredamientos</i> and Public Authorities
19th CENTURY	Gran Canaria Tenerife La Palma La Gomera	Water usurpation (2) Private interests against public property (6) Channelling of waters (4) Breaking water channels and ditches (<i>albercones</i>) (1) Water titles (1) Perforations of galleries and water sources (2)	<i>Heredamientos</i> and Private Entities Neighbours, Town Halls and Private Entities Neighbours and <i>Heredamientos</i> Neighbours and Town Hall Authorities Town Halls <i>Heredamientos</i> and other Private Entities
20th CENTURY	Gran Canaria	Water usurpation (3) Private interests against public property (5) Perforations of galleries and water sources (5) Urban water supply(2) Perforations of galleries and water sources	Neighbours, Town Halls and Private Entities Public Administration and private entities Neighbours and Private Entities Town Halls and <i>Heredamientos</i>

Note: The number of conflicts in parentheses.

Source: Suárez Viera and Rodríguez Artiles (2009)

VI. Conclusions

When analyzing water management in the Canary Islands, one notes the establishment of an institutional framework shaped over centuries, inherited from the cultures (mainly Iberian) of the island conquerors, similar with that in other Macaronesian islands, but adapted to the peculiarities of the Canary Archipelago. These institutions are peculiar to a capitalist social formation that favours the dominant social groups (the so-called *aguatenientes*) which retain a major part ownership of water, in most cases attached to the land. Thus *aguatenientes* and land tenure form a bloc. However, this is coupled with a multitude of small owners who also own stock, but in small percentages compared with the former and without decision-making authority.

Water ownership has evolved from a situation linked to the land to gradually growing out of it and also becoming privatized. This gives rise to a capitalist institution itself, the water market.

However, the vague definition of property rights and the tendency to hoard some historical mementos, has led to a major conflict and litigation over the ownership of water. Local accounts report that property rights were either not well regulated or not observed as the ruling class tried to take advantage of their political and social power.

VI. Bibliografía

- Benítez Padilla, S. [1959] (1992): *Gran Canaria y sus obras hidráulicas*, Cabildo Insular de Gran Canaria, Las Palmas.
- Carnero Lorenzo, F. y J. Nuez Yáñez (2001): “Empresa capitalista y agua en Canarias, 1898-1936. Una Primera aproximación”, *VII Congreso de la Asociación de Historia Económica. Ponencias y Comunicaciones*, Universidad de Zaragoza (formato CD.Rom).
- De la Rosa Olivera, M (1969): “Antecedentes históricos de los heredamientos y comunidades de aguas en Canarias”, en *Estudios de Derecho Administrativo especial Canario (Heredamientos de Agua)*, Cabildo Insular de Tenerife, Santa Cruz de Tenerife, pp. 9-39.
- Dirección General de Aguas, (1992): *El agua en Canarias*, Consejería de Obras Públicas, Vivienda y Agua. Gobierno de Canarias, Las Palmas de Gran Canaria.
- González Rodríguez, M. (1991): “Tecnología popular tradicional de los sistemas de riego en Canarias”, *Anuarios de Estudios Atlánticos*, nº 37, pp. 467-497.
- González Morales, A (2007): *Lanzarote y el agua. Un recurso vital y geoestratégico*. Cabildo Insular de Lanzarote, Santa Cruz de Tenerife.
- Guerra Marrero, J. L. (2000): “El mercado del agua en Canarias”, en *Aguas subterráneas y abastecimiento urbano*, ITGE, Madrid, pp. 317-323.
- Guimerá Peraza, M. (1957): “Algunas precisiones sobre la Ley de Heredamientos de Aguas en Canarias”, en *Anuario de Estudios Atlánticos*, Madrid-Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, Nº: 3, pp. 61-91
- Hernández Ramos, J. (1954): *Las Heredades de Aguas en Gran Canaria*, Madrid.
- Lessourd, M. (1995): *État et société aux îles du Cap-Vert. Alternatives pour un petit État insulaire*, Karthala, París.
- Martín Santiago, E.F. y V. M. Bello Jiménez (2006): *El conocimiento y la posesión: fundamentos del caciquismo en San Batolomé de Tirajana (Gran Canaria) a través de las fuentes documentales (siglo XIX)*, Anroart, Las Palmas.
- Macías Hernández, A. M. (2000): “De jardín de las Hespérides a “Islas sedientas”. Por una historia del agua de Canarias, c. 1400-1990”, en C. Barciela López y J. Melgarejo Moreno (eds.) *El agua en la Historia de España*, Publicaciones de la Universidad de Alicante, Alicante.
- y Ojeda Cabrera, María P. (1989), “Acerca de la revolución burguesa y su reforma agraria. La desamortización del agua”, en *Anuario de Estudios Atlánticos*, Madrid-Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, Nº:35, pp.217-261
- Marín Ruíz, J. F. (1982): “Sectorres productivos y estructura de la propiedad agraria en el siglo XIX: el ejemplo del N. W de Gran Canaria”, en *Homenaje a Alfonso Trujillo*, Aula de Cultura de Tenerife, pp. 553- .
- Méndez Lima, J. L. (1994): “Aguas, Leyes de”, en *Gran Enciclopedia Canaria*, T. I, pp.133-135.
- Nieto, A. (1968): “Hacia una teoría consorcial de las comunidades de agua canarias”, en *Estudios de Derecho Administrativo Especial Canario (Régimen de las Aguas)*, Santa Cruz de Tenerife, Cabildo Insular de Tenerife, T. III, pp. 211-243.

- Nuez Yáñez, J. y F. Carnero Lorenzo (2003): “El mercado del agua en Canarias: una perspectiva histórica”, *Revista de Historia Económica*, Año XXI, Primavera-Verano, nº2, pp. 373-398.
- Peraza de Ayala, J. (1969): “El heredamiento de agua de la Orotava (notas y documentos para un estudio histórico-jurídico de las agua en Canarias)”, en *Estudios de Derecho Administrativo Especial Canario (Heredamientos y Comunidades de Agua)*, Santa Cruz de Tenerife, Cabildo Insular de Tenerife, T. III, pp. 41-94.
- Pérez Marrero, Luis M. (1991): “La estructura actual de la propiedad de la tierra y del agua en Canarias. Un intento aproximativo”, en *Actas del VIII Coloquio de Historia Canario-Americana*, Cabildo Insular de Gran Canaria, Las Palmas, pp. 183-223.
- (1990), “El Proceso de Privatización del Agua en Canarias” en *Anuario de Estudios Atlánticos*, Madrid-Las Palmas, Patronato de la Casa de Colón, N°:36, pp. 429-463.
- Quirantes, F. (1981): *El regadío en Canarias Tomo I y II*, Interinsular, Santa Cruz de Tenerife.
- Reyes Aguilar, A (1989): *Estrategias Hidráulicas en la Isla de la Gomera: Hermigua, Agulo y Valle Gran Rey*, Aula de Cultura del Excmo. Cabildo de Tenerife/museo Etnográfico, Santa Cruz de Tenerife.
- Rodríguez Brito, W. (1995): *El agua en Canarias y el siglo XXI*, Cabildo Insular de Gran Canaria, Las Palmas GC. :
- Sánchez García, Isidoro (2007): Garoé: El Hierro, Islas Canarias. Patrimonio cultural en el ámbito rural, Imagen y Comunicación, Santa Cruz de Tenerife.
- Suárez Grimón, Vicente J. (1987), *La Propiedad Pública, Vinculada y Eclesiástica en Gran Canaria, en la Crisis del Antiguo Régimen. Tomos I-II*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo Insular de Gran Canaria
- (1988), “El Agua como motivo de la conflictividad social en GC (Siglos XVIII-XIX)” en *VIII Coloquio de Historia Canario-Americana*, Las Palmas de Gran Canaria, Cabildo Insular de Gran Canaria, pp.209-231.,
- Suárez Moreno, F. (2005), “Estrategias y arquitecturas del agua en Gran Canaria (siglos XV-XX)”, en *Crónicas de Canarias. Canarias, patrimonio de la humanidad*, pp. 13-38.
- Suárez Viera, F. y C. Rodríguez Artilles (2009): “Conflictos sobre el agua en Canarias”. Canarii, pp.



The explanatory theories of the Agrarian Structures of Canary Islands

Alejandro González Morales ; Miguel Suárez Bosa*

p 27-37

I. Introduction

We intend, with this work to tackle the current issues relating to the formation of society in the eastern Canaries. To do this we believe it necessary to set them out within a global perspective, although it is equally necessary to specify the obvious differences which exist between the different forms of production which are interlinked in Canarian agriculture. These are the capitalist mode, as dominant and determining all social relations, and those of production, and the pre-capitalist and sub-capitalist, as subsidiary and subordinate modes of production.

We consider that the method most suited to understanding the aforesaid Canarian reality is without doubt a Marxist methodology, that is to say, the tools that dialectical materialism provides. This Marxist analysis is justified precisely by the global focus that the study of our society demands, since until relatively recent times the interpretative models erred, some in being partial and others by being descriptive-determinist (see picture 1).

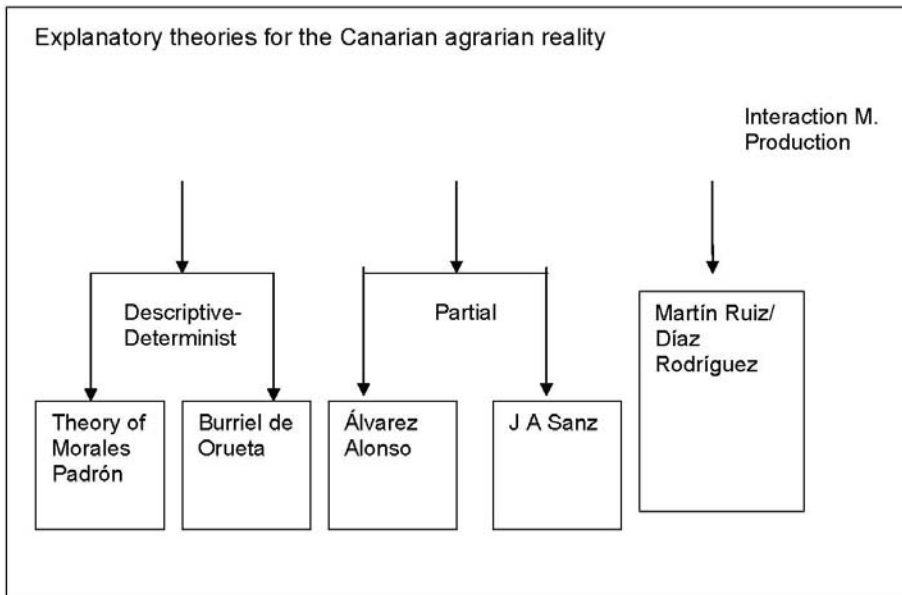
In relation to the first, those that stand out are those which specialise in the analysis of a single factor. In this light, the theory proposed by Juan A. Sanz (Sanz, 1977) should be mentioned, based in the commercialisation of products, that is to say, all the analysis is centred on how the production is sold, without considering other parameters of great interest, such as labour, capitalisation,... Another, even more over-used than the previous one, is based on climatic-geographic criteria, dividing the island in three sectors: coasts, middle zones and mountains (Alvarez, 1976). However, we estimate that climatic changes produced as a function of altitude are not sufficient reason to establish such a serious tautology. This theory has above all been defended by Professor Álvarez Alonso, who set out an explanatory model similar to that used to explain the layers of natural vegetation in the Canarian archipelago. Another reason which undermines this theory is that the crops common to the coasts have been assimilated into eminently capitalist products. However, we must state that below 400 metres above sea level there also ex-

* Universidad de las Palmas de Gran Canaria

ists a range of products particularly oriented to rural subsistence. What's more, above the sea level indicated we find, equally, products for the external market, as is the case with some fruits (papaya, avocado, ...) and some tubers (potatoes).

With respect to the second group of explanatory models, that is to say the determinist-descriptive, perhaps the most significant among them is that proposed by Morales Padrón (Morales, 1955), whose explanatory framework is the chronological succession of distinct phases which are identified with a specific type of cultivation, as follows:

- a) Phase or stage one represented by sugar cane, lasting until the end of the 16th Century.
- b) Second stage, viniculture, taking in the whole of the 16th Century.
- c) Third stage, with barilla and cochineal, reaching its apogee in the 18th century.
- d) The last stage of capitalist penetration - the most representative crops being tomatoes and bananas - which developed at the end of the 19th century, and lasted the whole of the 20th century and into the 21st century.



Another classification used excessively frequently and with little justification has been the division of the islands into two antagonistic areas, and treated as if they were two different realities (Burriel, 1984), when in truth the underdevelopment of one area is motivated by the advancement of the other. The lack of rigour of this theory is put into relief when it is now perfectly well demonstrated that there has been a substantial interchange of economic functions between the developed and underdeveloped areas, which are in reality two sides of the same coin. This is demonstrated perfectly through the eruption of touristic activity in the decade of the sixties in the southern zones of the

islands, when the agrarian model had been practically destroyed, with capital and labour moving to the new activity of exploiting leisure areas.

In effect, it is evident that the socioeconomic reality of the islands cannot be justified under these proposals (determinist-descriptive and partial), and that the economic structures of the islands are more complex and globalising.

In any case, we advocate an overall explanation for Canarian social formation, in which we distinguish different forms of production, where one has a pre-eminent function, which determines, in the same way, the functions of the others. This explicative model has been the one also set out by Professors Martín Ruiz and Díaz Rodríguez (Martín et al, 1982), who were the first to propose a global model to explain our social and economic reality.

In our judgement these modes of production, which are interlinked in the agrarian reality of the Canaries, consist, fundamentally, of three types:

A) **Small Mercantile Mode of Production**, which is characterised by use of family labour, non-salaried, with a low organic composition of capital, with production aimed at self-sufficiency and what little excess there is sold in local or internal markets.

B) **Capitalist Mode of Production**, which is defined precisely as the opposite, which is to say, salaried workforce, large capital investments, products destined for external markets (peninsular and foreign), being also a great consumer of materials.

C) **Sub-capitalist Mode of Production**. (Bartra, 1974), constitutes an authentic transitional form between the two previous modes. In other words, this mode of production is found between, and combines the characteristics of, both.

However, this classification is not only valid for Canarian agriculture, but it can also be extrapolated to other economic sectors or activities, such as tourism or fishing. In the leisure zones we find areas provided with capitalist infrastructure dominated by financial capital, such as in the case of the combined locations of Maspalomas-Playa del Inglés, Tenbel and Playa las Américas in Tenerife, the tourist complex of Puerto del Carmen in Lanzarote, and Corralejo and Jandía in Fuerteventura, among others.

In summary, according to the earlier exposition and according to our criteria, Canarian society is certainly not a dual reality, where two sectors are counterpoised, one “modern” against one “backward”, but, on the contrary, it is much more complex, since there are a multitude of intermediate formulas which characterise and complete this apparent dichotomy.

1. The Modes of production in the Canarian social and economic formation.

Adopting as an initial hypothesis the evident interrelation that exists between the variables and parameters which define the distinct forms of production, we find that the result of these forms determine an unequal development of productive forces and hence *mutatis mutandi* of social and productive relations.

1.1 The Small Mercantile Mode of Production

Its location in the Canarian archipelago is restricted to truly marginal areas. In general terms these comprise mountain zones, middle zones, and even some areas of the coast

(the southeast of Gran Canaria, except San Nicolás de Tolentino – La Aldea). This, of course, for the whole of the island of Gran Canaria. However, in Lanzarote and Fuerteventura, it not being possible to establish a typology as a function of altitude due to there being few places which reach such heights (in Fuerteventura the Pico de la Zarza at 807 metres, and in Lanzarote the Peñas del Chache at 677 metres are the highest peaks), a different classification is required. In the particular case of Fuerteventura we distinguish the southern zone, which comprises the municipalities of Tuineje and Pájara, where the cultivation of tomatoes is preponderant and social and productive relations are clearly capitalist; whilst the municipalities of La Antigua, Puerto del Rosario, and La Oliva combine this capitalist mode of production with certain pre-capitalist forms. The only area decidedly pre-capitalist is that which comprises the municipality of Betancuria, with subsistence agriculture in its entirety, small scale of operation, small sized plots, strong development of tenancies (*medianerías*) and fundamentally, family labour.

This Small Mercantile Mode of Production is, therefore, dominant in the islands of Lanzarote, Fuerteventura, El Hierro and La Gomera, and in some specific areas of Gran Canaria, Tenerife and La Palma.

In this mode of production the workforce is entirely familial. In no case is there a paid workforce but rather, as Roger Bartra (Bartra, 1974) points out well, the benefit in these cases is a self-paid salary. The labour is part-time (of the worker-peasant system) and, as a general rule, the main activity is carried out outside the agrarian sector (tourism, construction, or services), the agrarian labour being truly complementary work intended in the main for the self-sufficiency of the family. Only when there is an excess it is sold, usually in a local market. The principal products are cereals (wheat and barley), legumes (lentils, beans,...) other vegetables (cabbage, pumpkin, carrots, onions and garlic) and, also, forage crops (forage maize in the middle zones of Gran Canaria and alfalfa in Fuerteventura) (González, 2001). Also usually included is a small herd of goats which are never more than thirty animals, or a small flock of sheep of a similar number, and also, some pigs and fowl, whose meat and milk products are for the subsistence of the peasant and their family.

All these activities are of reduced size and low organic composition of capital. In the fieldwork we have only been able to establish as a unique mechanism for this type of operation, a localized watering system distributing by aspersion, and not for all crops, only for potatoes and carrots.

The consumption of materials is low, with scarce use of chemical fertilizers, and with animal manure being used instead. The principal cost of these activities is, without doubt, the cost of water and cement (Martín *et al*).

The dominant form of land occupancy is direct ownership, although other contractual forms (e.g. share-cropping) are becoming more relevant.

Therefore, the selling these products, which is infrequent, is solely to get rid of excess, whilst most is still for family sustenance.

To sum up, the Small Mercantile Mode of Production is characterised by low capital investment, by the use familial labour, by the absence of salaries, by the distribution of products in the internal markets and by fact that the most common form of land tenure is direct ownership.

1.2. The Capitalist Mode of Production

Found most commonly in the coastal zones, although areas of exploitation could also be found in the middle zones, although the latter are dedicated to fruit crops and in small measure, to potatoes. This mode of production, in spite of not having a major spatial impact, is highly influential.

In terms of social and productive relations, the capitalist forms of production are dominant in the recent social formation in the Canaries, therefore leaving some specific functions for the remaining modes of production. On the one hand the reproduction of the workforce, and on the other, allowing the peasant's own self-sufficiency, bringing with this a considerable saving in the cost of variable capital.

This mode of production is characterised by a salaried workforce, a high level of development of productive forces, comparable in many cases to industrial activities, high rates of benefits derived as a consequence of obtaining significant relative capital gain. All this produces a high organic composition of capital. The consumption of materials is equally high, and insecticides and chemical fertilizers, among other things, widely used agriculture (González, 2001).

The sale and distribution of the products is carried out in external markets, although this constitutes one of the main challenges to the viability of these operations, due to the strong competition from countries with similar climates and positions, and due to the inadequacy of its channels to market (González, 1989). In general terms, the labour is totally dedicated to the operation (full-time), while in the small capitalist operations it is frequently combined with another activity (part-time).

Capitalist agriculture in the Canaries, until relatively recently, was represented by three principal crops: bananas, tomatoes and potatoes. For the decade of the seventies the range of crops increased considerably. There is a spectacular increase in crops grown under cover (greenhouses), flowers, ornamental plants and other vegetables such as green beans, peppers and cucumbers. Similarly, there is an intensification of crops alternative to those traditionally grown in Canarian agriculture. These are essentially fruits: citrus fruits, avocados, papayas, peaches, pineapple, etc. To a great extent these have replaced "traditional" crops for export, in spite of them having undergone a significant process of reorganisation. For example, the banana, which in the past was watered by flooding the plants, is now watered predominantly through a localized drip technique.

The considerable increase in productive force is not entirely due to a better qualified, more capable workforce, but also to the fact that, in parallel to this development there has been a significant increase in production techniques and systems of cultivation. Thus, in Fuerteventura there is now widespread use of hybrid seeds for the cultivation of tomatoes (seeds resistant to pests, and of high productivity, general of Dutch origin). Equally important is the transformation of the seedbeds, substituting the traditional system of planting in furrows by an innovative system of plugs of peat or better known as a system of "dwarf plants" (González, 2001), which allows a vigorous development of the roots, whilst the stem is of short growth. To the drip watering technique has been added the technique of mulching with sand of the top resulting in an avoidance of evaporation and increasing hygroscopic levels.

In spite of the high levels of capitalisation, the introduction of machinery is minimal. There are various reasons for this. On one hand, the excessive fragmentation of the op-

erations, with a high number of plots, and on the other, the far from negligible topographic conditions, since the fragmentation of the fields by the presence of numerous deep gorges are a significant handicap.

In summary, the capitalist mode of production, despite not being of major social impact on the social formation of the Canaries, dominates and determines it, above all from the 1960s. This mode of production interacts with the other forms of production, giving them very specific roles, essentially the reproduction of the workforce, allowing the subsistence of the worker-peasant and, in conclusion, saving some of the more evident contradictions of this system itself, since it is known that another of the important functions of the pre-capitalist forms of production is that it contributes to the “reserve army” of labour, thereby ensuring a bargain offer on labour which, no doubt, its low salaries make very attractive. The existence of intermediate operations between the two forms of production demonstrably counterposed (pre-capitalism and capitalism), questions the dual theories which supported the existence of two antagonistic sectors for the Canaries, without any type of interaction. In any case, any examination of the interaction which exists in the Canarian social formation undoubtedly must be done with the recognition of these sub-capitalist operations, produced by the transaction which happens within our social formation (González et al, 2004).

For this reason, we must agree that the sub-capitalist forms of production do not only qualify the scheme set out earlier, but also complete and relativise it.

2. Conclusions

Up to this point we have tried to demonstrate a basic scheme which serves as a tool for the knowledge of the social formation of the Canaries. Effectively, we bring a different analysis from the interpretative models of Canarian society. This attempts to supersede the models sustained up to now, and which in one form or another, subscribe to a dual model of our social reality. In any case, we reaffirm the incongruity required to sustain this scheme, since the diversity of the social formation in the Canaries is more than evident.

We believe that those positions which sought refuge either in a partial interpretation or in descriptive-determinist models have been superseded. Thus, on the one hand some people, such as Juan A Sanz, orientate their analysis according to the function of the commercialisation of the products, others, such as Álvarez Alonso, maintain strictly climatic criteria. On the other hand, Francisco Morales Padrón has based his particular thesis on the chronological succession of centuries associated with a specific crop identified as sugar, wine, barilla-cochineal and more recently bananas and tomatoes.

Canarian social reality is very distinctive and is not subject to a rigid universal scheme. Quite the opposite, it is the result of the interlinking of different modes of production, in which each exerts a specific function. Our analysis, therefore, adjusts to this diversity and to a methodology based on historical materialism which understands social reality as a dialectical and global whole.

In the exposition, we recognise in the aforesaid Canarian social formation at least three modes of production, which we name as : a) small Mercantile mode of production, b) capitalist mode of production and c) sub-capitalist mode of production. The three

modes of production are interrelated in a particular way, in which the capitalist mode of production leads the functions of the other two.

Through them we have analysed the forms of production of an important activity in the Canaries, at least in the past, which defines its economy and society: agriculture.

In Canarian agriculture, as in other sectors of activity (tourism and fishing for example) we see these three forms of production. The profile of the first is that of operations of the self-operational type, named by M. Gutelman as plot regimen (*regimen parcelario*) (Gutelman 1976). Here the labour is familial, non-salaried, and, to a great extent, the produce obtained (cereals, legumes, vegetables, forage crops,...) serves for self-subsistence (reproduction of the family) and only in some cases, a minimal part of this production, that is to say, the excess, is destined for the local market. In many cases the operation is only complementary to some other activity such as hostelry or construction, which becomes the principal economic activity (González et al, 2007). We can especially place this mode of production in some points in the south-southwest of Gran Canaria, in the north and the interior of Tenerife and in a good part of Fuerteventura, El Hierro, La Gomera, La Palma and Lanzarote.

However, this is subject to the role given by the capitalist mode of production, that is, the reproduction of the workforce and the subsistence of labour, which in the capitalist mode of production is salaried. In the capitalist forms of production we observe a high organic composition of capital, the obtaining of absolute capital gain on the part of the business person-capitalist, and a high consumption of materials in the production process. These agricultural exploitations, fundamentally of bananas, tomatoes and now, from very recently, fruit and vegetables, are located in the coastal zones and in some points of the middle zones of the central islands (Tenerife, and Gran Canaria) and in some zones of La Palma.

Between these first and last modes of production are inserted the sub-capitalist forms of production, which contain elements of both the other two. Hence we find forms of direct ownership such as leasing, partnership,... (González et al, 2007). There is no significant penetration of investment and, therefore of capital, which allows us to situate it at the margin of the capitalist mode of production, with its own features and signs of identity.

3. Bibliography

- Álvarez Alonso, A. (1976): *The organisation of cultivated space in the region of Daute*. La Laguna: Institute of Canarian Studies.
- Aa.Vv. (1975): *Agriculture in the development of Spanish capitalism; 1940-1970*. Madrid: Ed. S.XXI.
- Bartra, Roger. (1974): *Agrarian structures and social classes in Mexico*. México: Era Collection.
- Burriel de Orueta, E. (1984): *The Canaries: Population and agriculture in a dependent society*. Barcelona: Oikos Tau.
- Gaviria, Mario (1974): *Introduction to a socioeconomic study of tourism in the province of Las Palmas*. Bulletin no. 17 CÍES. Caja Insular de Ahorros. Las Palmas, pages. 433.
- González Morales, Alejandro (1982): *The recent evolution of livestock farming in the eastern Canaries*. La Laguna: Masters thesis. Faculty of Geography and History. University of La Laguna. Unpublished.
- González Morales, A. (2001): *Recent agrarian structures in Fuerteventura*. Puerto del Rosario: Cabildo of Fuerteventura. Doctoral thesis.
- González Morales, A. (1989): *The comercialisation of the tomato crop in the island of Fuerteventura*. V Coloquium of Agrarian Geography. Santiago de Compostela: University of Santiago de Compostela – AGE.
- González Morales, A. and Martín Ruiz, J.F (2004): *Rural space and agriculture in Gran Canaria*. La Laguna: University of La Laguna. Secretariat of Publications.
- González Morales, A. and Hernández Luis, J.A. (2007): *The development of tourism in Lanzarote*. Santa Cruz de Tenerife: Idea Editions. 2 volumes.
- Gutelman, M. (1975): *Capitalism and agrarian reform in Mexico*. Mexico: ERA Editions. Martín Ruiz, J. F and D, M. C. (1982): *Modes of production and their interaction in Canarian agriculture* “. *Annals of the Departament of Geogra-phy*. La Laguna: University of La Laguna. pages. 138 to 153.
- Martín Ruiz, J.F. and González Morales, A. (1984): *The structure of ownership and tenancy regimes in the island of Fuerteventura*. II Coloquium of agrarian structures. La Rábida, Huelva: AGE.
- Martín Ruiz, J.F. and González Morales, A (2005): *The countryside in Gran Canaria*. Las Palmas de Gran Canaria. Cabildo of Gran Canaria. Guagua Collection.
- Morales Lezcano, V. (2004): *The synthesis of the economic history of the Canaries*. Madrid: Idea Editions.
- Morales Padrón, F. (1955): *Canarian-American commerce (S.XVI, XVII, XVIII)*. Seville: University of Seville.
- Naredo, J. M. (1971): *The evolution of agriculture in Spain*. Barcelona: Ed. Laia.
- Sanz Prat, J. A. (1977): *The crisis of agriculture in the Canaries*. Las Palmas de Gran Canaria: Ed. Cultural Plan of Las Palmas. Excma. Mancomunidad de Las Palmas.

Appendix of photographs



Photo1. Horizontal precipitation brings a great quantity of water resources to the Canaries.



Photo 2. Water is a powerful factor affecting the agriculture of the islands.



Photo 3. Water is scarce and imposes a high cost on the process of production.



Photos 4,5 and 6. Livestock in the Canary Islands has traditionally been complementary to agriculture. The main types of most frequent livestock are, in this order: goats, pigs, cows and sheep. There are also many hens, rabbits and beehives.



Photos 7, 8 and 9. Capitalist agriculture is dominant and determinant in the social formation of the Canaries. The principal crops are some tropical fruits such as banana, papaya, mango, avocado... some vegetables such as tomatoes, peppers, green beans and cucumbers... and some ornamental plants such as, most recently, protea.



Photos 10, 11 and 12. Subsistence agriculture and the supply of the internal market, that is to say that of the pre-capitalist and sub-capitalist forms of production, are represented in the mountains and middle zones of the islands, above all, in the peripheral areas



Photos 13, 14 and 15. Sub capitalist forms are in between the clearly capitalist and the pre-capitalist, acquiring functions from both and being subject to the dominant mode of production in the Canaries, which is capitalist. The crops are of diverse kinds such as





A Terra, a Água e o Poder na comunidade do Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo, Stº Antão

José Silva Évora*

P 39-51

Ao longo da História, a questão de como organizar as formas de uso da Terra e da Água tem sido um constante desafio. Desafio ainda maior nas sociedades rurais africanas, nas quais o poder parece ser medido em função desses dois bens tão necessários, particularmente em países de escassos recursos naturais como é o caso de Cabo Verde.

Esses dois recursos abrem um leque de questões a serem exploradas e a relação Terra, Água e Poder é uma delas. Desde logo, porque a sua acessibilidade é a medida mais apropriada da desigualdade no campo. Por outro lado, são meios que produzem os bens básicos necessários ao sustento, pelo que o prestígio social e o poder estão directamente ligados à sua propriedade.

Relativamente a Cabo Verde, a apropriação da terra tem as suas raízes no processo da colonização. Como se sabe, o desenvolvimento económico do Arquipélago de Cabo Verde foi, desde o início da sua ocupação, baseada fundamentalmente nas actividades agro-pecuária e comercial, tendo como palco a Ilha de Santiago, pois esta era a que melhores condições oferecia para a prática destas actividades.

Numa sequência histórica, houve a divisão das terras em duas capitánias, distribuídas entre dois donatários com posses inalienáveis sobre as mesmas, com o objectivo de promover a colonização, marcando, deste modo, o início de uma estrutura agrária em que apenas um grupo restrito de indivíduos detinha a posse das terras, terras essas exploradas com base na utilização da mão-de-obra escrava. No entanto, a impossibilidade dos donatários explorarem as terras na sua totalidade, fez com que optassem por outros meios, nomeadamente pelo arrendamento a outros colonos. E, mesmo assim, tudo indica que muitas terras ficariam por explorar, as consideradas devolutas, por isso ocupadas em sistema de sesmarias.¹

Segundo Ilídio do Amaral, a total ocupação do solo na Ilha de Santiago, só se efectua após as investidas dos piratas ingleses à Cidade da Ribeira Grande, quando então o sistema de donatários é substituído pelas grandes propriedades denominadas capelas² e morga-

* Instituto do Arquivo Histórico Nacional /CEAUP.

1 Terras que os concelhos distribuíam pelos seus moradores com a condição de serem obrigatoriamente cultivadas dentro de certo prazo, além de solverem as prestações consignadas pelo costume ou pelo foral. (cfr. Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, s/d, Porto, Livraria Figueirinhas, p.542).

2 Significava, antigamente, que certos bens eram dados ou doados a um pároco, mosteiro ou igreja pelo serviço de cantar responsos,

dios³. “A fuga para as regiões montanhosas do interior da grande Ilha, dos foros, escravos e mesmo colonos, uns em busca de liberdade, outros fugindo das invasões dos piratas, permitiu a ocupação das terras devolutas para o cultivo agrícola. Outras vezes trabalhavam como assalariados dos morgados ou então como rendeiros (...).”⁴

A partir do século XVIII, assistimos à apropriação privada da terra, “concentrada, fundamentalmente, em mãos dos colonos portugueses e, em menor grau, nas dos mulatos e forros nativos.”⁵ *Desenha-se, então, uma estrutura agrária como sendo constituída essencialmente de latifúndios, sobretudo nas Ilhas de Santiago e do Fogo (...).*⁶

Apesar de, já no século XIX, as autoridades se aperceberem de que os problemas da exploração das terras residiam na própria estrutura agrária, nenhuma política agrícola foi implantada no sentido de transformar esta mesma estrutura. Os grandes morgados pressionam no sentido de manter o seu poder, ao mesmo tempo que a ausência de vontade política por parte do governo metropolitano, deixa praticamente inalterada a estrutura agrária vigente.

1. A ocupação das terras em Santo Antão

Em relação à ilha de Santo Antão, espaço sobre o qual recai a nossa análise, inicialmente, as terras encontravam-se na posse de um donatário, único proprietário de toda a ilha, pelo que todos os seus ocupantes eram dele dependentes. A ocupação agrícola da ilha far-se-ia mais tarde, seguindo o sistema de sesmarias que, com o decurso do tempo, viria a dar predominância a pequenas ou médias propriedades exploradas por conta própria, apesar de terem existido grandes propriedades na posse de uma única pessoa.

À semelhança do que aconteceu nas outras ilhas agrícolas de Cabo Verde, também aqui a terra constitui, desde muito cedo, um recurso crítico e escasso. A história da utilização e apropriação da mesma difere significativamente da de Santiago na medida que, contrariamente ao que sucedeu em Santo Antão, “no caso de Santiago, as instituições tradicionais portuguesas de distribuição de terra, tal como o morgadio e a capela, determinaram os padrões originais de distribuição de terra.”⁷

O isolamento tornou Santo Antão menos atractivo para os colonos, que se instalaram principalmente em Santiago, sendo por isso, essa ilha gradualmente ocupada por pequenos e privados grupos de proprietários. Com o tempo, as crises causadas pelas secas periódicas originaram uma emigração em massa, o que fez com que muitas terras fossem

dizer missas ou repartir esmolas pela alma do doador. Esses bens dados as mãos mortas ficavam sempre, segundo Viterbo, na sua administração, quando não fossem do seu domínio, e eram sempre dos adquiridos, para que se não ofendesse o direito da linhagem. (cfr. Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, s/d, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 461).

3 A instituição dos morgados alargou-se e desenvolveu-se imenso em Portugal a partir do século XIII. Na sua essência, e historicamente, consistiu numa forma institucional e jurídica destinada a defender a base económica territorial da nobreza. De acordo com o sistema dos morgados, os domínios senhoriais eram inalienáveis, indivisíveis e insusceptíveis de partilha por morte do seu titular, transmitindo-se nas mesmas condições ao descendente varão primogénito; na falta de filho do sexo masculino, podiam passar à linha feminina; porém, logo que houvesse descendente varão, o conjunto de bens do morgado pertencia-lhe, tomando a sua posse desde os 18 anos. (cfr. Dicionário de História de Portugal, dir. Joel Serrão, s/d, Porto, Livraria Figueirinhas, p. 345).

4 Furtado Cláudio, 1993, – A Transformação das Estruturas Sociais numa Sociedade em Mudança – Santiago de Cabo Verde, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.

5 Iden, *Ibidem*, p. 31.

6 Iden, *Ibidem*.

7 LANGWORTTHY, Mark; FINAN Timothy, VARELA Raul e RODRIGUES Elisio, 1986 –Características da Agricultura de Santo Antão: Relatório do Inquérito à Agricultura em Santo Antão, Praia, INIDA, pp. 20.

abandonadas ou vendidas, altura propícia para os comerciantes ricos e os grandes proprietários conseguirem, assim, adquirir muitas terras.

Não nos cabe neste espaço analisar as diferentes conjunturas da questão fundiária na ilha de Sano Antão, cuja adversidade territorial parece também exercer a sua influência sobre as diferentes formas de ocupação das terras e distribuição da água, nem tão pouco procuramos compreender sua estrutura por meio de um resgate histórico, confrontando-o com os dados da actualidade para explicitar o grau de desigualdade ainda existente na distribuição das terras.

O que propomos é trazer para debate um caso que sempre nos suscitou curiosidade, relativamente a uma comunidade do Concelho do Porto Novo, onde a Terra e a Água estiveram sempre na ordem do dia, simbolizando o Poder e possivelmente o prestígio social, à dimensão daquela comunidade, e tantas vezes motivo de discórdias entre os usufrutuários, particularmente da água. Referimo-nos à localidade do Tarrafal de Monte Trigo, localizada no extremo sul do concelho do Porto Novo, considerada, em tempos, “ *uma das melhores da Ilha de Santo Antão, não só pela qualidade das terras mas abundância de água*”⁸.



2. A Terra e a Água em Tarrafal de Monte Trigo

Uma breve contextualização histórica dar-nos-á uma ideia dos principais vectores que permitem acompanhar a sua dinâmica. Dada a escassez de documentos que ao assunto directamente se reportem, será difícil esclarecer por completo as circunstâncias em que decorreu a ocupação do extremo sul do concelho do Porto Novo que, como se sabe, durante muito tempo se afigurou inóspita e nada promissora, em detrimento dos outros espaços da ilha de Santo Antão. Infelizmente, relativamente ao Tarrafal de Monte Trigo, não nos foi possível, por falta de elementos, remontar no tempo para percebermos a partir de quando começou a exploração das terras e da água, tão abundante se comparado com as restantes ribeiras e planaltos que compõem o concelho do Porto Novo. Realça-se, no entanto, que já nos finais do século XVI, encontramos referências de determinados sítios como o curral da Praia Formosa que, pela sua proximidade da ribeira do Tarrafal, indicia-nos a pensar na possibilidade dessa ribeira ser conhecida. É o que depreendemos da leitura de um texto de Artur Teodoro de Matos que diz o seguinte: “ (...) ao tempo dos primeiros donatários (...) Pedro da Fonseca mandara abrir um poço, empedrado no inte-

⁸ Documentos relativos a compra da propriedade denominada Tarrafal de Monte Trigo, Stº Antão, para gafaria, SGG. Cx. 768, AHN-CV.

rior, para garantir a água ao gado da fazenda e seu filho promovera a construção do curral da Praia Formosa, na Costa Sul, feito todo de parede, além de três algodoais e da horta do porto plantada de laranjeiras e pereiras.”⁹

Especificamente a esta ribeira, o documento mais antigo que nós analisamos e no qual aparece explicitamente referenciada, foi um relatório datado do séc. XIX, no qual se faz uma descrição da ilha de Santo Antão de uma forma geral. Referindo-se às ribeiras do Monte Trigo e Tarrafal diz serem “pequenas, férteis e dominadas pelas alturas do Tope de Coroa, Campo Grande e Campo Redondo, regiões alto-planas da Ilha”¹⁰. Diz ainda ser “notável a ribeira do Tarrafal, pelo estabelecimento agrícola que ali está organizando o seu proprietário João António Martins, cuja actividade é digna de ser auxiliada.”¹¹ A leitura desta informação permite-nos constatar que, nessa altura, as terras pertenciam a João António Martins, a respeito do qual não pudemos averiguar mais detalhes, nomeadamente de que forma Tarrafal de Monte Trigo veio parar às suas mãos.

No início do século XX, o nome de João António Martins já não aparece como proprietário, embora o apelido Martins apareça referenciado nalguns documentos relativos à posse dessa propriedade. Por exemplo, em Dezembro de 1911, a Repartição Superior de Fazenda da Província de Cabo Verde, informa que “ (...) o prédio rústico de regadio e sequeiro, com cultura de mandioca, batatas e milho, com parte inculta, situada na ribeira de Tarrafal de Monte Trigo, Freguesia de S. João Baptista, que se diz pertencer a Apolónia Burnay Martins, está inscrito na actual matriz d’aquella freguesia, organizada em 1906, em nome de Fernando Burnay Martins, residente em Lisboa (...)”¹² Diz ainda que “esse prédio achava-se inscrito na anterior matriz, organizada em 1896, em nome de João Burnay, igualmente em Lisboa (...) e que na conservatória da comarca está registado a favor de Thereza Martins, Beatriz da Conceição Martins, Fernando Burnay Martins e Emília Burnay Martins, por doação que lhes fez seu tio o referido João Burnay, pesando sobre elle o ónus de usufructo vitalício a favor da supra citada Apollonia Burnay Martins, por doação igualmente d’aquelle Burnay.”¹³ É o próprio escrivão da Repartição de Fazenda que diz que, relativamente às matrizes anteriores a 1896, nada se pode dizer, porquanto se queimaram no incêndio que destruiu a Repartição de Fazenda do extinto e antigo concelho do Paúl.¹⁴ Portanto, qualquer tentativa que vise recuar mais no tempo a este respeito parece estar condenada a fracasso, por falta de provas documentais.

Quando, em 1917, o Governo da Província de Cabo Verde propõe comprar a propriedade, por esta se encontrar em estado de abandono, surge um outro nome dizendo-se co-proprietário da propriedade. António Vicente Fialho reage, numa exposição dirigida ao Governador da Província, dizendo que na condição de co-proprietário “ (...) em seu nome e no da sua mulher Beatriz Burnay Martins Fialho, de suas cunhadas Thereza Burnay Martins e Emília Burnay Martins e de seu Cunhado Fernando Burnay Martins,”¹⁵

9 Matos, Teodoro Artur, 2003 – Diversidade e complementaridade na formação da sociedade colonial caboverdiana. A Arqueologia da sociedade de Santo Antão (1504-1732), in: Em Louvor da Linguagem – Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Edições Colibri, p. 262-263).

10 Correspondência recebida da Administração do Concelho da Ribeira Grande, 1881, SGG, Papeis avulsos, Cx. 269, AHN-CVC.

11 Correspondência recebida da Administração do Concelho da Ribeira Grande, 1881, SGG, Papeis avulsos, Cx. 269, AHN-CVC.

12 Documentos relativos a compra da propriedade denominada Tarrafal de Monte Trigo em Santo Antão para gafaria, Papeis avulsos, SGG, Cx 768, AHN-CV.

13 Ibidem.

14 Lembremos que até meados do século XX, todo o espaço que compõe o actual Concelho do Porto Novo, estava incluído no Concelho do Paúl, para todos os efeitos administrativos.

15 Documentos relativos a compra da propriedade denominada Tarrafal de Monte Trigo, Stº Antão, para gafaria, SGG. Cx. 768, AHN-CV.

informam que “ (...) a propriedade de Tarrafal de Monte Trigo pertence aos indivíduos acima e o usufruto à Exma. Senhora D. Apolónia Burnay Martins, que por falta de capital não tem explorado a referida propriedade, mas para que não fosse considerada abandonada concordaram colocar lá um guarda que garantisse o direito dos proprietários”¹⁶.

A falta de elementos não nos permitiu seguir o desfecho desse episódio, nem tão pouco conseguimos encontrar elementos que nos mostrassem de que forma todas as terras acabaram por se concentrar nas mãos da família Ferro, conforme se depreende do Contrato de Sociedade ou Parceria entre herdeiros de José Augusto Ferro e todos os lavradores, no qual os primeiros aparecem como proprietários, enquanto os segundos assinam como parceiros. Ajusta-se uma sociedade que também se designa por parceria agrícola, pecuária ou florestal entre dois grupos ligados por estreitos laços de dependência: por um lado, o dos proprietários, detentores da terra, da água e do poder, e, por outro, o dos seus dependentes, camponeses, sem terras.

A leitura do contrato de parceria acima referido permite-nos constatar que, embora sujeitos a um mesmo contrato de parceria, que os colocava numa situação de total dependência do proprietário, dono absoluto de todo aquele espaço, a distribuição das Terras e da Água aos camponeses não foi feita de forma equitativa, pelo que se estabeleceu uma espécie de pirâmide social, no topo da qual aparecem os herdeiros de José Augusto Ferro, seguidos dos camponeses com mais área de terras e horas de água e finalmente aqueles que menos os possuíam. Num universo de 94 contratos que analisámos, verifica-se que grande parte possuía várias parcelas, que variavam de 0,040 a 4,144ha, numa área que totalizava cerca de 60, 387 ha.¹⁷

Naturalmente, o mesmo acontecia em relação à água, já que esta era distribuída em função da quantidade de terras. Ter x dias de água e y hectares de terra simbolizava, de certa forma, algum estatuto social, à dimensão daquela comunidade.

Tivemos a curiosidade de analisar as considerações sobre as regas, para nos inteirmos melhor dos trâmites da distribuição da água para o efeito.

Entre outras considerações, as regras diziam que os caudais empregados nas regas não obedecem a quaisquer preceitos de ordem técnica. Quando se pretende determinar o caudal para uma zona de regadio, regam-se as propriedades beneficiadas uma por uma, avaliando-se os dias de que necessita cada uma delas. Uma vez estabelecido esse número, ele manter-se-á e vigorará como “Uso e Costume”, transmitindo-se de geração em geração. Daqui dizer-se que “a propriedade x tem y dias de água”. Esta operação é feita pelos “meirinho”¹⁸, “fiscal das águas” a quem cabia a tarefa de arbitrar questões relacionadas com a água e sua distribuição para regas.

Se a captação ou “Mãe de Água” aumentasse de caudal, uma vez regadas as suas terras, um determinado proprietário poderia dispensar a água, mesmo antes de preencher o dia total de dias a que tivesse direito, e então esta passaria a regar os terrenos do vizinho. Se,

16 Ibidem.

17 Relação de Proprietários do Tarrafal de Monte Trigo, 1983 – Arquivo do MADRRM, Praia, Ministério do Desenvolvimento Rural/ Direcção Regional de Santo Antão.

18 Meirinhos são os indivíduos que levam a água até às diferentes tomadas ou entornadores existentes, distribuindo-a de acordo com o número de horas pertencente a cada propriedade. Tem também por missão aplicar multas aos transgressores do “Código de Posturas”. Para esse efeito, o meirinho chama três testemunhas, leva-as perante o fiscal a quem, verbalmente, confirmam a transgressão. Este, por sua vez, comunica o ocorrido à Câmara Municipal ou Junta Local, que levanta o respectivo auto, o pagamento é feito na tesouraria desta Repartição e a importância, depois de deduzido 1/3 que é entregue ao meirinho, entra nos seus cofres. Normalmente estas sanções são aplicadas pelos referidos meirinhos, o que não quer dizer que qualquer outra pessoa não o possa fazer, mas os trâmites seguidos são sempre os mesmos.

teoricamente, as regras eram estas, a verdade é que, na prática, dificilmente o camponês cedia a água, mesmo quando dela não precisasse, preferindo antes alagar as suas terras, com manifesto prejuízo para as próprias culturas e desperdiçá-la, sendo vulgar ouvir-se o ditado “*quanto mais água, melhor*”.

Diz o relatório sobre as regas que “*em geral, rega-se uma vez por mês, às vezes de 30-35 dias, em todo o Tarrafal, excepto nos prédios existentes no leito da ribeira onde não há horário de rega. A água utilizada não é comprada, mas sim grátis. Queixa-se muito da má partilha e distribuição da água, ficando uns beneficiados*”¹⁹.



3. O impacto da Lei de Base da Reforma Agrária em Tarrafal de Monte Trigo

A leitura dos dados disponíveis permite-nos constatar que até à segunda metade do século XX esta estrutura agrária e forma de distribuição da água mantiveram-se praticamente inalteradas, pelo que o quadro de desigualdade fundiária iria manter-se até à década de 80 do século passado, altura em que foi feita uma reforma agrária que, no caso específico, desafogou a alta concentração fundiária existente.

¹⁹ Relação de Proprietários do Tarrafal de Monte Trigo, 1983 – Arquivo do MADRRM, Praia, Ministério do Desenvolvimento Rural/ Direcção Regional de Santo Antão.

Não estamos em condições de falar sobre os contornos da Reforma Agrária²⁰ em Cabo Verde e sobre as diferentes abordagens que esse fenómeno pode suscitar. Até porque, como se sabe, o uso do conceito “Reforma Agrária” é polémico em Ciências Sociais, uma vez carregado de conotações político-ideológicas, tornando difícil o seu uso nas análises sociológicas. Dizer apenas que foi uma questão que se colocou logo nos primeiros anos após a Independência Nacional, em Julho de 1975, independência essa que “*marca uma ruptura jurídica e político-institucional, mediante o aparecimento de um novo Estado e uma nova concepção de desenvolvimento económico, social, político e cultural.*”²¹ Nessa altura, entre as principais medidas adoptadas pelo governo no concernente à questão agrária, visando modificar a sua estrutura temos:

- 1) *Nacionalização de várias propriedades fundiárias (Decreto-lei nº 6/75). Entre as propriedades nacionalizadas, convém sublinhar a antiga Sacofil, pertencente a um colono português, transformada numa empresa agro-industrial;*
- 2) *Proibição do subarrendamento rural. O fim do sistema de parceria e do fraccionamento de propriedade para o arrendamento (Decreto-lei nº 7/75);*
- 3) *Alienação dos bens imóveis de proprietários absentistas residentes fora do país;*
- 4) *Nacionalização das águas subterrâneas (Decreto-lei nº 18/75);*
- 5) *Criação de uma comissão para a elaboração das leis de reforma agrária;*
- 6) *Criação do Instituto Nacional das Cooperativas (Decreto-lei 96/78) em empresas agro-industriais;*
- 7) *Aprovação das leis de base de Reforma Agrária;*
- 8) *Reordenamento territorial;*
- 9) *Criação do Instituto Nacional de Investigação Agrária.*²²

Se é verdade que o projecto suscitou acesas polémicas, particularmente no seio de certos grupos sociais, e que as manifestações e os conflitos ocorridos particularmente nalgumas paragens de Santo Antão são prova disto, também é verdade que os dados do estudo do caso que aqui é apresentado, podem ser lidos como manifestações de apoio à Reforma Agrária, a uma política económica que garantisse renovação da agricultura e melhoria das condições de vida naquela comunidade. A posse útil das terras pelos que as trabalhavam foi finalmente conseguida, numa altura em que, entre outros empreendimentos e projectos, destaque foi para “*o de desenvolvimento hidro-agrícola do Tarrafal de Monte Trigo*”²³.

De seguida, passaremos a apresentar depoimentos de alguns lavradores, relativamente ao seu entendimento sobre a Lei Base da Reforma Agrária.

20 Diferentes regimes utilizaram e utilizam esta expressão para definir a política de redistribuição de terras públicas, privadas, ou ainda para modificar o regime de ocupação do solo. Se é verdade que, geralmente, fala-se da reforma agrária, referindo-se a um fenómeno social, que se traduz por uma transformação socio-económica de natureza brusca, por vezes violenta, parece não ser monos verdade que, no caso em apreço, tal não se verificou.

21 Furtado Cláudio, ob.cit. p. 105.

22 Iden, *Ibidem*, p.106.

23 Jornal “Voz di Povo”, 17 Dezembro de 1981, p. 5.

Relação dos lavradores de Tarrafal de Monte Trigo e situação sócio-económica

Opinião sobre a Reforma Agrária

1. “Tudo o que vier da parte do nosso Governo é bom” – 45 anos na parcela.
2. “Devia-se despachar o mais rápido possível com essa lei, a fim de nos livrarmos definitivamente da dependência do patrão” – 52 anos na parcela.
3. “Estou muito satisfeito, porque assim poderei trabalhar directamente a parcela com maior vontade e alegria” – 42 anos na parcela.
4. “Penso que esta medida é boa para nós, porque nunca fomos ajudados pelo dono e agora seremos ajudados pelo Governo” – 50 anos na parcela.
5. “Tenho acompanhado a discussão da LBRA e compreendo bem que ela vai-me tirar desta miséria, depois de tantos anos a trabalhar de graça para o dono da terra” – 42 anos na parcela.
6. “Com ela em vigor, poderei plantar qualquer planta, de acordo com as condições de terreno e a ajuda técnica do M.D.R.” – 29 anos na parcela.
7. “Acho que é uma boa medida, porque assim poderei trabalhar a terra mais à vontade e com maior dinamismo” – 8 anos na parcela.
8. “Pelo que vejo, apesar de ser analfabeto, é a melhor coisa que o Governo tem feito até agora, de entre as outras coisas boas”. – 30 anos na parcela.
9. “Assim que tiver as terras em minhas mãos definitivamente, hei-de diminuir a cana e pôr um bocado de hortaliças, de acordo com a L.B.R.A. do Governo” – 60 anos na parcela.
10. “Coisa boa como essa jamais apareceu e, por esta razão, espero poder desfrutar desta realidade muito brevemente, apesar da minha avançada idade” – 75 anos na parcela.
11. “Estando eu nessa idade, não hei-de gostar muito desta lei. Mas os meus filhos serão beneficiados de certeza” – 45 anos na parcela.
12. “Com esta lei, penso fazer um bocado de hortaliças (em 1º lugar) para ter de comer e diminuir a área de cana, sem vergonha do ex-dono” – 21 anos na parcela.
13. “Pouca coisa tenho a dizer. Só sei que deverá ser boa coisa porque o Governo sempre nos ajudou e neste caso continua a ajudar-nos mais” – 25 anos na parcela.

14. “Já fiz muito trabalho na parcela e no entanto passava fome e a família. De hoje em diante, não” – 20 anos na parcela.
15. “Pelo que estou vendo é a única coisa ou forma de podermos trabalhar à vontade na parcela, para produzir mais e melhor” – 40 anos na parcela.
16. “Para mim é boa coisa, porque anteriormente era obrigada a trabalhar com o meu ex-marido na parcela para o patrão e agora trabalharei somente para mim e meus filhos” – 50 anos na parcela.
17. “Fico contente com isso, porque já posso tirar fruto da terra totalmente para mim, sem que seja obrigado a dividir com o dono” – 18 anos na parcela.
18. “Esta lei é uma esperança para mim, a qual me deixa prever um futuro melhor na vida económica familiar”. 24 anos na parcela.
19. “Depois de tantos anos de exploração estou feliz com esta lei a qual há-de me livrar da dependência do patrão” – 57 anos na parcela.
20. “Com a lei da R. Agrária poderei fazer o que quiser na parcela sem ter que estar a dividir o produto da colheita com o dono” – 10 anos na parcela.
21. “Esta lei é boa coisa, principalmente no tocante à abolição da parcela a qual vai-me permitir produzir mais e com maior dinâmica” – 30 anos na parcela.
22. “Ainda que não tenha percebido muito bem essa lei, penso que ela vai ser o factor decisivo da nossa vida futura” – 25 anos na parcela.
23. “Como militante do Partido, deixo o critério da minha opinião dentro do contexto da reconstrução nacional” – 39 anos na parcela.
24. “Ela vai ser boa para mim porque não dividirei o suor do meu trabalho com o dono da parcela, como fazia anteriormente” – 32 anos na parcela.
25. “Com esta lei em vigor não ficarei envergonhado quando tirar qualquer coisa do meu trabalho na parcela” – 2 anos na parcela.
26. “Fico feliz com esta ideia porque já estou trabalhando mais duro na parcela com o objectivo de produzir mais” – 35 anos na parcela.
27. “A princípio não compreendia bem esta lei. Mas agora sou daqueles que tentam mostrar aos outros que não querem compreendê-la, as grandes vantagens que vamos ter brevemente quando que ela entrar em vigor” – 23 anos na parcela.

28. “Como militante do Partido, é escusado exhibir o que penso da R. Agrária – mais uma etapa na consolidação da nossa soberania” – 14 anos na parcela.
29. “Depois de tantos anos de abusos e de injustiças, vejo claramente que o nosso Governo através da L.B.R.A. pretende melhorar a nossa situação socio-económica em todos os seus aspectos” – 29 anos na parcela.
30. “Percebo pouco de leis mas esta, segundo o meu entender, vai ajudar-me a morrer com satisfação por poder ver com os meus próprios olhos as injustiças terminadas nos campos da agricultura” – 60 anos na parcela.
31. “Estou satisfeito com a L.B.R.A. porque assim poderei produzir o que bem entender sem ter de estar sujeito às ordens do dono. Além disso, poderei tirar toda a produção para mim e minha família sem que tenha obrigatoriamente de dividir com o dono” – 47 anos na parcela.
32. “Estou contente com isso porque já estava farto de ser chamado ladrão e de comer o produto da terra às escondidas do dono” – 32 anos na parcela.
33. “Não compreendo muito de política, mas o que o Governo quer para nós tudo é bom, porque nunca nos enganou após a independência” – 39 anos na parcela.
34. “Para mim é boa coisa porque fazíamos as nossas moradias pequeninas, sem o mínimo de conforto possível com medo do patrão nos pôr fora da parcela a qualquer hora, apesar de estarmos a trabalhar como burros sem rendimentos” – 5 anos na parcela.
35. “Sou compadre do ex-dono; mas agora somos inimigos porque tentou tirar-me produto da terra e eu queixei-me dele às autoridades” – 21 anos na parcela.
36. “Com esta lei em vigor poderei estar na parcela a fazer comida à vontade para toda a família poder viver” – 46 anos na parcela.
37. “Se não fosse essa lei penso que ainda morreria escravizado na terra onde trabalho desde tenra idade” – 48 anos na parcela.
38. “Depois de tantos anos abusos e de sofrimento passados é um alívio” – 38 anos na parcela.
39. “Apesar do meu marido ter falecido e não poder ver com os seus próprios olhos esta novidade, estou muito contente por assim poder viver bem” – 30 anos na parcela.
40. “Já estava perto de comer às escondidas e servir de criado ao dono da parcela. Agora estou muito feliz por poder trabalhar directamente o terreno” – 34 anos na parcela.

41. “Para mim apesar de ser um analfabeto é uma coisa boa a qual vai resolver-me grande parte dos meus problemas pessoais e de família” – 20 anos na parcela.
42. “Já estava perto de dar sangue para o dono e agora chegou a vez de eu abrir os olhos e trabalhar por conta própria” – 36 anos na parcela.
43. “Fico feliz com essa lei porque assim poderei trabalhar com mais coragem e dinamismo a fim de obter um certo bem-estar familiar” – 10 anos na parcela
44. “Não tínhamos direito nenhuns de dispor da parcela mas com a L.B.R.A. as coisas tornar-se-ão diferentes porque confio na palavra do Governo” – 23 anos na parcela.
45. “Antes trabalhava a terra para duas panelas mas agora poderei trabalhar para uma só mas sem ter que dividir o fruto” – 33 anos na parcela.
46. “É a coisa mais linda que eu já tenho ouvido no ramo da agricultura e desejaria ser mais novo para trabalhar” – 33 anos na parcela.
47. “Penso que a minha situação vai mudar muito no campo económico e social” – 8 anos na parcela.
48. “Antes trabalhava como burro na parcela para o dono, mas agora não. Vou trabalhar com mais energia, agora pior do que burro, mas para mim a minha família, dentro da L.B.R.A. – 39 anos na parcela.

Fonte: *Relação de Proprietários do Tarrafal de Monte Trigo, 1983 – Arquivo do MADRRM, Praia, Ministério do Desenvolvimento Rural/ Direcção Regional de Santo Antão.*

Foi com base nesses depoimentos que avançamos a hipótese de que, em Tarrafal de Monte Trigo, foi a Reforma Agrária que viria desafogar a alta concentração fundiária existente, reorganizou a estrutura fundiária e amenizou os problemas estruturais daquela comunidade.

4. Conclusões

Em jeito de conclusão, diria que este artigo desenvolve-se em torno de um foco particular de análise, que a nosso ver revela uma unidade de observação, para estudar processos de mudança socio-económica, numa localidade rural de Santo Antão, até recentemente isolada, fechada sob si própria, e cujas vicissitudes por que passou permitem estudos interessantes, quer de cariz histórica, quer sociológica e/ou antropológica. Ao falarmos em estrutura fundiária, referimo-nos a questões relacionadas com a terra, a água e sua distribuição. Para tal conceito, existem categorias que delimitam por extensão a quantidade de terras e os dias de água de que se trata e foi o que procurámos analisar nesse estudo de caso.

Destacámos um caso, na Ilha de Santo Antão, onde a reforma Agrária parece ter sido acatada pela maioria esmagadora das suas gentes, talvez pelo facto de ser essa maioria constituída por lavradores que durante muito tempo estiveram numa situação de total dependência do proprietário, dono absoluto das terras, e naturalmente da água. Para ilustrar o tema que me propus apresentar, recorri a registos existentes no Ministério do Desenvolvimento Rural, que relatam uma versão – a oficial – dos acontecimentos.

Tenho a consciência de que uma análise história mais abrangente e concludente implicaria necessariamente a auscultação da outra parte no “conflito” da Reforma Agrária.

Contudo, no escopo do presente trabalho tal investigação não foi possível devido a ausência de registos oficiais.

Finalmente, devo dizer que a minha leitura é aquela feita pelo olho de um historiador. Entendo, portanto, que podem e devem existir outras leituras, até porque o trabalho científico é feito de sucessivas abordagens, e desejo que outros investigadores se sintam motivados a estudar os contornos da Reforma Agrária em Cabo Verde e, com isso, trazer mais luz sobre um assunto que suscitou alguma controvérsia na sociedade cabo-verdiana pós-independência, e ainda hoje pouco, ou quase nada, estudado pelas Ciências Sociais e Humanas.

Pela vivência pessoal de acontecimentos que marcaram a história da minha vida, como natural do Tarrafal de Monte Trigo que sou, talvez não tenha conseguido atingir a objectividade desejável na análise de factos históricos recentes. Que me seja perdoada a limitação de um analista de História que viveu na pele a própria História.

Talvez se possa dizer, com propriedade, que a semente está lançada. Cabe, agora, cuidar cientificamente dela, para que produza os seus frutos, que redundarão na serena e objectiva elucidação de período tão controverso e conturbado da nossa história recente.

Fontes arquivísticas

Relação de propriedades do Tarrafal de Monte Trigo, 1983 – Arquivo do MADRRM – Praia, Ministério do Desenvolvimento Rural.

Documentos relativos a compra da propriedade denominada Tarrafal de Monte Trigo para gafaria, SGG, Papéis avulsos, Cx. 768, AHN-CV.

Correspondência recebida da Administração do Concelho da Ribeira Grande, 1881, SGG, Papeis avulsos, Cx. 269, AHN-CV.

Bibliografia

- AMARAL, Ilídio, 1964 – Santiago de Cabo Verde. A Terra e os Homens, in “Memórias da Junta de Investigações do Ultramar, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar. Dicionário de História de Portugal, S/d, dir. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas.
- FERRO, Maria Haideé Ferreira, 1998 – Subsídios para a História da ilha de Santo Antão de Cabo Verde (1462 – 1900), Praia, Instituto da Promoção Cultural.
- FURTADO, Cláudio, 1993 – A Transformação das Estruturas Agrárias numa Sociedade em Mudança – Santiago de Cabo Verde, Praia, Instituto Cabo-verdiano do Livro e do Disco.
- GRAÇA, Camilo Querido, 2007 – Cabo Verde – Formação e Dinâmicas Sociais, Praia, II PC.
- LANGWORTHY Mark, FINAN Timothy, VARELA Raul e RODRIGUES Elísio, 1986 – Características da Agricultura de Santo Antão: Relatório do Inquérito à Agricultura em Santo Antão, Praia, INIDA.
- MATOS, Teodoro Artur, 2003 – Diversidade e Complementaridade na Formação da Sociedade Colonial Cabo-verdiana. A Arqueologia da Sociedade de Santo Antão (1504-1732), in “Em Louvor da Linguagem – Homenagem a Maria Leonor Carvalhão Buescu”, Lisboa, Edições Colibri.
- MATOS, Teodoro Artur, 1997 – Santo Antão de Cabo Verde; Gente, Recursos e Organização do poder nos séculos XVI e XVII, in “ História das Ilhas Atlânticas (Arte, Comércio, Demografia, Literatura), Vol. II, Governo Regional da Madeira
- MATOS, Teodoro Artur, 1996 – Santo Antão de Cabo Verde (1724 -1732): da ocupação inglesa à criação do regime municipal. Mutações políticas, recursos económicos e estruturas sociais, in “A dimensão Atlântica da África – II Reunião Internacional de História de África”, Rio de Janeiro
- ROCHA, Agostinho – Santo Antão – Alguns aspectos da Evolução Cultural, 1985, in TERRA NOVA, Ano X – Nº 111.
- ROCHA, Agostinho s/d – Subsídios para a História de Santo Antão de Cabo Verde (1462 – 1983), Ministério da Educação
- SERRA João – Santo Antão e os males da sua economia, in “Boletim de Informação e Propaganda”, Ano IV, Nº 47, 1953, pp. 23-27.



Inovação, tecnologia e gestão de recursos mínimos na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde

Carlos Ferreira Couto*

P 53-77

1. O sequeiro

A ilha de Santiago foi a primeira do arquipélago de Cabo Verde a ser descoberta, em 1460, pelo navegador português Diogo Gomes. É a ilha com maior vocação para o trabalho agrícola e a que tem maior produção de bens desta natureza e a maior expressão do cultivo de sequeiro a nível nacional.¹

A agricultura foi sempre praticada em Santiago mesmo quando esta ilha adquiriu um importante estatuto de entreposto de escravos.² Segundo alguns autores, esta actividade estava condicionada por esse tipo de mão-de-obra e na sua generalidade nunca ultrapassou a mera esfera da subsistência. O sistema pecava por falta de terras, de inovação tecnológica e pela natureza do tipo de mão-de-obra e do sistema fundiário³. Privilegiando o crescimento do sector comercial, a política económica colonial determinou uma crónica baixa de produtividade agrícola e um incipiente mercado de exportação que as secas sucessivas haveriam ainda de agravar.

Segundo Emílio Moran⁴, a política colonial portuguesa não procurou soluções para desenvolver culturas mais adaptadas às condições locais. Os níveis de pluviosidade de Cabo Verde rondam, em média, os 250-375 mm compatíveis com a produção do sorgo (*Sorghum bicolor*) ou milho-miúdo (*Pennisetum typhoides*), mas muito aquém dos 600-900 mm exigidos para o milho. Moran considera o processo de colonização portuguesa como um processo de “portugalização” ao transplantar, tanto quanto possível e de uma forma generalizada, produtos familiarizados, isolando Cabo Verde do mundo agrário

* CEAUP

1 Cf. Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

2 PEREIRA, 1984.

3 PEREIRA, 1984: 25

4 MORAN, 1982.

saheliano. Para Moran, a reprodução de Portugal em Cabo Verde foi incentivada no seio da sociedade mestiça que sobrevalorizou os traços culturais europeus, e estes bloquearam a abertura para as raízes africanas, a fonte de conhecimentos úteis e relevantes no quotidiano do arquipélago. Entretanto alguns agrónomos sustentam que o “milho da terra”⁵ conseguiu ao longo do seu processo de adaptação, uma “plasticidade” que lhe confere uma resistência natural (genotípica) à seca, colocando o verdadeiro problema do claudicar precoce das plantas na extrema assimetria da repartição pluviométrica e não tanto na insuficiência de níveis de pluviosidade⁶.

Na agricultura de sequeiro (a actividade agrícola mais representativa em Santiago), o milho é a principal cultura, associada a outras culturas, como os feijões. Se bem que as chuvas condicionam as actividades deste tipo de cultivo, a sementeira geralmente inicia-se em Junho e vai até Outubro. Contudo Julho e Agosto são os meses de maior concentração das actividades relativas à sementeira e mondas. As rotinas mais comuns consistem na limpeza do terreno (“roça”) e nas aberturas de covas (“covacho”) onde são lançadas as sementes (geralmente quatro de milho e duas de feijão, conforme a zona) e depois cobertas com terra. Para evitar que o corvo ou a galinha-do-mato comam as sementes abrem-se covas que se entulham com as sementes e depois de novo abertas superficialmente para enganar as aves.

Depois das chuvas⁷ caírem seguem-se as “mondas” logo após a primeira fase do crescimento e que se podem repetir duas ou três vezes⁸ até à altura da colheita que vai de Novembro até Março, conforme os anos.

A actividade do cultivo de sequeiro tem uma importância crucial na produção de elementos que constituem a base alimentar dos camponeses como o milho e feijões, mas também na produção dos elementos que constituem a base alimentar dos animais como a palha. Do ponto de vista nutricional os feijões, para as populações mais pobres, são o substituto da carne ou peixe, na alimentação diária dos camponeses. Para além disso, o cultivo de sequeiro inicia o ciclo da organização das trocas recíprocas do trabalho, o *djunta-mô*, e da sociabilidade geradora de capital social para encontrar parcerias. Em certo sentido, o cultivo de sequeiro é o interruptor que dinamiza ou reactiva a estruturação social camponesa, tanto na componente de estruturação horizontal e igualitária que caracteriza o *djunta-mô*,⁹ como sua componente de estruturação vertical, “pela

5 O milho tem como origem provável a América Equatorial ou subtropical, introduzido na Europa com as Descobertas, nos finais do século XV. A sua introdução em Cabo Verde dá-se no século XVI com variedades trazidas das zonas costeiras do Brasil e do Rio de la Plata. Desde muito cedo, o milho sobrepõe-se aos “milhos miúdos” vindos do Continente africano e conhecidos pelas populações que os trouxeram para o arquipélago. Não obstante a capacidade de resistência do sorgo (*Sorghum bicolor*) e o *millet* ou painço (*Pennisetum typhoides*) aos estados de stress hídrico, segundo experiências realizadas em Cabo Verde sob registos de pluviometrias distribuídas assimetricamente ou ainda muito deficitárias (menos de 180 mm), o “milho da terra” conseguiu, ao longo do seu processo de adaptação, uma plasticidade que lhes confere uma resistência natural (genotípica) à seca, contudo, como refere um engenheiro agrónomo do I.N.I.A. “... mais que a insuficiência, a extrema assimetria da repartição pluviométrica é a responsável pelo claudicar precoce das plantas” (SILVA, 1992: 75).

6 SILVA, 1992: 75.

7 “O tempo de *azagua* é o tempo das chuvas (situação de monção) ou das primeiras chuvas. No céu formam-se nuvens, a humidade e a temperatura aumentam, ultrapassando os 30°”. É o período do ano em que o arquipélago se encontra sob a influência das calmas equatoriais e, apesar de se encontrar “no limite da chamada monção de sudoeste”, é a este fluxo que se fica a dever a chuva”. (CORREIA, 1996: 83)

8 Segundo A. Trigo de Abreu, existe em Santiago um calendário agrícola cujas operações exigem “... grandes quantidades de trabalho em períodos muito curtos e precisos”. Para Trigo de Abreu a gestão do trabalho agrícola enfrenta o problema de como reunir suficiente mão-de-obra para o trabalho da “monda” que absorve cerca de 50% das necessidades totais da cultura (v. ABREU, 1985: 85-106).

9 O “*djunta-mô*”, assim designado em Santiago, é ainda conhecido por “*junta-mô*” ou “*junta mão*”. Em S. Nicolau esta forma de cooperação no trabalho dá pelo nome de “*mão trocada*” e em Santo Antão designa-se por “*ganhar homens*”. (ver LOPES, 1984: 299). O *djunta-mô* é, de certo modo, uma “*tontine*”, que surge um pouco por toda a África, de carácter mutualista. No Congo estas *tontines* são designadas pelo termo (*kikongo*) de “*kitêmo*” que também podem designar as “*tontines*” de dinheiro que em Cabo

submissão e pela hierarquia”, que caracteriza aquilo que, em Santiago de Cabo Verde, se denomina de *djuda*.

No concelho de São Domingos, um agricultor pode viver em S. Francisco e ter campos de cultivo de sequeiro em Milho Branco. Sendo criador de alguns animais e fazendo regadio por alagamento (“reço”) na zona de residência em S. Francisco, o agricultor trabalha parcelas de cultivo de sequeiro, geralmente em terras do Estado cuja renda só é paga em caso de haver produção agrícola satisfatória. Outras vezes em terras de parceria, a *mea*, com divisão das colheitas entre o produtor e o proprietário do terreno. A parceria, proibida por decreto¹⁰, mantém-se e constitui a segunda forma de exploração mais usada a nível nacional. O concelho de S. Domingos, na ilha de Santiago, ultrapassa a média nacional de 21% das explorações agrícolas que utilizam a parceria como forma de exploração agrícola¹¹.

A estratégia de distribuição geográfica das parcelas de cultivo serve ainda o propósito de diminuir o risco derivado da distribuição irregular das chuvas na ilha. Perante este cenário surge como evidente que uma das estratégias de subsistência para o camponês santiaguense é assegurar uma boa colheita dos produtos de sequeiro, através da diversificação geográfica das parcelas de cultivo minimizando sempre o risco de uma má colheita. O cultivo nas terras do Estado, desde logo permite, em caso de não haver colheita, o não pagamento da renda e mesmo em terras de proprietário, em parceria, vale sempre a justificação do resultado final. Por outro lado a agricultura de sequeiro, o tempo da *azagua*, é a altura do ciclo produtivo que permite o acesso à mão-de-obra não assalariada através do *djunta-mô* e muito menos da *djuda*, trocas e reciprocidades de diferentes níveis e carácter, diferidas ao longo do tempo que medeia as sementeiras e as colheitas de um ano agrícola.

Um outro ponto a considerar é o que relaciona a actividade de sequeiro com a produção dos alimentos dos animais e que torna essa actividade incontornável para quem tem um número de animais relativamente elevado. Afinal os alimentos obtidos na produção de sequeiro são a garantia de futuros financeiros provenientes das poupanças investidas na compra dos animais. A palha obtida com a produção de sequeiro é deste modo crucial não só para a subsistência do agregado familiar mas também para a subsistência do sistema associado à criação dos animais que, no contexto santiaguense, quer dizer a lógica da produção de subsistências do mundo rural.

Por outro lado, as “frentes” de trabalho surgem como a única forma de acesso à moeda ou, pelo menos, a fonte principal desse recurso. A alimentação surge aqui como um factor fundamental para o acesso à mão-de-obra do *djunta-mô*. Para convidar os vizinhos é necessário algum poder financeiro para a alimentação dos convidados e sem esse poder não é possível integrar-se na rede de entajuda e reciprocidade do *djunta-mô*. Assim a categoria dos alimentos surge no mundo rural santiaguense como uma estratégia nuclear em toda a lógica das subsistências e essa categoria submete-se a um processo de co-evolução que acompanha as mudanças da estruturação social em resposta aos constrangimentos externos impostos pela engenharia social dos sucessivos projectos de desenvolvimento rural financiados pela ajuda alimentar monetarizada.

Verde tomam o nome de “toto-caixas”. Contudo, existem diferenças substanciais quanto ao conteúdo e mesmo quanto à forma se tivermos em conta que no Congo o termo *Kitêmo* engloba diversos fenómenos de mutualismo e reciprocidade. O “*djunta-mô*” (como o *kitêmo*) é um produto histórico geograficamente localizado. (ver MAYOUKOU, 1994).

¹⁰ A interdição da prática da parceria deu-se com a Lei de Arrendamento de Maio de 1967 e depois reconfirmada com a Lei de Base da Reforma Agrária. Contudo, subsistem formas de subparceria e subarrendamentos (FINAN, BELKNAP, 1984: 21; e ainda FURTADO, 1993: 117-121).

¹¹ Cf. Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 – Dados Globais, 2005

Quadro 1: Explorações de cultivo que utilizam *djuda* e *djunta-mô*

Regime	Ilha / Concelho	Expl.	Tipo de mão-de-obra utilizada							
			<i>Djunta-mô</i>				<i>Djuda</i>			
			Homem		Mulher		Homem		Mulher	
			nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Sequeio	Cabo Verde	33 895	16 630	49,1	15 846	46,8	1 947	5,7	1 700	5
	Santiago	20 393	14 308	70,2	14 879	73	1 274	6,2	1 270	6
	S. Domingos	1 869	1 100	58,9	1 096	58,6	121	6,5	110	6
Regadio	Cabo Verde	7 593	1 115	14,7	394	5,2	249	3,3	88	1,2
	Santiago	4 069	956	23,5	378	9,3	195	4,8	80	2
	S. Domingos	331	76	23	49	14,8	35	10,6	17	5,1

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

O *djunta-mô* tem vindo a regredir¹² e isto consiste no fenómeno de co-evolução entre as componentes da estruturação social camponesa e os processos de desagrarização e de monetarização do quotidiano camponês. O projecto e o seu *leitmotiv*, as frentes de trabalho, induzem a sociedade camponesa a um “reajuste” na conexão que estabelece entre os elementos e entre os subsistemas, de forma que as expectativas dos actores se ajustem ao ciclo da reprodução. A descapitalização das famílias em períodos cruciais do ciclo reprodutivo, fortemente condicionado pelas condições climáticas e míngua de recursos, impede a articulação das estratégias de subsistências com a matriz de reprodução social típica e do fundamento da sua estruturação, a reciprocidade. Esta matriz que adquire substância na prática do *djunta-mô* e da *djuda*, do ponto de vista co-evolutivo sugerem uma forte plasticidade mas nem sempre se concretiza e progressivamente vem sendo objecto de erosão pela absoluta incapacidade das famílias responderem às exigências mínimas dessa reprodução. Mesmo a *djuda*, entre familiares, cada vez mais exige uma compensação diferida no tempo, monetária ou não.

Um agricultor nos tempos livres pode ajudar um seu irmão e entre eles haver a prática de favores mútuos, mas com o recurso frequente à moeda, que se generalizou com a transformação da dieta tradicional, obriga os camponeses a um uso cada vez mais diário da

¹² Cf. COUTO, 2001: 147-148.

moeda no acesso aos recursos básicos da subsistência. A mudança do regime alimentar surge como efeito dominó na estruturação social camponesa assente na cooperação dos trabalhos agrícolas, na estruturação igualitária que caracteriza o *djunta-mô* e na estruturação vertical “caracterizada pela submissão e pela hierarquia”¹³ que constitui aquilo que na sociedade santiaguense se denomina de *djuda*.

No sequeiro cultiva-se milho, “congo”, os feijões *sapatinha*¹⁴, *bonje*¹⁵ e *bongolon*¹⁶, farinha e *mancarra*¹⁷ (amendoim). Junto à habitação planta-se o tabaco que depois de trancado é vendido aos palmos. O milho é para comer e a *mancarra* vende-se no mercado. A produção agrícola em Cabo Verde é muito deficitária (cerca de 10% das necessidades alimentares em cereais) e ao longo dos anos decrescem os valores da produção sendo de destacar uma crónica baixa produção do “congo” e a redução contínua da produção de mandioca cujos preços na actualidade a afastam cada vez mais do prato do camponês santiaguense. Não só estes produtos mas também os feijões e o milho manifestam acentuadas baixas de produção desde 1987 como podemos constatar com a leitura do seguinte quadro:

Quadro 2: Evolução da produção do cultivo de milho, feijões e mandioca

Ano	Milho			Feijão congo			Outros feijões			Mandioca		
	Área	Produção	Rend ^o	Área	Produção	Rend ^o	Área	Produção	Rend ^o	Área	Produção	Rend ^o
1987	34 882	21 182	608	7 027	4 228	571	32 621	9 753	299	-	6 200	-
1988	34 256	16 507	482	11 161	2 265	203	31 679	9 806	310	-	5 700	-
1989	35 480	9 714	273	17 691	223	13	30 279	1 601	53	133	-	-
1990	34 124	11 418	335	16 662	430	26	29 162	3 074	105	167	5 000	-
1991	32 655	8 258	253	17 207	0	0	28 138	2 217	79	-	3 400	-
1992	33 975	10 265	302	11 376	115	10	28 734	3 182	111	33	1 500	-
1993	33 105	11 888	359	10 925	127	12	27 586	1 795	65	41	1 900	-
1994	32 612	3 163	97	11 504	0	0	28 043	137	5	40	1 500	-
1995	31 066	8 166	263	9 685	558	58	27 080	1 808	67	-	3 200	-
1996	32 197	1 304	41	9 084	0	0	27 604	58	2	180	3 060	-

Fonte: Divisão de Estatísticas Sectoriais, GEP/MAAA.

13 V. SEGURADO, 1983: 67.

14 *Phaseolus lunatus* L.

15 *Phaseolus lunatus* L.

16 *Vigna unguiculata* (L.) Walp.

17 *Arachis hypogatea* L.

O tabaco é reservado em parte para o consumo próprio mas os “palmos” trançados são vendidos ocasionalmente para fazer face a algumas despesas diárias. Cultivado em pequenos quintais, o agricultor pode tirar do “quintalinho”, mais de vinte “varas” de tabaco. Uma “vara” tem cinco “palmos”, um metro e dez centímetros, aproximadamente. Um palmo pode ser vendido no local (na habitação do agricultor) por 500 ECV.

Enquanto a produção do milho e feijões é geralmente dirigida para o consumo da casa a de *mancarra* e tabaco, sempre em pequenas quantidades, pode e geralmente é vendida ao longo de vários meses. A venda do tabaco serve para custear despesas com a escola ou constituir um pequeno fundo de maneio para despesas com a água e produtos alimentares comprados na loja.

A agricultura de sequeiro fornece ainda o feijão “congo”. O “congo” dá raramente palha para a vaca e a cabra, dada a sua fraca produção. A palha mais apreciada é a *djê-djê* (*digitaria horizontalis*) mas qualquer possibilidade é sempre uma importante estratégia de obter uma alimentação mais barata dos animais ou mesmo até vender a palha para suportar um pequeno fundo de maneio na época de menor produção, ou tentando vender a criadores de gado de zonas menos afortunadas com chuvas, num ou outro ano.

A venda esporádica dos produtos do sequeiro¹⁸ adquire uma importância vital não pela quantidade de moeda que se obtém mas porque pequenas quantias disponíveis em momentos cruciais. O fundo de maneio mesmo que reduzido permite diminuir a incerteza quanto à capacidade de aceder a um bem fundamental numa ocasião crítica e, por isso, disponível no momento certo, *just in time*, no tempo curto. A venda esporádica de produtos de sequeiro pode constituir como um elemento de redundância no sistema da produção das subsistências do camponês.

2. A horta: o “rego” e o “gota-a-gota”

A cana-de-açúcar é o produto de maior importância da agricultura de regadio por alagamento (“rego”) que tradicionalmente se vem praticando na ilha de Santiago. O “rego” e a cana-de-açúcar estão intimamente ligados ao “trapiche” assente nas infra-estruturas que permitem a produção do grogue e mel.

O regadio tradicional pode combinar vários produtos agrícolas, sendo as associações de produtos mais frequentes a cana, o milho, a mandioca e a banana, batata-doce e fruteiras. A batata comum, o tomate, a cebola e o repolho são ainda produtos cada vez mais integrados no sistema de regadio tradicional da ilha de Santiago. Contudo, nos últimos anos verifica-se um incremento do sistema gota-a-gota ou micro irrigação, lento a nível nacional, mas com casos muito acima da média, como é o de S. Domingos, concelho onde mais de quarenta por cento das parcelas são micro irrigadas, como podemos constatar na leitura do seguinte quadro:

¹⁸ O Recenseamento Agrícola de 1988 estimava que, das 31.916 explorações registadas, somente 6383 (20%) declararam vender um ou mais produtos cultivados, sendo a maior parte desses produtos vendidos provenientes de culturas irrigadas. Para o Concelho de S. Domingos a cifra subia para 30% das explorações. Esta realidade nacional, poderá, em parte, ser devedora da precariedade do escoamento de produtos, insuficiência da rede de estradas e os inconvenientes da geomorfologia das ilhas agrícolas (Santiago e Santo Antão são ilhas montanhosas), por um lado e, por outro, da própria insularidade e das flutuações dos preços agrícolas (“dumping”, etc.) que aumentam o risco na produção. Ver CABO VERDE, *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1991-1995*, vol. I, Praia, 1992: 74.

Quadro 3: Parcelas de regadio segundo o tipo de rega

Ilha / Concelho	Total		Tipo de Rega							
			Alagamento		Gota a gota		Alagamento e gota a gota		Outros	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Cabo Verde	11 858	100	10 175	85,8	942	7,9	453	3,8	288	2,4
Santiago	5 290	100	4 314	81,6	571	10,8	217	4,1	188	3,6
S. Domingos	437	100	181	41,4	182	41,6	61	14	13	3

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

O sistema de regadio tradicional, preponderante em todo o arquipélago, configura um enquadramento no qual os agentes económicos sobrevalorizam a importância de culturas como a cana e o milho ou a mandioca tendo em conta o elemento fundamental da reprodução ou seja, os “alimentos” tanto dos homens como dos animais. As estratégias dos agricultores mais pobres seleccionam as práticas mais costumeiras e menos exigentes em capital.

A palha originária do “rego” é muito apreciada pelos animais como a *djê-djê* e a «pega saia» que desaparecem gradualmente com a massificação da micro irrigação. Assim, o rego subsiste como uma actividade enquadrada num saber fazer e num estatuto socio-económico do agricultor que se opõe ao saber fazer do sistema “gota-a-gota” que não produz a alimentação dos animais.

Actualmente são os mais velhos, maioritários na posse das terras de regadio, que ainda continuam a preferir o cultivo da cana associada com milho ou mandioca. Estes quando atingem uma idade avançada e os seus filhos saem de casa para se casarem, geralmente arrendam suas parcelas a agricultores mais novos, seus vizinhos.

Para alguns agricultores o facto de os mais velhos não fazerem o sistema de «gota-a-gota» é sinal de «fraqueza», isto é, porque não têm «troco» (dinheiro) para o tanque: É “fraqueza” de “troco”. Essa “fraqueza” não toca só os rendeiros ou parceiros, mas também os proprietários. Por outro lado, na horta, tradicionalmente, não há cooperação¹⁹ no tra-

19 Na zona de São domingos as parcelas de regadio não são trabalhadas com o recurso ao *djunta-mô* ou cooperação alargada mas sim com o recurso ao trabalho individual (assalariado ou não) ou à cooperação restrita (*djuda*). Aliás, J. Segurado no seu estudo sobre o Serelho, observa que “... o princípio de junta-mão nunca foi, segundo os informadores, empregue para os trabalhos de regadio” (*op. cit.*, 66) e até na colheita do café, em tempos mais longínquos, aos amigos e vizinhos que se juntavam para a colheita dos bagos lhes era oferecido um *gazadjo* (agasalho) que consistia numa pequena porção de café sem, contudo, existir qualquer reciprocidade directa em trabalho. Na zona de São Domingos acontece uma situação similar relativamente à produção do “grogue” e do mel. O proprietário do “trapiche” cultiva e compra cana para fazer a aguardente. Alguns vizinhos e amigos poderão aparecer para ajudar, numa manhã ou numa tarde, recebendo algum grogue do proprietário do “trapiche”. Por outro lado, os agricultores que produzem cana alugam o “trapiche”, pagando a “quinta” ao proprietário, ou seja, em 20 litros de “grogue” produzido dão 4 litros ao dono do “trapiche”. Na altura do corte da cana a procura da mão-de-obra aumenta consideravelmente e é nesta altura que poderá surgir no seio da comunidade a coexistência de várias formas de cooperação entre as unidades de produção, acentuando de certa forma a complexidade das categorias de *djuda* e *djunta-mô* que J. Segurado havia observado no seu estudo sobre o Serelho. A natureza polissémica da categoria *djunta-mô* leva alguns agricultores a referirem a existência de *djunta-mô* no corte da cana. Contudo, quando os agricultores expõem em pormenor as formas de engajamento da mão-de-obra para aquela operação agrícola, a questão da reciprocidade das prestações de trabalho não surge como pertinente e constante. O “grogue” surge como um elemento que substitui a contraprestação e a obrigatoriedade de retribuir a disponibilidade para o trabalho no campo do parceiro.

balho, aumentando a despesa com os salários. Trata-se da disponibilidade para fazer despesa em dinheiro. O difícil acesso à moeda introduz um nível elevado de incerteza. No sistema tradicional de regadio é estabelecida uma ordem entre os diferentes subsistemas e elementos que passa pela alimentação, pela criação de animais e pela produção de grogue. O produtor de cana proprietário de “trapiche” representa o protótipo do agricultor do “rego”, geralmente mais velho da comunidade com abundantes recursos em terras e animais e que frequentemente constituem-se como líderes dessas próprias comunidades, os “morgados”. Os “trapiches” espalham-se na sua quase totalidade pelas ilhas de Santo Antão (com 209 explorações a praticarem esta actividade) e Santiago, onde 155 explorações declararam praticar a actividade como podemos observar no quadro seguinte:

Quadro 4: Explorações agrícolas com actividade do “trapiche”

		Cabo Verde	Santiago	S. Domingos
Total das explorações agrícolas	nº	44.450	24.625	2.132
	%	100	100	100
Explorações c/ actividade do trapiche	nº	383	155	10
	%	0,9	0,6	0,5

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

Muitos dos “morgados” proprietários de “trapiches” diversificam as zonas onde possuem diversas parcelas de forma a minimizarem o risco do comportamento errático das chuvas e maximizarem o número de horas de águas a que têm acesso pelo “calendário” de diferentes zonas. Estes agricultores mais velhos, produtores de cana, dizem-se conhecedores de botânica²⁰ e das plantas através da leitura do “Lunário Perpétuo”. Este livro²¹ do século XIX é transmitido de pais para filhos, de avós para netos ou sobrinhos e não pretende esclarecer os leitores somente sobre assuntos da agricultura mas de todos os outros que se ligam ao quotidiano do camponês e do ciclo anual da reprodução. Estes leitores do “Lunário” são agricultores com a instrução primária, considerados cultos pelos seus vizinhos que recorrem a eles para pedir conselhos sobre situações do presente e do futuro.

O sistema do “rego”, e as perspectivas mentais que o representam, têm sido alvo das múltiplas intervenções, nos últimos dez anos, financiadas pela Ajuda Internacional e mediadas pelas estruturas do Estado e ONG’s nacionais e internacionais. Estas intervenções acompanham o fenómeno da tentativa de massificação do sistema “gota-a-gota” na ilha de Santiago.

20 v. COUTO, 2007 (mimeo): 173-177

21 CÓRTEZ, s.d



A tentativa de estipular a área de cultivo da cana por cada agricultor e depois o preço da água de modo a desincentivar esse cultivo torna-se difícil seja porque a dispersão da cana se deva ao pequeno número de parcelas de regadio no contexto da ilha ou à estratégia de diversificação geográfica das parcelas de modo a aumentar o acesso ao factor água dentro de um outro “calendário” de distribuição da água de rega. Os intervalos de rega, dentro do “calendário”, superiores a quinze dias por mês, impedem o cultivador do “rego” optar pela micro irrigação que exige intervalos de rega bem inferiores.

As parcelas de cultivo localizadas fora da área de residência dos agricultores e o difícil acesso às zonas de cultivo constituem outros factores de resistência por parte dos cultivadores da cana. Na zona de Pico Leão e Chuva Chove, ambas na freguesia de S. João Baptista, onde a água é relativamente abundante, existem casos de cultivadores de cana que não optam pela instalação do sistema “gota-a-gota” pelo facto de não residirem na zona de Pico Leão.

Se optassem pelo “gota-a-gota” teriam que visitar as parcelas mais frequentemente, o que implicava custos de transporte e tempo dispendido dado o difícil acesso à zona de Pico Leão, no interior da ilha. Assim muitos agricultores depois de construírem o tanque de água, com a ajuda do projecto para iniciar a instalação do “gota-a-gota”, acabam por continuar o cultivo da cana.

Se bem que a produção de aguardente de açúcar (e não de cana) tenha vindo a aumentar ultimamente e o fenómeno da micro irrigação se tenha expandido para as diversas zonas da ilha, o cultivo da cana tem persistido principalmente nas zonas do interior e difícil acesso com estruturas do “trapiche” de tracção animal²².

²² Para além destes existem os trapiches mecânicos como o da Cidade Velha que, contudo, exigem elevados custos para o transporte da cana até o local onde é espremida.

Quadro 5: Tipo de equipamentos agrícolas

Ilha/Concelho	Tipo de Equipamento								
	Fertilizador	Filtro areia	Filtro discos	Trapiche animal	Trapiche motor	Trapiche eléctrico	Alambique	Pipas	Cobre
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº
Cabo Verde	225	279	409	218	331	35	374	7 415	906
Santiago	165	214	235	162	128	10	191	3 021	413
S.Domingos	55	89	106	10	3	1	9	514	38

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

Muitos agricultores do “rego” começam a cultivar produtos hortícolas como o repolho e o tomate, juntamente com a cana, para uso da casa ou para vender esporadicamente. Outros, ainda, rendem-se ao sucesso de um ou outro vizinho que faz o “gota-a-gota” e à constatação, ao longo do tempo, das produções obtidas pelo “gota-a-gota” de três em três meses ou de quatro em quatro meses. Perante a verificação de que outras culturas, que não a cana e a mandioca, são mais rentáveis, como é o exemplo das hortícolas, os proprietários e cultivadores do “rego”, gradualmente e com o avançar da idade, cedem parcelas de regadio aos filhos ou arrendam a vizinhos para a instalação do “gota-a-gota”. Contudo, os mais velhos sempre resistem à tentação.

Um dos entraves que surgem como instigadores da resistência da produção de cana em detrimento do cultivo de hortícolas é o uso de químicos para o combate às pragas que atacam as espécies cultivadas no “gota-a-gota”. Os cultivadores do rego não só tentam evitar a despesa que poderiam fazer na compra desses medicamentos, o “castigo” de que falam os proprietários de “trapiche” e cultivadores de cana mais velhos, mas também porque, afinal, trata-se de uma nova sabedoria, a nova “Escola de Botânica” que exige outros conhecimentos. A complexidade do uso dos “medicamentos” coloca o velho cultivador de cana numa posição de inferioridade relativamente aos seus filhos, netos e sobrinhos, e aos vizinhos mais novos.

Assim, o que está em causa é a inter-relação ou interdependência dos elementos do sub-sistema “rego” e não só crenças subjectivas que os agricultores mais velhos possam ter. Até porque essas crenças vêm sendo enfraquecidas pela acção dos animadores rurais nas diversas zonas agrícolas da ilha.

Um exemplo que ilustra a erosão das crenças dos agricultores mais velhos, com a introdução das culturas hortícolas nas povoações do interior foi o que se passou em Pico Leão durante as actividades no âmbito do Projecto de Luta Contra a Desertificação na Freguesia de S. João Baptista. Os técnicos e os animadores rurais que actuavam na zona de Pico Leão enfrentavam a crença de muitos cultivadores, principalmente da zona de Santana, de que as hortícolas eram impossíveis de se reproduzirem por causa do vento forte que

regularmente sopra em todo o vale. Em 1994, o técnico e os animadores do DGASP iniciaram o contacto com os agricultores de Pico Leão e Chuva Chove, falando com eles nas suas parcelas de cultivo e incentivando-os a fazerem mudanças nas culturas e rotação dos terrenos. Um outro objectivo da equipa de animação rural era convencer os agricultores a substituírem uma parte da cana por repolho ou cebola. Na zona de Santana, povoação próxima de Pico Leão e Chuva Chove, os agricultores mais velhos afirmavam que em Pico Leão havia muito vento e que não deixava produzir hortícolas. O técnico, engenheiro agrónomo, de um país continental saheliano, disse-lhes: “- Não. Dá sim e vamos fazer uma experiência”. O técnico pediu emprestado uma pequena parcela de cultivo a um agricultor de Pico Leão para fazer a experiência de uma produção de cebola. Mandou aplanar o terreno, fez uma boa preparação do terreno e trouxe “borbilhos” de cebola, fazendo a sementeira. A produção foi inédita para os cultivadores locais e, na altura da colheita, o técnico fez a medida das áreas e com uma balança pesou cebola colhida na parcela. Quando os agricultores mais velhos assistiram às tarefas de pesagem disseram: “- Pronto, vento às vezes estraga mas desta vez deu. A sua [do técnico] cebola dá muito.” Ao que o técnico respondeu: “-Não, não é a minha cebola que dá muito. Todos temos que fazer a experiência.”²³

A partir desse momento, dois casos de jovens agricultores, com a ajuda do projecto, iniciaram a instalação do sistema “gota-a-gota” e os produtores do “rego” [cana] locais começaram a dedicar uma pequena parte das suas parcelas ao repolho e às cebolas que, até aquela altura, nunca havia sido feito na zona. Contudo a produção de cana no “rego” continuou a ser produzida pelos cultivadores mais velhos.

A técnica utilizada pelos animadores consistia em mostrar aos agricultores o que na prática é possível fazer escolhendo rigorosamente uma pequena parcela de demonstração bem localizada e com fortes probabilidades de ser bem sucedida. Esta parcela era utilizada como a “montra” das crenças dos técnicos e animadores rurais que com uma boa produção funcionava como antídoto das crenças dos agricultores de Santana e dos mais velhos de Pico Leão e Chuva Chove.

Durante as diferentes fases da produção da parcela os animadores rurais convidavam os agricultores a virem à parcela ver como se fazia. A parcela junto a outras parcelas de cultivo tradicional era escolhida entre aquelas que tinham qualidades mínimas para o sucesso da produção e se localizassem “quase no caminho das pessoas” para que fosse visível por todos. Depois dessas experiências só dois ou três casos avançaram com a produção de hortícolas e todos eles com menos de quarenta anos, havendo um caso com instalação do sistema “gota-a-gota” e com relativo sucesso. Estes novos agricultores de Pico Leão fizeram parcerias intrafamiliares, isto é, irmãos que juntaram suas parcelas para o cultivo de hortícolas e tiveram a possibilidade de encontrar água nas suas parcelas. A ajuda de projecto com a construção de um tanque também foi crucial. Contudo, na zona, a cana-de-açúcar continua a dominar, surgindo agora no “rego” uma pequena área de repolho, cebola ou outra hortícola para consumo esporádico ou troca, “para comer ou oferecer ao primo que vem do outro lado”²⁴.

A micro irrigação vem se desenvolvendo nos últimos anos com a acção dos projectos financiados pelos países doadores da ajuda internacional, em particular destaque para a Holanda nas ilhas de Santiago, Fogo e Santo Antão. Estima-se que a introdução dos sis-

23 Cf. COUTO, 2007: 180

24 V. COUTO, 2007: 179-182

temas de irrigação “gota-a-gota” (sistemas T-Tape) permitiram realizar economias de 40 a 50% de água relativamente à irrigação por alagamento, o sistema tradicional. São vários os problemas que se colocam aos agricultores para aderirem ao sistema “gota-a-gota”, a plataforma possível para a inovação da comunidade/sociedade rural santiaguense. A falta de recursos financeiros ou descapitalização dos agregados familiares é um dos grandes obstáculos conjugados com a falta de apoio técnico, e a resistência dos agricultores mais velhos são os factores referidos pelos técnicos e fornecedores de factores de produção ou lojistas da cidade da Praia²⁵. Estes comerciantes quando querem divulgar o sistema “gota-a-gota” junto dos agricultores, fazem uma parcela demonstrativa e tentam motivar os agricultores para iniciarem a micro irrigação nas suas parcelas. Contudo encontram sempre obstáculos e dificuldades da parte dos agricultores mais velhos, que possuem as terras de regadio mas que, por outro lado, exigem mais capital de confiança para aderirem ao sistema.

O problema, para além da falta de apoio, é a falta de recursos monetários e a grande resistência dos mais velhos. Depois o investimento tem de começar com a construção de um depósito de água, geralmente financiado a fundo perdido para quem tem apoio em um projecto, e ter acesso à água do “calendário”. O reservatório é crucial para assegurar as produções no caso de avaria da moto-bomba, ou aceder a água precipitada das chuvas ou ainda para quando se tem horas do “calendário” à noite. De todas as formas o reservatório possibilita uma irrigação mais regular²⁶. Para as águas de menor qualidade é necessário, ainda, um filtro.



10

²⁵ Ver (Anexo nº 14)COUTO, 2007.

²⁶ Ver FAO, *Cap Vert*, Project GCP/CV1/036/NET.

Um outro problema é o das doenças²⁷ e das pragas que atacam as plantas, como os insetos²⁸, os ácaros e os fungos que exigem químicos diversos. Os agricultores, mal informados, utilizam os mesmos químicos para atacar diferentes pragas, por falta de recursos ou, por vezes, por mera teimosia ou fruto de crenças pessoais. Os produtos são escolhidos pela rapidez da acção (o que não faz efeito hoje, também não o fará amanhã) vencendo a lógica do imediatismo.

O produto biológico *Bacillus Thuringiensis*²⁹ vulgarmente conhecido com o nome comercial de “Delfin” ou “Dipel” actua por contacto e os camponeses não acreditam muito na sua eficácia pois não mata de imediato a praga, preferindo eles os químicos mais rápidos a actuar. O “Dipel” veio recentemente substituir o “Delfin” e dado ser um produto novo teve grande adesão. Contudo, na Achada Baleia já se notava alguma resistência dos horticultores a usarem o “Dipel” pois consideravam que a sua actuação não era muito eficaz. Muitas das crenças dos horticultores motivavam a mistura de medicamentos pois deste modo acreditavam ser mais eficaz a acção do produto. Segundo os técnicos e extensionistas da zona, esta prática e a tendência dos horticultores a exagerarem nas quantidades dos produtos usados origina uma maior resistência das “pragas”. A nova geração de produtos que actua selectivamente as pragas não se ajusta à atitude redutora e imediatista do horticultor cujas crenças determinam o seu comportamento.

A agravar a situação, surgia como frequente o desajustamento dos prazos do tratamento que era ou muito cedo ou muito tarde, prolongando-se por altura das colheitas. As doses excessivas são frequentes, produzindo-se crenças pessoais sobre a eficácia de produtos obsoletos misturados com outras substâncias e contrariando os conselhos dos técnicos. Se bem que os agricultores já conheçam os nomes das pragas, muitos chegam às lojas com a “folha da planta atacada pelo bicho”³⁰. Os agricultores que não estão enquadrados em projectos “desacreditam” nas doses a aplicar. Cada praga ou doença tem, por legislação, um ou dois produtos prescritos, mas os agricultores misturam os produtos, aumentando a dose e a frequência. A dose era por vezes duplicada assim como a frequência semanal da aplicação. Por outro lado, o *stock* de químicos homologados no país era tão insuficiente que não permitia a alternância de produtos sendo acentuada a falta de acaricidas. Estimava-se no ano de 2000 uma quinzena de pesticidas autorizados e uma insuficiente actualização das moléculas utilizadas³¹. A agravar a situação surgiam os problemas de armazenagem dos químicos com *stocks* insuficientes e prazos de validade ultrapassados³². Quando se verificam as rupturas de *stocks*, para importar os produtos é necessária autorização ministerial. As encomendas dos produtos são calculadas por prazos superiores a um mês, impondo-se atrasos de burocracia.

27 Ver (Anexo nº 15). COUTO, Carlos Ferreira, 2007

28 “ Temos a “tartaruga” [*nezara viridula*] . a “tartaruga” desaparecia e ia para o mar ou para as rochas. Mas com a acácia ela fica. Mora na acácia. Até aparecer outra fica lá...A “tartaruga” persegue todas as plantas...A laranja não. A “tartaruga” ataca a mandioca das folhas à raiz. Quando sai da acácia e ataca o *bongolom* não fica uma fava...tenho encontrado no mar e as rochas a “tartaruga”. Quando eu disse a um técnico do Fogo isto ele pegou num papel, escreveu e meteu no bolso...A “tartaruga” é que ataca mais e até o cheiro dela...Em Setembro começa o *bongolom*. Chegando esse bicho, olha deixa de produzir. Ataca *bonge* e até a “mancarra” ...O medicamento às vezes dá mas é insuficiente. Para o gafanhoto que também é provocante...É insuficiente e às vezes quando tomam medidas já é fora do tempo.” (agricultor de Mendes Faleiro Rendeiro - Diário de Campo).

29 Ver (Anexo nº 18) COUTO, 2007.

30 Muitos agricultores chegam às lojas pedindo remédio para o repolho mas não sabem dizer o nome comercial do produto. Nesta situação recorrem aos animadores rurais da zona para que lhes escrevam num papel os nomes desconhecidos da taxonomia utilizada.

31 Ver FAO, 2000: 6 e 26

32 « Il y a eu à plusieurs reprises une insistance pour accélérer l'importation de nouveaux pesticides. Le gouvernement du Cap Vert a continué avec grande prudence l'autorisation d'une telle importation sans gêner le développement du secteur (6 pesticides ont été acceptés provisoirement dans la période de la troisième phase). La prudence s'impose si on considère qu'actuellement il y a plus de 42 TM de pesticides qui sont obsolètes ; la destruction de ces pesticides ne peut pas se faire au Cap Vert et coûterait environ US \$ 160 000 ! » (FAO, 2000).

Em 2001, as encomendas dos insecticidas “Lebaycid” (*Fenthion*) e “Dipel” foram atrasados com as mudanças eleitorais e a demora na obtenção da declaração do DGASP que sugere mais uma vez o peso da burocracia na morosidade do trabalho da alfândega, do despachante e da obtenção do crédito (divisas) para a importação dos produtos. Por tudo isto acontecia que a reposição dos *stocks* era feita à justa, havendo ainda a ponderar a demora ou dificuldade por parte dos agricultores em obter crédito junto da Caixa Económica para a compra na loja. Entretanto a ruptura de *stocks* ganha outras dimensões. Assim, nas lojas da cidade da Praia podiam-se encontrar moto-bombas de diferentes marcas como a “Lister”, a “Kobota”, a “Yamaha”, a “Honda”, a “Bernard” e uma outra de marca alemã. Quando as peças do motor avariavam os agricultores ficam paralisados nas suas hortas esperando dias a fio pela substituição da peça e quando conseguem juntar o dinheiro para o arranjo do motor a longa demora levou o dinheiro reservado para a peça. A falibilidade das moto-bombas é o problema mais referido pelos horticultores santiagoenses, mais do que a salinidade das parcelas de cultivo³³. A fase de vulgarização e massificação da produção hortícola em Cabo Verde deu-se no âmbito do Projecto de Desenvolvimento do Sector Hortícola (Fase III) com financiamento da cooperação holandesa e executado pela FAO ao longo do período que medeia Julho de 1997 e Junho de 2000. Dois projectos anteriores haviam iniciado as actividades no sector sem interrupção a partir de 1990³⁴. A terceira fase do desenvolvimento do sector hortícola consistiu na formação de aproximadamente 1500 horticultores onde as mulheres constituíam cerca de 35% do total. Cerca de 220 explorações piloto, por todo o país, foram enquadradas e parcialmente equipadas com material de irrigação. A avaliação do projecto estimava, a nível nacional, a passagem de 37 ha para 199 ha de superfícies de cultivo com sistema “gota-a-gota” e “... só a ausência de um sistema de crédito agrícola impediu em grande parte de ir mais longe...”³⁵ O crédito ajustado às necessidades e particularidades dos agricultores era (assim como a integração dos resultados da pesquisa no INIDA³⁶ e a assistência técnica a algumas ilhas) recomendado.



11

33 Ver FAO, Project GCP/CVI/036/NET.

34 Ver FAO, 2000.

35 Ver FAO, 2000

36 Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrícola.

O problema dos horticultores era o preço do tomate. Se no ano passado havia vendido a 180 ECV o quilograma no ano seguinte estava a 50 ECV/kg. Os horticultores vendem também para as outras ilhas como Sal e S. Vicente, mas se vendem maduro quando o produto lá chega está estragado, e se o barco, de dois em dois dias, não está disponível, o avião, como alternativa de transporte, é muito caro. No entanto para os horticultores que não possuem parcelas de regadio e têm de recorrer à parceria os problemas agravam-se. Assim na zona de Achada Baleia os horticultores que trabalhavam em parceria, fora do sistema “gota-a-gota” tinham que entregar um terço dos resultados da actividade ao proprietário cabendo a si todas as despesas inerentes ao processo de produção (medicamentos, horas de água, etc.). Estes horticultores, geralmente jovens, que não fazem micro irrigação, encontram-se na periferia da plataforma inovativa, trabalhando pequenas parcelas (menos de um litro), desconhecendo pormenores técnicos, mas tentando sempre conseguir concretizar o investimento inicial para a implementação do sistema “gota-a-gota” e entrarem no círculo dos produtores deste sistema que acedem a linhas de crédito, a acções de formação e ao “projecto” ou apoio técnico dos extensionistas com mais facilidade. Entregues a si próprios estes horticultores acabam por enfrentar o problema da nova “ciência”, e o risco da perda do investimento feito na compra de água e “medicamentos” para as plantas.

Se bem que a nova “ciência” seja apelativa para os jovens horticultores que usam ainda o sistema de “alagamento” por incapacidade financeira para comprar o “cabeçal” do sistema “gota-a-gota”, ela exige conhecimentos técnicos e uma nova cultura de trabalho onde a dimensão do tempo torna-se crucial para a emergência de novas crenças.

A percepção de que o sistema “gota-a-gota” dá mais resultado em termos económico é evidente, quando é sublinhado que o novo sistema de cultivo produz, em muito menos tempo, colheitas que exigem muito menos água. Para além disso existe uma percepção estética do campo, quando o horticultor se refere ao campo de cana como uma coisa que era bonito. Por outro lado, a associação quantidade de água utilizada na rega e quantidade de produção continua como fundamento das crenças que sustentaram a mais-valia do “rego”. Constituído como uma nova ciência, o sistema “gota-a-gota” introduz mudanças estruturais muito relevantes nas perspectivas mentais dos horticultores que sempre criam pequenos rebanhos de cabras e possuem dois ou três bovinos. Um dos elementos estruturais do antigo sistema (o “rego”) é posto em causa. Falamos da palha como “alimento” para os animais principalmente bovinos, mas que também pode ser vendida na ausência dos bovinos.

Em Tinca (ilha de Santiago, concelho de Milho Branco) os animais pastam no montado livremente sem pastor, constituindo a única fonte de palha da zona tendo em conta a proliferação das “instalações” de “gota-a-gota”. Uma outra forma de aceder à palha é através da compra e substituição por rações no caso dos bovinos. Mas nas zonas sem montado, onde o gado tem um espaço restrito no meio de parcelas de cultivo, o problema da palha é mais notório principalmente nas épocas ou anos de fraca produção de palha que origina grandes despesas por parte dos agregados familiares, em palha para alimentar os animais.

3. O sentido prático do saber

Nas comunidades ou povoações fortemente intervencionadas pelos projectos e programas financiados pela ajuda ao desenvolvimento internacional, os camponeses e agricultores sustentam crenças eivadas das lições dos técnicos e animadores rurais. Os camponeses aprendem com os técnicos não aquilo que os técnicos sobretudo dizem mas aquilo que apesar, dizem. Em certo sentido o actor social e agente económico que é o camponês, comporta-se como um sistema ávido de conhecer novas coisas que até ali não conhecia, mas aprendendo do mesmo modo de sempre. Por isso, nas diferentes comunidades rurais de Santiago encontramos agricultores mais experientes e mais velhos, e entre estes alguns capazes de produzir novas formas de olhar e dizer sobre o mundo rural, através de uma mescla de crenças culturais, colectivas, pessoais e outras desenhadas pelos técnicos e animadores rurais que para além de possuírem o saber de controlar as máquinas, os “bichos” e as “instalações” são “portas” de acesso a recursos muito exigentes de moeda ou a procedimentos (burocracia) que exijam “complexos” preenchimentos de formulários.

A tese sobre a inaptidão do milho em Cabo Verde é conhecida e divulgada entre os técnicos e nas zonas rurais existe desde longa data experiências em parcelas destinadas aos técnicos do Ministério da Agricultura. Ao longo dos tempos os agricultores da zona de Mendes Faleiro Rendeiro, por exemplo, vêm contactando com as ideias e ensinamentos dos técnicos agrícolas e animadores rurais. Contudo os agricultores reaprendem, assimilando genuinamente os conhecimentos desses funcionários.

O feijão “congo”³⁷ é uma dessas espécies sempre verdes onde os animais poderão encontrar vitaminas e minerais essenciais ao crescimento, surgindo, deste modo, como “complemento nutricional das gramíneas”³⁸. Para além disso, o *cajanus cajan* ou feijão “congo” tem um papel importante na conservação de solos e pasto e não exige muito trabalho quanto à prática da cultura.³⁹ É evidente que os agricultores experimentam a capacidade do “congo” restaurar o solo e socorrem-se dele para os solos menos férteis que a sua natureza perene permite produzir nesse tipo de solos, extraíndo os nutrientes do subsolo e fixando o azoto atmosférico.⁴⁰ Sendo rico em minerais e vitaminas é ainda fonte de proteínas e por isso um suplemento oportuno para uma dieta alimentar, padrão nas zonas do arquipélago e deficiente em proteínas de origem animal.⁴¹ As raízes longas do “congo” que perfuram o subsolo originam micro canais que por sua vez levam a uma maior infiltração da água das chuvas e a sua maior disponibilidade para o cultivo.⁴² A estrutura dos solos é melhorada com o sistema radicular do “congo” e “das camadas mais profundas são trazidos minerais nutrientes para as camadas superficiais, assegu-

37 *Cajanus Cajan*; “O feijão Congo é uma planta pubescente de muitas ramificações, com uma altura média entre 100 e 165 cm ou mais. As flores são papilionáceas amarelas ou bicolores (amarela e vermelha) dependendo de cultivares (flavus ou Bicolor), podendo produzir vagens com 4-7 grãos” (in Cabo Verde, 2000.

38 Cabo Verde, 2000,10.

39 Cabo Verde, 2000, 11; Cf. Ainda Whiteman, 1980, 153-156.

40 Cabo Verde, 2000, 32.

41 “Estudos indicam que contém 10 vezes mais gordura, 5 vezes vitamina A e três vezes mais Vitamina C do que as ervilhas normais” (Cabo Verde, 2000: 33).

42 “Cada hectare de feijão congo pode trazer benefício em termos de fertilidade equivalente a 40 kg de nitratos. Nas raízes da planta alojam-se bactérias que podem absorver azoto atmosférico e convertê-lo em nitratos solúveis. A planta do feijão congo, através das suas raízes, dispõe ainda de um mecanismo singular de libertação de um agente químico (ácido iscídico) que consegue dissolver fosfato de ferro no solo... (Cabo Verde, 2000.)

rando a produção de grãos mesmo em anos de fraca pluviometria”.⁴³ Nas encostas de declive superior a 35%, o feijão “congo” diminui a pressão sobre o solo e impede o escoamento superficial assim como a perda anual da camada arável. As suas vagens servem para alimentação animal e os seus ramos podem disponibilizar substâncias quantidades de combustível lenhoso (20 ton/ha).

Não obstante estas grandes características de adaptabilidade do feijão “congo” em ecossistemas frágeis, a evolução do cultivo do “congo” no arquipélago cabo-verdiano não corresponde. As produções na ilha de Santiago são nulas e a sua aplicação na alimentação praticamente não se concretiza⁴⁴.

A percepção de que o agricultor é um observador ou “explorador”, alguém que produz os seus próprios conhecimentos⁴⁵, é verificável em várias zonas da ilha e em vários encontros com agricultores que exploram métodos de observação particulares e agem em conformidade com a crença de que o seu saber é validado pelos técnicos e animadores rurais. As experiências do projecto são aceites quando dão resultados verificáveis e os conhecimentos transmitidos pelos técnicos são recuperáveis para construções teóricas particulares desenhadas pelos agricultores.

A autonomia do camponês não está na rejeição de ouvir os ensinamentos e conselhos dos técnicos⁴⁶, mas na capacidade que tem de seleccionar o que melhor lhe convém⁴⁷. Na sua qualidade de ser autónomo ele assume os constrangimentos do seu entorno como a condição da sua própria autonomia que consiste na capacidade de seleccionar esses constrangimentos em função de “si” mesmo, ou seja, na condição de manter intacta a sua identidade na relação que mantém com o entorno ou ambiente. O camponês não só aceita esses constrangimentos como incessantemente os procura, integrando-os não em “bloco” ou “compactos” mas parcialmente, aceitando uns e rejeitando outros. De certo modo, ele peneira em função de si.

43 Cabo Verde, 2000.

44 Cf. Cabo Verde, *Boletim Anual de Informação sobre a Segurança Alimentar*, CNASA, 1999 e 2000.

45 Os agricultores possuem os seus próprios métodos de previsão empírica. Na Bacia Hidrográfica de Água do Gato os agricultores definiam o conceito de ano “bom” ou “mau” consoante a produção agrícola em termos de pasto, milho e feijões, condicionada mais pela distribuição das chuvas (em termos de intervalo de tempo e espaço) do que pela sua quantidade. Na povoação de Água de Gato existe um ancião que a população referia como um entendedor da previsão do tempo e que havia previsto um fraco ano agrícola para 1994. Quando lhe perguntámos as previsões para o ano de 1996 o ancião na sua longa experiência e popular sabedoria responde sem hesitar: “Nunca se sabe”. A imprevisibilidade e situação perante o risco determina a atitude do agricultor no cultivo e na opção do tipo de relação de trabalho ou de produção a enveredar. Na Ribeira Sêca, T. Finan havia observado, relativamente à opção pela parceria, o seguinte: “Selon ces suppositions, les arrangements de métayage sont plus onéreux pour le cultivateur, mais le facteur “risque” n’a pas été inclus. Par exemple, les paiements de location deviennent égaux quand les niveaux de la production estimée n’atteignent pas 40-100 litres par hectare...” (FINAN, 1974: 14).

46 “O Eng. Y... não só para mim mas para todas estas pessoas da zona, ... é um homem de “culturas”, é um técnico de cultura [cultivo]. Porque ele chega, senta-se e fala com a gente e mostra maneiras de fazer, como se faz a cebola, como se faz o alho... alfaces, batatas e ‘medicamentos’ [pesticidas] das plantas. Nós metíamos plantas no campo e ficavam lá. Víamos as plantas às vezes que ficavam “tristes” mas não sabíamos nada daquilo. Víamos estragar mas não sabíamos nada daquilo. Então fomos ter com o Eng. Y... e ele disse a nós que há ‘pragas’ e nós não sabíamos o que eram ‘pragas’, por exemplo, que furam batatas, que há umas ‘pragas’ que comem repollo, que furam tomate, tudo aquilo e nós não sabíamos disso” [horticultor de Pico Leão, ilha de Santiago] (ver COUTO, 2007:132).

47 Um caso particular em que a inovação se molda à autonomia do camponês é nos dado pelo estudo de Marina Temudo que refere a introdução da *Leucaena leucocephala* (linacho) na Ribeira do Godim. A adesão ao “linacho” exprime a importância do alimento dos animais e a diversidade e plasticidade da planta de modo a permitir jogar em todas as frentes: “Trata-se da espécie mais valorizada nas aldeias onde foi introduzida, por ser considerada a que melhor controla a erosão (*susti terreno*) e incrementa a fertilidade do solo (*engorda terreno*), apresentando ainda as vantagens de fornecer alimentação para o gado ao longo do ano, dar boa lenha (bom poder de conservação, combustão lenta e pouco fumo) e bons cabos de enxada e não competir com as culturas em relação à água do solo. A sua multifuncionalidade é a característica que mais valorizam” (Temudo, 2003: 82).

4. A mulher e o trabalho

O sentido prático do saber também toma a dimensão do género organizando a divisão sexual do trabalho agrícola e não agrícola. Nas sementeiras e mondas, os trabalhos agrícolas seguem formas de cooperação alargada de modo a abreviar o tempo despendido nessas tarefas pelas redes de entreaajuda, o *djunta-mô*. Este organiza-se segundo as diferenças de idade e do sexo, de modo a oferecer às unidades de produção homens e mulheres que executam diferentes trabalhos sendo neste âmbito muito rigorosa a divisão sexual do trabalho. Para M. Depraetere⁴⁸, e no contexto do estudo de caso na região do Serelho (Santiago), o *djunta-mô*⁴⁹ sugere uma integração social através da qual a divisão sexual fornece uma “imagem dos produtos cultivados”.

Para Depraetere, a análise do processo do trabalho identifica um “significado na oposição homem/mulher” que denuncia o simbolismo relativo à associação milho/feijão. Na divisão sexual do trabalho das sementeiras, os homens abrem covas (*covacho*) com uma enxada de bico e as mulheres lançam nas covas grãos de milho e diversos feijões. A analogia das complementaridades existentes na relação milho/feijão e na relação homem/mulher é na metáfora indicada por vários elementos de ordem simbólica⁵⁰.



12

Contudo existem outros elementos de natureza não estritamente simbólica que configuram a divisão sexual do trabalho agrícola e que permitem explicar o sentido do discurso dos homens mais velhos relativamente ao papel da mulher no trabalho. Na povoação de Santana encontro dois velhos horticultores de rego:

48 DEPRAETERE, s.d., (policopiado).

49 Cf. SEGURADO, 1983: 60-67.

50 v. DEPRAETERE, s.d.

- Açam que o trabalho da mulher no campo é igual ao trabalho do homem?
- [Primeiro horticultor]: «Não mulher é mais baixo. Mulher é duzentos e tal escudos.»
- [Segundo horticultor]: «Duzentos e setenta e cinco.»
- Mulher não sabe fazer horta? Porque não contratam mulher para fazer horta?
- [Primeiro horticultor]: «As mulheres daqui é para carregar estrume ou outra coisa qualquer.»
- [Segundo horticultor]: «Apanha brita.» [areia]
- Mulher não faz horta?
- [Primeiro horticultor]: «Não. Mulher não.»

Nesta zona ainda não entrou a micro irrigação e o “trapiche” continua a dominar a produção do “rego”, à base de cana. Mas num outro contexto como o da povoação de Tinca, onde a micro irrigação destronou o reinado da cana em favor das produções hortícolas, a divisão sexual do trabalho reproduz a mesma matriz. Encontro um velho horticultor com duas de suas noras:

- Mulher também pode fazer horta?
- [Primeira Nora]: «Eu acho que mulher pode fazer horta sim . . . Se for no caso daquele “rego” que é de gota-a-gota, a mulher planta, a mulher “monda”.
- E pode fazer a horta sozinha?
- [Primeira Nora]: «Sozinha não pode fazer.»
- [Segunda Nora]: «Acho que mulher pode fazer sim. O trabalho mais duro é no chão mas de resto o sistema de “gota-a-gota” vai indo. Só é remédio que também é um bocadinho cansado mas com esforço, mulher que tem jeito vai fazendo.» [Refere-se ao peso do aspersor de insecticida]
- [Horticultor]: «Essa coisa [pesticidas] é muito perigoso . . . Se não tem a bota nem a farda a gente não pode dar o medicamento às plantas, portanto uma mulher a tantas horas não pode . . .»
- Uma mulher não pode fazer uma horta tão bem como um homem?
- [Horticultor]: «Não. Mulher não pode fazer horta tão bem feita como um homem. Não tem competência.»
- Não tem competência em quê?
- Horticultor]: «De nenhuma maneira. A horta às vezes compete [é da competência] da enxada. A enxada . . . Mulher não pode com a enxada para cultivar a terra. Depois, a gente paga ao tractor para “minar” [lavar] o chão. Depois de tractor “minar” mesmo assim é preciso enxada para planar o chão e isso não é trabalho de mulher, não.»
- [As duas mulheres discordam do sogro.]
- [Segunda Nora]: «Acho que não porque conheço mulher que está a trabalhar horta a qualquer hora.»
- [Primeira Nora]: «Eu tenho uma prima que trabalha horta e dá remédio.»
- [Horticultor]: «A mulher trabalha na horta mas como o homem não. A mulher trabalha na horta mas se não fosse o marido . . . O marido dá ajuda.»
- Mulher não sabe especialidade de agricultura?
- [Horticultor]: «Não, mulher não sabe tanto de agricultura como um homem. Não tem força.»
- E se for criação de gado, ela sabe?
- [Horticultor]: «Ah! De criação de gado? Ah! Aquilo agora é uma coisa que mulher pode tomar responsabilidade diante do próprio marido . . . Quando eu era casado [separou-se da mulher] a minha mulher tomava responsabilidade dos animais, tudo. Eu saía para o monte onde fazia agricultura, lá em Chaminé, Vilela, mas ficava cá a minha mulher que tomava a responsabilidade dos animais e a fazer como eu.»

Assim, à mulher é vedada o título de horticultora⁵¹, na sua plenitude, dada a sua “incapacidade” física para o “sacho” e a sua “fragilidade” relativamente ao poder tóxico dos “medicamentos” para as plantas. Mas isto não invalida a acção da mulher no empreendimento agrícola. Pelo contrário⁵², na ilha de Santiago, cabe à mulher a gestão do dinheiro do agregado familiar.

Cabe às mulheres a capacidade de escoamento do produto e, mais uma vez, a capacidade de manusear o dinheiro. A sua capacidade de integrar relações de solidariedade e de confiança intra-género e a tarefa de gerir a produção alimentar do agregado, através da compra de géneros, configurou a mulher e o seu género como o mais apto para a gestão de vendas da produção agrícola familiar. Através da sua rede de sociabilidade e contactos diários, as mulheres gerem entre si as informações do mercado de modo a saberem a cada momento o preço dos produtos, informação vital para negociar os preços com as *rabidanti* da Praia.

Esta dicotomia ultrapassa o contexto santiaguense e surge como padrão na cultura e organização social da sociedade/comunidade cabo-verdiana. Para um homem vender porta a porta os produtos da horta como as *rabidanti* o fazem pode ser motivo de troça ou crítica, mas se o fizer transportando os produtos num veículo motorizado já não se põe o mesmo problema porque o condutor de veículos automóveis é quase sempre o homem (ex: *hiacas* ou *dynas*). Se o horticultor for para além disso funcionário é com emprego “certo”, os vizinhos poderão criticá-lo pela ganância, isto é, a sua mulher poderia vender mas não ele porque já tem salário. Contudo muitos jovens horticultores ultrapassam facilmente esse preconceito pela simples razão de que os seus lucros aumentariam com a margem que têm de pagar às *rabidanti*⁵³. Estes casos são mais frequentes quando o horticultor do sexo masculino sabe e controla os preços diários dos produtos no mercado da Praia.

Na ilha do Sal, a actividade de *rabidanti* é muito mais intensa pois é lá que se localiza o aeroporto principal e a maior cadeia de hotéis dadas as características balneares da ilha. Por isso os homens nessa ilha foram mais impelidos para essa actividade da venda dos produtos, mas, tradicionalmente, no mundo rural cabo-verdiano, “os homens vão para outro trabalho”. Na ilha de Santiago e no mercado da Praia os homens vendem geralmente a carne, maioritariamente vendida por eles. O peixe e as hortícolas são maioritariamente vendidos por mulheres. O padrão estabelecido é que as mulheres vendem o que os homens produzem e a ideia entre os agricultores é que os homens não podem vender porque estão no campo a cultivar. Mas, definitivamente, o homem agricultor não tem conhecimento do mecanismo do mercado e esse sempre foi do domínio das mulheres, um mundo que estabelece regras próprias de solidariedade, competitividade e de capital de confiança para organizar o escoamento dos produtos hortícolas. Invariavelmente, a resposta à pergunta quem é que sabe mais sobre os preços dos produtos, você ou sua mulher? é “- Minha mulher.”. Mas a mulher não pode só saber os preços e o modo de,

51 “Tomando o continente africano como um todo, na agricultura a percentagem de trabalhadores do género feminino é maior que a do género masculino. Contudo, verifica-se que as mulheres ainda têm acesso muito limitado à terra, ao crédito financeiro, à formação profissional e às tecnologias modernas, que são factores importantes para o aumento da produtividade e dos rendimentos.” (AMARAL, 2003: 161).

52 Ver AMARAL, 2003: 161).

53 Quando a produção agrícola cria excedentes substanciais susceptíveis de serem vendidos no mercado, os agricultores (geralmente agricultores-proprietários ou agricultores-funcionários horticultores) definem estratégias de “investimento relacional” nas redes de sociabilidade próximas dos grupos das *rabidanti*, de forma a constituir canais informais de escoamento dos seus produtos. A inserção nestas redes de sociabilidade (espaços de reciprocidade, de trocas e dádivas) depende em boa medida do “capital social” do agricultor, condição do sucesso social e económico deste último (Cf. FALL, 1994: 293-303).

diariamente, actualizá-los, mas, também, o que se vende melhor e consequentemente o que se deve produzir. Assim um horticultor do interior da ilha e com dificuldades de acesso diário à Praia, como é o caso da zona de Pico Leão, tem toda a vantagem de organizar uma parceria com mulheres *rabidanti* que, em muitos casos, são familiares, dada a exigência de um elevado capital de confiança entre produtor e vendedor.

Segundo os dados do Recenseamento Agrícola de 1988⁵⁴ das explorações agrícolas que possuíam apenas terras de sequeiro, 41% pertenciam a mulheres. Era na Ilha de Santiago onde essas proporções eram mais elevadas, isto é, 48% das explorações agrícolas só com sequeiro pertenciam a chefes de exploração mulheres e estes valores subiam para 52% e 53% nos concelhos de Tarrafal e S. Catarina respectivamente. Contudo no mesmo ano só 23% das explorações agrícolas que apenas tinham terras de regadio pertenciam a mulheres, a nível nacional, mas na ilha de Santiago esse valor subia para os 37% e no concelho da Praia registava-se 38%⁵⁵. As mulheres tinham não só muito menos terras de regadio como eram elas as que possuíam as explorações com menos de dois litros de regadio (0,2 ha).⁵⁶

O Recenseamento Geral da Agricultura de 2004 dá-nos a evolução da importância da mulher nas actividades agrícolas que vem crescendo substancialmente, atingindo proporções maioritárias de chefes de exploração agrícola nos concelhos interiores da ilha de Santiago como Santa Catarina e Tarrafal (aproximadamente 60 % de chefes de exploração agrícola mulheres). A ilha de Santiago apresenta uma média de 57% de chefes de exploração agrícola mulheres, mas o fenómeno está condicionado por distintos factores, sendo a interioridade geográfica, que se associa a um forte desemprego e à mobilidade subjacente, um dos factores mais pertinentes.

Quadro 6: Chefes de exploração agrícola por sexo, 1963-2004 em Santiago

Ilha / Concelho	1963		1978		1988		2004	
	M	F	M	F	M	F	M	F
SANTIAGO	76%	24%	64%	36%	58%	42%	43,3%	57,0%
Tarrafal	-	-	54	46	52	48	39,2	60,8
Santa Catarina	-	-	62	38	53	47	39,2	60,8
Santa Cruz	-	-	71	29	66	34	47,8	52,2
Praia	-	-	72	28	70	30	47,8	52,2
São Domingos	-	-	-	-	-	-	-	-
São Miguel	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Cabo Verde, Recenseamento Geral da Agricultura 2004 - Dados Globais, 2005.

Esta evolução que acompanha os fenómenos da emigração e da matrilocalidade sugere um mundo rural no feminino onde os gestores de recursos mínimos ainda têm dificul-

⁵⁴ Ver Cabo Verde, 1996.

⁵⁵ Cabo Verde, 1996: 52 e 53.

⁵⁶ Cabo Verde, 1996: 130.

dades extremas de acesso ao crédito e aos recursos e factores de produção, exigentes de recursos monetários que a grande maioria das mulheres rurais cabo-verdianas não possuem.

5.5. Conclusão

Ao longo deste artigo pretendi demonstrar as representações e crenças que os camponeses constroem sobre os recursos que necessitam para definir as suas estratégias de subsistências. Em certo sentido procurei tecer o fio mais longo da lógica dessas subsistências e, ao mesmo tempo, configurar os termos da imprevisibilidade ou incerteza que os rurais santiaguenses experimentam na definição das suas estratégias ao longo do ciclo produtivo. Os contornos dessa incerteza condicionam por sua vez a adaptabilidade do camponês perante os constrangimentos ambientais e, por outro lado, os limites para a acção e o empreendedorismo enquanto cultivadores. A capacidade/incapacidade da inovação depende da acessibilidade aos recursos mínimos das subsistências e estes nem sempre estão presentes ao longo do ciclo produtivo.

Uma das constatações que podemos retirar dos dados empíricos, consiste no facto de que a estruturação social camponesa vem sendo constrangida por factores externos à sociedade rural e que levam à cada vez maior incapacidade dos camponeses poderem recorrer a mecanismos de entreatajuda, produtores de reciprocidade e capital social, como são o *djunta-mô* e a *djuda*. Os alimentos (das pessoas e dos animais) continuam a constituir o fio condutor de toda a lógica de subsistência num processo de co-evolução entre o recuo da entreatajuda e o avanço da monetarização das comunidades rurais

O *djunta-mô* regride paralelamente à necessidade de obter alimentos na loja a troco de dinheiro muitas das vezes fiado pela inscrição na frente de trabalho. A monetarização pelo salário da frente de trabalho, financiada pela ajuda alimentar, acompanha o recuo do *djunta-mô* e a mudança do regime alimentar. A estratégia de assegurar os alimentos dos homens e dos animais é crucial e é neste sentido que surge o valor da palha e a importância do sequeiro que produz essa palha na reprodução das subsistências económicas camponesas.

Qualquer introdução de um produto inovador no sistema de sequeiro estará condicionado pela sua característica de produzir alimento para os animais. No “rego” onde o cultivo é feito por alagamento (81,6% do tipo de rega usada em Santiago), a cana-de-açúcar, associada ao “trapiche”, constitui o elemento de redundância que garante o investimento em moeda na compra dos animais e a realização de um produto altamente capitalizável que é a aguardente. Animais e aguardente constituem a associação que minimiza o risco e a incerteza subjacente ao contexto *far from equilibrium* e de gestão de recursos mínimos do mundo rural santiaguense.

O produtor de cana, geralmente mais velho, resiste à introdução do sistema inovador do “gota-a-gota” que exige grande dispêndio de moeda e por isso um aumento substancial da incerteza nas estratégias de subsistências. Os mais velhos reproduzem um saber prático assente numa ética do princípio da responsabilidade e da prudência, da fuga ao crédito, e é nesse saber que assenta toda a sua dominação e autoridade. A legitimação desse saber e desse poder recorre do argumento da prudência e do conhecimento e interpretação dos elementos da natureza e sua conexão com o incerto.

A inovação ou a sua impossibilidade atravessa ainda o sentido prático do saber e este denuncia a dimensão do género e a divisão sexual do trabalho. Às mulheres é vedada, pelos mais velhos, a competência na execução da horta dada a fragilidade da sua condição física e da sua função reprodutora. Contudo é à mulher que cabe a gestão da moeda essencialmente dirigida para alimentação e, nesta qualidade, a sua especialização como *rabidanti*, ou seja, conhecedora dos indivíduos, dos preços e dos lugares através dos quais se transacciona os produtos ao preço do mercado.

A introdução de novas culturas e técnicas no sistema produtivo camponês depende não só dos constrangimentos ambientais (precipitação, relevo e solos) mas ainda do modo como os agricultores combinam crenças pessoais como os ensinamentos dos técnicos numa base de produção autónoma de conhecimento. A inglória introdução do feijão “congo” nos sistemas de cultivo devido às adversidades do ambiente natural é compensada com uma apreciação positiva da espécie por parte dos camponeses que sobrevalorizam sempre a “plasticidade” económica da espécie (produzir alimentos, lenha, conservação do solo e não competir com outras espécies) em torno da capacidade de produzir alimento para os animais. Enquanto produtor de saber autónomo o agricultor assume os constrangimentos do ambiente de forma objectiva, mas produz uma leitura subjectiva, em função de si, na compreensão do ambiente como um todo pela simples razão que integra selectivamente os elementos desse conhecimento.

O processo de inovação encontra ainda outros factores de suma importância como a acessibilidade aos factores de produção no que concerne aos intervalos de rega, às peças das máquinas e dos dispositivos, aos “medicamentos” e ao crédito. A implantação do sistema “gota-a-gota” e da produção de hortícolas junto dos agricultores mais novos relaciona-se com o facto de estes aderirem mais facilmente às propostas dos extensionistas e técnicos agrícolas e, conseqüentemente, diluírem mais as crenças dos mais velhos que são ao mesmo tempo argumentos de conservação do poder/saber instituído no sistema tradicional de alagamento associado ao complexo do “trapiche”. A adesão dos cultivadores mais novos ao sistema do “gota-a-gota” confere-lhes novas competências e saberes que questionam as competências dos mais velhos, e é pela demonstração das experiências piloto dos extensionistas e técnicos que lentamente se dilui a aversão dos mais velhos ao investimento financeiro na exploração agrícola.

Esta atitude não só é sustentada pelas crenças subjacentes às operações agrícolas tradicionais mas tem por fundamento uma ética da responsabilidade e um princípio da precaução na gestão dos recursos sempre escassos do agregado familiar. Assim, para os mais velhos, as exigências de somas relativamente grandes de moeda do empreendimento da micro irrigação é “castigo” e a atitude de pedir crédito pelos mais novos para iniciar o “gota-a-gota” é um acto de irresponsabilidade dado o grau de incerteza inerente ao empreendimento que coloca em risco a posse dos recursos mínimos de subsistência.

Bibliografia

- ABREU, A. Trigo, Família e Trabalho numa comunidade camponesa de Cabo Verde, *Revista Internacional de Estudos Africanos*, n.º 3, Janeiro-Dezembro, 1985, pp. 85-106).
- AMARAL, Ilídio, “Presença da mulher africana ao sul do Sarau cultura e enclividade: questões do género.”, *Africana Studia*, FLUP, n.º 6, 2003, p. 161).
- CABO VERDE, *III Plano Nacional de Desenvolvimento 1991-1995*, vol. I, Praia, 1992
- CABO VERDE, *Investigação com as Culturas Alimentares e Forrageiras de Sequeiro – contrato ACDI / DGASP / INIDA 1997-1999 (Relatório Final)*, INIDA, 2000.
- CABO VERDE, *A mulher Cabo Verdiana na Agricultura*, Instituto da Condição Feminina, Praia, 1996
- CÓRTEZ, Jerónimo, *Lunário Perpétuo*, s.d
- CORREIA, Ezequiel, Contribuições para o conhecimento do clima de Cabo Verde, *Garcia de Horta*, Ser. Geográfica, 15 (2), Lisboa, 1996.
- COUTO, Carlos Ferreira, *Estratégias familiares de subsistências rurais em Santiago de Cabo Verde*, Instituto de Cooperação Portuguesa, Col.Teses, 2001
- COUTO, Carlos Ferreira, *Contribuição para o estudo da autonomia das subsistências rurais; incerteza, adaptabilidade e inovação na Ilha de Santiago de Cabo Verde*, Tese de Doutoramento, ISCTE, Julho de 2007 (mimeo), pp.173-177
- DEPRAETERE, Marguerite, *Milho/feijão : significação, simbolismo e sociedade*, s.d., (policopiado).
- FALL, A. Salam, “Et si l’insertion urbaine passait para l’investissement dans des réseaux sociaux?”, in *Les associations paysannes en Afrique* (Dir. J.-P. Jacob et Ph. Lavigne Delville) Karthala, 1994, pp. 293-303).
- FAO, *Cap Vert. Étude de l’impact technique et économique du project sur Santiago*, Rapport de Mission de M.C. Lekiefs, Project GCP/CVI/036/NET.
- FAO, *Cap Vert. Développent du secteur horticole, phase II- Propositions de conclusions et recommandations du projet.*, Project GCP/CVI/036/NET, Praia 2000
- FAO, *République du Cap Vert. Projet de développement du secteur horticole, phase III –Rapport de la mission de Evaluation Indépendante*, Projet GCP/CVI/036/ NET, Praia, 10 Février, 2000).
- FINAN, T., BELKNAP, J., *Characteristics of Santiago Agriculture*, FCRP, 1984
- FURTADO, Cláudio, *A transformação das estruturas agrárias numa sociedade em Mudança - Santiago*, Cabo Verde, ICL, 1993
- LOPES, Baltasar, *O Dialecto Crioulo de Cabo Verde*, INCM, 1984
- MAYOUKOU, Célestin, *Le Système des tontines en afrique*, L’Harmattan, Paris, 1994
- MORAN, Emilio, The Evolution of Cape Verde’s Agriculture, *African Economic History*, n.º 11, 1982.
- PEREIRA, Daniel, *A situação da Ilha de Santiago no 1º Quartel do Século XVIII*, ICL, S. Vicente, 1984.
- SEGURADO, Joaquim Bivar, *Relatório Interino sobre o trabalho antropológico realizado no quadro do projecto “Estratificação social e necessidades básicas num ecossistema frágil”, na região do Serelho, Ilha de Santiago, República de Cabo Verde, Novembro de*

- 1982 e Agosto de 1983, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Estudos de Economia Agrária, Outubro de 1983, Oeiras
- SILVA, Carlos E. P., A problemática da cultura do milho em Cabo Verde, *Comunicações*, IICT, Sér. Ciências Agrárias, nº 8, 1992
- TEMUDO, Marina, *A terra está a emagrecer. Percepções sobre a erosão dos solos dos agricultores de Santiago (Cabo verde)*, IICT, Lisboa, Janeiro de 2003, pp. 49-52 (policopiado)
- WHITEMAN, P. C., “Tropical pasture science”, *Journal of Range Management*, 43, 1980, pp. 153-156.





*Sociedades rurais no continente
Camarões e Angola*



Saturation foncière et mutations sociales dans les plaines de l'Extrême-Nord Cameroun

Félix Watang Ziéba* ; Jean Gormo**

p 81-90

Introduction

Les plaines de l'Extrême-Nord Cameroun sont considérées comme des espaces en crise (Roupsard, 1987 ; Beauvilain, 1989) ; une crise écologique (sécheresse, infertilité des sols) qui suscite des départs massifs vers les autres régions du pays. La croissance démographique naturelle dans les terroirs est à l'origine d'une saturation foncière sans précédent. Cette dernière a d'ailleurs fait l'objet de plusieurs études (Watang, 2006) sur les conséquences spatiales et les mobilités géographiques résultantes. Les mutations sociales observées à l'intérieur de ces terroirs marqués par la saturation n'ont pas encore obtenu des chercheurs l'attention qu'elle mérite. La présente étude se propose de montrer que le manque de terre a eu depuis les trente dernières années, une influence sur les rapports sociaux, les habitudes et les coutumes des sociétés concernées. D'où la question de recherche suivante : quelle est la relation conséquente entre la saturation foncière et les mutations sociales observées dans les terroirs des plaines de l'Extrême-Nord Cameroun (figure 1)?

Nous supposons que la saturation foncière est responsable du changement de mentalité et de l'ouverture au modernisme, des mutations des pratiques foncières et des modifications des règles régissant les relations sociales dans les terroirs saturés des plaines de l'Extrême-Nord.

* Université de Maroua

**Université de Maroua/CEAUP

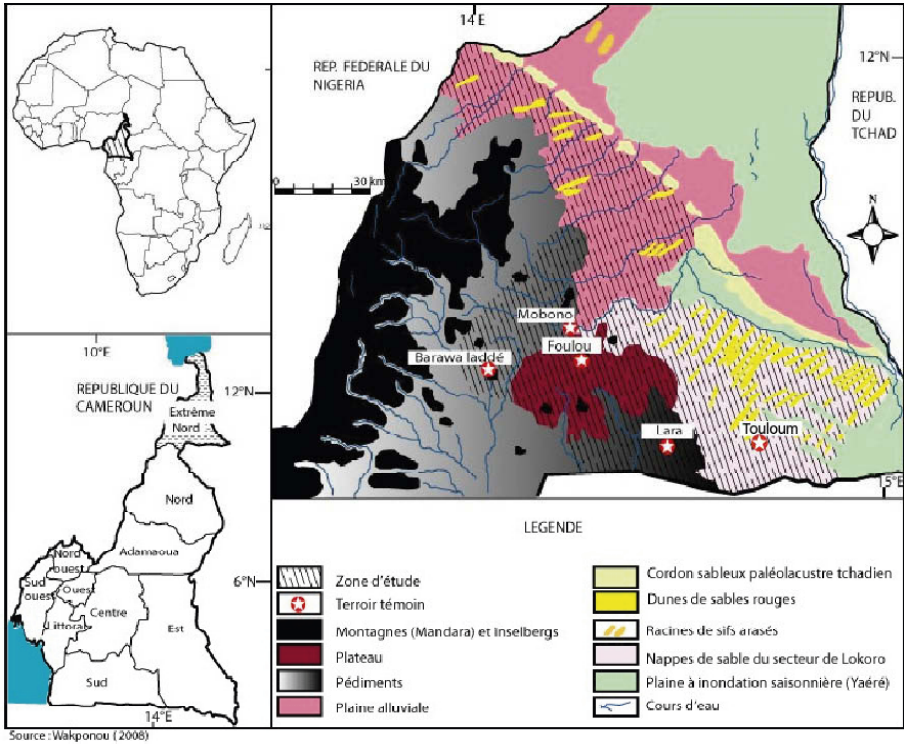


Figure 1. Localisation de la zone d'étude

Concepts et méthode

Concepts

Cette étude s'appuie sur deux concepts principaux qu'il est important de clarifier.

La saturation foncière correspond à une période de crise qui se caractérise par l'existence des paysans sans terres, la disparition de la jachère, l'accroissement des conflits fonciers, le morcellement des parcelles de culture (Gonné, 2005). Seignobos (1995) souligne aussi la disparition des espaces de quête de bois de chauffe, des dernières réserves foncières. Il faut souligner qu'il s'agit en fait d'une situation qui correspond à une absence d'espace de cultures ou d'habitation vacant et une diminution de l'offre de terre.

Les mutations sociales renvoient aux transformations profondes des normes régissant la société. Il s'agit ici du cas des sociétés rurales africaines très attachées à la tradition. Cependant celles-ci sont amenées à évoluer suite aux différentes crises vécues ces dernières années.

Méthode

Pour mener à bien cette étude nous avons utilisée des techniques de collecte et d'analyse de données classiques.

En ce qui concerne la collecte des données, nous avons procédé à une enquête de terrain à travers l'administration d'un questionnaire durant le mois de juin 2009. Cette technique est appuyée par des entretiens et l'exploitation documentaire (rapports administratifs des services d'agriculture, des ouvrages bibliographiques). Pour les exemples précis devant illustrer nos propos, des enquêtes ont été menées dans les villages de Lara centre, Barawa Laddé, Touloum, (Figure 1), tous des terroirs à densité importante, situés dans la plaine de l'Extrême-Nord Cameroun).

Tableau 1. Terroirs et effectifs enquêtés

Villages enquêtés	Effectifs enquêtés
Lara centre	20
Touloum	16
Barawa Laddé	15
Guidiguis	12
Fadéré	23
Total	86

L'analyse statistique fut au centre de cette étude. Elle a consisté à la définition des pourcentages et des courbes d'évolution de divers faits évoqués. Leur interprétation a permis de présenter les résultats qui suivent.

Résultats

1. Croissance démographique et saturation foncière dans les terroirs des plaines de l'Extrême-Nord

1.1. La croissance démographique

La principale cause de la saturation foncière dans les plaines de l'Extrême-Nord demeure la croissance démographique naturelle (Seignobos, 1995 ; ...). La population connaît une croissance importante (tableau 1) malgré l'émigration observée.

Tableau 1. Evolution de la population dans les six départements de la région de l'Extrême-Nord (1987-2000)

	1987	1992	1995	2000
Diamaré	386 563	446 000	514 000	591 000
Kaélé	230 789	266 000	307 000	353 000
Mayo-Danay	356 469	411 000	474 000	545 000
Logone-et-Chari	276 170	319 000	367 000	422 000
Mayo-Sava	213 704	246 000	284 000	327 000
Mayo-Tsanaga	391 983	453 000	521 000	600 000
Total	1 855 678	2 141 000	2 467 000	2 838 000

Source : Atlas de l'Extrême-Nord(2000)

Après avoir atteint 2 millions en 1992, la population de l'Extrême-Nord tend aujourd'hui vers 3 millions d'habitants. Elle est à majorité rurale, soit 72 % en 2005 (Gonné, 2005). La conséquence de cette croissance démographique est la saturation foncière dans les différents terroirs.

1.2. La saturation foncière

Le besoin en terre de labour est à l'origine de la mise en valeur de toutes les réserves foncières des différents terroirs où on observe une croissance des actifs agricoles. La saturation foncière se manifeste par :

-*Le morcellement des parcelles* : les parcelles de taille modeste sont réparties entre les membres de la famille. Elles ne dépassent plus guère 1 ha pour les plus grandes et ont pour la plupart une superficie d' 1/4 ha.

-*L'existence des paysans sans terres* : ils sont de plus en plus nombreux ceux qui ne disposent pas de terres de labour. Dans les terroirs de Touloum et de Fadéré par exemple, près de 37 et 20% respectivement de paysans n'ont pas de terres de labour (tableau 2).

-*La disparition de la jachère* : le manque d'espace de labour amène les paysans à ne plus laisser les parcelles en repos. Près de 90% de paysans interrogés dans les terroirs saturés ne pratiquent plus la jachère (confère tableau 2) où alors réduisent considérablement sa durée.

Tableau 2. Pratique de la jachère et échantillon de paysans sans terres

	Nombre de paysans interrogés	Paysans pratiquant la jachère		Paysans ne pratiquant pas la jachère		Effectif des paysans sans terre	
		Eff.	%	Eff.	%	Eff.	%
Touloum	16	02	12,5	14	87,5	06	37,5
Guidiguï	12	03	25	09	75	-	-
Fadéré	23	00	00	23	100	4	17,39
Total	52	05	9,61	46	88,46	10	19,23

Source : Gonné (2005, p188 et 197)

La jachère est en cours de disparition. Sur les 52 paysans enquêtés, seuls 5 la pratiquent encore. Elle constitue d'ailleurs un luxe pour ceux qui peuvent encore se l'offrir car disposant de réserves foncières. La saturation foncière génère donc de nombreuses mutations sociales dans les terroirs des plaines de l'Extrême-Nord du Cameroun.

2. Mutations sociales dans les terroirs des plaines de l'Extrême-Nord Cameroun : une conséquence de la saturation foncière

2.1. Changement de mentalité et ouverture au modernisme

La disponibilité des terres et l'efficacité du système agricole extensif a longtemps favorisé une résistance aux nouvelles pratiques agricoles modernes. La saturation foncière et la réduction des parcelles de culture vont rendre le système extensif traditionnel improductif. Notamment en pays toupouri où on atteint des densités de plus de 100 hbts/km². A partir des années 1970, on remarque alors un début d'ouverture de la jeune génération qui évacue les idées reçues relatives aux pratiques agricoles. La scolarisation, la formation des fermiers par l'Etat camerounais, les mobilités géographiques vont accélérer l'adoption de nouveaux comportements :

- *Nouvelle perception de l'état des ressources foncières* : longtemps considérées comme infinies, les paysans perçoivent aujourd'hui les terres comme une ressource finie et épuisable. Car les réserves foncières sont de moins en moins importantes et les sols de moins en moins fertiles ; d'où une prédisposition à accepter de nouvelles techniques.

- *L'ouverture au modernisme rural et agricole* : La pratique du système extensif marqué par la jachère et l'assolement a longtemps entretenu une agriculture de subsistance peu ouverte aux techniques agricoles modernes. La disparition de la pratique de la jachère et l'épuisement des terres vont favoriser l'intensification de l'agriculture à travers l'usage des intrants, la sollicitation de l'encadrement technique. On passe alors d'une simple agriculture de subsistance à une agriculture moderne. Les cultures de rente (Coton),

principal moyen d'accès aux intrants agricoles¹ vont connaître un succès sans précédent. L'image du paysan ayant pour seule préoccupation la subsistance va laisser la place au fermier de plus en plus ouvert à l'usage des techniques agricoles modernes afin de maximiser les rendements sur les petites parcelles mises en valeur. La création des centres de formation des jeunes agriculteurs à Golonpoui, Guidiguins par l'Etat camerounais dans les années 1970 va encourager la transformation des paysans en fermiers ouverts à la modernité. La quête d'un meilleur rendement sera à l'origine de l'adoption de nouvelles variétés de semences et de nouvelles céréales. C'est l'exemple du maïs qui connaît une vulgarisation et une extension depuis les années 1990 grâce à ses rendements au détriment du sorgho de saison des pluies, longtemps considéré comme aliment de base. Le maïs devient alors pour plusieurs familles l'aliment de base

2.2. Les mutations des pratiques foncières dans les terroirs saturés des plaines de l'Extrême-Nord

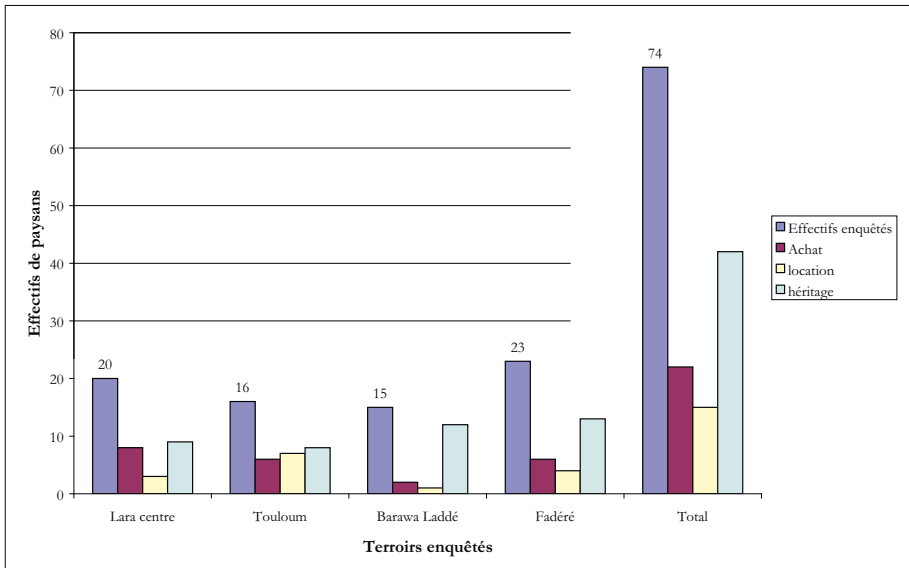
Celles-ci furent les plus profondes car directement liées à la saturation foncière. La remise en cause des pratiques foncières coutumières et l'individualisme dans l'appropriation des terres, la sécurisation foncière sont les principales caractéristiques des mutations des pratiques foncières observées.

- *La remise en cause des pratiques foncières coutumières et l'individualisme dans l'appropriation des terres* : Pour les sociétés traditionnelles africaines en général (Bachelet, 1968 ; Blanc-Pammard, 1995) et celles vivant dans la plaine de l'Extrême-Nord du Cameroun en particulier, la terre est la propriété de toute la communauté ou du clan (Watang, 2006). L'individu n'est qu'un usufruitier et exploite les terres en fonction de ses besoins et ses capacités. Avec la disparition des réserves foncières, l'on note une compétition foncière entre les membres d'une même communauté. La terre devient un enjeu important et acquiert une valeur économique sans précédent. L'achat et la location des parcelles, notamment pour les espaces de culture de sorgho de contre saison très sollicités dans la région, deviennent des modes d'accès à la terre aux côtés de l'héritage et du don longtemps considérés comme principaux modes d'accès à la terre (figure 2).

L'on peut constater qu'inexistant dans la gestion foncière coutumière, l'achat/vente, la location sont aujourd'hui des modes d'acquisition de terre. La terre est désormais considérée comme un bien économique que l'on ne pourrait laisser à la gestion de la communauté d'où l'individualisme de plus en plus constaté. Aujourd'hui, la terre n'appartient plus à la communauté mais à l'individu. Celui-ci marque sa propriété par la précision des limites en utilisant des pierres, des plantes et de plus en plus l'établissement des titres fonciers.

- *L'introduction du titre foncier* : l'établissement des titres fonciers est devenue une nécessité pour les ruraux. L'omnipotence des chefs traditionnels dans la gestion des terres (Seignobos, 2002 ; Koulandi, 2006) pousse les ruraux à établir les titres fonciers sur les espaces d'habitation. C'est le cas du village de Lara centre où les ruraux font de l'établissement du titre foncier sur les terres d'habitation une priorité afin de ne pas être victime de l'abus de pouvoir du chef traditionnel. Le témoignage de Pagui, habitant ce village illustre à merveille cet abus :

¹ La Société de Développement du Coton fut pendant plus de cinquante au centre de la modernisation agricole



Source : enquête de terrain, juin 2009

Figure 2. Modes d'accès aux terres de culture de sorgho de contre saison dans les terroirs de Lara-centre, Touloum, Barawa Laddé, Fadéré

«Le chefa envoyé ses notables me demander de clôturer mon terrain il y a de cela quelques années. Deux mois après, ceux-ci revinrent m'informer que le chefa avait décidé d'attribuer la moitié de ma propriété à un étranger. Ce dernier, ancien employé d'une grande entreprise, vint dès le lendemain commencer un chantier de construction car il possédait beaucoup de moyens.»

Ce témoignage révèle la puissance des chefs dans la gestion des terres du village et les faveurs faites par ceux-ci aux riches. Les témoignages de Baïssou B. et Amadou habitants de Lara centre vont dans le même sens :

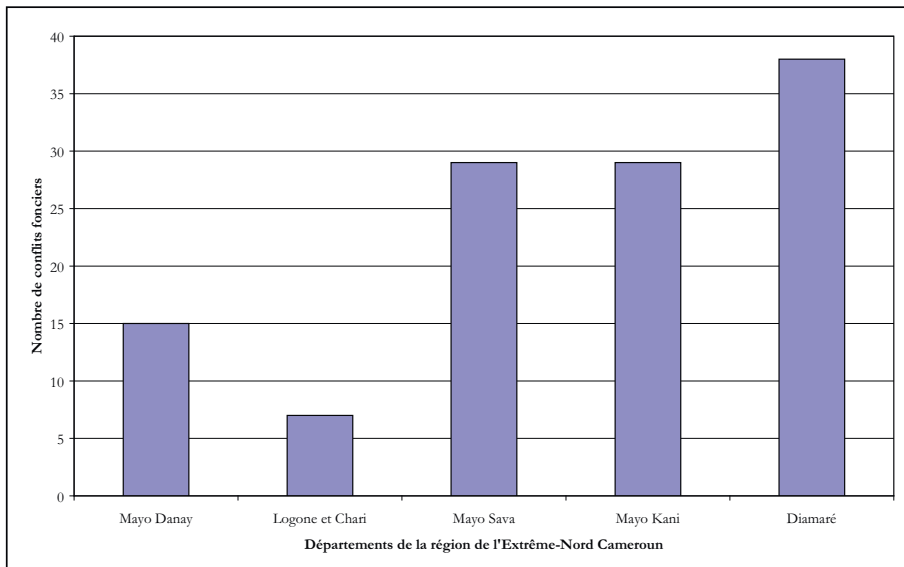
«Les notables du chef nous ont informé qu'une propriété que nous avons hérité de nos grands parents ne nous appartenait plus. Celle-ci avait été attribuée à un riche homme vivant à Yaoundé. Nos protestations furent vaines et par crainte de répression du chef, nous avons abandonné toute poursuite judiciaire.»

Pour les ruraux soumis au droit foncier coutumier, il est devenu incertain de demeurer propriétaire des terres non immatriculées. Les chefs les vendent aux plus offrants pour la plupart nantis vivant dans les grandes villes. Ceci participe considérablement à la modification des relations sociales dans les terroirs saturés.

2.3. Modifications des règles régissant les relations sociales

-Les chefs traditionnels sont considérés comme des « pilleurs fonciers » car s'accaparent des terres non immatriculées pour les vendre aux riches résidents dans les grandes villes. Ils sont alors perçus plus comme des agresseurs que des protecteurs. Le droit foncier moderne demeure alors le principal recours pour échapper à leurs abus.

-Les conflits fonciers de plus en plus portés vers les tribunaux : on note une recrudescence du nombre de conflits fonciers dans les différents terroirs enquêtés. Les règlements à l'amiable entre membres d'une même communauté sont exclus. Les paysans préfèrent l'intervention des autorités judiciaires pour le règlement des conflits fonciers (figure 3). Les chefs traditionnels étant considérés eux-mêmes comme partiaux.



Source : Gonné, 2005

Figure 3. Conflits fonciers ruraux enregistrés dans les tribunaux de l'Extrême-Nord en 2001

Au total, on a enregistré près de 120 conflits fonciers ruraux dans les tribunaux des différents départements de l'Extrême-Nord Cameroun pour l'année 2001 seulement. Ce qui est assez considérable quand on sait que jusqu'aux années 1980, l'essentiel des conflits fonciers ruraux étaient réglés à l'amiable ou par les chefs traditionnels.

Conclusion

Dans cette étude, il était question de mettre en évidence la relation conséquente entre la saturation foncière et les mutations sociales observées dans les terroirs des plaines de l'Extrême-Nord Cameroun. Il ressort de cette étude que les mutations sociales observées à travers le changement de mentalité, l'ouverture au modernisme, les innovations agricoles, les modifications des règles régissant les relations interfamiliales sont une conséquence de la saturation foncière dans les terroirs des plaines du Diamaré. Cette situation est à l'origine du départ massif de ces populations vers des contrées encore sous peuplées.

Bibliographie

- Bachelet, M., 1968, Systèmes fonciers et réformes agraires en Afrique noire, LGDJ., Paris, 677p.
- Beauvilain A., 1989, Nord-Cameroun, crises et peuplement. Notre Dame du Gravenchon, 2T., 625 P.
- Blanc-Pamard, C. et Cambrezy, L., 1995, Terre, terroir, territoire. Les tensions foncières, ORSTOM, Paris, 472 p.
- Dongmo J.L., 1981, Le dynamisme Bamiléké (Cameroun), vol 1 : la maîtrise de l'espace agraire, édition CEPER, Yaoundé, 434p.
- Gonné B., 2005, « Migrations et problématique d'installation récente des paysans dans la vallée de la Bénoué (Nord Cameroun). » Pp 43-44, in *XIII^{ème} Colloque International du Réseau Méga-Tchad, Migrations et mobilités dans le bassin du lac Tchad*, Maroua, 31 octobre – 2 novembre 2005, IRAD-IRD, Maroua, 140p.
- Gormo, J., 2009, « Le riz et le peuple Massa de l'Extrême-Nord Cameroun : de la culture forcée au marqueur identitaire », *Africana Studia*, N° 12, pp. 125-136.
- Koulandi J., 2006, Rural resettlement, cotton cultivation and coping strategies in the benue river basin, northern Cameroon, Thèse de Doctorat Ph.D, Faculty of Social Science, Department of Social Anthropology, University of Tromsø (Norway), 309 p.
- Pierre George, 1970, Dictionnaire de la Géographie, PUF, 510 p
- Podlewski A. M., 1966, « La dynamique des principales populations du Nord-Cameroun Centre Bénoué et Lac Tchad. » in *Cahier O.R.S.T.O.M., série Sciences Humaines*, vol. III, n° 4, pp.7-104
- Roupsard M., 1987, Nord Cameroun : Ouverture et développement. Impression et façonnade: Claude Bellée, Coutances, Manche, France, 516p.
- Seignobos CH., 2002, « La gestion des espaces par la migration. », in Hamadou Ousman et Seignobos CH., *Eléments d'une stratégie de développement rural pour le Grand Nord du Cameroun (II. Notes Thématiques)*, Ministère de l'agriculture du Cameroun, SCAC Cameroun, pp 39-42.
- Thébaud, B. (1995): "Le régime foncier dans le Sahel pastoral" pp. 37-55 in *Campagnes africaines en devenir*, Paris, éd. Arguments, 318 p.
- Verdier, R., et Rochegude, A. (1986) : Systèmes fonciers à la ville et au village (Afrique noire francophone) (textes réunis et présentés), Paris, Harmattan.

- Watang Ziéba F. et Lieugomg M., 2005, « Mobilité spatiale et transformations agricoles dans la plaine du Diamaré (Nord Cameroun) : le cas des terroirs de Mobono et de Foulou. » in *XIII^{ème} Colloque International du Réseau Méga-Tchad, Migrations et mobilités dans le bassin du lac Tchad*, Maroua, 31 octobre – 2 novembre 2005, IRAD-IRD, Maroua, inédit.
- Watang Ziéba F. et Lieugomg M., 2006, « Mobilités spatiales et nouvelles pratiques foncières dans les terroirs d’immigration de la plaine du Diamaré (Nord Cameroun) : le cas du terroir de Foulou. », in *Colloque international “Les frontières de la question foncière”*, Montpellier, 2006. [En ligne] Disponible sur www.mpl.ird.fr/colloque_foncier/communications.htm - 48k

Women, Conflict and Peace in the Grassfields of Cameroon

Mark Bolak Funteh*; Jean Gormo**

p 91-113

1. Introduction

Peace and conflict (war), those contrary conditions of mankind, are, however, alike in one important characteristic - they are both aspects of a society's relations with other societies. They are also linked by an intermediate zone in which the tension caused by the interaction of societies is mitigated towards one end of the scale of their relations by peaceful tendencies while towards the other end it is exacerbated by influences hostile to peace. Though not cherished, war frequently occurred among the people of the Cameroon Grassfields¹. Consequently, conflict prevention and peace-making became unavoidable actions of people, operating on both permanent and impermanent bases to minimise the conflict phenomenon. Despite this effort, the region had the highest rate of intra and inter-communal conflicts in Cameroon. The migratory and implantation trend of the Grassfields chiefdoms was done amidst conflict and so was their expansion. Most conflicts in this region of over 150 independent villages were propelled by competition over the control of resources, land and people. More powerful chiefdoms waged wars to gain control over their neighbours². According to Vansina, wars of conquest were not meant to annihilate enemies; rather, they were means of annexing weak kingdoms. Succession questions, the refusal to pay tributes, non-performance of mortuary rites, the attempt to monopolise trade, the maltreatment of messengers on diplomatic assignment, and, occasionally, the refusal to offer princesses for marriage and poaching sometimes provoked disputes³. These problems were aggravated under the German and British colonial periods when colonial authorities introduced the tax system and some

* Lecturer of History, University of Maroua

** University of Maroua / CEAUP

1 The appellation Grassfields was introduced by the Germans to refer to this region that comprises a multiplicity of linguistically diverse political communities with varying modes of centralisation of powers, which correlated inversely with population densities. Today, the region extends from the highlands of the North-West Province to the West Provinces. While the North-West Province represents what is also known as the Bamenda or Western Grassfields, the West Province represents the Eastern Grassfields (see map).

2 P. N. Nkwi, *Traditional Diplomacy: A Study of Inter-Chiefdom Relations in the Western Grassfields, North West Province of Cameroon* (Yaounde: Department of Sociology, University of Yaounde, 1987), p. 6.

3 Jan Vansina, "A Comparison of African Kingdoms" *Africa* 32, 1962, p. 328.

communities were obliged to pay via others, which they sometimes resented. Also, the territorial and administrative division of the region and the classification of chiefs into various categories by the colonial masters added to sources of conflict. It was partly due to colonial policies and partly because of the confusion caused by the nationalisation of all the lands in the country in 1974 and the chieftaincy reorganisation decrees of 1974 and 1977⁴ by the Government of Cameroon that conflicts became common.

More so, the nonchalance of some chiefdoms to respect decrees also accounted for the reoccurrence of these disputes. This was the case between the Bali-Nyonga and Ngyen-Mboh, Bali-Nyonga and Chomba, the Kwashin and Mundali, Bali-Kumbat and Bafanji and so on⁵. Moreover, due to the euphoria that accompanied the dramatic upsurge of political change that resulted in the forceful launching of the opposition Social Democratic Front (SDF) party on 26 May 1990 in Bamenda, and when multi-party politics became official, political victimisation and hatred of chiefdoms that identified with the opposition was institutionalised in the Province. Local government officials, politicians and elites of the Province who continued to identify with the ruling Cameroon People's Democratic Movement (CPDM) used their position in government to fan antagonism and hatred among some chiefdoms. They did so using the long-abandoned land and boundary disputes. An example of such a case was the Bambili versus Babanki-Tungaw conflict.

Generally, the state-civilian conflict mostly manifested itself in the region during the troubled era of 1990-92 in Cameroon with the reintroduction of multiparty politics. Due to the "wind of change", which began to blow in the late 1980s coupled with the severe effects of the economic recession that was already ravaging the continent of Africa, the occurrence of socio-political upheavals became the order of the day in the Province as well as everywhere. The disaffection amongst youths, civil servants, urban workers and students was translated into street protest and demand for change in the political environment. This pressure for political change was irresistible, but not truly welcomed by the incumbent political leadership of the era. Their resistance was manifested by the harsh decisions taken by some administrators of the area, which included the deployment of the forces of law and order on the streets in an attempt to stop these protestors. More often than not, this administrative action led to unadmirable scenes of conflict among the civilians and the state representatives. It also led to the detention of civilians. However, these political leaders of the time were compelled to give in not only as a result of the people's determination for change, but also due to pressure from the Western Donor Community and the Bretton Woods international financial institutions – the World Bank and the International Monetary Fund – which pined down financial development assistance to African countries upon political liberalisation, the rule of law and good governance⁶.

The Grassfields is composed, mainly, of the Tikar, Bamileke, Bali-Chamba and Tadkon/Widekum in the North-West and West Provinces, who claim diverse origins. With regard to the socio-political organisation, the people lived in a well-structured society, hierarchically stratified. At the apex of this hierarchy was the *fon*, the chief priest of the land, on whom all final decisions concerning crucial issues rested. He ensured stability in the community, settled disputes and promoted reconciliation among his people. He

4 Another decree modifying the 1977 decree was passed in 1982 by the President of the Republic.

5 Patrick Bungfang, "Inter-Chiefdom Conflicts in the North-West Province of Cameroon from 1889-1999. Colonial and Post Colonial Influences", (M.A. dissertation in History, University of Yaounde I, 2000), pp. 56-70.

6 Young Crawford, "Democracy and the Ethnic Question in Africa", *Africa Insight*, January-March 1997, pp. 4-5.

had the prerogative to declare war and/or make peace with his enemies, and his word was law⁷. After the *fon*, came the secret societies or regulatory societies also classed in order of strength and duty, the most supreme being the *kwifon*. This was followed by the notables. Between the notables and the free citizens – men, women and children – were the diviners, and after the free citizens were the slaves, although they formed no social stratum⁸. As a matter of fact, in the face of the hostilities, women, despite their position occupied among the Grassfields, were not often afraid to incite their men to go to war, support them during battle or even stand to fiercely fight for a course they believed was beneficial to the entire community. However, when they cherished peace, they became architects of peace. They often conceived proper and acceptable techniques for the prevention, management and resolution of conflict situations. In certain situations, as the women made themselves more visible in advancing issues of conflict and peace, their men became increasingly invisible. While the fundamental role of women of the patrilineal communities during the migratory wars of the pre-colonial era evolved around the consistent supply of food to the army, for instance, those of the matrilineal societies, fought alongside their male counterparts. The Kom migratory wars from Ndop via Babanki were led by women⁹. However, with their installation at the present site, women gradually transferred leadership responsibilities to men, who led the wars of territorial expansion propelled, in the main, by the insufficiency of fertile land. As earlier highlighted, the issue of land disputes in the region increased during the colonial period following colonial policies and actions, although they also masterminded the peace attempts to the problems. During the post-independent period, with the nationalisation of all the lands and the reorganisation of chieftaincy by the Government of Cameroon, some settled land and chieftaincy disputes resurfaced while others like the farmer-grazier disputes grievously developed. As these conflicts were resurfacing and new ones developing, so did female militia. Women of the patrilineal societies assumed new responsibilities by transforming some associations of theirs into war oriented societies where and when need arose. This was greatly experienced during the turbulent period of the early 1990 decade in Cameroon when intrepid women openly confronted the forces of law and order. In fact, the involvement of women in Cameroon's politics just confirms the evidence of an inevitable role they generally play in the evolution of African states as documented by many authors. Relevant literature on African women in politics, particularly in the domains of conflicts, dispute processing and conflict resolution, for instance, David Lord, Bernard Magubane, William Zartman, Emilia Johnson¹⁰ propose the centre of conflict-handling forums and procedures of disputing typologies such as mediation, negotiation, arbitration, litigation, and avoidance to what they consider as “constructive generous conscience of female participation”.

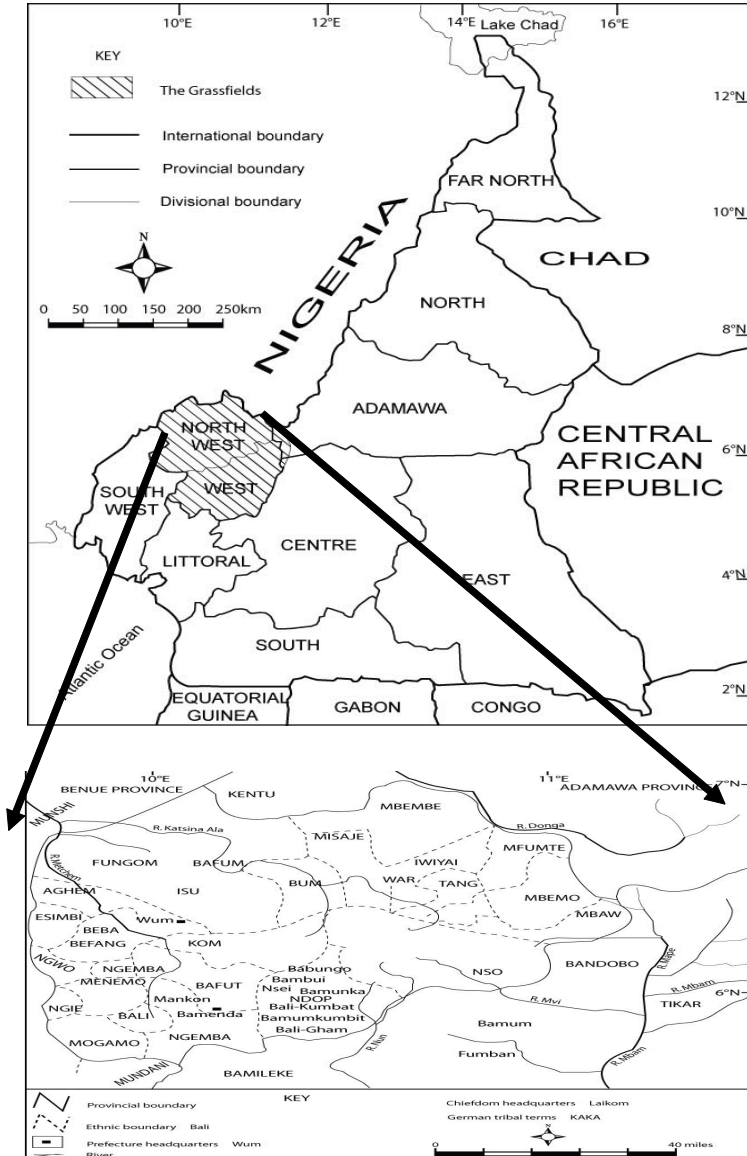
7 E.M. Chilver and P.K. Kaberry, *Traditional Bamenda, Pre-colonial History and Ethnography of the Bamenda Grassfields* (Buea: Government Printers, 1966), pp. 16-19; Claude Tardits (ed.), *The Contribution of Ethnographic Research to the History of Cameroon Cultures*, vol. 2 (Paris: CNRS, 1981).

8 Fowler I. African Sacred Kings: Expectations and Performance in Cameroon, 1993, p. 17.

9 Linda Ankiambom Lawyer, “The Role of Women in the Development of Kom since the Pre-colonial Period”, (M.A. dissertation in History, University of Yaounde I, 2005), p. 28.

10 David Lord, *Paying the Price: The Sierra Leone Peace Process* (London: Conciliation Resources, 2000); Bernard Magubane, *Oppression and Resistance in South Africa: Women Dynamism and Force* (Cape Town: Colin Books, 2006); I. William Zartman (ed.), *Traditional Cures for Modern Conflicts: African Conflicts “Medicine”* (Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 2000); Emilia Johnson (ed.), *Women, Conflicts, and Rights* (Lagos: Maxis Publishers, 2009).

THE GRASSFIELDS REGION OF CAMEROON



Source: MESRES, *The 1992 administrative Map of Cameroon* (Yaounde: Institute of Social Sciences, 1983), p103.

2. Women as Combatants

This part looks at women's involvement in group conflicts, especially the political and economic ones. They got involved as combatants, instigators, service providers, political activists and conflict solvers.

2.1 Women in Chieftaincy Dispute

This fearless spirit of women involving in conflict as combatants was also experienced by the Bafut community. After the disappearance of *Fon* Achirimbi II of Bafut on 14 December 1968, an antagonism about his succession arose. As the princes fought over the throne, women got involved. Even though they were not directly concerned with the escalation of the rift, women occupied the central stage. In the choice of a successor to the throne in Bafut, the character of the successor's mother played a considerable role. She was expected to be a respecter of not only the deceased husband, the *fon*, but also of the entire royal family. She ought to be an embodiment of generosity, humility and fairness in all judgement otherwise the soundness of the *fon* in executing his functions and the cherished unity of the royal family would be in complete jeopardy. Hence, the reigning *fon* carefully studied the character of his wives before deciding who among them was most suited for the *mafor* title¹¹.

Realising, therefore, that the character of John Nforbin's mother (Christina Lum Aboh), Achirimbi's chosen heir, was questionable, constantly accused of selfishness, the princes and princesses of the deceased *fon* were disgruntled. So, when Nforbin was "smuggled" into the *kwifor* and declared *fon* by the kingmakers of Ndakwifor, the majority of the princes and princesses protested. They vowed never to have Nforbin as their ruler. This obviously resulted in an acrimonious succession crisis of 1968. Another cause of the crisis was the fact that Achirimbi's wives hailed from different sub-chiefdoms¹² of Bafut. Some of these groups were believed to have come together at Mbelele to form a union after the death of the indigenous leader, Neba Chi. His throne was declared vacant and was unanimously handed over to the Tikari leaders, who, thus, assumed leadership of the union. Each sub-chief certainly had interest in having the son of their daughter (the *fon*'s wife) become the next *fon*. With this disposition, the conflict was inevitable.

Moreover, the fondom of Bafut was divided geographically into regions: the Upper Bafut constituted the Mambu, Bawum and Mankahnikong (*Bantare*) and the Inner Bafut comprised mainly the Tikars (*Bamumalaa*); the lower region was made up by Mbunti, a tributary chieftom in the Menchum Valley. In the past, the Bafut throne had been occupied by *fons* whose mothers had Tikar backgrounds. This often ignited rivalry between the *Bamumalaa* and the *Bantare*. The latter felt it was time to have a son with their blood to rule. They endorsed George Neba Mankaak's candidacy as the *fon*, while the *Bamumalaa* stood behind John Neba Nforbin, the son to their daughter. While some members of the *kwifor* were for Nforbin, others stood firm behind Mankaak. This division of positions also affected those of the princes, princesses and wives of the deceased *fon*.

¹¹ The *mafor* in the Grassfields was a political position of respect and honour with great responsibility, like to advise the reigning *fon*. Such a responsibility could not be given to any type of woman.

¹² Bafut political structure was made up of small sub-chiefdoms of different ethnic compositions, ministered by sub-chiefs, all answerable to the paramount chief, the *fon*.

Although a majority of *Fon* Achirimbi II's princes, princesses and wives backed Mankaak, the majority of the kingmakers were determined to enthrone Nforbin. Neither side was prepared to compromise its stand on who was to become the next *fon* of Bafut and so got the female folk actively involved in the evolution of the rift. In the face of the troubled atmosphere, the wives and princesses of the late *fon* held a series of meetings at the *ndatakumbeng* and in front of the *ndagereshie*¹³ to draw up strategies for the enthronement of their desired candidate. They decided to kill Nforbin, who had been hiding there. As they stormed the *kwifor* court in an attempt to execute their plan, they met stiff resistance from their opponents. As their sons and brothers were rioting and causing disorder in the palace as a supportive follow-up of the women's action in the evening of 16 December 1968, the princesses became deeply involved in the public demonstrations that followed the next day. They planted placards all over the place, some of which read "Accepting Neba Nforbin means the Fall of Bafut", "Never to see Nforbin on our throne", "No! No! By Sons and Daughters of Achirimbi II"¹⁴.

Since these ladies discovered that their course was supported by a huge number of the Bafut population, they decided to intensify their actions. They decided to multiply the amount of private meetings they held to discuss common action against the kingmakers and to seek the opinion of the other royal family members as to what plan of action to take in order to succeed. These ladies constantly canvassed support for their course from the Bafut populace, got and used it without any fear. The sustaining loud shouts from the crowd caused these courageous princesses to confront with hoes, sticks and stones the government troops dispatched to Bafut to crackdown the princesses' demonstrations and restore peace in the fendom. The princesses and their brothers were dispersed and temporary peace was restored to Bafut palace on 18 December 1968¹⁵.

Considering their method of fight not efficient enough to give them the desired results, the women changed approach. They saw the use of petitions as a better option. But this approach could work well if only the princes got actively involved in the struggle. Calling all the princes of the palace to a meeting on 19 December 1968, they all resolved on addressing petitions to the government. Among the petitions were those of one of the late *fon*'s daughters and some of his wives addressed the Prime Minister of West Cameroon decrying the choice of Nforbin.

As this was going on, another woman caused the conflict to regain force. This was Julian Wanzie. She was struggling to convince them to abandon their conviction and install Mankaak as *fon*. This action of hers further provoked split among the kingmakers, a division that was replicated among the Bafut people. This was a true representation of how women sustained conflict in the Grassfields of Cameroon. At this juncture, the division was gradually transformed into bitter encounters of fighting in the palace. As tension was mounting, the princesses resumed fierce fighting with pro-Nforbin elements. This caused the forces of law and order to intervene, this time subjecting both sides under severe beatings. The pains and wounds these government agents inflicted on the people caused the princesses to launch an attack on the police, leading to serious confrontation

13 *Ndagereshie* is a lodge where all secret societies in the Bafut are kept.

14 NAB, File No. 45/194/4, Rapport sur l'état d'esprit des populations de Bafut après la mort de leur chef, 1968.

15 Security Service Bamenda Archives, file no. NWC 195/113A, Note of information on Bafut chieftaincy dispute, 1968.

between them. The audacious princesses dispossessed some policemen of their guns. This brings to mind Chrysantus Brembena's case¹⁶.

In the face of the situation, the reaction of the police was obvious: mass brutalisation of these Bafut combatants for them to give up the guns they seized and give up their demands. But this only prompted things to take a more serious dimension. The princes and wives of late Achirimbi II joined their princesses to fight back. They were ready to die for a right cause. A right cause to them was the enthronement of Mankaak as their *fon*. To them, it was a prerequisite for peace and for handing over the seized guns to the forces of law and order. Following the brutal confrontation between the princesses and the police on 18 January 1969, the widows, dressed as traditional warriors, joined by the Bafut population, supported the princesses to contain the might of the police. While the women fought with their hoes, knives, sticks and stones, the men came out with cutlasses and spears. As the fight intensified, the police made use of teargases, but the women rapidly adopted a strategy to neutralise their toxic effects. While others were using palm oil and water to neutralise the inhaled gases, others threw sand on the tear-gases before explosion. By this time, the Gendarmeries joined the struggle. Since the government forces were growing in number and many people were being injured, the women changed their fighting tactics. They adopted the hit and run strategy, and caused all their fighters to follow suit. Each time they threw stones and sticks (see figure 1) at their opponents, they retreated to safer places, while restraining from exhausting themselves in the fight. This conflict ensured a lot of casualties on both sides, a situation that impelled the Bafut women to sue for peace.



15

¹⁶ Security Service Bamenda Archives, Note of information on the subject I, Assault on Police at Bafut, 1969.

2.2 Women in Inter-Tribal Crises

The presence of women in conflicts as combatants was also felt with the escalation of inter-tribal disputes in the region. Most, if not all, the chiefdoms of the Bamenda Grassfields had, at a given period in history, involved in an animosity with a neighbour. Some of such relations recorded violent accounts with a high tool of human lives and property ruin. The involvement of women in such conflicts as combatants was evident during the Kom-Mujang conflict of the 1900s. In their northward expansion, the Kom conquered part of the Mujang territory, Ayang, a village the Mujang considered their traditional capital. In an attempt to regain this territory, the Mujang people reacted by counter-attacking the Kom capturing Alim and Mbam. Following this, the Kom quickly reached an agreement with the Mujang in which they would build a house at the Mujang palace yearly with castor-oil-mixed mud. This agreement was sustained by Kom women, who carried this mud to the Mujang palace. This was a serious task to be sustained by the Kom, and when they decided to stop performing this duty, the Mujang were enraged and refused to assist the Kom in their war with the Din as a result. Instead, they prepared to attack the Kom on their return from Din, a plan which the Kom women came to know from their spies¹⁷.

With this knowledge, they decided to react in their own way, that is, to ambush the Mujang. The courageous *anlu*¹⁸ women collected arms from the *njong*¹⁹ lodge at Laikom, dressed themselves in men clothing and stood at both ends of the Tubeli cliff, through which the Mujang warriors had to pass. When the Mujang warriors were in the middle of the place where they lay in wait, the women on the one end raised an alarm to which those on the other end of the cliff responded, a signal to effect the attack. This frightened the Mujang warriors, who, in their attempt to run back, fell from the cliff and many of them died in the process²⁰. The defeat of the warriors arose the issue of bringing the Mujang to an end, and raised the status of the *anlu* in the area as a courageous and strong female society²¹. In most of the cases, the bone of contention was about farming lands. Since the female folk were the sustenance of farming in the region, they were often found meddling with land usage. The search for fertile farming plots allowed them to stray beyond their farm holdings, and they were unwilling to give up this vital element of survival. In fact, this problem accounted for the Mayo Binka and Binka, Bambili-Babanki, Mbem-Nwa, Bali-Nyonga-Bawock and Bamendankwe-Banjah conflicts, just to name but these few. Women played a role in advancing or sustaining these conflicts, an example being the Bamendankwe-Banjah conflict of 1989.

In 1989, Bamendankwe-Banjah, neighbouring chiefdoms, became involved in a serious conflict over a piece of land on their boarder. It arose when the former village, sandwiched by Bambili and Bamendankwe, accused the latter of encroaching on its land. The Banjah laid claims over the disputed land, arguing that they had occupied the area since the precolonial era. But their enemies claimed they had provided the Banjah with this

17 Blasius Fukachia Kidio, "Political Conflicts in Kom, North West Province of Cameroon 1951-1997: A Political History", (DIPES II dissertation in History, ENS, University of Yaounde I, 1999), pp. 30-31; Lawyer, "Role of Women", p. 28.

18 The *anlu* is a female secret society in Kom that serves as a disciplinarian of recalcitrant persons in the society, especially women.

19 The *njong* lodge is a special room in the Kom palace where war-related elements are kept.

20 According to Lawyer, warriors believed that they were defeated by war mercenaries from Bafmen who used to wear earrings. This was because they saw the Kom women wearing earrings, see *Ibid.*, p. 29. However, this could not be true because Bafmen warriors were at the same time assisting Kom warriors at Din.

21 Paul T. Kiawi, "The Kom-German War 1904-5: The Kom war Tactics", (MA dissertation, University of Buea, 2001), p. 5.

land when they migrated from Santa, hence a Bamendankwi land. The prearrangement to allow the Banjah to own the land was an issue between them and Bambili. With this, Banjah did not exist²². The rejection of such claims and the holding tight of the land by the Banjah plunged both factions into violent confrontation, an incident that experienced the presence of the women.

When the conflict erupted, the *Fon* of Bamendankwe summoned the Queen mother, *Mafor* Awameshie, to rally and prepare the female folk of the village for war. Over a hundred female combatants, mostly postmenopausal women and a good number of pre-menopausal and middle aged women, congregated along the footpath leading to the disputed area. They assembled in various guises with some putting on old clothing, while others were naked, barely covering their genitals with *nika*²³. The younger ones carried with them hoes as the war instrument, but the older ones did not need such since they considered their genitals to be a formidable weapon for the fight. As they progressed to the battle field, they acted as mobilisers. They sang and ululated loudly so as to be heard long before they passed by. As this was happening, they intersected the singing with statements like these: “let’s send Banjah to where they come from”, “our land must be for us”, “Banjah have declared war on us”. The mobilisation by these women got spontaneous responses from the local inhabitants of both villages. Since the men were prohibited from seeing women in such a mood, an incurable taboo, male warriors came out only after the women had passed in file beyond visible distance. The Bamendankwe women armed themselves with charms and led their men to the battle field, and at the battleground they portrayed their strength in a particular manner.

At the battlefront, women used their genitals and the *nika* instruments for combat. They passed the *nika* in between their legs, tilted their naked buttock skywards toward the direction of their enemies, mesmerised certain words and threw it (*nika*) to them (*enemies*). It was generally believed that this procedure empowered the *nika* with extraordinary spiritual forces. The value of the *nika* among the Ngemba women during disputes is compared with the *funya* (a garden-like fruit) used by the *anlu* society in Kom. This is in conformity with Fatton, who says African women have historically displayed their nakedness to show their anger and outrage at both public injustice and private male brutality or discrimination. During hostile situations, they used it with other elements as a means of cursing an enemy. The punishment of seeing such and being shot by these elements ranged from diminishing a person’s physical strength to grievous illness or even death²⁴. So when the Bamendankwe women exposed their sexual organs coupled with the throwing of the *nika* at their opponents during the war, the Banjah warriors, who understood the profound spiritual and mystical powers behind and the cost of seeing these women’s nakedness, got scared off. But the “brave” ones who resisted were stoned with the *nika*, and according to Ndi, many of those died afterwards²⁵. The Bamendankwe victory over the Banjah in 1989 was instrumented by their women.

22 Richard Ndi, “Women in Conflict in Mazam Division of Cameroon”, (MA dissertation in History, University of Yaounde I, 2007), p. 70.

23 The *nika* was an article made from dry plantain leaves, often wrapped to form a ring and used mostly by women to support wood and heavy goods on their heads.

24 R. Fatton, “Africa in the Age of Democratisation: The Civic Limitation of Civil Society”, *African Review*, 382, pp. 67-88.

25 Ndi, “Women in Conflict”, p. 72.

Generally speaking, with the escalation of crisis, female Grasslanders often supported their men, even against their desire, as refusal to do so was believed to be sacrilegious and was punishable by death. So in many cases, the women actively participated in conflicts not only as combatants, but also as cooks for the warriors. At times, the women encouraged their husbands to declare war. The former situation was recorded during hostilities between Bambui and Finge in March 1996, Akum and Chomba and Awing and Baligham from 1996 to 1997, where many people were killed and many more rendered homeless. In these conflicts, women played the role of supporting their warriors at the battle front with food. During the Bambili-Babanki, Bambili-Nkwen and Bambui-Finge conflicts of 1993-94, 1995 and 1996 respectively, their women furnished their warriors with fried groundnuts, mixed with corn flour and wrapped in plantain leaves. This food was believed to have a spiritual force; it was an energiser to keep the men “anew” at the battlefield. Particularly, during the Awing-Baligham conflict, women did not only give their men food during the crisis, but also incited them to commit violent acts, like brutal slaughtering of their enemies, ambushes and the burning down of their enemies’ village. The women of the former chiefdom did so to the extent that they insulted those reluctant to take up arms against the latter village terming them “unmanly”. They were considered weaklings, unable enough to protect the interest of the chiefdom. Some Awing women blew wood ash at men to humiliate them for refusing to fight. The Akum women, on their part during the Akum-Chomba friction often chanted encouragement songs to motivate their warriors to fight and men who ran away from the battlefield were ridiculed for lack of “courage” or “masculinity”²⁶. Considering the fact that men of this section of Cameroon believed so much in respect and reputation and would do all to retain it, the actions of their women were enough motivation to drag them to action. This time not because they truly wanted to fight against their neighbours, but to fight away or wash themselves away from the impression of their women about them. Thus, women were considered to be “invisible combatants”, fighting invisibly through their men.

2.3 Women’s Involvement in Multi-Party Politics

The combatant character of the women in conflict was made manifest in their involvement in multi-party conflicts in Cameroon. Women’s activism during the political instability in the 1990s, in Bamenda, for instance, was championed by the *takumbeng* female traditional institution. Motivated by the introduction of multi-partyism in the Benin Republic, neighbouring Gabon, Ivory Coast and Zaire, (now Democratic Republic of Congo) a Bamenda based businessman forcefully launched and celebrated the birth of an alternative political party, the Social Democratic Front (SDF) in Bamenda on 26 May 1990²⁷. Despite the violent reaction from the state against the idea of multi-partyism, the Biya’s regime formally legalised it in December 1990. The regime also introduced a certain degree of freedom of communication and association including the holding of public meetings and demonstrations. With the reintroduction of multi-partyism, the population of the Grassfields, and, particularly, the Ngemba population became very vociferous and uncompromising in their request for a new political

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

order. As a result, troops were constantly stationed in this part of the country. The SDF led a series of “ghost town” operations and civil disobedience campaigns all over the national territory throughout most of 1991. In an effort to force the government to call a sovereign national conference, which, according to them, would usher in appropriate structures within which multi-party politics could operate, the SDF made the “ghost town” campaigns. This caused all public and private business sites to remain closed and no township taxi circulated throughout the week, Saturdays and Sundays exempted. *Takumbeng* women or *mami takumbeng*, as they were called, intrepidly came out to reinforce the ghost town operation in Bamenda, the headquarters of the radical opposition party, the SDF²⁸.

Like the *anlu* of Kom²⁹, the *takumbeng* was made up of postmenopausal women found in Bafut, Bambili, Nkwen, Bamendankwe and the Ngemba confederacy as a whole. As a political institution, it intervened spiritually and administratively to redress particular issues in the land like physical maltreatment of men, women or children, witchcraft and other issues considered detrimental to the effective development of the society. Such cases were often considered to be above the competence of men to handle, and only the *takumbeng* could intervene. These women were believed to have mystical powers since they were seen as the authors of life. It was also believed that they could use the very instrument of life, sexual organs, to curse or terminate lives. Their vaginas and wombs constituted the natural channel through which man came to the world, and women had the monopoly of this channel. These symbolic parts of their bodies were used as the exclusive weapon to intimidate and discipline their male counterparts. When they exposed their nakedness and pointed their breast at a man, it resulted in impotency, infertility, incurable diseases or even death³⁰.

The *takumbeng* got involved in the “ghost town” operations following the economic hardship, which they believed was prompted by the Biya Government. Generally, this led to growing dissatisfaction and suffering. Village women, thus, began to have conversations about what they perceived as authoritarian rule, corrupt leaders and a government, but their belief was unresponsive to the other citizens. These statements were never voiced in public until the reintroduction of multi-partyism.

The *takumbeng* openly challenged the regime. They converged on the most symbolic and visible public places, defied the ban on public gatherings and claimed a space for themselves and their demand for justice. They invaded the streets and stormed public offices. The *takumbeng* restrained themselves from using violence and aggression in their methods, preferring to use civil disobedience and non-violent protest. They often marched almost naked and grey hair clenched with a large blade of grass gripped in between their lips, symbolizing “no talk but action”. As they marched, the front roll was made up of postmenopausal women with younger and pretty noisy women following from behind. Their passage in the morning indicated that every place had to remain closed and everybody had to desert the streets³¹.

28 Mark Bolak Funteh, “The Role of Non-Governmental Organisations in Conflict Resolution in the North West of Cameroon, 1990-2004”, (DEA dissertation in History, University of Yaounde I, 2005), pp. 34-35.

29 Nkwi, “The Anlu Factor”, pp. 154-175.

30 Funteh, “Conflict Resolution”, p. 39.

31 S.Y. Awasom, “A critical Survey of the Resuscitation Activation and Adaption of Traditional African Female Political Institution to the Emergencies of Modern Politics in the 1990s: The Case of the Takumbeng Female Society in Cameroon”, CODESRIA 10th General Assembly, Kampala, Uganda, December 2002, p. 5.

In October 1992, the Presidential Election was organised and resulted in violence in Bamenda and the *takumbeng* got involved. The opposition leader, Ni John Fru Ndi, was alleged to have won the election, and even before the Supreme Court declared the results, he proclaimed himself the winner. According to him, this was to pre-empt any fraud as the official proclamation of the result was being awaited. But when the result was finally proclaimed, it was contrary to the anticipation of the masses. The incumbent, Biya, was declared the winner³². With this result, the population of Bamenda was thrown into a state of total chaos. An angry mob burnt down the residences and properties of CPDM militants, accompanied by arsons and looting. Families were displaced and human lives lost. To maintain law and order in the region, the State of Emergency was imposed on Bamenda and Fru Ndi was placed under house arrest. As troops took over the Town of Bamenda, its inhabitants interpreted this as a declaration of war on them by the Biya. In a rather devil-may-care attitude, the *takumbeng* came out in the hostile environment to face the modern army. These women saw the placing of Fru Ndi under arrest as an intolerable act of war, hence decided to protect him believing that they would defeat the army with mystical powers³³.

As expected, the women vigilled all night around the Fru Ndi's premises chanting songs of liberation. Unlike in 1991, they were exclusively of postmenopausal age with nothing to lose and were believed to have mystical powers. They did not put on any pants or breast wears since those areas constituted their weapons for the fight at appropriate moments, as earlier explained. Initially, only twenty of them led by Fru Ndi's mother cast evil spell on the troops and as time went on, many old mothers moved in from neighbouring villages to swell up the number. These included the *fumbuen* women from Bambui and Kedjim-Keku, who moved into Mankon town to protect Fru Ndi. Following the increasing number of women who entered Mankon for this purpose, they reorganised themselves in turns to guard Fru Ndi³⁴. About mid-way into the two-month State of Emergency, rumour circulated around Bamenda that the government troops were making plans to carry Fru Ndi to Yaounde for interrogation and this provoked the women into the offensive. Awasom describes this in his own words:

The *takumbeng* confronted the approaching troops by raising their dresses high into the air and exposing their nudity. To put colour in their fight, they raised their shrill breast towards the direction of the soldiers as if to fire bullets from their breast. The shrill sounds that accompanied their actions sounded like the casting of a magical spell on somebody. It was an awful and demoralising sight and the troops found it difficult to proceed and arrest Fru Ndi³⁵.

The women's resistance persisted for quite some time and when they got news about more troops arriving at Bamenda, they positioned themselves at the strategic entrances of the town, making it impossible for the troops to enter Fru Ndi's house.

32 L. Sindjoun, "La Cour Suprême, la compétition électorale et la continuité Politique au Cameroun : La construction de la démocratisation passive", *Africa Development*, 1994, pp. 21-45.

33 S.Y. Awasom, "Towards a Gendered Development Discourse in Africa: Visible Women, Invisible Men", paper for the 11th CODESRIA General Assembly, Maputo, Mozambique, 2005, p. 6.

34 Ibid.

35 Ibid.

In February 1993, the *takumbeng* led some 700 pro-SDF sympathisers to lay siege at the office of the Sub-Divisional Officer for Bamenda Central for two days on the grounds that the Senior Divisional Officer (SDO) had delayed the opening of the voters' registration, which according to the Cameroonian Law was supposed to have been open since 1 January, as carried by the *Cameroon Post*.

The crowd was led by the self imposed defenders of liberties and freedom composed by the old women, the *takumbeng*, as the old nannies were popularly known. They took up a near guard behind the truck load of battle ready police. The crowd broke up, but *takumbeng* voluntarily spent the night on the spot to drive home their messages of disenchantment and distrust government dubiousness over the registration palaver³⁶.

During this demonstration, the women defecated in front of the DO's office and threw grass and other objects into the offices, a symbol of curse in the Grassfields. Despite the women's actions, the state responded with less violence and greater tolerance towards them than it did towards political dissidents in general and certainly towards men. As a matter of fact, the Bamenda local administration was well aware of the force and power these women possessed.

2.4. Women and Farmer-Grazier Conflict

As a matter of fact, the economic sector among the people of the Grassfields witnessed the conflict situations, which also experienced women's militant character. Such economic conflicts mostly concerned antagonism between farmers and graziers. Chilver confirms that conflicts involving female farmers on the one hand and male graziers and land controllers on the other hand were very common in the Grassfields of Cameroon, especially in Bafut and Kedjim-Keku villages of Mazam Division³⁷.

Between 1958 and 2006, female farmers in the region were involved in protracted conflicts with Fulani graziers as well as some indigenous men who took up grazing activities (figure 2 shows an indigenous cattle herd and the herder) and trespassed to destroy crops. The early years of Fulani presence were beneficial to both indigenous men and women. Traditional rulers and colonial administration benefited from taxes paid in cash and kind by Fulani cattle herders. While women farmers benefited from the droppings, which were used as manure on their farms, the cattle Fulani were then an asset to both men and women as they coexisted.

³⁶ "Row over Registration in Bamenda: Demonstrators Besiege DO's Office", *Cameroon Post*, March 3-10, 1993, pp. 1-2.

³⁷ E.M. Chilver, "Women Cultivators, Cows and Cash Crops in Cameroon" in *Persons and Powers in Diverse Cultures*, edited by Ardenes (Oxford: Berg Publishers, 1992), p. 111.



16

One of the causes of conflict between farmers and graziers was the growth of the cattle population. The population of cattle in the Grassfields by 1922 was about 10,000, and was never a problem to the crops. But by 1940, the population of cattle rose to 91,782³⁸. This was as a result of British colonial efforts to improve nutrition and increase agricultural income. The British colonial administration encouraged cattle Fulani, which entered the region in their significant numbers. The cattle tax or *jangali* provided a welcome addition to Native Authority revenues, increased the tax commission of chiefs, and allowed stipends to be paid to more Native Authority employees. Indeed, *jangali* initially provided a high proportion of tax revenue³⁹. By the early 1950s, the Aku with their disease-resistant-and-faster-breeding cattle entered the region from the Joss Plateau. Chilver asserts that over 14,000 Aku herds of cattle arrived in the region between 1956 and 1958⁴⁰. It was very certain from this that the relationship between graziers and farmers would hardly be cordial.

The method of cattle rearing was another reason behind the farmer-grazier friction. The rearing methods in the area were known as transhumance, the short distance and non-transhumance practices. By both practices, the graziers moved their cattle from the hills to the residential quarters, where the animals were fenced at night and released during the day to feed on fallow farms. The Fulani also migrated out of the village during the long dry season with their cattle in search of greener pasture, especially in the lowlands.

38 M.Z. Njeuma and N.F. Awason, "The Fulani and the Political Economy of the Bamenda Grassland 1940-1960", *Paideuma*, 36, 1990, p. 219.

39 Chilver, "Women Cultivators", p. 115.

40 *Ibid.* p. 132.

Cattle underwent transhumance during this season when biological activities were almost halted and pasture ecological resources were scarce. They moved to swamps, rivers and upland watersheds in areas where women gardeners had undertaken extensive vegetable gardening, resulting in heavy crop losses. Between 1995 and 2000, over 11, 8 hectares of vegetable land was destroyed per annum by cattle⁴¹. The immeasurable damage of cattle on the crops ignited grievous dispute between the graziers and farmers. In 1959, there were complaints about cattle damage almost everywhere in the region. In Kedjim-Keku, the feature of the *anlu* of Kom was seen in the diverse of traditional society. The *fumbuin*, a group of exclusively elderly women daubed their faces with wood ash, dressed in old and torn clothing, marched to the palace and protested against crop destruction, in fact not only by cattle, but by domesticated animals in general. As they marched along singing war songs, they cursed the graziers with thorn apples. These women did not remain passive in the face of their crops being destroyed, hence depriving their children from good meals. However, the anger of the women was directed only towards animal owners. Once their demands were made by the chief and the graziers chastened by imprisonment or fines, goats tethered and pigs stiled, *fumbuin* rising sub-sided⁴².

In 1982 and 1993, the *fumbuin* of Kedjim-Keku was reversed, motivated by the 1978 and 1979 situations in Wum, where women armed with clubs, white painted faces and some carrying children organised and barricaded the palace of their traditional ruler. A similar incident happened in Nso and Mfe, where women took siege in their fon's palace requesting graziers to be punished. In 1982, women of Kidjem-Keku captured straying cattle and directed them to the *fon*'s palace to be impounded⁴³. In 1992, the *gofack* women came out in their numbers to lay vigil on their farms and slaughtered cattle destroying their crops at night. This was after their complaints against recurrent incidents of crop destruction by cattle to the *fon* yielded no fruits. In fact, this cattle hunt victimized over 200 cattle⁴⁴. In as much as the Grassfields women got involved in conflict as combatants, made manifest in their actions as instigators, service providers, political activists and conflict solvers, they were also behind action that pre-empted the escalation of conflict as well as provoked the return of peace in areas where it had been absent.

41 N.N. Epo, "Farmer-Grazier Conflicts in Aghem 1956-2003: A Historical Study", (DIPES II Dissertation in History, ENS, University of Yaounde I, 2006), pp. 31-2

42 Chilver, "Women Cultivators", p. 121.

43 Awasum, "Critical Survey", p. 3.

44 Funteh, "Missionary Contribution", p. 24-26.

3. Women as Architects of Peace

In an attempt to initiate peace solutions during hostile circumstances, the women of the Grassfields did so in two distinct ways, namely preventive diplomacy and peace-making.

3.1. Preventive Diplomacy

Plano and Olton define diplomacy as the practice of conducting relations between states through official representatives⁴⁵. To Robert S. Smith, diplomacy is the fundamental means by which foreign relations are conducted and foreign policy implemented⁴⁶. It includes all the operational techniques whereby a state pursues its interest beyond its jurisdiction. The Grassfields people, women inclusive, made diplomacy a vital ingredient to regulate relationship amongst themselves. Since the pre-colonial times, it was useful to maintain cordial relations among these peoples. According to Nkwi, deliberate endeavours to promote friendly contacts and maintain a good relation among the Grassfields states were great⁴⁷.

The peaceful coexistence of the people of the Grassfields was greatly sustained by women's efforts following their roles during treaties, alliances or pact-signing sessions. Treaties were signed as a way of winning the friendship of perennially hostile groups, especially to end border disputes, which were a frequent source of conflict. The binding nature of treaties was enforced by the swearing of oaths. Amongst many of the ethnic groups of the Bamenda Grassfields, oaths entailed the annual killing of a slave and/or animal, followed by the preparation of sacred emblems and potions and the mingling and consumption of the blood by both parties as the years evolved. For example, due to the perennially hostile relations between Lus and Ntem, the two rival chiefdoms took a decision to bring to an end the deep-seated hostility between them. This came after prolonged negotiations between the two sovereigns in 1932⁴⁸.

When female triplets were sent to negotiate a non-aggression pact between the two chiefdoms, it was concluded under a fig tree on the Lus-Ntem border, in a place called *tubuin*. This was followed by the performing of rituals and the burial of a live dog and two slaves, one from each party. At the burial spot, chiefs from both chiefdoms swore never to fight each other and promised to live in peace and harmony as brothers. What is important to note about this non-aggression pact is its sacred character. The sacrifices and oath-taking meant that once the treaty had been concluded, it had to be respected by both parties without which a spell or misfortune might befall the violator⁴⁹. This is similar to the Bafut-Mankon pact of 1889⁵⁰. These indicate that alliances were a method

45 Jack C. Plano and Roy Olton, *The International Relations Dictionary* (New York: Holy Rinehart and Winston, Inc, 1969), pp. 213-214.

46 Robert Smith, *Warfare and Diplomacy in the Pre-colonial West Africa* (London: Methuen and Co. Ltd., 1976), pp.12-13.

47 Nkwi, *Traditional Diplomacy*, p. 41.

48 F.A. Ndenge et al. *Focus on Nukwi-nu Fo Ndefru II*, p.78; John Fru Fobizi, "Mankon-Bafut Relations, 1889-1901: From Bitter Enemies to Fraternal Allies", (Long essay in History, University of Buea, 1996), p.22.

49 Mbori John Buinda, "The Socio-Economic and Political Organisation of the Yambas from the Precolonial Period to 1961: A Historical Perspective", (DIPLEG dissertation in History/Geography, ENS, University of Yaounde, 1984), pp. 54-6.

50 For a detailed study on the relationship between the Germans and the Bafut and Mankon, See, E.M. Chilver, *Zintgraff's Explorations in Bamenda, Adamawa and the Benue Lands, 1889-1892* (Buea, Government Printer, 1966); Matthias L. Niba, "The Bafut and

by which chiefdoms sometimes turned their enemies into friends. Such alliances were usually made when one or both parties felt threatened by the other. With such an understanding, even when there was a violation of traditional hunting boundary laws by poachers of one chiefdom, a serious offence at the time, it did not cause war. Instead, the representatives from both chiefdoms and the culprits met at the site of the crime and the matter was settled amicably. The defaulters were asked to pay fines, which were usually in the form of goats and wine⁵¹.

In addition, oral tradition amongst the Mbem and Mfe peoples of Nwa Sub-division holds that immediately after the installation of the Mfe chiefdom in its present site (allowed to them by the Mbem) it sent three princesses to establish friendly relations with the Mbem group. The princesses performed the desired oath-taking with their neighbour, aimed at never fighting each other and standing by each other in times of aggression from a third party. This was already good grounds for the establishment of a sound alliance between both groups⁵². Amongst the Yamba, each chiefdom planted a sacred stone (after a blood pact performed mostly by the chiefs themselves) at the boundary – *licg bulack*. Annually, each village sharing this common boundary made sacrifices on the stone. During such sacrifices the chiefs and their wives promised friendship with each other. This oath-taking mechanism prevented the escalation of war or resolved prevalent conflicts⁵³.

The marriage institution was one of those precious weapons used by the Grassfields people against the issue of war and this revolved around the woman. Since the pre-colonial times, there has been a high frequency in the circulation of women among both royals and commoners. Warnier's 1975 data in this area on 74 genealogies from 8 chiefdoms of the Bamenda area indicated that in a total of 622 women, 188 got married into chiefdoms other than theirs⁵⁴. Chiefs of the Grassfields had established, promoted and cemented their relations through royal marriages. Chiefs, desiring to make or cement friendly relations, usually gave out beautiful princesses in marriage to neighbouring chiefs or princes, for example, the Bafut changed royal wives with Kom, Babungo, Nkwen, Bali-Nyonga and Mankon. Bafut and Kom, Nkwen and Bum, Bambui, Babungo and Bali were also fond of exchanging women among themselves. Nkwi's 1978/80 study on the Kom, Bafut, Babungo and Bambili chiefdoms recorded that of the 150 royal wives, over 14 hailed from chiefdoms other than theirs. The chief of Babungo, for instance, had 14 wives obtained from Nso, Kom, Bum, Bangola, Bamessing, Babanki-Tungo and Mbesinaku⁵⁵. In the Bamileke chiefdom of Bangwa, Latour-Dejean reveals that men of high social status, remarkably chiefs and notables, tended to marry more wives from outside the group. The percentage of foreign wives increased as the number of wives increased in the household. Evidence also shows that the Bamum king took wives from neighbouring groups and he is reported to have taken women from Nso and the Sop chiefdoms on the Nkambe Plateau⁵⁶.

the Germans, 1889-1907" in Bongfen Chem-Langhee and V.G Fanso, *Nso' and Its Neighbours* (Massachusetts: Amherst College, 1996), pp. 86-101.

51 F.W. Carpenter, An Intelligent Report on the Kaka-Ntem Area of the Bamenda Division of Cameroon, AC/5, 1932, N.A.B., pp. 7-8.

52 Mbembe-Ntumba Land Affair Proceedings, AC/5, 1932, National Archives Buea (N.A.B.), p. 3.

53 Funteh, "Missionary Contribution", p. 24-6.

54 J.P. Warnier, *Precolonial Mankon: The Development of Cameroon Chiefdoms in its Regional Setting* (Michigan: Ann Arbor, 1975), p. 395.

55 Paul Nchoji Nkwi, "Traditional Diplomacy, Trade and Warfare in the Nineteenth Century Western Grassfields", *Science and Technology Review*, vol. 1, no 3-4, 1983, p. 106.

56 C.H. Latour-Dejean, *La parenté et la famille dans une chefferie du Nde au Cameroun* (Paris : n.p., 1975), pp. 54-6.

The free circulation of women, notably princesses, among traditional rulers was important in the sense that in the absence of an accredited diplomat, the royal women acted as resident ambassadors of the chiefdoms to which they got married. As such they were the ones to provide hospitality to natives from their chiefdoms who entered the palace. The marital bonds made less likely the occurrence of war between neighbouring chiefdoms. Hardly, therefore, did chiefdoms with marital ties go to war with one another. This practice was also employed within powerful conquest states, where there was a paramount chief and subaltern and often rebellious chiefs. For example, Kom princesses got married to vassal chiefs within the Kom kingdom such as the chiefs of Mejang, Ake, Mbesa and Baicham⁵⁷. This prevented the rebellious chiefdoms from seceding from the kingdom, thus the prevalence of peace. Apart from involving themselves in diplomatic actions as means of pre-empting war, the Grassfields women got actively engaged in peace-making when conflicts escalated among the inhabitants of the region.

3.2. Peace-Making

Women played a key role in management of hostilities amongst the Grassfields people of Cameroon. They were the brain child of the termination of the chieftaincy crisis in Bafut. Just as women played a crucial role in sustaining the crisis, they were equally very instrumental in the resolution of the issue. After the suppression of the riot of the princesses in Bafut, a State of Emergency was declared by the Governor of the North-West Province in Bafut on 18 January 1969. It prohibited people, female and male alike, from moving around with cutlasses, spears, clubs and hoes, all considered harmful to the administration. The sons and daughters of *Fon Achirimbi II* were arrested by the troops in Bafut. A down to dusk curfew was imposed in the Bafut west areas as all persons were restricted to their houses. This, of course, had tremendous impact on the women who depended solely on subsistence agriculture, and were the food providers in their households. Consequently, they felt alienated from the apparent irrationality of the conflict and its destructive influence and, thus, had a strong desire to see the conflict terminated immediately and to witness the return of peace and stability to the chiefdom. These prompted the widows of *Fon Achirimbi II* to openly apologise to the SDO for Mezam on 20 January 1969 during his visiting mission to Bafut. Their apology was a mark of profound regret for the women's actions, which propelled violence during which many elements of the forces of law and order sustained serious injuries. They expressed an unconditional readiness to cooperate with the *kwifor* in the installation of *Fon Achirimbi's* successor, according to his will⁵⁸. Certainly, this was a sure evidence of the women's desire for the return of peace to Bafut.

However, the women appealed to the SDO to revoke the prefectoral order banning them from using their farm tools. They also appeased their children by making them see the reasons why they had to respect their late father's decision. In fact, it was due to this action of the women that the SDO complied with their demand as it supervised the installation of the new *fon*, Nforbin, on 25 January 1969 and coroneted *Fon Achirimbi II*.

⁵⁷ Lawyer, "Role of Women", p. 28.

⁵⁸ Divine F. Ngwa, "The Fon, Chiefs and People of Bafut in Conflict, Pre-colonial Period, 1968", DEA in History, University of Yaounde I, 2002), pp. 13-14.

It was only after this occasion that the women reconciled their children to one another, causing them to live in peace and perfect harmony henceforth⁵⁹.

Another example where women advanced peace-making mechanism was during the Nso-Babungo War of 1906. Due to the devastating nature on Babungo, *Fon* Sake decided to sue for peace. To do this, he sent a delegation to *Fon* Sebum of Nso, headed by Prince Timbufua, with a royal bag containing many precious items. In return, the *Fon* of Nso went beyond material gifts by sending alongside a young girl named Manyam, the daughter of Shey Wo Nkarkur, a Nso notable. She was received into the royal palace and got married to a prince. This situation also prevailed between the Nso and Noni chiefdoms, where the former received women from the latter. Generally, women received as gifts from other chiefs were considered precious by the recipient.

Furthermore, the *mabi*, (mother of twins or triplets) played a fundamental role in the negotiation of peace amongst some Grassfields societies. Amongst the Yamba, for example, the *mabi* occupied a prestigious position within this society, believing to possess supernatural or mystical powers. In situations of conflict, she intervened in the battle ground by holding up high in her left hand the fresh branch of the traditional peace plant, the *nkeng*, a symbol of peace. At this juncture, because of her wailing, hostilities were stopped in order not to anger the ancestors, believed to have found favour with the *mabis*. During hostilities, the battle front experienced the presence of many *mabis*, thus their wailing could easily be heard. The hostilities between the Yang and Mfe, Mbem and Nwa, Gom and Rom of the 1960 decade were ended by the *mabis*⁶⁰.

4. Conclusion

The issues of conflict and conflict resolution since the pre-colonial period among the Grassfields people of Cameroon were not new phenomena. In a region with over 150 independent villages of varying sizes and strengths, conflict was inevitable. During the pre-colonial era, the migratory and implantation trend of the Grassfields chiefdoms was done amidst conflict, and so was their expansion. Most of the conflicts had their roots in competition over control of resources, land and people. From the colonial periods, some of the inter-chiefdom offensive wars reemerged and many new ones occurred, caused, in the main, by controversy over boundaries. This era saw the increasing occurrence of chieftaincy and farmer-grazier disputes. In the last two decades, these situations painted the region as the highest indicator of conflicts in Cameroon, especially with the advent of the state-civilian conflicts, which engulfed the area during the early 1990s following the reintroduction of multi-partyism in the country. In the face of these circumstances, the women did not remain indifferent, rather they got actively involved in fighting (combatants) and/or settling conflicts (peace architects). To effect the former intension, they used female secret societies, *takumbeng*, *anlu*, and the *fumbuin*, as instruments. But when playing the latter role of architects of peace, they employed preventive diplomacy as a conflict pre-emptive measure. But when the situation already escalated into an open conflict, they tried to settle the issue in their own way. They could be seen in battle fronts trying to initiate peace or meet government agents to initiate dialogue and

⁵⁹ Ndi, "Women in Conflict", p. 103.

⁶⁰ Funteh, "Missionary Contribution", p. 54.

establish peace during crises. Their role in quest for long lasting solutions to African crises can also be valuable today if given the opportunity to participate fully in the process. The strength of women's action was verified in South Africa during the Apartheid era, during the peace processes in Liberia, Sierra Leone, Uganda and Mozambique during the civil bedlams of the 1990s.

References

- Awasom, S.Y. "A critical Survey of the Resuscitation Activation and Adaption of Traditional African Female Political Institution to the Exergencies of Modern Politics in the 1990s: The Case of the Takumbeng Female Society in Cameroon". Paper for the 10th CODESRIA General Assembly, Kampala, Uganda, December 2002.
- . "Towards a Gendered Development Discourse in Africa: Visible Women, Invisible Men". Paper for the 11th CODESRIA General Assembly, Maputo, Mozambique. 2005.
- Bungfang, Patrick. "Inter-Chiefdom Conflicts in the North West Province of Cameroon from 1889-1999. Colonial and Post Colonial Influences". M.A. dissertation in History, University of Yaounde I, 2000.
- Chilver, E.M. Zintgraff's Explorations in Bamenda, Adamawa and the Benue Lands, 1889-1892. Buea, Government Printer, 1966.
- . "Women Cultivators, Cows and Cash Crops in Cameroon". In Ardenes (ed.). *Persons and Powers in Diverse Cultures*. Oxford: Berg Publishers, 1992. Pp.13-34.
- Chilver, E.M. and Kaberry, P.M. *Traditional Bamenda, Precolonial History and Ethnography of the Bamenda Grassfields*. Buea: Government Printers, 1966.
- Crawford, Young. "Democracy and the Ethnic Question in Africa", *Africa Insight*, January-March 1997. Pp. 7-23.
- Epo, N.N. "Farmer-Grazier Conflicts in Aghem 1956-2003: A Historical Study". DIPES II dissertation in History. ENS. University of Yaounde I, 2006.
- Faton, R. "Africa in the Age of Democratisation: The Civic Limitation of Civil Society". *African Review*, 382. Pp. 34-62.
- Fobizi, John Fru. "Mankon-Bafut Relations, 1889-1901: From Bitter Enemies to Fraternal Allies". Long essay in History, University of Buea, 1996.
- Fowler I. *African Sacred Kings: Expectations and Performance in Cameroon*. n.p., 1993.
- Funteh, Bolak Mark. "Missionary Contribution to and/or Modification of the Yamba Precolonial Society, 1918-2008". MA dissertation in History, University of Yaounde I, 2003.
- . "The Role of Non-Governmental Organisations in Conflict Resolution in the North West of Cameroon, 1990-2004". Diplôme d'Etude Approfondies (DEA) dissertation in History, University of Yaounde I, 2005.
- Johnson Emilia (ed.). *Women, Conflicts, and Rights*. Lagos: Maxis Publishers, 2009.
- Kiawi, Paul T. "The Kom-German War 1904-5: The Kom war Tactics". MA dissertation, University of Buea, 2001.
- Kidio, Blasius Fukachia. "Political Conflicts in Kom, North West Province of Cameroon 1951-1997: A Political History". DIPES II dissertation in History, ENS, University of Yaounde I, 1999.
- Latour-Dejean, C.H. *La parente et la famille dans une chefferie du Nde au Cameroun*. Paris : n.p., 1975.
- Lawyer, Linda Ankiambom. "The Role of Women in the Development of Kom since the Pre-colonial Period". MA dissertation in History, University of Yaounde I, 2005.
- Lord, David. *Paying the Price: The Sierra Leone Peace Process*. London: Conciliation Resources, 2000.

- Magubane, Bernard. *Oppression and Resistance in South Africa: Women Dynamism and Force*. Cape Town: Colin Books, 2006.
- Mbori John Buinda – “The Socio-Economic and Political Organisation of the Yambas from the Precolonial Period to 1961: A Historical Perspective”, (DIPLEG dissertation in History/Geography, ENS, University of Yaounde, 1984), pp. 54-6.
- Miller, Christopher E. *A Glossary of Terms and Concepts in Peace and Conflict Studies*, second Edition. University for Peace, 2005.
- Nchoji, Nkwi Paul. “Traditional Diplomacy, Trade and Warfare in the Nineteenth Century Western Grassfields”, *Science and Technology Review*, vol. 1, no 3-4, 1983. Pp. 101-116.
- Ndi, Richard. “Women in Conflict in Mazam Division of Cameroon”. MA dissertation in History, University of Yaounde I, 2007.
- Ngwa, Divine F. “The Fon, Chiefs and People of Bafut in Conflict, Pre-colonial Period, 1968”. DEA in History, University of Yaounde I, 2002.
- Niba, Matthias L. “The Bafut and the Germans, 1889-1907”. In Bongfen Chem-Langhee and V.G Fanso, *Nso' and Its Neighbours*. Massachusetts: Amherst College, 1996.
- Njeuma, M.Z. and Awasom, N.F. “The Fulani and the Political Economy of the Bamenda Grassland 1940-1960”. *Paideuma*. 36. 1990. Pp. 21-36.
- Plano, Jack C. and Olton, Roy. *The International Relations Dictionary*. New York: Holy Rinehart and Winston, Inc, 1969.
- “Row over Registration in Bamenda: Demonstrators Besiege DO’s Office”. *Cameroon Post*. March 3-10, 1993.
- Sindjoun, L. “La Cour Suprême, la compétition électorale et la continuité Politique au Cameroun: La construction de la démocratisation passive”, *Africa Development*, 1994, pp. 21-45
- Smith, Robert. *Warfare and Diplomacy in the Pre-colonial west Africa*. London: Methuen and Co. Ltd., 1976.
- Tardits, Claude (ed.). *The Contribution of Ethnographic Research to the History of Cameroon Cultures*, Vol. 2. Paris, CNRS, 1981.
- Vansina, Jan, “A Comparison of African Kingdoms” *Africa* 32, 1962, p. 328.
- Warnier, J.P. *Precolonial Mankon: The Development of Cameroon Chiefdoms in its Regional Setting*. Michigan: Ann Arbor, 1975.
- Zartman, I. William (ed.). *Traditional Cures for Modern Conflicts: African Conflicts “Medicine.”* Boulder, London: Lynne Rienner Publishers, 2000.

Archival Material

Carpenter, F.W. An Intelligent Report on the Kaka-Ntem Area of the Bamenda Division of Cameroon. AC/5, 1932. National Archives Buea.

Mbembe-Ntumbe Land Affair Proceedings. AC/5, 1932. National Archives Buea.

Note of information on Bafut chieftaincy dispute. File no. NWC 195/113A. 1968. Security Service Bamenda Archives.

Note of information on the subject I. Assault on Police at Bafut. 1969. Security Service Bamenda Archives.

Rapport sur l'état d'esprit des populations de Bafut après la mort de leur chef. File No. 45/194/4. 1968. National Archives Buea.



Imagens e locais sagrados em Luanda

Paulo de Carvalho*

p 115-123

Sagrado é tudo aquilo que é alvo de veneração ou culto, devido a alguma associação com o divino ou, em geral, com o sobrenatural. Os rituais associados àquilo que é sagrado são, normalmente, ancestrais ou têm uma base ancestral e exigem respeito absoluto com base em tabus.

Os ritos estão desde sempre presentes nas sociedades humanas. Para entendermos a sua omnipresença, vamos recorrer a Custódio Gonçalves [2001: 12], que nos diz que “não há amizade sem ritos de amizade; não há morte sem ritos de morte. Os ritos são a forma indispensável para exprimir e solidificar os vínculos, suscitar a partilha de emoções, valorizar certas situações, assegurar e reforçar a coesão social.”

Nesta comunicação, vamos descrever algumas imagens e locais sagrados que fazem parte do imaginário das gentes de Luanda e arredores, mais precisamente dos ndongo (do antigo reino com o mesmo nome).

Depois de explicarmos em que consiste o culto aos antepassados, vamos referir um símbolo ao qual está associada uma imagem (a *kyanda*) e um local sagrado (a mulemba), ambos relativos à cidade de Luanda.

O culto aos antepassados

Magia é o conjunto de práticas que visam o desenvolvimento das faculdades espirituais e ocultas do ser humano, com rituais e cerimónias que têm por objectivo o contacto e a utilização de forças ocultas com fins pré-determinados. Magia é a arte de manipular o intangível (ou o imaterial), de modo a provocar efeito no tangível (no material). Quando se fala em magia, tem-se em mente a utilização das forças da natureza de uma maneira não convencional. O que é importante reter é a necessidade de utilização do sobrenatural, de forças ocultas ou superiores, normalmente com o objectivo de alterar alguma coisa no mundo terreno.

* Universidade Katyavala Bwila (Benguela, Angola). O autor agradece o apoio e contribuições dos antropólogos Virgílio Coelho e Samuel Açó.

É comum falar-se em “magia negra”, quando se pretende referir malefícios, sortilégios e feitiços com a finalidade de atingir determinado objectivo – inclusive o objectivo de causar prejuízo em alguém. A “magia negra” é utilizada para alterar o rumo das coisas, em prejuízo de alguém e em benefício de quem pratica (ou quem encomenda) o feitiço. A utilização da “magia negra” causa dor ou ferimento físico ou emocional em alguém, podendo também causar a morte. Pode para isso recorrer-se à utilização de ervas, óleos ou unguentos, enquanto os amuletos ou os *mikasu* são normalmente utilizados para protecção, para atenuar os males causados pelas energias malignas.

Quando, numa comunidade, nos referimos aos antepassados, estamos a referir-nos ao fundador da linhagem ou do grupo étnico e a todos os integrantes desse grupo que deixaram o mundo dos vivos, passando a integrar o mundo espiritual dos antepassados. O óbito inclui ritos que “regulamentam o luto e asseguram o estatuto do defunto que, uma vez integrado no mundo dos antepassados, participa na continuidade do grupo” [Gonçalves 2001: 13]. Pode-se acrescentar que “o rito fúnebre é... também a ocasião para uma nova redistribuição das riquezas, através do jogo de dons e contra-dons, e de compensações mortuárias” [Gonçalves 2001: 15].

O culto aos antepassados consiste na invocação aos antepassados (invocação dos espíritos daqueles que já morreram), seja para os proteger e os beneficiar a eles próprios, seja para proteger e beneficiar os vivos, a comunidade, a linhagem ou o grupo étnico. O culto aos antepassados tem por princípio a convicção de que a morte terrena não implica o desaparecimento do espírito – antes pelo contrário, a morte terrena significa somente a transição para um estágio de vida diferente, com a separação entre o corpo físico (que morre, se decompõe e desaparece) e o espírito, que se mantém vivo, numa dimensão hierarquicamente superior à da vida terrena¹.

O culto aos antepassados está presente nas comunidades humanas desde há muito tempo. Há, inclusivamente, religiões que o promovem, como é o caso da religião católica, que apregoa a necessidade de celebração de missas pelos mortos (mais precisamente, pelos espíritos daqueles que já desapareceram fisicamente), seja em benefício da sua alma, seja em favor e protecção dos vivos [cf. Martinez 2007].

O culto e a invocação aos antepassados faz-se através daquilo que vulgarmente se designa por *feiticaria* ou *feitiço*, mas que vamos aqui designar (na esteira de Chicoadão [2005]) por *wanga*². De acordo com Marc Augé [apud Carvalho 1989: 281], a *wanga*³ consiste num “conjunto de crenças estruturadas e partilhadas por uma dada população que se liga à origem do mal, da doença ou da morte, e o conjunto das práticas de detecção, de terapia e de sanções que correspondem a essas crenças”. Mas é preciso acrescentar que a *wanga* é um processo através do qual se realizam ritos e manifestações espirituais, se invocam deuses e se dialoga com os espíritos dos antepassados, com dois objectivos fundamentais: o culto do mal (para provocar doenças ou morte terrena) ou o culto do bem (para cura e para prevenção do mal) [Chicoadão 2005: 24-26]. Para o primeiro caso são usados os *mikixi*, enquanto para o segundo se utilizam os *jingombo*. Tanto num caso, quanto no outro, há diálogo com os deuses e com os espíritos dos antepassados, havendo posteriormente recurso à flora e à fauna, em cumprimento das orientações recebidas e

1 Sobre esta matéria, vide por exemplo Evans-Pritchard 1929 e 1937, Malinowski 1948 e 1998, Radcliff-Brown 1952, Murray 1972, Frazer 1978, Eliade 1992, Chicoadão 2005.

2 O termo feitiço tem conotação negativa, por se o associar normalmente ao mal. Mas, como veremos adiante, a *wanga* pode ser utilizada tanto para o mal, como para o bem

3 No texto, está empregue o termo *feiticaria*.

dos rituais indispensáveis à pretensão. De acordo com Adam Kuper [*apud* Crema s.d: 2], a função da *wanga* é “ritualizar o optimismo do homem e fortalecer a sua fé na vitória da esperança sobre o medo”.

Para compreensão da *wanga*, Chicoadão [2005: 33] considera dois tipos de existência, nomeadamente:

“A vida do dia-a-dia, com outros homens e mulheres, na sociedade visível”;

“A vida da noite-em-noite, vivida em estado de bilocação, ou seja, na ‘sociedade invisível’ aos olhos daqueles que estão fora da sua alçada espiritual, mas em forma física absolutamente definida, palpável, concreta.”

Só se pode olhar para a *wanga* de forma endógena; porque se o não fizermos, não entenderemos a sua razão de ser nem a sua necessidade para a estabilidade, a coesão e a harmonia nos agrupamentos humanos que a utilizam. De acordo com Bronisław Malinowski [1948: 70], “olhando de cima, de longe, dos nossos lugares seguros e elevados da *civilização desenvolvida*, é fácil ver toda a rudeza e irrelevância da magia [da *wanga*]. Mas sem o seu poder e a sua orientação, o homem primitivo não poderia ter superado as suas dificuldades práticas como o fez [ao longo dos tempos], nem poderia o homem ter avançado até aos mais altos estágios da civilização.”

A luta constante entre o bem e o mal [cf. Coelho 1997b, Chicoadão 2005, Hiebert 2008] exige recurso aos antepassados. O mesmo acontece com a entronização, pois não há chefe sem referência ao grupo, onde o exercício da autoridade exige prévia aprovação simbólica, no quadro da ordem sagrada: “um chefe não pode exercer sobre um novo *dominium* e sobre o seu grupo um poder legítimo e eficaz, se este poder e a pessoa do chefe não forem aprovados e consagrados pelos antepassados e pelos espíritos ctónicos, os verdadeiros proprietários do solo” [Gonçalves 1984: 672].

De acordo com Radcliffe-Brown [1952], é a magia [a *wanga*] que, nas sociedades ditas primitivas, dá aos homens a confiança face às dificuldades e incertezas, aos perigos reais ou imaginários de que está rodeado. Uma série de ritos realizados todos os anos sobre os campos, em rigorosa sequência e rigorosa ordem, garante a sua fertilidade e proporciona o bem-estar nas comunidades. A *wanga* é, pois, vista pelos nativos como perfeitamente indispensável ao bem das plantações, não se podendo dizer o que aconteceria sem recurso a ela. O mesmo constata Malinowski [1948: 30] no que respeita à pesca em mar alto, em relação à qual existem rituais extensivos para garantia de segurança e de boas capturas. O mesmo sucede dentro os axiluanda (comunidade de pescadores que habita a Ilha de Luanda), tal como constata Ruy Duarte de Carvalho [1989: 281-282].

Para entendermos como se processam os rituais de consulta aos antepassados, vamos recorrer aos estudos de Bronisław Malinowski [1948] junto dos trobrianders. Diz-nos que todos os rituais têm uma característica comum, que consiste no facto de o elemento mais importante ser o poder contido na fórmula empregue, que é oculta e é manuseada somente por filiação mágica. Eis os condicionalismos a que obedece normalmente a fórmula de um rito de *wanga*:

- a) Surgem primeiro os efeitos fonéticos, que consistem na imitação de sons naturais (o ruído do vento ou das ondas do mar, o trovão e vozes de animais), que simbolizam fenómenos específicos;

- b) Em segundo lugar, utilizam-se palavras que evocam, comandam ou descrevem o objectivo almejado;
- c) Por último, existem indispensáveis alusões referentes aos antepassados de quem se recebeu a *wanga* ou de quem se espera o pronunciamento ou a actuação.

Em relação aos povos de Angola, existe tradição ancestral de culto aos antepassados, através de ritos e manifestações espirituais que são feitos por entidades com poder para tal [cf. Chicoadão 2005: 33-35]. A sua importância é tal, que sem esse tipo de culto não seria concebível a perpetuação do grupo ao longo dos séculos. Para os povos de Angola, não é concebível a vida sem recurso ao apoio e orientação dos antepassados.

Depois das explicações relacionadas com a *wanga* e o culto aos antepassados, vamos de seguida referir-nos à *kyanda* e à *mulemba*, como dois símbolos (uma imagem e um local) sagrados, reconhecidos até hoje na região de Luanda.

A *kyanda* que dá vida e esperança

As pessoas originárias de Luanda acreditam na existência de seres dotados de poderes sobrenaturais. Trata-se das *yanda* (no singular, *kyanda*), que são espíritos da natureza criados por Deus e estão ligados aos meios aquáticos (rios, lagos, lagoas e mar), aos quais estão associados mitos e cultos. As *yanda* são “seres bondosos” [Coelho 1997a: 165] que se encontram também em terra, nas florestas ou nas montanhas, sendo o embondeiro a sua árvore de eleição [Carvalho 1989: 285, Coelho 1997a: 147-149].

Uma *kyanda* é um génio da natureza, que está omnipresente porque traduz a ligação do ser humano ao meio em que vive⁴. Não têm forma própria nem sequer forma constante. Não é fácil isso acontecer, mas pode ver-se uma *kyanda*. Nesse caso, “o que se vê, normalmente, não são mais que sinais delas [das *yanda*], luzes, lençóis de luz debaixo das águas, fitas, fitas de muitas cores” [Carvalho 1989: 284-285]. Virgílio Coelho [1997a: 147] adianta que “tanto no mar, como nos rios, nas lagoas, nas cacimbas ou nas nascentes, as marcas da presença destes seres apresentam-se com o «aspecto humano», de cor branca, alva ou cristalina, completamente envolvidos em «longos cabelos» também brancos, que conjuntamente com as cintilações de luz e os milhares de pontos luminosos, acrescidos de sons vibrantes e envolventes, conduzidos por ventos ruidosos e remoinhos, caracterizam o universo da sua presença”.

As *yanda* nutrem especial atenção pelas crianças, sendo atribuído a elas o nascimento de gémeos ou ainda a presença de sinais,⁵ que lhes outorgarão poderes espirituais [Dutra 2007: 135]. No caso de nos nascer um filho associado à *kyanda*, há necessidade de recurso ao adivinho para saber qual o seu local e a que *kyanda* se deve prestar tributo. Ruy Duarte de Carvalho [1989: 286] descreve o que é preciso fazer, neste caso: “é o *kimbanda* quem vai adivinhar qual é o sítio dele, a lagoa, a cacimba onde tens de fazer o tratamento⁶. E é aí que vais fazer a *mesa*. Uma toalha branca, copos novos, pratos novos, tudo novo,

4 Sobre a presença da *kyanda* na arte e literatura em Angola, ver por exemplo Secco 2008. Acerca da sua utilização abusiva em marketing de organismos do Estado, estações de rádio e empresas privadas, ver Coelho 1997a: 129-135, 164-172.

5 Uma mancha ou uma marca com que a criança nasce é associada à *kyanda*. Também os gémeos são considerados *yanda* [cf. Coelho 1987 e 1997a: 149-150, Carvalho 1989: 286-287].

6 Pode ser também o mar, bem como um rio.

bebidas finas, vinho do Porto, agora whisky, cerveja se quiser; gasosa também, que eles têm miúdos, ... passas de uva, gengibre, cola, o que você encontrar que é bom e fino; cigarros e fósforos também; tudo aquilo que é difícil de encontrar e mais caro é o que eles gostam mais. E deixa ficar [no local indicado]. Eles vêm buscar.” É assim que se faz o tratamento. Depois disso, a *kyanda* passa a ser “tua amiga”, passa a ajudar, a proteger e a encaminhar.

O culto da *kyanda* marinha é praticado em alturas precisas ou sempre que haja falta de peixe. Mas trata-se de um culto privado, no sentido em que tem a participação ou a presença, apenas, de pessoas da comunidade. O culto é designado por *kakulu* e acredita-se que dele resulte prosperidade, que se traduz através da boa pesca [vide Carvalho 1989: 287-301].

Dentre os locais onde se faz actualmente o culto às *yanda*, podem citar-se a ilha do Cabo (mais concretamente, a ponta da ilha), as cercanias da sede do município de Cacucaco, a ilha do Mussulo e Kalumbu (conhecido como o lugar do Nga Mbangala, no município de Viana [Coelho 2003]). Quanto a antigos locais de culto, podem enumerar-se as cercanias da Fortaleza de S. Miguel e a lagoa do bairro Indígena, cuja *kyanda* “levava anualmente, sem falta, uma ou duas crianças que desapareciam no seu seio, umas vezes por longo tempo, reaparecendo algumas vezes o corpo do falecido, após a baixa das águas; outras vezes, desaparecendo definitivamente na sua zona mais densa” [Coelho 1997a: 158]. Segundo Virgílio Coelho [1997a: 158], quando alguém é levado por uma *kyanda*, transforma-se em seu filho e passa a “viver” com ela.

O poder protector da mulemba

A mulemba (mulembeira) e o embondeiro (ou imbondeiro) estão ligados ao poder político, ao poder espiritual e à vida social dos grupos populacionais que habitam o espaço territorial angolano. Nesta breve referência ao embondeiro, vamos dizer que, em Luanda, ele está normalmente associado aos gémeos e à *kyanda* [cf. Ribas 1989, Coelho 1987 e 1997a, Carvalho 1989], mas serve também como instrumento de acção espiritual – por exemplo, para colocação de pregos ou outros objectos cortantes, com “pedidos de justiça e de vingança” [Adolfo s.d.].

No que diz respeito à mulemba⁷, o seu poder e a sua utilidade são tais que, antigamente, os chefes povoadores dos ndongo se faziam sempre acompanhar de uma estaca de mulemba do local de origem, para plantarem no centro do local de destino⁸ [Gonçalves 1980: 95, Aço 1992: 38-39; cf. Altuna 1993: 238]. Para além de ser considerada “árvore do poder”⁹, a mulemba é a “árvore do casamento”, a “árvore das alianças” [Coelho 1987: 294] e a “árvore da vida”, visto que “assegura a estabilidade da família e o seu alargamento através de alianças matrimoniais” [Coelho 1987: 293]. Segundo nos diz Custódio Gonçalves [1984: 678], a mulemba é “expressão da descendência matrilinear, símbolo da

7 Mulemba ou incendeira é a *ficus psilopoga*, *ficus welwitschii* ou *ficus thonningii*, que possui tronco forte e copa larga e frondosa, e é apreciada pela sua sombra nos meses quentes e pelo abrigo nos meses frios. A árvore cresce rapidamente, a partir de estacas. As folhas e ramos são consumidos por antílopes e elefantes, enquanto o fruto (figo) é consumido por seres humanos, aves e morcegos. As fibras da madeira são utilizadas para construção de esteiras e cordas. O látex leitoso, bem como infusões e decoções da casca, raízes e fibras são utilizados com fins terapêuticos e medicinais [cf. Núcleo s.d.].

8 Se daí resultasse nova árvore, era sinal de que a nova aldeia podia ser criada [Gonçalves 1984: 678], ou seja, havia aprovação dos antepassados para execução do novo projecto de expansão e fixação naquele local.

9 É o local onde se juntam as autoridades da comunidade, sendo ainda o local utilizado para resolução de diferendos e litígios.

origem mítica [dos ndongo] e da continuidade vertical do parentesco natural e da solidariedade de linhagem”.

A localização da mulemba, no centro da aldeia, é demonstrativa de tudo quanto ela representa ou simboliza, que podemos aqui resumir no seguinte: estabilidade, protecção e segurança, poder, sobrevivência, cura e sacralidade.

Convém destacar que a designação “mulemba” encerra em si o termo *lemba*, que (entre os ndongo) está associado a [Coelho 1987: 293-294]:

- família, relações de parentesco e alianças familiares;
- tio mais velho, que é o representante das antigas linhagens e, simultaneamente, o “senhor da união” matrimonial;
- antepassado feminino do lado materno, que favorece a fertilidade e a procriação e “prende os descendentes uterinos a um mesmo antepassado remoto”.

Além disso, a palavra mulemba está associada ao verbo *kulemba*, que significa “ser aceite como noiva(o)” e “oferecer uma prenda de casamento” [Coelho 1987: 293].

Pelo que acaba de ser dito, resulta que, entre os ndongo, a manutenção e a prosperidade da família e da comunidade estão ligadas à mulemba. Seja a fertilidade (com o que sempre esteve associada a prosperidade da família), seja a protecção familiar, seja a união de famílias, seja ainda a bonança, estão entre os ndongo associadas à mulemba. Da mesma forma, a prosperidade da comunidade está associada à mulemba.

A mulemba está também ligada à fertilidade do solo e, portanto, ao “espírito da terra” [Coelho 1987: 295; cf. Gonçalves 2001: 14]. Mas a mulemba é ainda a “árvore do chefe”, pois (como já foi dito) representa o poder político e o poder social, bem como as respectivas instituições. Pode, mesmo, dizer-se que a mulemba é considerada fonte de poder político e fonte de autoridade entre os ndongo.

Vejamos, a terminar este item, o lado espiritual daquilo que a mulemba representa. Trata-se de uma “árvore sagrada” [Coelho 1987: 294] que permite estabelecer a ligação entre os seres humanos e o mundo dos espíritos, “por analogia à sua própria constituição, com a raiz bem implantada no solo e a copa abrindo-se larga para o céu, desempenhando inúmeras funções nas esferas da religião, do poder e da família” [Aço 1992: 38]. A sua sacralidade está relacionada com a ligação aos antepassados, que auxiliam os habitantes da comunidade no dia-a-dia e garantem o bem-estar, a prosperidade e a estabilidade social. A vibração da folhagem anuncia a presença dos espíritos dos antepassados, que habitam a árvore. Tendo em conta a presença dos espíritos dos antepassados, a mulemba é alvo de cuidado, atenção e respeito por parte de todos os integrantes da comunidade. [Coelho 1987: 294-295]

A ligação da mulemba aos antepassados está ainda relacionada com a adivinhação e a cura de enfermidades e outros males de que as pessoas da comunidade padeçam¹⁰. Neste caso, o recurso aos antepassados, para adivinhação e solução, tem em vista a superação dos males que afligam todos quantos pertençam à comunidade que habita à volta da mulemba.

¹⁰ Esta percepção é, obviamente, contrária à visão exógena apresentada por Oliveira Cadornega [1972, III: 66-67]. Cf. Soares 2008: 93

Mulemba waxa Ngola

Dentro dos limites da cidade de Luanda, encontra-se a árvore conhecida pela designação “Mulemba wa isi ya Ngola” (mulemba das terras de Ngola) ou, abreviadamente, “Mulemba waxa Ngola”¹¹, que marca os limites do Reino do Ndongo e, simultaneamente, a soberania de Ngola-a-Kilwanji kya Samba¹². De acordo com Samuel Aço [1992: 39], trata-se de uma árvore “de extraordinário porte, cujo tronco poderoso demonstra grande longevidade e possui uma copa frondosa, imensa, que torna o local sempre fresco e aprazível”.

Trata-se de um dos mais importantes locais de culto e de veneração da região de Luanda e arredores desde há alguns séculos. Ao contrário do que sucede com a *kyanda*, este é um local de culto público, onde cada um pode depositar as suas oferendas, evocar os santos e fazer as suas preces.

Tal como sucedeu em décadas passadas, nos dias de hoje é comum verem-se pessoas a dirigir-se a esse local, nas mais variadas ocasiões. Uma das mais importantes ocasiões de depósito de oferendas é o 11 de Novembro de cada ano, data em que se celebra o aniversário da independência política de Angola. Nessa ocasião, para além de prosperidade para si e para os seus, os luandenses pedem anualmente que se preserve a independência de Angola, que reinem entre nós a paz e a concórdia e que os angolanos possam rapidamente ocupar o lugar que lhes está reservado no sistema-mundo.

Outro caso, referido por Samuel Aço [1992: 40], tem a ver com a cerimónia de “estender a mesa aos antepassados”, que é realizada com alguma periodicidade no local, com o fim de “apaziguar os espíritos” e de solicitar a sua contribuição para o bem-estar e a prosperidade dos integrantes do grupo.

Como se vê, os descendentes de Ngola-a-Kilwanji kya Samba continuam a considerar a *mulemba waxa Ngola* local sagrado onde, em momentos precisos e em caso de necessidade, se recorre invocando os antepassados.

Trata-se de um local histórico a preservar em Luanda, seja devido à sua secularidade, seja devido à sua importância na preservação da comunidade e do grupo étnico ndongo, seja ainda devido ao papel que pode jogar no quadro do resgate dos valores morais e dos princípios cívicos dos luandenses.

Em face de tudo quanto aqui foi dito, sugere-se maior atenção ao local, que para além de sagrado, é considerado sítio histórico e pode contribuir decisivamente para o resgate dos princípios cívicos e morais na cidade de Luanda.

Conclusão

À guisa de conclusão, vamos começar por recordar que o culto aos antepassados visa manter a coesão e a harmonia no seio do grupo, bem como manter a saúde e a estabilidade familiar e social. Adopto, pois, a visão funcionalista de Bronisław Malinowski, entendendo no ritual uma clara função de integração social e um evidente contributo para a preservação da cultura, da comunidade e da sociedade, seja para prevenção de conflitos, seja para sua resolução de maneira a manter a estabilidade social.

11 A forma aportuguesada de escrita é “Mulemba waxa Ngola”.

12 Tal árvore encontra-se nos limites do actual bairro luandense da Petrangol, à comuna do Ngola Kiluanji, já nas imediações da área limítrofe de Cacuaço.

Na área de Luanda, a tradição determina o respeito e a adoração dos antepassados, a quem se deve recorrer de tempos a tempos, para garantia da estabilidade familiar e social, da saúde e do bem-estar, da prosperidade e do progresso. Em momentos de aflição, é também indispensável o recurso aos antepassados, seja para garantia do retorno à normalidade, seja para auxílio no sentido de superar essas e outras dificuldades que se deparam no percurso terreno de cada família.

A *kyanda* é um ser maravilhoso que ajuda quem a ele recorre, o mesmo acontecendo com a mulemba, que é considerada a árvore da vida, das alianças e da fertilidade (humana e do solo). A *kyanda* e a mulemba são, pois, dois elementos de contacto com aquilo que é sagrado, servindo simultaneamente como garante da estabilidade e da prosperidade.

Trata-se de dois elementos da tradição tumundongo, que convém não só preservar, mas também dar a conhecer aos jovens. O ideal seria incluí-los no programa de ensino, tendo em vista a sua utilização no quadro do processo de resgate dos valores cívicos e morais. *Kyanda* e mulemba sempre estiveram ligados ao respeito pelos princípios sagrados, pelas normas morais e pelos princípios de actuação cívica das pessoas. Devem, por isso, passar novamente a ser utilizados com o mesmo fim, no quadro do processo de resgate da tradição e dos valores cívicos por parte da juventude da região de Luanda e arredores.

Bibliografia

- AÇO, Samuel 1992: “Mulemba Waxa Ngola, sítio histórico de Luanda”, *Austral*, nº 0, pp. 37-41
- ALTUNA, Pe. Raul R. de Asúa 1993: *Cultura Tradicional Bantu*, Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral
- ADOLFO, Sérgio Paulo s.d.: “Principais divindades que chegaram ao Brasil”, <http://www.inzotumbansi.org/malunda13.htm> <12.Abr.2009>
- CADORNEGA, António de Oliveira de 1972: *História Geral das Guerras Angolanas*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical [Tomo III]
- CARVALHO, Ruy Duarte de 1989: *Ana a Manda. Os filhos da rede*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical
- CHICOADÃO 2005: *As origens do fenómeno Kamutukuleni e o direito costumeiro ancestral angolense aplicável*, Lisboa: Instituto Piaget
- COELHO, Virgílio 1987: “La place des jumeaux dans le système religieux des Ndongo (Ambundu), Angola”, Paris: École Pratique des Hautes Études (trabalho de licenciatura)
- 1997a: “Imagens, símbolos e representações «Quiandas, quitutas, sereias»: imaginários locais, identidades regionais e alteridades. Reflexões sobre o quotidiano urbano luandense na publicidade e no universo do marketing”, *Ngola—Revista de Estudos Sociais*, nº 1, pp. 127-191
- 1997b: “Os objectos/símbolos sinistros ou as «marcas portadoras de desgraça e do mal»: notas esparsas para uma sociologia do conhecimento sobre a noção do «bem» e do «mal» nos *miseke* de Luanda”, Prefácio a Jacinto de Lemos *O pano preto da velha Mabunda*, Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco, pp. 7-16

- 2003: “Há ainda estruturas do poder tradicional na província de Luanda? O caso paradigmático do *mwene soba* Mbanza Kalumbu”, *1º Encontro Nacional sobre a Autoridade Tradicional em Angola*, Luanda: Editorial Nzila + Ministério da Administração do Território, pp. 309-317
- CREMA, Roberto s.d.: “Mitos e ritos. Breve resenha”, http://www.dialogosdoser.com/artigos/roberto_artigos/artigo06.pdf
- DUTRA, Robson Lacerda 2007: “Entre Cassandra, carmina e kianda, feminino e nação”, *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, vol. VI, nº 22, pp. 132-146 [http://publicacoes.unigranrio.br/index.php/reihm/article/view/351/336<12.Abr.2009>]
- ELIADE, Mircea 1992: *O Sagrado e o Profano*, São Paulo: Martins Fontes
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan 1929: “The morphology and function of magic. A comparative study of Trobriand and Zande ritual and spells”, *American Anthropologist*, vol. 31, pp. 619-641
- 1937: *Witchcraft, Oracles and Magic among the Azande*, Oxford: Clarendon Press
- FRAZER, James George 1978: *The Golden Bough. A study in magic and religion*, Londres: John Murray [Disponível em: <http://www.gutenberg.org/dirs/etext03/bough11.txt> <12.Abr.2009>]
- GONÇALVES, António Custódio 1980: *La symbolisation politique*, Munique: Weltforum Verlag
- 1984: “Simbolização do processo político e dinamismo sócio-cultural numa sociedade tradicional: abordagem histórica e sistémica”, *Análise Social*, vol. XX, nº 84, pp. 663-683
- 2001: “Rituais tradicionais de solidariedade: Religião e tensões entre finitude e infinitude”, Luís A. O. Ramos et al. (org.) *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. II, pp. 9-17 [Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/2815.pdf> <12.Abr.2009>]
- HIEBERT, Paul G. 2008: “Batalha espiritual e cosmovisões”, *Antropos*, vol. 2, pp. 39-57
- MALINOWSKI, Bronisław 1948: *Magic, Science, and Religion*, Glencoe: Free Press 1998: *Argonautas do Pacífico Oriental. Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural
- MARTINEZ, João Flávio 2007: “Culto aos antepassados”, <http://www.cacp.org.br/estudos/artigo.aspx?lng=PT-BR&article=917&menu=7&submenu=4> <12.Abr.2009>
- MURRAY, L. Wax 1972: “Tenting with Malinowski”, *American Sociological Review*, vol. 37, nº 1, pp. 1-13
- NÚCLEO Ambiental da Faculdade de Ciências da Universidade Agostinho Neto s.d.: *Mulemba. Ficus thonningii*, Luanda: Faculdade de Ciências da UAN
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred R. 1952: *Structure and Function of Primitive Society*, Londres: Cohen & West
- RIBAS, Óscar 1989: *Ilundu. Espíritos e ritos angolanos*, Porto: Edições Asa
- SECCO, Cármen Lúcia T. Ribeiro 2008: “A arte da poesia e da pintura: novas subjectividades em Angola pós-independência”, *Abril-Revista do Núcleo de Estudos de Literaturas Portuguesa e Africanas da UFF*, vol. I, nº 1, pp. 58-65
- SOARES, Francisco 2008: “Cadornega e o cristianismo angolano”, *Revista Angolana de Sociologia*, nº 2, pp. 87-95





Entrevista

FERNANDO PACHECO:
Eu não entendo o desenvolvimento sustentável
sem uma componente humana e institucional



Fernando Pacheco

Eu não entendo o desenvolvimento sustentável sem uma componente humana e institucional

Entrevista conduzida por **António Jacinto Rodrigues**

31 de Julho de 2009, Luanda

Entrevistamos o Engenheiro Fernando Pacheco, fundador e actual presidente da Assembleia Geral da ADRA que nos deu uma panorâmica sobre a génese desta ONG – Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiental.

Descreveu, em traços largos, a metamorfose desta instituição. Face às sucessivas mudanças político-sociais em Angola, explicitou uma metodologia “passo a passo”, com uma contínua pilotagem através de balanços permanentes ao funcionamento da instituição. A ADRA, afirma-se como uma instituição autónoma e em constante diálogo com a sociedade civil e o governo.

Jacinto Rodrigues (JR) – No seguimento dos artigos que tem escrito, onde reflecte sobre as questões do crescimento e desenvolvimento sustentável, que perspectivas é que há, em Angola, sobre estes assuntos?

Fernando Pacheco (FP) – O Governo Angolano, e as elites em geral, estão a apostar no crescimento acelerado da economia. Até ao momento, as tentativas parecem apontar para a restauração do modelo de crescimento económico existente antes da independência. Hoje, a economia angolana, estimulada pelo aumento do preço do petróleo, tenta desenvolver para patamares que a possam tornar exemplo em África e no mundo. A ideia é, agora, tornar Angola num dos países emergentes da economia mundial.

Há mais ou menos três anos, o presidente da República fez um discurso marcante neste sentido dizendo que era fundamental para Angola que nos próximos vinte anos atingisse o grau de crescimento do Brasil e da África do Sul. Ora, na minha opinião, isto é uma super-avaliação das nossas capacidades. Por exemplo: se isso pode ser possível em termos de infra-estruturas, no que diz respeito, por exemplo, à investigação, Angola está a anos-luz da África do Sul. A nossa política de educação e de investigação é errática.

JR – Em traços gerais, quais os erros que encontra nessa política?

FP – Como mencionei, Angola está a investir muito em termos de infra-estruturas. Eu não entendo o desenvolvimento sustentável sem uma componente humana e institucional. Esta política tem-se traduzido, em primeiro lugar, na falta de investimento na instrução pré-primária e primária, a qualidade do ensino nestes níveis é extremamente baixa. Existe falta de qualificação pedagógica dos professores no país, o que origina desigualdades sociais graves, já que uma criança que estude num colégio privado em Luanda tem outras condições para se desenvolver. Há uma grande clivagem entre o interior do país e a periferia de Luanda comparando-as com certas instituições de Luanda.

No ensino superior, existe ainda um conjunto maior de erros de política educativa. Abriam-se sete ou oito Universidades públicas com uma qualidade de ensino muito baixa. Iniciou-se uma reforma educativa, teoricamente interessante, mas as condições de aplicação são muito débeis. Nunca há números, mas a percentagem de escolas que estão envolvidas na reforma de forma séria, é muito baixa. E sem isso, é impossível um desenvolvimento sustentável.

Mas para além do problema da educação, há o problema da investigação. Em Angola, a investigação é um parente pobre. Investe-se muito pouco, muito pouco mesmo, e o pouco que se investe é mal investido.

JR – E o que se sabe, na educação em geral, é que os investimentos na área da investigação são fundamentais. É aí, que se permite recolher frutos para desenvolver a restante educação e o país.

FP – É tão elementar essa conclusão, que um jornalista perguntou-me há tempos qual era a quantidade de terra arável e de agricultores em Angola e eu respondi-lhe que não sabia, nem ninguém sabe! Isto são coisas básicas. Ainda temos o problema da estatística. Em Angola, a estatística é um desastre. Não sabemos realmente quantas pessoas habitam na área de Luanda, por exemplo.

JR – Agora mudando de assunto, como fundador

da ADRA, gostaria que explicasse a sua génese...

FP – Antes gostaria de voltar ao desenvolvimento sustentável: em termos de agricultura estamos a cometer erros graves, já que estamos a aplicar o modelo brasileiro do agronegócio que consiste na criação de grandes fazendas sem termos condições para tal. Para além dos efeitos ambientalmente terríveis, há o problema da própria capacidade para o fazer. Angola não tem agrónomos e técnicos para fazer isto. Mas existe a ilusão de que é possível, em vez de se apoiar agricultura familiar. Isto criará problemas sociais terríveis. Em primeiro lugar, o problema da terra e dos conflitos com os proprietários: não sendo possível aos angolanos gerirem este tipo de empreendimentos, vão cair nas mãos de estrangeiros, com todas as consequências económicas, sociais e políticas que constituem o projecto insustentável do ponto de vista do desenvolvimento.

ADRA – Historial

Em 1990 a então longa guerra civil parecia aproximar-se do fim, o regime político dava sinais de abertura, questionavam-se os caminhos então seguidos, enfim, o momento era favorável à interrogação e à transformação e encorajava a realização de novos projectos.

Influenciado por esse contexto, um pequeno grupo de pessoas decidiu criar uma organização não governamental, que tivesse por missão genérica e imediata a ajuda as populações afectadas pela guerra a reconstruir as suas vidas num ambiente de paz. Porém, desde logo ficou claro que o propósito da ADRA não seria apenas a intervenção comunitária, mas uma outra, mais ampla, que pressupunha uma contribuição à criação de uma sociedade civil dinâmica e activa, capaz de influenciar os processos políticos que se desenhavam.

Em fins de 1992 recomeçou a guerra civil e a ADRA foi obrigada a adaptar-se à mudança de contexto. Assim, em várias regiões a ADRA iniciou projectos de emergência procurando ajudar esses novos “beneficiários” a recuperar um certo equilíbrio sócio-psicológico e emocional (através da garantia de condições mínimas de alimentação, vestuário e assistência de saúde) e, paralelamente, na procura de meios que permitissem uma auto-sustentabilidade progressiva através da promoção da actividade agrícola e da promoção de actividades de auto-emprego e geração de rendimentos familiares, e, ainda, da reconstrução de escolas que permitissem às crianças possibilidade de estudar.

Após novo acordo de paz, em fins 1994, a ADRA iniciou a transformação paulatina da maior parte desses projectos de emergência estabelecendo uma linha de trabalho que visava o regresso das populações às suas áreas de origem e a reconstrução das antigas comunidades, tanto do ponto de vista material (residências, infra-estruturas, produção agrícola) como não-material (lideranças, instituições comunitárias, escolas). Nessas áreas de intervenção a actividade de educação e ensino ganhou nova dimensão através do Programa Onjila.

O crescimento e as necessidades decorrentes da sua gestão conduziram (a partir de 1995) à reflexão e concepção de um modelo estratégico de desenvolvimento da Organização e da

evolução do seu relacionamento institucional – os Programas de Desenvolvimento Institucional descentralizados que contemplavam, para além dos aspectos inerentes à intervenção, outros relacionados com a sua organização interna e com a profissionalização dos seus quadros. Assim a ADRA iniciou em 1997 um processo de descentralização com transferência negociada de poderes da Sede, em Luanda, para as províncias (Antenas), tendo em vista uma maior autonomia destas, a maior participação dos actores envolvidos e o aperfeiçoamento da democracia, o que implica a partilha da gestão de recursos e pressupõe a existência de vontade, capacidade e responsabilidade de todas as partes.

No ano de 2003, na sequência do processo pensamento estratégico, que teve início em 2001, a Assembleia Geral Extraordinária definiu que os próximos cinco anos deveriam ser dedicados principalmente ao fortalecimento da integração institucional mantendo, entretanto, as estruturas locais (Antenas) como entidades autónomas, tendo como objectivo a conclusão do processo de descentralização através da consolidação de um equilíbrio entre a garantia de unidade institucional, por um lado, e um grau considerável de autonomia das Antenas, por outro. Esta opção expressa o valor de uma organização única e politicamente unificada e integrada do ponto de vista organizacional e da gestão. Com base nessa opção e na recomendação da Assembleia Extraordinária, foi elaborado em 2004 o Plano Estratégico para um período de cinco anos. Todo este processo foi muito rico e absorvente, tendo permitido uma ampla participação dos trabalhadores e a apropriação da ideia da organização, sua visão e missão, valores e história, e um melhor e mais geral entendimento das fraquezas e das dificuldades e, sobretudo, da complexidade da organização.” Texto oficial da ADRA.

Os fundadores da ADRA foram:

1. **Fernando Pacheco** – nascido no Kwanza-Sul em 1949, agrónomo. É desde o início o principal responsável da ADRA, sendo actualmente o seu Presidente.
2. **Félix Matias Neto** – Nascido em Luanda, em 1950, economista, dissidente do MPLA em 1977. Mais tarde foi Director do Departamento de Novas e Renováveis Fontes de Energia e Director Nacional de Águas. Está desligado desde 1994 e teve sempre pouco protagonismo.
3. **Lopo do Nascimento** – Nascido em Luanda, com 61 anos de idade, dirigente do MPLA ente 1974 e 1998. Foi Primeiro Ministro de Angola de 1975 a 1978, Ministro do Planeamento, do Comércio e da Administração do Território. Foi também Governador da Província da Huíla e foi nessa altura que abraçou o projecto ADRA. Desde 1993, embora não se tenha desligado, tem tido pouco protagonismo.
4. **Filomena Pestana** – Natural da Ganda, Benguela, com 45 anos de idade, licenciada em Ciências Sociais (Psicologia). Trabalhou como educadora de infância durante muitos anos.
5. **José Amaro Tati** – Nascido em Cabinda de 42 anos de idade, agrónomo. Foi professor de Agricultura na Faculdade de Ciências Agrárias. Já depois de fundar a ADRA e ter feito parte do staff, foi Vice-Ministro da Agricultura e Governador de Cabinda. É actualmente Governador do Bié.
6. **Filomena Andrade** – Nascida no Kwanza Sul, 44 anos de idade, gestora, com frequência do curso de economia e longos anos de trabalho na área de informação. Fez estudos na área de sociologia e desenvolvimento organizacional com um trabalho publicado. Foi Directora Executiva da ADRA de 1991 a 1997 e Directora de Estudos e Formação (1997-2000). Foi também Secretária Geral do Conselho Directivo ADRA (1993-2003).

JR – Mas voltando então á questão anterior: qual génese da ADRA e como se caracteriza o seu funcionamento na perspectiva da relação com o estado e sociedade civil, e as dificuldades encontradas.



20

A ADRA pretende contribuir desta forma para o processo democrático e para o exercício da cidadania, visando a constante melhoria das condições de vida das populações e a sua transformação numa organização mais sustentável.



21

FP – A ADRA foi criada no momento em que pensávamos que Angola se encontrava no caminho da Paz. Estavam a decorrer as negociações com a UNITA, em 1991, e tínhamos fortes indicadores de que o país ia entrar no bem caminho. A ADRA foi assim criada na ilusão de ajudar Angola a desenvolver-se de acordo com as ideias, que já expressei, de desenvolvimento sustentável. Desenvolver Angola, de uma perspectiva política diferente da do tempo colonial e, mais recentemente, da do partido único, que era muito dependente do petróleo. A ideia era contribuir para uma sociedade mais justa, mais participativa, o que chamávamos de desenvolvimento democraticamente sustentável. A perspectiva era essa mas, entretanto, recomeça a guerra.

Na altura não havia ONG'S em Angola. A ideia dos três iniciadores (o Lopo do Nascimento, o Matias Neto e eu) foi criar uma organização voltada para o futuro, com ideias novas e soluções que se aplicassem de forma correcta. Nunca esperámos milagres, mas a ADRA ajudou a criar centenas de outras organizações sociais e cívicas espalhadas por Angola. Não só pelo nosso exemplo, mas pela ajuda concreta que dêmos.

Tentámos contribuir para um reforço das instituições do Estado e da própria sociedade civil, aproximando-as através do diálogo, algo que ainda hoje tem impacto em Angola, fortalecendo o processo democrático que Angola está hoje a viver.

Estes objectivos pretendem ser desenvolvidos, sobretudo a partir do nosso Programa de Desenvolvimento Rural, prestando-se uma particular atenção às dimensões económica, organizacional e institucional e política.

A ADRA desenvolveu muitos dos seus objectivos a partir do trabalho e projectos comunitários. Temos hoje exemplos em Angola vários projectos em andamento com a aplicação do micro-crédito. Hoje existem várias organizações comunitárias que trabalham em rede e que, à sua escala, têm a possibilidade de dialogar com a administração e influenciar as suas políticas. Estamos assim a contribuir para o processo de descentralização que não existia no tempo do partido único. Hoje o estado angolano está a descentralizar-se embora com passos ainda lentos. Os trabalhos que hoje fazemos, ao nível do Município, é fundamental porque é a este nível que se dá o encontro entre as redes comunitárias e administração central.

JR – É então um contributo da base para o topo e não o contrário?

FP – Exactamente. É a este nível que se encontram estes dois processos com a realização de acções interessantes de diálogo entre as sociedades tradicionais e o Estado, criando-se opções novas de intervenção, no fundo, cria-se um novo conceito de cidadania. Estamos a viver uma

NOTAS DO CADERNO DE INVESTIGAÇÃO DE JACINTO RODRIGUES A VÁRIAS ANTENAS DA ADRA EM ANGOLA - 2009

16 a 18 de Julho

Ao chegar à antena da ADRA, em Malange, tivemos uma pequena conversa com Tuia Boaventura. Este membro da ADRA, de origem cabo-verdiana, é um conhecido ex-jogador de futebol. Agora, com 69 anos, é um animador social conceituado. A sua actividade na ADRA é já longa. Participou em vários projectos de plantações e tem promovido a organização de camponeses no trabalho comunitário.

Falou-nos das propostas da ADRA: micro-crédito, troca directa, multiplicação de plantas. Referiu situações em que a participação da ADRA exerceu mudanças de mentalidade: onde havia discriminação começava agora a haver a participação de mulheres, na Nmbanza. As Associações permitiam uma melhor organização dos processos de mudança. Tuia conta, na metáfora do seu discurso: “O homem, quando volta para casa no fim de um dia de trabalho, deposita na carga de lenha que a mulher carrega, o seu casaco...”

Revela assim a dupla exploração da mulher que, depois do trabalho de sol a sol, continua com o fardo de todas as actividades na casa.

No carro seguimos até ao Lombe, atravessando esta sede do município. Fomos a Kinglês buscar o Regedor. A aldeia era pobre e filmei um pouco essa realidade. Construíra-se uma latrina mas estava mal feita e por isso não era utilizada. Levamos o Regedor e outras pessoas, nomeadamente uma mulher. Durante a viagem gravei pequenos excertos duma conversa com o Tuia e com o senhor Fernando, animador local da ADRA e formador de quadros.

Dirigimo-nos à Missão de Zinguela, local onde ia decorrer a reunião com a população. Espreitamos um pouco a aldeia de Zinguela e observamos a importância do furo da água com uma pequena bomba manual. Mulheres e crianças, com vasilhas de plástico de múltiplas cores, juntavam-se à volta deste fio de água, manancial de vida de toda a aldeia. As palhotas de adobe seguiam-se em linha, criando um labirinto em torno de algumas árvores dispersas.

As crianças brincavam com arcos de barris e pequenas caixas de cartão.

A população que vinha à reunião chegava aos poucos e quando a sessão começou, já havia uma hora de atraso.

O Tuia Boaventura deu as boas-vindas. Para criar um clima de bonomia, referiu uma caixa com gasosas que trouxera para a pausa do meio-dia. Depois começou a discussão. Tio Pedro, um dos mais velhos, incitou à participação e o Sr. Fernando, que escrevinhara um esquema em grandes folhas de papel, fixou-as à parede caracterizando assim o plano para a discussão:

1. Quais eram as intenções da população para o trabalho nos próximos dois meses;
2. Qual fora o trabalho realizado nos últimos dois meses;
3. Quais tinham sido as dificuldades encontradas.

Após uma longa discussão marcada por diferentes posições onde, a par do irrealismo de alguns, que pretendiam construir 8 latrinas e 3 sachas em 2 meses, o Tio Pedro chamava a atenção para o tempo escasso que faltava para o próximo planeamento e a postura de “mais olhos que barriga” que não levava em consideração a débil organização dos grupos e a pouca capacidade de trabalho dos membros do fórum, revelada nas experiências anteriores.

O Fernando assinalava as novas propostas, nas grandes folhas de papel, fixadas ao muro.

E tentava gerir a dificuldade de alguns participantes futurarem, com realismo, os desejos e as aspirações que manifestavam.

Demo-nos conta das dificuldades de encontrar processos eficazes de transportar a população que vive numa forma dispersa, para o local da reunião. Também constatamos a dispersão e a falta de pontualidade (dificuldade organizativa) dos participantes. Notamos ainda que a participação das mulheres era diminuta, mercê eventual de alguns preconceitos arraigados.

Outra característica observada tinha a ver com a maneira difícil de encarar o planeamento, isto é, as etapas futuras dum processo, uma vez que a força concreta do presente impedia a visualização das etapas futuras. A articulação das necessidades do presente e das aspirações do futuro terão de ser trabalhadas através duma acção pedagógica mais eficaz.

21 de Julho

Partimos, com o Dr. Álvaro Pereira que prosseguia as suas investigações sobre a ADRA em vista do seu doutoramento, para o Dombe Grande, conduzidos pelo Zeferino, jovem professor de música na Igreja Protestante e condutor da ADRA, tendo sido o nosso cicerone nesta viagem.

O Dombe Grande estrutura-se em torno duma pequena cidade industrial, espécie de utopia do séc. XIX centrada numa açucareira. As terras, os armazéns, a imensa estrutura industrial, o hospital, a maternidade, o balneário e a fonte são pontos estruturais duma localidade que fez a sua metamorfose em várias décadas, tendo-se consolidado com uma produção de açúcar onde laboraram cerca de 7 mil a 8 mil trabalhadores, nos anos 60 e 70 do século XX. Nos anos 80, com a guerra civil, a desestruturação do aparelho industrial e a nova reorganização com a chegada de refugiados da guerra, foi necessário dar início a um processo de sustentabilidade a partir de uma nova agricultura que permitisse a sobrevivência de milhares de desalojados.

Estivemos reunidos na sede do NRA (Núcleo Representativo das Associações) com o António Cachilongo, Abel Kualhica e João Alberto Segunda.

Após uma breve conversação, onde se explicitaram alguns problemas da localidade do Dombe, fomos visitar os campos de cultivo onde as associações procuram ajudar as populações em sementes, formação técnica e microcrédito.

A situação, nesta área do Dombe Grande, é particularmente sensível. Neste momento existe uma organização social dos camponeses que articula interesses comunitários com os interesses familiares, numa cooperação que a ADRA conseguiu implantar, gerando-se um clima de maior justiça social. Com a eventual introdução da monocultura de bananas da Multinacional Chiquita, pode prever-se a desestruturação desta experiência e o aparecimento abrupto de convulsões sociais, com resultados imponderáveis.

metamorfose na sociedade angolana e estamos a contribuir, fundamentalmente, para o que caracteriza o projecto ADRA: a cidadania. Falo em cidadania e não em democracia porque não acredito em democracias impostas do exterior ou pelas elites. A democracia é um processo que tem de ser construído pelos cidadãos.

JR – O micro-crédito teve então um papel fundamental na realização dos projectos comunitários?

FP – Inicialmente, as tentativas foram eliminar os problemas da fome que afectava as populações. Posteriormente, era preciso consolidar o trabalho. O micro-crédito funcionou como alavanca para tal. Acabar com o assistencialismo do Estado e dar meios para as populações se auto-definirem. Um exemplo disto é o projecto de crédito Greater Plutónio nas Províncias do Huambo e Benguela, criado na perspectiva de um processo de apoio ao desenvolvimento das

comunidades, particularmente as do meio rural, visando a sua autonomia. Prevê, em decorrência do reforço da capacidade de gestão, que as comunidades, através das suas organizações e instituições possam gradualmente ir se relacionando de forma directa com o Banco, tendo acesso ao fundo de crédito, e assim contribuir para o combate à pobreza e exclusão social, influenciando processos democráticos e de mudança, rumo ao desenvolvimento sustentável.

JR – Quais os objectivos futuros da ADRA?

FP – Em primeiro lugar, apostar na investigação e na informação. É necessário uma maior divulgação das nossas experiências. É preciso passar todos estes anos de trabalho para o papel e divulgar o que se está a fazer em concreto. Falta-nos ainda os meios financeiros para sermos uma associação sólida, com visibilidade nacional e internacional.



Notas de Leitura

Miracles sans gloire, miroirs avec mémoire

René Pélissier

p 137-148

Généralités et ensembles

Ouvrons les yeux et dirigeons nos pas vers la porte du réalisme. Jamais, on n'a publié autant de livres d'érudition sur des myriades de sujets. Jamais, non plus, le nombre de leurs acheteurs n'a autant baissé dans les sciences sociales que certains s'obstinent à qualifier d'humaines. Mais que dire des revues savantes qui leur sont consacrées et qui ne peuvent survivre que par la grâce de subventions ? Et chacun sait ce que cela signifie comme contraintes politiques dans certains pays. Bornons nous, ici, à parler des recherches dans deux grands domaines: l'africanisme et la lusologie. De plus en plus de chercheurs, donc d'auteurs potentiels, et de moins en moins de lecteurs solvables, c'est-à-dire ceux qui permettraient à des publications de qualité d'atteindre une viabilité économique qui les affranchirait de toute pression. Longtemps nous crûmes que c'était lié à la langue et à l'existence ou non de bibliothécaires « riches », intéressés et compétents. En d'autres termes, nous pensions ingénument que les pays de langues latines – les lusophones et les hispanophones en particulier – ne disposant pas de bibliothèques universitaires ou publiques dignes de ce nom, étaient condamnés, mais que ceux de langue allemande ou anglaise échapperaient à ce cercle vicieux. Nous nous trompions lourdement, car nous ne prenions pas en compte deux facteurs: a) le monolinguisme réel ou imposé aux bibliothécaires ; b) le manque d'intérêt pour l'Afrique et la Lusophonie. Si vous combinez ces deux facteurs et si vous ajoutez la diminution des crédits d'acquisition, vous ne pouvez pas vous étonner de constater la rareté des livres et revues en portugais (et en espagnol) sur l'Afrique dans les centres de documentation britanniques les plus prestigieux. Même chose en Allemagne, au Canada et en Australie. Quant aux pays scandinaves, c'est catastrophique. La contagion gagne maintenant les Etats-Unis.

Il en résulte que publier des périodiques savants en se focalisant sur l'Afrique, la colonisation/décolonisation ou la Lusophonie est une forme d'héroïsme, pour ne pas dire de sacrifice de la part des éditeurs qui doivent se battre pour grappiller, de ci de là, quelques oboles ou aumônes dispensées par des bureaucrates assiégés et parfois arrogants ou ignorants. Savoir, par exemple, qu'une revue de grande qualité comme l'est la PORTUGUESE STUDIES REVIEW¹ qui publie en anglais, en français, en espagnol et en portugais bien sûr, dans un pays ayant une communauté lusophone relativement importante, doit attendre 2009 pour sortir des numéros qui auraient dû paraître en 2006 et 2007 témoigne de difficultés dont nous soupçonnons la nature. Or, combien de bibliothèques portugaises et brésiliennes sont abonnées à ce périodique? Ne disons rien, évidemment, des misérables centres dans les PALOP. Le vol. 14, n° 2 est consacré aux «Portuguese Migrations in Comparison» et ses articles nous éclairent sur les courants migratoires vers la Guyana, les Antilles, le Brésil, les migrants en Allemagne, en France, en Argentine, etc. Le vol. 15, n°s 1 et 2 a un caractère plus historique puisqu'il est consacré à « The Evolution of the Portuguese Atlantic » depuis le XV^e siècle, en faisant escale à Tanger, à São Tomé, chez les femmes condamnées à la déportation au Brésil, au transfert de la Cour, etc. Tout cela est à la pointe de la recherche et mérite un large lectorat, pas uniquement composé de spécialistes.

Toujours dans le registre des déplacements démographiques « involontaires », signalons le travail original² publié à Porto portant sur la traite négrière et le travail forcé, notamment en Angola, mais pas uniquement puisque l'on apprend des choses sur le trafic néerlandais au Loango, sur le transit tardif des esclaves éthiopiens par la colonie française en Somalie, sur les *contratados* à destination de São Tomé ou de la Diamang, etc.

Apparemment, il est plus facile de trouver des subventions au Portugal pour publier des textes scientifiques que dans les pays de langue anglaise ou française puisque nous enregistrons la publication ultra-rapide en novembre 2008 des actes d'un séminaire international qui s'est tenu à l'Université de Coimbra en février de la même année. COMUNIDADES IMAGINADAS³ rassemble des réflexions sur des notions aussi discutées et disputées que la patrie, la nation, le nationalisme et les mythes qui les nourrissent, à travers l'enseignement de l'histoire, l'art et la littérature. Le tout étant centré sur les PALOP, ce qui semble être un choix judicieux si l'on veut enfin se dégager des fumées de la propagande officielle dans chacun de ces cinq Etats fragiles. Ce texte de 17 spécialistes fera peut-être grincer quelques dents, mais il est salutaire et indispensable et, comme le précédent, mériterait une large diffusion dans les pays intéressés pour qu'on arrête de manipuler l'opinion publique. Vœux pieux, probablement, de notre part.

Le drame, lorsque l'on veut lutter contre le « politiquement correct », est qu'il est cent fois préférable d'être un grand journaliste plutôt que de publier chez des éditeurs universitaires. En témoigne le concert d'éloges qui, dans la grande presse britannique, a accueilli AFRICA. ALTERED STATES, ORDINARY MIRACLES⁴. Il s'agit d'un macro-reportage d'un ex-coopérant (enseignant) en Ouganda, devenu journaliste dans la « presse de qualité » et à la télévision britannique, puis directeur de la Royal African Society. C'est donc

1 Collectif, PORTUGUESE STUDIES REVIEW, Peterborough (Ontario), Trent University, 2009, vol. 14, N° 2, 291 p.; vol. 15, N°s 1 et 2, 391 p., illustrations noir et blanc.

2 Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto (coord.), TRABALHO FORÇADO AFRICANO. O CAMINHO DE IDA, Vila Nova de Famalicão (Portugal), Edições Húmus, 2009, 199 p., illustrations noir et blanc.

3 Luís Reis Torgal & Fernando Tavares Pimenta & Julião Soares Sousa (coord.), COMUNIDADES IMAGINADAS. NAÇÃO E NACIONALISMO EM ÁFRICA, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, 237 p., illustrations noir et blanc.

4 Richard Dowden, AFRICA. ALTERED STATES, ORDINARY MIRACLES, Londres, Portobello Books, 2009, 576 p.

un homme d'influence, mais il sait intéresser son public, et sa connaissance de l'Afrique depuis 1971 en fait une autorité. Il semble plus à l'aise dans les pays « anglophones » (Ouganda, Somalie, Zimbabwe, Soudan, Sierra Leone, Afrique du Sud, Kenya, Nigeria) ou « francophones » (Burundi, Rwanda, Sénégal, Congo) que « lusophones » (un maigre chapitre sur l'Angola). Il aime l'Afrique, compatit à ses problèmes, mais il n'est pas dupe de ses prétentions, ni aveugle devant les faiblesses des Africains. Il a l'art de rappeler quelques vérités qui ne leur feront pas plaisir. Pour s'en tenir à l'Angola, il voit clair dans le jeu des métis qui ont exploité la situation à leur profit, mais il n'était pas dupe non plus des mises en scène de Savimbi à Jamba et de son infernale ambition qui consistait à faire exactement ce que le MPLA a réussi : s'emparer du pouvoir à n'importe quel prix et le conserver. Curieusement, il le fait mourir le 22 février 1998 (sic). L'un dans l'autre, sa vision de l'Afrique, loin des théoriciens et des diplomates, est nuancée et convaincante. L'auteur de *DO INTERIOR DA REVOLUÇÃO*⁵, Vasco Lourenço, est plus connu des Portugais pour son rôle dans le MFA et les tourbillons de la Révolution que pour son intervention dans la décolonisation. Néanmoins, cette publication, qui est la transcription de plusieurs interviews réalisées par la journaliste Maria Manuela Cruzeiro entre 1992 et 1995, a sa place dans cette section car elle éclaire les tensions entre Spínola et l'auteur quand il était capitaine d'une compagnie à la frontière du Sénégal entre 1969 et 1971. On y apprend beaucoup de détails sur l'incroyable écart entre une troupe – et beaucoup de ses officiers subalternes – totalement impréparés à lutter pour une cause impopulaire (les fameux « cinq siècles de colonisation » confrontés à une réalité africaine) et, d'autre part, la lourdeur et l'imbécilité d'une armée de métier sclérosée, aggravées par certains traits du caractère portugais, eux-mêmes accentués par la dureté du milieu physique et humain. Le texte est donc utile, indirectement, pour connaître une partie des coulisses de la guerre coloniale (tortures et liquidation des prisonniers, incapacité et mauvaise volonté des officiers de carrière). Le monocle et les relations publiques sont une chose, le déséquilibre entre les « fumos da Índia » et le rocher dont le Sisyphe lusitanien voulait couronner le sommet du XX^e siècle une autre. On sait où tout cela conduisit le Portugal, sa colonisation et la Guinée-Bissau actuelle.

On se réjouira d'apprendre que les mêmes éditeurs, Âncora, lancent une collection consacrée à la guerre coloniale, même s'il n'y a jamais eu « plus d'un million de Portugais » mobilisés, comme ils l'écrivent. Les *MEMÓRIAS DE UM GUERREIRO COLONIAL*⁶ constituent un bon début car, même si on n'est pas d'accord avec les options politiques de l'auteur – engagé volontaire dans la Marine et « involontaire » puis heureux dans les fusiliers marins –, quatre commissions dans cette unité d'élite (deux en Guinée, deux en Angola) de 1965 à 1975 le qualifient largement pour nous relater ses années de combattant. Il aime la guerre notre sergent-chef sur décoré. C'est un Rambo, pas l'un de ces escargots de l'indécrottable bureaucratie militaire, quand il débarque à 17 ans en Angola. Il commence par les Dembos et les mines, puis les maquis de Nambuanguongo, puis les rives du Zaire beaucoup plus calmes et, encore plus pacifique, la lagune de Masabi, au Cabinda, et ensuite à l'Est sur le Lungué Bungo. Les choses sérieuses arrivent en Guinée en octobre 1967, avec la boue et de véritables guérilleros actifs.

5 Vasco Lourenço, *DO INTERIOR DA REVOLUÇÃO. ENTREVISTA DE MARIA MANUELA CRUZEIRO*, Lisboa, Âncora Editora, 2009, 575 p. + 32 pages de photos couleur et noir et blanc.

6 José Talhadas, *MEMÓRIAS DE UM GUERREIRO COLONIAL*, Lisboa, Âncora Editora, 2009, 261 p. + 16 p. de photos noir et blanc.

On ne va pas le suivre dans tous ses combats *guineenses* mais le PAIGC, c'est autre chose que le MPLA ou le FNLA. Pour l'historien de la conquête de la Guinée, les allées et venues de l'auteur le replacent dans les mêmes toponymes rencontrés deux, trois ou quatre générations plus tôt. L'attaque de Buba est un simple exemple.

Le plus émouvant du livre se trouve à la fin quand il est dans l'unité qui doit remettre les installations navales portugaises sur le Zaïre au FNLA qui, naturellement, n'est pas capable de les entretenir. Il y a même une mini-aventure sur la rive congolaise du fleuve. L'évacuation d'un détachement du MPLA par la Marine portugaise, face aux provocations du FNLA, constitue un épisode inconnu de nous, situé à Santo António do Zaïre (pp. 239-250). Pitoyable fin d'empire.

Guinée-Bissau

Une monographie, *LES CRÉANCES DE LA TERRE*⁷, consacrée à une micro-ethnie de Guinée réjouira les spécialistes de l'anthropologie du fait religieux, terrain sur lequel nous ne nous avancerons absolument pas, faute d'intérêt et de connaissances. On peut dire en tout cas que ce travail d'une directrice d'étude à l'École des Hautes Études (sciences religieuses) nous paraît être exemplaire et propre à faire disparaître une zone d'ombre scientifique sur ce groupe plutôt réfractaire en apparence à la modernité. Pour une population qu'elle estime à 20.000 âmes de la côte bissau-guinéenne, on peut affirmer que les Diola, Felup ou Jamaat ou encore Jóola ont trouvé en elle leur grande prêtresse absolue. Et l'on remarquera que, contrairement à maints ethnologues, elle accorde une attention notable à leur histoire. Un travail admirable pour la Guinée-Bissau.

Nous n'en dirons pas autant de *L'ÉPOPÉE DU FOÛTA-DJALON*⁸ qui intéressera les Peuls/Fula et ceux qui connaissent leur langue, mais qui laissera sur leur faim ceux qui, en Guinée-Bissau et à l'étranger, voudraient savoir ce qui s'est réellement déroulé à la bataille de Kansala dont on ne sait même pas la date exacte. C'est une version de griot vainqueur, mais pas un travail d'historien. Attendons donc le ou les chercheurs qui découvriront dans les archives portugaises ou peut-être Cap-Verdiennes les éléments concrets qui nous expliqueront comment ce mystérieux royaume mandingue du Gabu s'est effondré sous les coups venus du Fouta-Djalón.

Et revenons au concret avec un texte qui risque de passer inaperçu des historiens de la conquête portugaise mais qui, en fait, est la première monographie détaillée sur les campagnes bien oubliées du gouverneur Oliveira Muzanty, et probablement le seul travail sérieux et approfondi sur des opérations militaires portugaises en Afrique pendant la « pacificação », depuis nos trois synthèses sur l'Angola, le Mozambique et la Guinée.

Pourquoi le livre intitulé *O PRIMEIRO FOTÓGRAFO DE GUERRA PORTUGUÊS JOSÉ HENRIQUES DE MELLO. GUINÉ: CAMPANHAS DE 1907-1908*⁹ a des chances d'être plus remarqué par les amateurs de photographies que par les historiens? Avant

7 Odile Journet-Diallo, *LES CRÉANCES DE LA TERRE. CHRONIQUES DU PAYS JAMAAT (JÓOLA DE GUINÉ-BISSAU)*, Turnhout (Belgique), Brepols, s.d. [ca 2008], 364 p. photos et illustrations noir et blanc.

8 Amadou Oury Diallo, *ÉPOPÉE DU FOÛTA-DJALON. LA CHÛTE DU GÂBOU. VERSION PEULE DE FARBA IBRÂHÍMA NDIÁLA*, Paris, L'Harmattan, 2009, 261 p.

9 Mário Matos e Lemos & Alexandre Ramires (pour la reconstitution des photos), *O PRIMEIRO FOTÓGRAFO DE GUERRA PORTUGUÊS JOSÉ HENRIQUES DE MELLO. GUINÉ: CAMPANHAS DE 1907-1908*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, 200 p., une centaine de photos sépia.

tout parce que les premiers, comme les collectionneurs de cartes postales anciennes, sont beaucoup plus nombreux et actifs que les rares spécialistes non officiels de l'histoire militaire des Portugais en Afrique, domaine laissé en friche depuis la fin des années 1950. Sauf par nous-mêmes, puisque nous nous sommes servi de ce thème pour détruire une partie de la mythologie coloniale de l'État Novo qui ne voulait pas voir ou admettre que si ces campagnes étaient si nombreuses (plusieurs centaines) et si récentes (jusque dans les années 1940 en Angola), le cliché des « cinq siècles de colonisation » en Afrique continentale et en Orient (Timor) n'avait aucune validité historique résistant à l'examen. Pour les photos, les albums de José Henriques de Mello n'ont pas été tous retrouvés, semble-t-il, et sur les quelque 110 vues ici représentées, à peine plus de la moitié concernent des scènes militaires (mais pas de combats à proprement parler). C'est dans les 64 pages de Mário Matos e Lemos que l'intérêt du livre se révèle dans toute son ampleur car, à partir d'un dépouillement de la presse de l'époque et surtout du « *Diário de campanha* » qu'il est le premier à avoir utilisé, l'auteur nous offre la plus complète des monographies militaires ayant la Guinée pour thème, depuis la publication des écrits de Teixeira Pinto, lesquels sont des plaidoyers *pro domo* et incomplets. On a donc progressé considérablement, grâce à cet ouvrage.

Angola

Commençons cette section angolaise par deux témoignages récents et, curieusement, émanant de deux pays slaves voisins en Europe qui, au temps où ils étaient sous un régime communiste, dépêchaient certains de leurs ressortissants pour aider ou évangéliser une République « populaire » en guerre civile. Coïncidence éditoriale et mémorielle inattendue, les deux auteurs publient chacun de son côté, à environ un an de distance, le récit de leurs aventures involontaires dans la brousse en rébellion contre le MPLA. Il faut savoir que tous les deux avaient été enlevés avec leurs compagnons (et compagnes) par l'UNITA, au temps où Savimbi avait choisi cette forme d'activité relevant de la « communication sociale et diplomatique » pour faire parler de son mouvement et obtenir une reconnaissance internationale par les grands médias que d'obscures attaques de ses guérilleros ne motivaient pas suffisamment pour que la grande presse envoie des journalistes à Jamba.

Le premier livre, ZAJATI V ANGOLE. « PRÉPADENÍ A POCHOD »¹⁰ que l'on pourrait traduire par « Détenu [ou prisonnier] en Angola: l'attaque et la marche [ou l'odyssée] », raconte ce qui arriva à une importante troupe de coopérants civils (66 personnes) tchèques travaillant près d'une installation hydro-électrique et dans une usine de fabrication de papier à Alto Catumbela en 1983, enlevés en mars avec femmes et enfants par un détachement de l'UNITA que le MPLA et les Cubains tentèrent d'intercepter pendant des mois sans y parvenir. En fait, ils marchèrent dans des conditions invraisemblablement dures (1300 km) à travers les provinces de Benguela, Huambo, Cuanza Sul, Bié, Malanje et Moxico, jusqu'à ce que Savimbi réussisse à les transporter en camion pour atteindre sa « capitale ». Il libéra assez rapidement la plupart mais il maintint en détention l'auteur et une dizaine d'hommes jusqu'à ce qu'il obtienne de la Tchécoslovaquie qu'elle envoie sur place son ministre adjoint des Affaires étrangères traiter avec lui. « Habile » manière

10 Lubomír Sazceek, ZAJATI V ANGOLE. "PRÉPADENÍ A POCHOD", Brno, autoédition, 2008, 111 p., photos noir et blanc.

de faire reconnaître par les pays communistes qu'il tenait l'essentiel de l'Angola ! Pour bonne mesure, il convoqua la presse internationale, dont Richard Dowden, correspondant du *Times*, qui ainsi put faire sa connaissance à Jamba (cf. *supra*) et apprécier l'« habileté » du personnage le quel, probablement, et selon lui, extorqua également une rançon aux autorités de Prague. On était en juin 1984 et les Tchèques, dont Sazecek, étaient ses otages depuis plus de quinze mois!

Plus chanceux, un prêtre polonais de la Société du Verbe divin qui fut enlevé avec un autre missionnaire et plusieurs sœurs de la mission de Cacolo (Lunda Sul) raconte ses aventures dans WSRÓD ANGOLSKICH PARTYZANTÓW¹¹. Sa marche pour arriver à Jamba semble avoir été plus longue que pour les Tchèques (à partir du 18 décembre 1983), mais moins menacée, car pour l'essentiel elle se déroula de base en base de l'UNITA. En tout cas, grâce à l'intervention du Vatican, la détention à Jamba fut courte et il était libéré dès le 26 avril 1984, selon le processus d'évacuation habituel vers l'Afrique du Sud. Il ne semble pas avoir gardé un mauvais souvenir de l'Angola puisqu'il y était encore missionnaire en 2003 et même au-delà.

Toujours dans la guerre, mais pas « parmi les partisans » comme l'écrit le Polonais précèdent, on recommande les souvenirs d'un Sud-Africain qui, adolescent à problèmes et bagarreur (il deviendra boxeur professionnel), s'engage dans les parachutistes, mais doit s'avouer vaincu par l'entraînement inhumain réservé à ceux qui voulaient devenir membres des super-élites: les unités de reconnaissance (autre chose que la sélection des fusiliers ou des Marines); marcher 600 km, à raison de 30 km par jour pendant six semaines en mangeant un repas tous les cinq jours et en portant sur le dos une caisse remplie de ciment. Le tout dans la brousse du Caprivi! Donc, simple para, il décrit, néanmoins, dans 19 WITH A BULLET¹² une attaque contre une base de la SWAPO, désertée, mais à une centaine de kilomètres en Angola (pp. 94-101). Généralement, comme dans la plupart des récits d'anciens combattants, il date peu ou pas les opérations auxquelles il participe. L'Opération Ceiling en Angola remonte à juin 1981 et ils tuent treize guérilleros de la SWAPO. Au cours d'un mois de patrouilles dans le pays ovambo, il attaque – par erreur – un camp des FAPLA (Armée MPLA) en croyant que c'étaient des SWAPO. En revanche, il intervient (pp. 250-300) dans l'Opération Protea (août 1981), montée en connaissance de cause contre la base des FAPLA à Ngiva, fortifiée, avec des Cubains et des Allemands de l'Est en appui. La résistance dans les tranchées est acharnée et l'auteur rend hommage au courage des Angolais. Xangongo (ex-Roçadas) est cependant abandonné sans combats. Dans ce pays du Nord-Ovambo, dont la conquête avait coûté tant d'efforts aux Portugais entre 1904 et 1915, les Sud-Africains récupèrent un matériel énorme. Si le roi Mandume avait possédé des mitrailleuses et de l'artillerie, il est probable que les milliers de soldats du général Pereira de Eça n'auraient pas remporté la victoire de Môngua (1915) car, s'il est une constante dans l'histoire angolaise et namibienne, c'est bien la combativité des Ovambo et des Sudistes en général, de part et d'autre du Cunéné.

Par souci de décompression, on se bornera à signaler trois textes qui relèvent de la littérature centrée sur l'Angola. O HOMEM DA QUIJINGA¹³ est un livre en honneur dans les pays lusophones et en particulier chez les ressortissants des PALOP. Il s'agit de faire plai-

11 Krzysztof Lukoszczyk, WSRÓD ANGOLSKICH PARTYZANTÓW, Varsovie, Verbinum, 2009, 268 p., photos couleur.

12 Granger Korff, 19 WITH A BULLET. A SOUTH AFRICAN PARATROOPER IN ANGOLA, Johannesburg, 30° South Publishers, 2009, 340 p. + 24 p. de photos couleur et noir et blanc.

13 Dario de Melo & Jacques dos Santos (coord.), O HOMEM DA QUIJINGA, Lisboa, Prefácio, 2008, 195 p., photos noir et blanc.

sir à un écrivain en demandant les contributions de ses confrères et de ses admirateurs. Si, comme c'est le cas présent dans le volume consacré à Uanhenga Xitu, alias André Mendes de Carvalho, l'homme est un vieux nationaliste protestant du MPLA, tenu pour être un auteur de première grandeur par l'intelligentsia de Luanda, c'est tout bénéfice. On en dira tout autant à propos du roman *A MUXILUANDA*¹⁴ qui, comme son nom l'indique, est l'histoire d'une femme issue d'une famille de pêcheurs de l'île homonyme, avec des pointes concernant Moçâmedes et Sá da Bandeira. Le tout se déroule à la fin de la période coloniale et après l'indépendance, donc on y trouve quelques éléments sociopolitiques intéressants, dont la place de la femme dans le maelström *crioulo* actuel. Plus inattendu et beaucoup plus corrosif est le roman de José da Costa qui est peut-être un pseudonyme derrière lequel se cache un Français ou un Francophone qui n'a pas une haute opinion des fonctionnaires de son ambassade, notamment un attaché culturel particulièrement corrompu, démoniaque et repoussant. En fait, *KINAXIXI*¹⁵ est une peinture au vitriol du monde des expatriés (moins de celui des ONG) et, dans l'ensemble, de la mentalité qui prévaut parmi la nomenclatura étrangère et *crioula* depuis l'indépendance, notamment dans l'aire luando-kimbundu. C'est un tableau presque totalement noir: trafic d'enfants dans un camp de réfugiés de la province de Malanje, réseaux de prostitution à destination de l'Europe, inhumanité à l'égard des mutilés de guerre, brutalité de la police et des services secrets angolais. En bref, tout le contraire de ce que promettaient le MPLA et ses chantres dans les années 1960-1975. A suivre l'auteur, on se demande même si cette faillite des idéaux n'est pas acceptée avec jubilation par ceux qui, directement ou non, en profitent. Au grand dam d'un général angolais qui veut assainir la situation, y compris par la manière forte. Prémonitoire?

Mozambique

En tant que bibliographe, nous ne sommes pas chargés de défendre la réputation des diplomates français dans les PALOP. Ni non plus de la noircir. Nous noterons simplement que pour le Mozambique, trois anciens ambassadeurs à Maputo au moins sont des auteurs de livres centrés sur ce pays, ce qui n'est déjà pas si fréquent dans ces milieux-là. BOROR¹⁶ est, à notre connaissance, le dernier en date et il est le fait d'un ancien officier parachutiste ayant «pantoufflé» dans la haute diplomatie française. En tant qu'historien du Mozambique, il nous intéresse, bien qu'il ne s'agisse pas d'un traité rédigé selon les canons de l'historiographie. Il y a des dates douteuses et c'est plus une apologie – à la limite de la fiction – d'une entreprise franco-suisse, jusqu'à sa déchéance après l'indépendance. Il y a même des relents colonialistes curieux sous la plume d'un ex-représentant officiel de la France dans un pays indépendant. Mais comme l'auteur a consulté des documents apparemment internes à la société, il apporte des faits inconnus. Nous citerons: a) l'évolution de la Compagnie pendant la guerre de 1914-18; b) son apogée en 1929 (des terres plantées sur 15.000 km², p. 160); c) une étude sur les Makonde;

¹⁴ Maria Celestina Fernandes, *A MUXILUANDA*, Lisboa, Prefácio, 2009, 237 p.

¹⁵ José da Costa, *KINAXIXI*, Nice (France), Editions Bénévent, 2007, 295 p.

¹⁶ Didier Destremau, *BOROR. DU RHÔNE AU ZAMBÈZE, UNE SAGA AFRICAINE*, Genève, Editions Slatkine, 2007, 300 p.+ 16 p. de photos noir et blanc.

d) la reprise de la prospérité du Boror pendant la Seconde guerre mondiale; e) le rôle des officiers portugais gauchistes qui prêchent l'émancipation des Africains; f) l'arrivée du FRELIMO dans la concession et les difficultés avec les comités populaires ; g) après le 5 février 1976, la nationalisation des immeubles privés et la riposte de la Compagnie qui filoute les « marxistes »; h) l'effondrement total de la production : 30.000 squatters occupent les plantations, le cheptel (250.000 têtes de bétail) est abattu et mangé, tout est vandalisé; i) la proposition des autorités en 1998 de racheter partiellement aux actionnaires les biens du Boror. L'offre est jugée insuffisante.

Bref, le titre dit tout de la pensée de l'auteur qui, ébloui par sa découverte (tardive) de l'importance de cet empire agro-industriel « français », oscille entre le roman historique familial et la déploration de sa décrépitude actuelle. Travail hybride mais *aproveitável* en partie. Et puisque nous sommes dans une saga paternaliste héritée de la haute époque des *prazos* et des capitaines, des *senhores* et des *donas*, évoquons une autre figure, contemporaine des fondateurs de Boror.

Le titre AUGUSTO CARDOSO FOTOGRAFIA-EXPLORADOR¹⁷ nous a induit en erreur car si Cardoso fut bien un explorateur politique (1884-1886), surtout (mais non exclusivement) au Cabo Delgado et au Niassa, ce n'est pas au cours de ce voyage qu'il pratiqua la photographie. S'il l'avait fait, il eût été le pionnier de la photo à l'intérieur de l'Extrême-Nord mozambicain. Le très mince recueil de vues prises par lui ou qui lui sont consacrées, tel qu'il est présenté par sa petite fille (née en 1918), concerne donc le Sud et le Centre-Mozambique au cours du premier tiers du XX^e siècle et a donc un intérêt purement familial car à cette époque les photos, les cartes postales même, étaient monnaie courante au Mozambique, quels que soient les mérites considérables de son grand-père (cf. René Pélissier, *Naissance du Mozambique... 1854-1918*, Orgeval, Ed. Pélissier, 1984, 2 vol., 884 p.).

Et puisque nous sommes aux frontières de l'hagiographie, sautons le pas avec LE LETTERE DI SUOR ANANIA¹⁸ qui fut l'une des premières missionnaires italiennes au Mozambique entre 1927 et 1934, d'abord en Zambézie (Miruro) puis à Ibo, Porto Amelia et Namuno, au Cabo Delgado, c'est-à-dire, à peu de chose près, sur l'itinéraire ouvert par Augusto Cardoso. Ses lettres à sa famille sont parfois utiles pour connaître l'état des populations, une cinquantaine d'années après le passage de l'explorateur. Dévouée à son apostolat, elle mourut d'épuisement et de tuberculose à 30 ans, en odeur de sainteté.

Etant au Nord-Mozambique, l'on doit signaler aux ultra-spécialistes AFRICAN PERSPECTIVES¹⁹, livre d'hommages en l'honneur de l'ethnomusicologue autrichien Gerhard Kubik. La lecture et la compréhension de certaines contributions ne sont pas à la portée du profane que nous sommes. Les insuffisances et les confusions de l'histoire orale africaine semblent acceptées sans broncher par les éditeurs du recueil. On distingue pour le Mozambique un texte sur la chefferie yao installée sur la rive sud-orientale du lac Malawi (ex-Nyassa). Retrouver fugitivement les chefs Makanjila et Mataka, du temps d'Augusto Cardoso, puis la Marine portugaise à la recherche du FRELIMO sur le lac, du côté malawien, n'ajoute pas grand-chose à la connaissance du passé obscur de cette région.

17 Hélène Lefebvre-Vilardebó, AUGUSTO CARDOSO FOTOGRAFIA-EXPLORADOR, Paris, Carnet de rhinocéros jr, 2008, 48 p., photos sépia.

18 Ernesto Tabellini, LE LETTERE DI SUOR ANANIA, MISSIONARIA DELLA CONSOLATA IN MOZAMBICO, Bologne, Grafiche Dehoniane, 4^{ème} édition, 2006, 212 p., photos noir et blanc.

19 Régine Allgayer-Kaufmann & Michael Weber (coord.), AFRICAN PERSPECTIVES: PRE-COLONIAL HISTORY, ANTHROPOLOGY, AND ETHNOMUSICOLOGY, Pieterlen (Suisse), Peter Lang, 2008, 370 p., photos couleur et noir et blanc + 1 DVD.

Plus accessible, un article sur la reconnaissance par le FRELIMO du rôle de la chefferie en 2000, soit près de 25 ans après qu'il l'avait vouée aux gémonies, se trouve dans *BESIDE THE STATE*²⁰. Son auteure danoise qui a étudié pendant plus d'un an la situation dans la province du Manica semble assez sceptique sur la marge de manœuvre que l'Etat accorde à ces personnages qui lui servent de courroies de transmission dans un système qui reste, selon elle, dirigiste et héritier du centralisme colonial et autoritaire postérieur à l'indépendance. Le livre concerne également les lecteurs intéressés par le Somaliland, le Congo, le Tchad, la Gambie, le Sénégal, le Ghana et le Togo.

Compte tenu du nombre d'études consacrées aux opérations de l'ONU dans le monde, les politologues qui, dans une demi-douzaine de pays, choisissent ce thème ne peuvent plus ambitionner une originalité extraordinaire. C'est dommage pour leur ego, mais probablement bénéfique pour leur carrière. *CASCHI BLU E PROCESSI DI DEMOCRATIZZAZIONE*²¹ a le mérite d'être conscient de la pléthore d'études qui l'ont précédé puisqu'il affiche une bibliographie de 27 pages dont on se demande quelles bibliothèques italiennes possèdent la plupart des centaines d'entrées en anglais qu'il annonce. Il attribue neuf pages au succès de l'*ONUMOZ* au Mozambique, ce qui nous paraît être de bonne guerre.

Dans le genre « la vraie vie n'est pas dans les écoles et encore moins dans les universités », nous avouons un faible pour ce vieux pirate (braconnier plutôt) de Fred Everett, chasseur d'éléphants professionnel au temps où cela était permis. Son *TUSKERS IN THE DUST*²² est le deuxième volume de son autobiographie et nous plonge dans ses aventures, d'abord à Zumbo en 1939, où il tombe sur un *chefe de posto* peu ami des aventuriers, puis à Beira après qu'il s'installe en 1940 pour vendre son ivoire illégal caché en Rhodésie. Il se met en ménage avec une jeune métisse qu'il retire d'une sorte d'orphelinat géré par les Bonnes Sœurs. Et puis il reprend son métier de chasseur (buffles) chez les Changana. Bien que ne connaissant pas le portugais et ayant peu d'occasion de l'apprendre en brousse, il se déclare fort à l'aise dans l'atmosphère de Beira (un peu moins à Lourenço Marques). L'orpheline donnant son argent aux missionnaires, il rompt le « contrat » et les contacts avec un Mozambique où il reviendra plus tard, au point d'acheter une maison à Beira et de mettre tout son argent dans une banque locale. L'indépendance le ruina et il n'aime pas beaucoup l'Afrique nouvelle et les nouveaux régimes. Mais il vit en Afrique du Sud, vieux et nostalgique d'une Afrique qui n'existe plus. Né vers 1919-1920 dans une partie du Nord-Bechuanaland, si reculée que ses parents ne purent faire enregistrer sa naissance, et ayant commencé sa vie de chasseur-braconnier à 13-14 ans, notamment dans le Cuando-Cubango angolais, on aura vite compris que ce qu'il aime, c'est la liberté de sa jeunesse.

Nous ne savons pas si l'on doit vraiment inclure les pêcheurs de haute mer de l'ancienne Allemagne de l'Est (RDA) parmi les aventuriers et les amants de la liberté, mais il est toujours bon de connaître un livre éclairant un aspect inattendu des relations internationales. *IN KUBA UND MOSAMBIK*²³, d'un ancien capitaine d'une flotte de pêche constituée *ex nihilo* en 1950 à Rostock par les communistes, contient (pp. 99-171) un historique très illustré des activités des chalutiers est-allemands pêchant la crevette (et le poisson

20 Alice Bellagamba & Georg Klute (coord.), *BESIDE THE STATE. EMERGENT POWERS IN CONTEMPORARY AFRICA*, Cologne, Rüdiger Köppe Verlag, 2008, 234 p.

21 Paolo Foradori, *CASCHI BLU E PROCESSI DI DEMOCRATIZZAZIONE. LE OPERAZIONI DI PEACEKEEPING DELL'ONU E LA PROMOZIONE DELLA DEMOCRAZIA*, Milan, Vita e Pensiero, 2007, 263 p.

22 Fred Everett, *TUSKERS IN THE DUST*, Huntington Beach (Californie), Safari Press, 2008, 337 p., photos noir et blanc.

23 Günther Kröger, *IN KUBA UND MOSAMBIK IM AUFTRAG DER ROSTOCKER HOCHSEEFISCHEREI, EIN PORTRÄT VON KAPITÄN HORST DIETER SEFFNER...*, s.l., [Rostock?], Unfisch Verlag, 2009, 191 p., photo noir et blanc.

aussi) pour le compte du Mozambique à partir de 1977. Nous ne savons pas quelles étaient les relations réelles avec les habitants de Beira et de Maputo. Ce qui est certain, c'est que leurs concurrents soviétiques, japonais, portugais et espagnols ont parfois été accusés d'écumer les côtes africaines. L'auteur a eu la bonne idée d'inclure de nombreuses photos (dont une où Marcelino dos Santos s'adresse à l'équipage mozambicain d'un chalutier). Après la réunification, cette flotte a été vendue ou mise à la ferraille. Le Mozambique coûtait cher à la RDA pour des retours et des avantages modestes. Quant à la gratitude... Mais c'était une bouffée d'oxygène pour plusieurs milliers de ses ressortissants qui se souviennent, émus, de cette période pas entièrement négative.

Hors champ

Bien que cette chronique s'adresse prioritairement aux spécialistes des PALOP et secondairement de Timor, il semble utile de leur offrir aussi quelques points de comparaison avec ce qui se publie sur d'autres colonisations/décolonisations (et leurs successeurs). Les plus proches linguistiquement (mais pas géographiquement ni historiquement) sont évidemment ceux qui se rattachent aux expériences de l'Espagne. On l'a écrit maintes fois: la fin des empires coloniaux récents ne signifie pas leur oubli. Bien au contraire, si l'on se rend compte du nombre de livres qui sortent actuellement sur ces sujets dans les pays ibériques. A preuve le recueil²⁴ de travaux consacrés à une expédition scientifico-politique de Madrid, en 1886, jusque dans l'actuelle Mauritanie, qui servit d'arguments pour obtenir une portion du Sahara. Neuf chapitres allant d'une étude sur le contexte diplomatique de l'époque, l'africanisme espagnol au tournant du XIX^e siècle, la cartographie de la région et surtout trois biographies très développées des trois participants à l'expédition, etc., nous font progresser considérablement dans notre connaissance de l'exploration africaine. Nous ne savons cependant pas si la politique restrictive et à courte vue des responsables des éditions du Consejo Superior de Investigaciones científicas qui ne savent pas ce qu'est un service de presse international facilitera la prise de conscience à l'étranger du rôle de l'Espagne dans le partage du monde. Ce qui est certain, c'est qu'après ce livre, il ne sera plus permis de sous-estimer son importance, comme c'est généralement le cas hors d'Espagne. Beau travail, novateur et qui fait honneur à la nouvelle école des africanistes espagnols.

Pour l'ancienne Guinée espagnole, les travaux historiques ont déjà enregistré quelques avancées notables au cours de ces dernières années, le handicap des auteurs étant, non la pauvreté des Archives espagnoles, mais l'absence des sources et travaux étrangers dans les bibliothèques publiques, ce qui les condamne à aller individuellement recueillir la documentation hors de la péninsule. LOS TERRITORIOS DE GUINEA²⁵ explore une période encore assez obscure dans l'histoire locale: la colonie pendant la République, avant le franquisme, donc. Selon l'auteur, les autorités métropolitaines voulaient insuffler un vent de changement à des structures intensément colonialistes. Elles échouèrent

²⁴ José Antonio Rodríguez Esteban (coord.) CONMEMORACIÓN DE LA EXPEDICIÓN CIENTÍFICA DE CERVERA-QUIROGA-RIZZO AL SÁHARA OCCIDENTAL EN 1886, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones científicas, 2008, 280 p. + 10 p. de cartes et photos couleur + 27 p. de reproduction du texte de la conférence de Francisco Quiroga (2 novembre 1886) + 1 carte dépliant, sépia, de l'itinéraire suivi.

²⁵ José Antonio López Sánchez, LOS TERRITORIOS DE GUINEA, Madrid, Editorial CEP, 2009, 371 p., illustrations couleur et noir et blanc.

par manque de connaissance du terrain et de moyens, face aux trois groupes réactionnaires qui voulaient maintenir le statu quo, à savoir les forces armées/policières détachées sur place; la majorité des colons; et surtout les autorités ecclésiastiques.

Il étudie avec plus ou moins de détails la structure économique, la société coloniale (notamment les Africains), l'encadrement militaire, l'administration et surtout la victoire assez facile des Français. Le plus original est le traitement qu'il réserve au clergé et à son rôle dans l'éducation de la population. La bibliographie citée confirme, de par sa pauvreté en travaux étrangers, ce que nous avons signalé précédemment. Même les 15 volumes de bibliographie équato-guinéenne de Max Liniger-Goumaz sont ignorés. Quant aux autres auteurs étrangers, assez optimistes pour avoir publié un ou plusieurs livres sur cette Guinée, ils n'existent simplement pas dans ce texte qui aurait pu être considérablement enrichi si les bibliothèques universitaires ibériques avaient les moyens de sortir de leur routine.

En attendant qu'elles prennent conscience de leurs carences, indiquons aux éventuels spécialistes locaux que, l'essentiel du peuplement du Rio Muni étant fang, ils pourront trouver quelques pages sur la colonie espagnole in HISTOIRE DES FANG, PEUPLE GABONAIS²⁶. Malgré son titre, c'est surtout un travail d'ethnologue. Il connaît bien les archives françaises et la littérature pertinente. Nous admettons qu'il n'accorde pas une attention prépondérante aux Espagnols qui sont, à l'époque qu'il privilégie (avant 1907), peu présents, puisque même Bata est longtemps occupé par les Français. Là où il devient indispensable, c'est pour connaître l'histoire de l'exploration et de l'implantation française (et allemande), et surtout l'historiographie consacrée à l'histoire précoloniale des Fang. Donc, si ce texte n'entre jamais dans une bibliothèque publique en Espagne et en Guinée, les hispanophones seront condamnés à répéter le peu qu'ils ont déjà rassemblé dans leurs rares ouvrages d'anthropologie sur le Rio Muni.

Nous avons choisi (pour clore cette section) un texte espagnol qui ne risque pas de bouleverser les africanistes, mais qui devrait intéresser les rarissimes historiens de la conquête de Timor puisqu'il leur permettra d'en tirer des conclusions sur une projection « oubliée » des Espagnols dans le Pacifique, à quelques années de la disparition de l'empire de Madrid en Océanie: LAS CAROLINAS ORIENTALES: 1890²⁷. Le sous-titre indique clairement la couleur. Le premier des deux co-auteurs a eu la bonne idée et la chance de publier un dossier constitué par son grand-père, le colonel qui commandait la deuxième expédition punitive de 1890 dans l'île de Ponape (Pohnpei actuellement) en Micronésie, pour réduire à l'obéissance une simple chefferie de moins de 5 à 700 guerriers particulièrement beaux, à 3.800 km à l'est de Manille. Implanter à une époque aussi tardive que 1887 une nouvelle colonie espagnole en plein Pacifique relevait plus d'un sursaut patriotique que d'une nécessité économique puisque cette ultime colonie (1887-1899), confiée à la Marine espagnole, ne connaissait pratiquement aucun colon espagnol, aucune source de revenus importants pour la Couronne qui au contraire devait entretenir une garnison permanente pouvant aller jusqu'à 300-350 soldats et marins. En plus, après l'assassinat du premier gouverneur de Ponape, en 1887, la présence des militaires était limitée à un camp retranché et à deux postes (ces derniers furent d'ailleurs évacués après la victoire du colonel en 1890). Donc, l'intention des auteurs était de réhabiliter

26 Xavier Cadet, HISTOIRE DES FANG, PEUPLE GABONAIS, Paris, L'Harmattan, 2009, 459 p., photos noir et blanc.

27 Luís Serrano & Juan Carlos Llorente, LAS CAROLINAS ORIENTALES: 1890. LA ÚLTIMA VICTORIA ESPAÑOLA EN EL PACÍFICO ANTES EL ECLIPSE, Madrid, autoédition, 2008, 234 p., photos noir et blanc.

un fait d'armes ambigu (plus de 800 soldats furent envoyés en 1890) et oublié de l'historiographie espagnole. Ils ont eu raison de fournir ce document afin, probablement, de contrebalancer les travaux des auteurs allemands et anglophones qui ont tourné en dérision les activités espagnoles dans les Carolines. Selon nos calculs, Manille néanmoins perdit au minimum 110-115 soldats au combat entre 1887 et 1899 dans une île de 334 Km² et environ 6000 habitants, pour finir par vendre toutes les îles Carolines aux Allemands en 1899. Vive l'impérialisme économique!

Timor

Et, bien évidemment, après cet épisode don-quichottesque, nous jetterons un regard sur une autre île océanienne sanglante, habituée héréditairement aux massacres. SANGUE DO CROCODILO²⁸ paraît être un titre approprié pour qualifier ce livre, difficile à cerner dans ses intentions. Il y a de l'histoire vécue en tant qu'administrateur colonial dans l'île, de la fiction mêlée à la narration, de la défense du peuple timorien, de l'exécution du régime indonésien et d'autres éléments que nous ne sommes pas certain d'avoir compris. Le plus original semble être tout ce qui se rapporte à la vie coloniale dans les postes de l'intérieur (et notamment le long de la frontière indonésienne avant l'Anschluss), à la période portugaise. On arrive jusqu'à la prise en main de l'Administration par les Nations unies et si c'est un roman qu'a voulu faire l'auteur, il est plutôt bien documenté.

De DEMOCRATIC GOVERNANCE IN TIMOR-LESTE²⁹, on se bornera à dire qu'il s'agit des actes d'un colloque international qui se tint à Darwin en février 2008, peu avant que le président et le premier ministre soient attaqués à Dili même, le premier, Ramos-Horta, manquant de peu d'y perdre la vie, c'est dire si les coups de queue du crocodile sont imprévisibles. Sur la qualité des intervenants il n'y a pas de discussions possibles. Tous sont, soit des activistes, soit des spécialistes universitaires de Timor, soit des membres d'ONG, soit tout cela à la fois. La plupart sont des Australiens qui désormais constituent le corps de bataille des timorianistes dans le monde. Les thèmes portent aussi bien sur les traumatismes à soigner dans la psychologie des Timoriens, l'identité nationale, la justice, les origines de la crise politique, la violence endémique, la police, les traditions culturelles, les communautés religieuses, le rôle des instances internationales, etc. Nous notons qu'il y a quelques Timoriens, mais apparemment aucun Portugais se revendiquant en tant que tel. Donc, l'affaire est entendue, c'est l'Australie et son antenne la plus proche de l'île, Darwin, qui désormais ont la haute main sur les études concernant Timor, les lusophones n'étant que des faire-valoir de peu de poids éditorialement parlant. Étrange dénouement pour la Lusophonie officielle qui persiste à incorporer l'île dans son giron pour marquer sa présence dans le Pacifique. Qui parle encore espagnol dans les Carolines? Avec ou sans mémoires, les miracles ne croient plus aux miroirs. Ou l'inverse peut-être.

²⁸ Amândio Martins, SANGUE DO CROCODILO. SAGA DE TIMOR-LESTE, Lisboa, Prefácio, 2008, 314 p.

²⁹ David Mearns (coord.), DEMOCRATIC GOVERNANCE IN TIMOR-LESTE. RECONCILING THE LOCAL AND THE NATIONAL, Darwin (Australie), Charles Darwin University Press, 2008, XXV-249 p., illustrations couleur.

As Côres do Império. Representações raciais no Império Colonial Português

Patrícia Ferraz de Matos,

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2006, 288 p.,

ISBN : 972-671-185-1 (« Estudos e investigações », 41).

Les couleurs du racisme colonisateur

Michel Cahen*

p 149-163

Le livre de Patrícia Ferraz de Matos (PFM *infra*) est bienvenu. Non point parce qu'il vient offrir une analyse très neuve au corpus des études sur les représentations coloniales européennes. Il y a des années que de nombreux livres (d'ailleurs souvent cités en bibliographie de l'ouvrage de PFM) ont décortiqué le sens des Expositions coloniales, le discours des manuels scolaires et du cinéma en matière coloniale, etc. Mais un tel matériau devenu assez banal en Europe (surtout en Grande-Bretagne, en Belgique, en France) l'était beaucoup moins au Portugal et il n'est pas interdit de se demander pourquoi. On ne peut que répondre – et PFM le fait au moins en partie – que c'est parce qu'en Lusitanie, l'imaginaire colonial restait tellement consubstantiel de l'imaginaire national, parce que le Portugal moderne demeurait, aux yeux de nombreux Portugais, tellement *inimaginable* sans ses sempiternelles Découvertes, qu'il y eut, de fait, un frein aux études sur l'idéologie coloniale elle-même, une difficulté peut-être plus grande qu'ailleurs dans l'effort de réflexivité de la nation sur elle-même. La décolonisation tempétueuse de la Révolution des œillets a paradoxalement renforcé ce frein : le *colonialisme* était condamné d'autant plus facilement qu'on l'associait au fascisme sans se souvenir que les Républicains étaient, jusqu'aux années 1960, largement aussi colonialistes que les salazaristes. Mais la *colonisation*, tendance historique de la société portugaise et non fruit d'un régime politique en particulier, était beaucoup moins soumise au droit d'inventaire. À tel point qu'on a vu, lors de ladite « institutionnalisation » de la Communauté des Pays de langue portugaise, aussi tard qu'en 1996, des bouffées extraordinaires de discours colonial sur les « cinq siècles de convivialité », sur les « origines communes », etc. Aujourd'hui encore, la lusophonie reste bien souvent conçue comme une simple dilatation de lusitanité, loin de la féconde proposition d'Eduardo Lourenço qui la voit

* CNRS-Centre d'étude d'Afrique noire de Sciences Po Bordeaux

non point comme une aire culturelle et encore moins comme une « langue-patrie », mais comme une aire spécifique d'intersections avec d'autres identités¹.

Les faibles spécificités des diverses colonisations

Quand, en tant que lecteur français, on referme le livre de PFM, la première impression que l'on a est relative à l'immense similitude des valeurs et représentations colonial(ist)es en France, au Portugal, en Belgique, et sans doute ailleurs. Il a pu y avoir de sensibles différences dans l'administration coloniale², mais visiblement beaucoup moins dans les représentations. Il faut dire que les « fondamentaux » restent *forcément* les mêmes. Ce que PFM montre bien, c'est le décalage qui apparaît, assez tôt au ^{xx}e siècle, et qui fut renforcé par l'obscurantisme salazariste, mais qui reste mince à l'échelle de l'histoire : les producteurs portugais de la pensée coloniale avaient visiblement vingt à trente années de retard dans leurs lectures, comme le montre le fait que les anthropologues cités par les orateurs des nombreux congrès coloniaux des années 1920-1940 ne sont pas des contemporains mais, dans leur majorité, de la fin du ^{xix}e ou début du ^{xx}e (p. 78-79). Le décalage devint plus grave après la Seconde Guerre mondiale, après que la majorité des anthropologues portugais, allant rarement ou jamais sur le terrain ou considérant que le « terrain » venait à eux à l'occasion des zoos humains des expositions coloniales (p. 140), n'eurent tenu aucun compte des apports de F. Boas ou de Malinowski ailleurs bien connus dans l'entre-deux-guerres (p. 141) ; quand, même dans l'Après-Guerre, seule une minorité d'entre eux, à l'instar de Jorge Dias, rompit avec l'anthropobiologie – celle-ci continuant à être pratiquée par de nombreux chercheurs « pelas décadas de 50 e 60 » (p. 141). PFM rappelle plaisamment que lorsque « alguns professores [da Escola Superior Colonial] começaram a sugerir aos alunos a omissão da palavra "raça" nos seus trabalhos e a sua substituição por "etnias"! [...] os alunos consideravam que o termo "raça" estaria mais de acordo com o que tinham aprendido nos manuais de Deniker e Topinard » (p. 158)³. Adriano Moreira, que j'interrogeai en 1988, m'a alors dit que c'était en 1955, à la Conférence interafricaine des Sciences humaines, qu'il avait commencé à prendre conscience du « gros retard portugais en matière de sciences humaines [ce qui avait entraîné sa décision de fonder] le Centro de estudos políticos e sociais au sein de la Junta de investigação do Ultramar, malgré la forte opposition de Marcelo Caetano mais avec le soutien de Sarmento Rodrigues et de Raúl Ventura »⁴. Même dans ce nouveau climat, l'*etnologia ultramarina* de Jorge Dias et de son équipe ne peut pas être considérée comme avoir été scientifiquement indépen-

1 J'ai très récemment repris cette discussion : M. CAHEN, « Lusitanité et lusophonie. Considérations conceptuelles sur des réalités sociales et politiques », pp. 127-146 in Ana-Maria BINET (ed.), *Mythes et mémoire collective dans la culture lusophone*, Pessac, Presses universitaires de Bordeaux, 2007, mai 2007 (« Eidôlon », 78).

2 Voir la comparaison des administrations coloniales française et portugaise, y compris sur le plan idéologique, in Alexander KEESE, *Living with Ambiguity: Integrating an African Elite in French and Portuguese Africa, 1930-61*, Stuttgart, Franz Steiner, 2007, 344 p.

3 Paul Topinard était directeur de la rédaction de la *Revue d'Anthropologie*, fondée par Paul Broca en 1872 ; Joseph Deniker, bibliothécaire au Muséum d'histoire naturelle de Paris, était président de la Société d'Anthropologie de Paris au début du ^{xx}e siècle et s'exerçait à la « classification des races européennes ».

4 Entretien avec Adriano Moreira, Restelo (Lisbonne), 16 juillet 1988. Jusqu'en 1954, Adriano Moreira n'avait jamais visité l'Outre-mer et les opinions qu'il professait étaient « purement juridiques ». En 1953, il fut chargé d'étudier une réforme du système carcéral colonial, que promulgua un peu plus tard le ministre de l'Outre-Mer, Sarmento Rodrigues. C'est à partir de ce moment qu'il commença à visiter l'Outre-mer et à se préoccuper des questions sociales et à « s'éloigner du droit pur ». De ces préoccupations naquit aussi la réforme de l'Escola Superior Colonial, devenue Instituto Superior de Estudos Ultramarinos. Malgré cela, la réunion des sciences humaines à Bukavu, dans le cadre de la CCTA (Commission de coopération technique africaine, 23 août-3 septembre 1955) fut un grand choc. On peut considérer que ce témoignage de A. Moreira, cadre éclairé du régime s'il en fut, peut être, *a fortiori*, valable pour illustrer le retard de nombreux autres penseurs portugais, restés enfermés dans le « droit pur » de la tradition portugaise. Salazar, qui ne mit jamais les pieds outre-mer, est évidemment archétypique.

dante (p. 142), étroitement liée aux demandes de renseignement du pouvoir politique, comme le montre les rapports confidentiels qu'il produisit à la fin des années 1950 : un scientifique indépendant publie le résultat de ses travaux !

Cependant, si un décalage d'une génération peut naturellement avoir les plus grandes conséquences politiques en raison de l'évolution rapide des contextes, il n'en reste pas moins faible au regard de l'histoire. Cela confirme que, loin de tout « exceptionnalisme », le Portugal colonial a bien fait partie de la famille des impérialismes européens, et l'appareil idéologique qu'il a produit, d'abord pour justifier son action à ses propres yeux, n'a pas été fondamentalement différent de celui des autres : dans tous les cas, l'invasion coloniale impliqua l'infériorisation, voire la déshumanisation de l'Autre. Que certains coloniaux fussent plus bienveillants que d'autres ne change rien aux « fondamentaux », et c'est d'ailleurs pourquoi le salazarisme, malgré tous ses efforts, ne réussit jamais à adopter totalement le lusotropicalisme brésilien de Gilberto Freyre.

Le Brésil aimé et surtout craint

Des torrents d'encre – auxquels j'ai moi-même participé – ont coulé à juste titre pour critiquer le lusotropicalisme, mais il n'en reste pas moins que Gilberto Freyre fondait sur le (mythe du) métissage l'émergence d'une nouvelle civilisation et de la nation brésilienne. Le salazarisme, lui, chercha à instrumentaliser Freyre⁵ mais ne put produire qu'un pâle « leucotropicalisme » dans lequel le métissage n'était nullement la production dialectique d'une nouvelle culture/nation à partir du mélange des diverses « races », mais restait le chemin, purement culturel, parcouru par les Noirs vers les Blancs : « neste processo, nem sempre (ou quase nunca) a mestiçagem é sugerida para resolver o problema da assimilação ; o outro era visto como ser humano susceptível de se elevar (afinal, Portugal era um país católico), mas as misturas biológicas entre mundos diferentes não eram propriamente promovidas » (p. 253). Mais même la proximité civilisationnelle et des « couleurs » (p. 253) implicitement reconnue entre Portugais « blancs » et Indiens ou Chinois « clairs » n'impliquait pas non plus le métissage. PFM mentionne qu'en Inde portugaise, les unions entre Portugais et femmes indiennes de caste élevée pouvaient être bien vues (p. 253). Mais il s'agit plutôt d'une exception : le métissage entre Portugais et Indien(ne)s ou Chinois(es) au Mozambique était très mal vu, sur fond de forte rivalité économique⁶. PFM montre, exemples à l'appui, que le Brésil était considéré par de nombreux dirigeants de la politique coloniale portugaise comme « um exemplo a seguir nas colónias, principalmente em África », Vieira Machado considérant le Brésil comme un « milagre » et M. Correia comme la « mais brilhante realização do génio colonizador dos portugueses » (p. 86-87). Cependant, cette sympathie doit être précisément datée : années 1930 ou 1940, à un moment où le danger indépendantiste en Afrique est encore *inconcevable*. Même

5 Sur la réception du lusotropicalisme au Portugal, PFM cite avec raison Claudia CASTELO, *O modo português de estar non mundo. O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*, Porto, Afrontamento, 1998. Il est dommage qu'elle n'ait pas consulté le gros dossier édité par Déjanirah COUTO, Armelle ENDERS & Yves LÉONARD, « Lusotropicalisme. Idéologies coloniales et identités nationales dans les mondes lusophones », *Lusotopie* (Paris, Karthala), IV, décembre 1997, 592 p. : 195-478.

6 Sur les communautés indiennes au Mozambique et le racisme dont elles étaient victimes, voir notamment Valdemir ZAMPARONI, « Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940 », *Lusotopie* (Paris, Karthala), VII : 191-222 (dans le dossier « Lusophonies asiatiques, Asiatiques en lusophonies », dirigé par M. CAHEN, D. COUTO, P.R. DESOUSA, L. MARROU & A. SIQUEIRA : 135-495) ; et Nicole KHOURI & Joana Pereira LEITE, « Les Indiens dans la presse coloniale au Mozambique, 1930-1975 », *Lusotopie* (Brill, Leiden), XV (2), Novembre 2008 : 3-50.

si la fin des années cinquante dépassait le cadre chronologique fixé par l'étude de PFM (« as primeiras décadas do Estado Novo », qu'elle prolonge en pratique jusqu'en 1954), dès le contexte de la Seconde Guerre mondiale établi, apparaît un danger qu'elle aurait dû mieux montrer. L'admiration brasilophile était conditionnelle et bien plus *portugaise* que salazariste : Salazar était en réalité terrorisé à l'idée que l'Afrique puisse produire de « nouveaux Brésil » et faisait surveiller de près les tendances autonomistes blanches, notamment en Angola. Il interdit à ses ministres d'utiliser l'expression « Nós podermos criar novos Brasis » et la « reprovincialisation » des colonies dès 1951⁷ eut aussi pour objectif d'éloigner à l'infini ce danger par la réaffirmation de l'intégrationnisme lusitanien. Le Brésil pouvait donc être un modèle sur le plan social, mais pas du tout sur le plan politique.

Anthropologie et histoire

De formation anthropologue, PFM adopte naturellement en large mesure cette approche pour la « problemática da "raça" no contexto do império colonial português » (p. 17)⁸. L'historien que je suis n'y trouve pas toujours son compte, surtout dans le chapitre II. Au chapitre I, on a un utile et nécessaire parcours de l'histoire de l'idéologie « raciale », qui montre la genèse de l'usage du mot « race », mais aussi sa nature polysémique. Par ailleurs, si l'usage du mot est extrêmement fréquent, à partir du ^{XIX}^e siècle – au moment précis, remarque très justement PFM, où déclinent, puis sont abolis la traite servile et l'esclavage –, ce n'est pas toujours dans une optique biologique ou naturaliste. L'auteur rappelle qu'Ernest Renan – tenu jusqu'à aujourd'hui en France comme l'un des théoriciens majeurs de l'idée de nation moderne – considérait qu'il y avait « três "raças" – branca, negra e amarela – com uma origem e desenvolvimento específicos » (p. 49), mais elle ne signale pas que le même Renan parlait aussi couramment de « race française » et de « race allemande ». La race renvoyait donc largement à la culture (et non strictement à la biologie), mais en un sens assez primordialiste typique de la « psychologie des peuples », condamné aujourd'hui par les sciences sociales : la culture était, peu ou prou, dans le sang, mais pouvait évoluer justement par le mélange des sangs⁹. Aujourd'hui, on en reste à deux grands « choix » : celui de la littérature anglo-saxonne qui utilise sans problème le

7 En 1930, l'Acte colonial avait dénommé « colonies » ce qui était antérieurement des « províncias ultramarinas ». Salazar avait, alors, été fortement critiqué par les Républicains qui l'accusaient d'instituer ainsi une coupure entre la patrie et l'Empire et de mettre en danger ce dernier (en d'autres termes, ils accusaient Salazar de n'être pas suffisamment fidèle au colonialisme). En 1951, l'Estado Novo reprit la désignation des « províncias » venue de la monarchie libérale, considérant de la sorte que la décolonisation demandée par l'ONU était faite.

8 L'ouvrage a néanmoins été couronné du Prémio de história contemporânea, institué par l'université du Minho, en 2005.

9 Il faut naturellement se garder de juger, avec nos concepts d'aujourd'hui, l'usage du concept de « race » chez Renan et d'autres auteurs du ^{XIX}^e siècle. Mais il faut aussi ne pas analyser le mot race lui-même avec sa charge conceptuelle contemporaine : son sens – comme celui de tous les mots – est un moment dans une trajectoire sémantique. Le sens de la race comme « espèce », puis communauté d'individus dotés de caractéristiques stables, mais qui peuvent être culturelles (bien que selon une approche restant primordialiste), est un aboutissement assez récent suite à de nombreux glissements. Rappelons que son origine étymologique (abordée à mon avis de manière trop restrictive par PFM, p. 25 et 27) ne vient très probablement pas du latin *ratio* (calcul, raison), mais du latin *generatio* (au sens de famille, descendance), devenu par aphérèse *naraccia* (attesté en vénitien du ^{XV}^e siècle) ou *rassa*, *razza*, ou *rasse* en latin biblique, ancien italien et ancien provençal [Alain REY, *Dictionnaire historique de la langue française*. Vol. III, Paris, Le Robert, 1998 : 3056-3057]. Ce sens de « lignage », finalement assez proche du concept d'ethnie (au sens primordialiste) montre en tout cas que ce n'est bien sûr pas « à cause » du concept de race que s'est produit l'esclavage. La discrimination ne vient pas des « préjugés », les préjugés, malgré la construction du mot, viennent plutôt comme résultat et légitimation de la discrimination. De ce point de vue, il n'est pas certain qu'il y ait eu une évolution sémantique si profonde, au Portugal, entre le *Dia da Raça* célébré jusqu'à la fin de l'*Estado Novo*, et le *Dia da Comunidade* célébré de nos jours. Sur l'usage du concept de race chez Renan, cf. M. CAHEN, *Ethnicité politique. Pour une vision réaliste de l'identité*, Paris, L'Harmattan, 1994 : 110-122.

mot « race », non point parce qu'elle existe biologiquement mais en raison des constructions sociales attachées à cette idée¹⁰ ; et celui de la française qui condamne le mot¹¹, dans laquelle il serait inconcevable qu'une revue s'appelât *Race and Class*¹², mais qui souvent condamne aussi, en tant que « synonyme », le concept même d'« ethnique » en raison de sa compréhension paradoxalement maintenue dans une optique primordialiste (« l'ethnie est comme la race, donc elle n'existe pas »).

Ce qui manque un peu dans le chapitre II est que les évolutions idéologiques sont parfois trop déconnectées des évolutions politiques métropolitaines. La Révolution de 1910 n'est pas abordée, ne serait-ce qu'en négatif pour montrer qu'elle n'a guère fait évoluer l'idéologie coloniale de la monarchie libérale. Le coup d'État de 1926 est, lui, plusieurs fois mentionné, mais sans que, à mon avis, les évolutions ne soient jaugées à leur juste importance en matière coloniale.

La « race », productrice des indigènes ?

Ainsi PFM reprend l'idée, il est vrai fréquemment rencontrée dans la bibliographie, selon laquelle o « “código do trabalho” [foi] promulgado a 6 de Dezembro de 1928 devido às pressões internacionais que vinham a fazer-se sentir, sobretudo por parte da Sociedade das Nações, desde 1926 » (pp. 66-67¹³) mais elle reconnaît que le travail forcé continua dans la pratique, « sendo a alteração feita apenas a nível legislativo » (p. 67). Il est vrai que les pressions internationales existaient, mais depuis bien avant 1926, remontant au scandale du cacao de São Tomé au tournant du siècle ; il est vrai aussi qu'en juin 1925 (donc, avant « desde 1926 »), E.A. Ross avait présenté au comité sur l'esclavage de la Société des Nations un rapport retentissant sur l'emploi de la main-d'œuvre indigène en Angola et au Mozambique. Néanmoins, s'il est possible que la République ait pu être sensible à ce type de pression internationale¹⁴, on peut en douter des militaires qui prirent le pouvoir en mai 1926. Cela est spectaculairement démontré par le fait que parmi les toutes premières législations coloniales qu'ils promulguent figure celle relative à la culture forcée du coton, dès juillet-août de la même année¹⁵ ! La Dictature se met tout de suite à la rédaction du *Estatuto político, civil e criminal dos indigenas*, dit « Statut indigène », dont

10 Il est possible aussi que la trajectoire sémantique du mot race en anglais, pris au français médiéval, n'ait pas été exactement la même qu'en français, gardant largement son sens de « communauté », « lignage » (voir note précédente).

11 Rappelons que certains intellectuels français demandent une révision constitutionnelle afin de faire disparaître de l'article 1 de la Constitution de la V^e République toute mention de « race ». En effet, le principe selon lequel la Constitution « assure l'égalité de tous les citoyens sans distinction d'origine, de race ou de religions » maintiendrait, paradoxalement, l'affirmation de l'existence des races, même dans l'intention d'interdire toute discrimination fondée sur elles. La Constitution portugaise de 1976, en revanche, ne contient aucune mention de « race », même si elle interdit la discrimination.

12 Même accolée à son sous-titre « A Journal on racism, empire and globalization », la célèbre revue londonienne fondée en 1983 (aujourd'hui publiée chez Sage) ne serait, tout anti-impérialiste qu'elle soit, pas *imaginable* en France, d'autant plus que sa rédaction est hébergée par l'Institute on Race Relations !!!

13 Suite à son extension à la Guinée en 1929, le *Estatuto político, civil e criminal dos indigenas* qui sera en vigueur jusqu'en 1954 est celui approuvé par le décret n° 16 973 du 6 février 1929.

14 ... ce qui est loin d'être certain car à ce type d'accusation, une écrasante majorité de Portugais, des monarchistes aux républicains de gauche, répondaient sous l'angle du patriotisme contre une « énième tentative de l'Angleterre de vouloir s'approprier l'empire portugais » sous prétexte que le Portugal y pratiquerait encore l'esclavage. Même si l'on analyse l'impérialisme portugais comme économique, on n'insistera jamais assez sur sa composante nationaliste. Sur ce débat, voir notamment les analyses de Michel CAHEN, « Lénine, l'impérialisme portugais, Gervase Clarence-Smith », *Cahiers d'études africaines* (Paris, Ehes), 107-108, 1987 : 435-442, et Valentin ALEXANDRE, « Um imperialismo económico ? », in V. ALEXANDRE, *Velho Brasil, Novas Áfricas. Portugal e o império (1808-1975. Porto, Afrontamento, 2000 : 141-145, deux articles portant sur l'ouvrage de Gervase CLARENCE-SMITH, *The Third Portuguese Empire, 1825-1975. A Study in Economic Imperialism*, Manchester, Manchester University Press, 1985, ix+246 p.*

15 Décrets n° 11 884 et 12 050 du 28 juillet et 4 août 1926.

le Code du Travail n'est que la réglementation. Par ailleurs, il ne me semble pas même exact de dire qu'une altération est faite, ne serait-ce qu'au niveau législatif : l'expression de « travail forcé » disparaît évidemment (sauf en matière correctionnelle), mais elle est remplacée par le « devoir moral du travail » et par une définition très restrictive de la notion de « travail », sur laquelle on revient *infra*. Il y a une grande cohérence sur ce plan dans les années de la Dictature (1926-1930/33) qui ne laisse pas entrevoir d'effets quelconques d'une pression internationale. Le coup d'État a d'ailleurs été largement approuvé par les « démocraties », et en particulier le Royaume-Uni. Ce dernier ne peut plus guère mettre sous pression la Dictature en matière coloniale. Ainsi, les législations sur le coton de 1926, le Statut de 1928, le Code de 1928-29, puis les Règlements spécifiques publiés dans chaque colonie continentale, représentèrent une aggravation considérable de la situation, un saut concret décisif dans la matérialisation du travail forcé. Celui-ci n'existait guère, jusqu'alors, à échelle massive, qu'à São Tomé. À partir de 1926, c'est-à-dire du début de la contre-offensive nationaliste portugaise de reconquête économique de ses propres colonies, il fallait fournir la main-d'œuvre des grandes et moyennes plantations et culture de canne à sucre, de coton, de thé, de café, principalement en Angola et au Mozambique.

Si curieuse que cela puisse paraître, jusqu'en 1917 il n'y avait pas de distinction légale claire entre indigènes et assimilés. On savait notoirement qui faisait partie d'une grande famille métisse ou noire et qui était *gentio*. C'est en 1917, et surtout à partir de 1928 que les non indigènes, afin de défendre leur statut, durent soigneusement obtenir leurs *álvaras de assimilação* : tous les autres étaient indigènes, donc pratiquement tous soumis au « devoir moral du travail »¹⁶. Le Code de 1928-29 n'adoucit en rien le Statut de 1928 ni même les Codes de 1899 et 1914 si ce n'est que le « devoir moral du travail » remplace le « travail forcé ». Le resserrement du recrutement forcé de travailleurs durera jusqu'à la fin des années 1940.

S'étant rangé dans le bon camp lors de la Première Guerre mondiale, le Portugal était au moins partiellement rassuré sur la pérennité de son domaine colonial, à condition qu'il l'exploitât réellement : il n'y avait pas d'autres solutions que le travail forcé pour un capitalisme pauvre comme celui du Portugal, et c'était une solution à court terme très rentable pour les compagnies capitalistes étrangères et « modernes » qui s'y implantaient. Mais la France faisait la même chose, au même moment, au Tchad et la Belgique au Congo ! Dans les années 1920-40, le Portugal ne dépare guère du paysage colonial européen¹⁷.

16 PFM a omis, dans sa trop brève étude du Code du travail (pp. 66-67), son analyse *idéologique* (il est vrai que la législation coloniale n'était pas au cœur de son sujet) En effet, le « devoir moral du travail » est fondé sur une vision étroitement eurocentrique de la notion même du travail : tout Africain non inséré à l'économie de marché (non propriétaire d'un certain nombre de têtes de bétail lui permettant de vivre de leur vente ou de celle de leur produits dérivés, ou non titulaire d'un titre de propriété d'un terrain d'une certaine extension) était *ipso facto* considéré comme « ne travaillant pas ». L'agriculture semi-itinérante était ainsi considérée, en bloc, comme n'étant pas un travail. Ceux qui s'y adonnaient étaient donc des « paresseux » voire des « vadios » (concept très présent dans l'idéologie métropolitaine de l'ordre), auxquels on pouvait alors imposer le « devoir moral du travail ». Ils restaient parfaitement libres du choix de ce travail... intégré à l'économie de marché, en pratique plus ou moins libres de choisir pour quels patrons européens ils allaient devoir travailler. La combinaison de la définition raciale de l'indigénat en 1928 avec la définition implicite du travail comme activité exclusivement marchande dans le Statut de 1928, le Code 1928-29 et les Règlements successifs, a constitué un redoutable obstacle à l'émergence d'une petite élite africaine et un remarquable outil de protection des intérêts des petits colons blancs n'ayant guère à craindre la concurrence d'Africains qualifiés sur le marché du travail.

17 Sur cet aspect, on peut notamment se reporter à mon article « Sur quelques mythes et réalités de la colonisation et de la décolonisation portugaise », pp. 333-351, in Ch.-R. AGERON & M. MICHEL, *Les décolonisations comparées. Actes du Colloque d'Aix-en-Provence*, Paris, Karthala, 1995, 516 p.

Ce qu'il nous importe ici de comprendre, c'est que *ce n'est pas* à cause d'un « preconceito » de « race » qu'est établi l'indigénat. Or l'auteur promet « o estudo da discriminação dos povos coloniais baseada na crença da existência de "raças" » (p. 57) et elle considère que, si « a problemática [do seu] livro continua a ser relevante neste tempo pós-colonial » – on est bien d'accord ici ! –, c'est parce « alguns preconceitos continuam vivos apesar da contestação científica de que o conceito de « raça » tem sido alvo » (pp. 21-22). Certes, c'est bien ainsi que les choses *se sont exprimées*, et les « manières d'expression » ont une grande importance et produisent leurs propres effets. Mais si la discrimination venait de « préjugés », s'il suffisait de « bien expliquer » les choses scientifiquement pour que ceux-ci disparaissent, la tâche serait aisée. Pourtant Bourdieu, après Marx, l'a bien montré : ce ne sont pas les idées qui *commandent* la pratique¹⁸. C'est parce que la colonisation a eu besoin de l'indigénat – une forme d'oppression bien distincte de celle de l'esclavage (*cf. infra*) – que le concept de race apparut, dans l'éventail des possibles, le plus adéquat pour cet usage (et pour d'autres). Et c'est sans doute parce que l'idée d'un genre humain non seulement unique, mais aussi « moderne », triomphait désormais, interdisant tout statut officiel de marchandisation d'une partie des êtres en son sein, que le concept de race fit économiquement et politiquement fortune. L'esclavage, historiquement, n'avait eu nul besoin de la notion de « race » pour s'exercer et celui de Blancs par des Blancs resta courant jusqu'au XVIII^e siècle dans le bassin méditerranéen, sanctionnant principalement des situations de guerre. La transformation d'un être humain en marchandise n'était pas spécifiquement condamnée (les mauvais traitements infligés pouvaient l'être) et pouvait s'accommoder de l'idée d'unicité du genre humain – non moderne. Même des Quilombos brésiliens eurent parfois leurs propres esclaves, même Toussaint Louverture eut les siens. À partir du moment où l'abolitionnisme s'imposait peu à peu, au besoin par la violence du nouveau capitalisme (Guerre de Sécession), il fallait trouver des légitimations, pour les puissances coloniales, à l'existence d'un dualisme (ou pluralisme) juridique complet selon les « groupes humains » au sein pourtant de la même humanité. Naturellement, il n'y eut nul grand complot idéologique (con)sciemment concocté pour trouver la « bonne théorie » justifiant les nouvelles formes d'exploitation. Ce n'est jamais ainsi que les choses se passent : l'évolution idéologique, qui exprime des habitus (par définition inconscients), et celle des formes d'exploitation, faisaient partie de la même évolution historique globale.

C'est d'ailleurs bien pourquoi PFM a entièrement raison de remarquer que les « imagens e preconceitos recorrentes » – même si, on l'a vu, la qualification de « preconceito » est à mon avis ici critiquable – viennent des milieux les plus divers : « ... não só missionários ou funcionários administrativos, mas também políticos, antropólogos, médicos, militares ou jornalistas » (p. 122-123). Pourquoi, du reste, l'idéologie frapperait-elle seulement une catégorie professionnelle ? Sans qu'une idéologie ne soit sciemment forgée pour justifier une forme d'exploitation mise en place, il n'en reste pas moins que, dans un

18 Loïc Wacquant a commodément synthétisé cette position bourdieusienne dans son article « Durkheim et Bourdieu. Le socle commun et ses fissures », *Critique*, n° 579-580 (numéro double sur Pierre Bourdieu), sept. 1995 : 646-660. Selon Bourdieu, résume-t-il, « la pratique ne découle pas plus des seules initiatives subjectives de l'agent qu'elles ne résultent directement des contraintes objectives de la structure ». Elle émerge dans les turbulences de leur confluence, de la « rencontre plus ou moins 'réussie' entre positions et dispositions » ; elle naît de la relation obscure de « proximité ontologique » qui se tisse entre ces « deux modes d'existence du social »** que sont l'habitus et le champ, « l'histoire objectivée dans les choses » et « l'histoire incarnée dans les corps »*** » [citations de P. Bourdieu respectivement extraites de : *P. Bourdieu, « Man and Machin » in K. KNORR & A. CICOUREL (eds), *Advances in Social Theory and Methodology*, Londres, Routledge & Kegan Paul, 1981 : 313 ; **PB, *La noblesse d'État*, Paris, Minuit, 1989 : 59 ; ***PB, *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit, 1982 : 38].

contexte donné, telle ou telle « manière de voir » est opératoire ou non à l'échelle de la société qui pratique ce mode d'exploitation.

L'indigénat avant la race, ou le mythe du non-racisme

Dans le cas portugais, nullement isolé, les législations cotonnières de 1926, le Statut indigène de 1928, le Code de 1928-29, les Règlements de 1929-30 font tous explicitement appel au concept de race *pour définir qui est indigène et qui ne l'est pas*. L'auteur donne parfois l'impression que ce serait « à cause de la race », à cause de ce « preconceito », défini par la couleur (p. 252 notamment) qu'il y aurait eu discrimination, alors que la race ne fut que le langage d'une discrimination spécifique, venu de la société du colonisateur¹⁹. Son ouvrage prend alors parfois – l'évolution des idées y commandant celle de la société –, une douce saveur idéaliste.

De toute manière, même si la colonisation portugaise était nécessairement raciste, l'outil *déterminant et direct* de discrimination n'y a pas été le concept de race, mais celui d'indigénat, fondant légalement le travail forcé. Cet aspect a naturellement été utilisé par le régime de la Situation, après la Seconde Guerre mondiale, et par des lusotropicalistes (y compris les « leucosotropicalistes ») pour « prouver » que la colonisation portugaise n'était pas, et d'ailleurs n'avait jamais été, raciste (p. 152), comme le montrait le fait qu'un Noir pouvait devenir un Civilisé, ce qui n'était pas le cas en Afrique du Sud. C'est plus qu'évidemment une plaisanterie, mais le mythe en est encore assez largement répandu. Pourtant, étaient indigènes tous les Africains noirs, *sauf ceux* qui pouvaient s'en extraire (assimilation), alors qu'aucun Blanc, *sans exception*, fût-il analphabète, broussard et câfréalisé, ne pouvait l'être²⁰. La légitimation (à ne pas confondre avec la cause) était bel et bien issue de l'idée raciale²¹ mais *l'objectif était de définir qui était astreint au travail forcé et non point qui était noir*. La « légitimation de la légitimation » était que l'on pouvait sortir de la condition d'indigène issue de l'appartenance à la race noire – c'était ladite assimilation. Mais ici, PFM a entièrement raison de montrer que le nombre des assimilés était infiniment faible (p. 68, notamment²²) et celui des métis, Cap-Vert excepté, également. Elle n'insiste pas assez, à mon avis, sur le fait que le « xx^e siècle colonial » (1885-1975) fut avant tout le siècle du blanchiment, avec un métissage *décroissant*. PFM, citant Orlando Ribeiro, écrit que « até a década de 50 em Angola, « mestiçagem floresceu » » mais Ribeiro « constata que depois da década de 50 se verifica uma « limitação da mestiçagem » » notamment due à l'arrivée en plus grand nombre de femmes blanches (p. 158). C'est exact mais ne doit pas donner l'impression que le métissage était fréquent et bien

19 Naturellement, les sociétés colonisées gardaient aussi leurs propres formes de discrimination (castes, lignages dominés, patriarcat même en situation matrilineaire, etc.)

20 Le cas extrême consistait en la naissance, de loin en loin, d'un enfant d'une mère noire et d'un père blanc, non reconnu par le père blanc et donc indigène (« né de mère indigène et de père inconnu ») mais... complètement blanc. Cependant, je n'ai pas connaissance que de tels cas n'aient, alors, pas été « rattrapés » d'une manière ou d'une autre.

21 L'article 2 du Código do trabalho dos indigenas nas colonias portuguesas de África, copié de celui du Statut indigène, stipule que : « Para efeitos deste Código, são considerados indigenas os individuos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua illustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça ». À noter que cet article permettait donc de considérer indigène un enfant métis né d'une mère noire et non reconnu par son père blanc (REPÚBLICA PORTUGUESA, *Código...*, Lourenço Marques, Imprensa nacional, 1929 : 11).

22 On regrettera cependant que des statistiques plus précises et complètes n'aient pas été fournies pour confronter le mythe à la réalité. La mention que « em 1950, segundo os censos oficiais, os « assimilados » ou « civilizados » eram menos de 0,02 % entre toda a população africana » (p. 68) est un peu maigre et s'appuie de surcroît sur une source secondaire missionnaire, alors que les recensements coloniaux, remarquablement bien faits et détaillés, sont disponibles et que de nombreuses études ont déjà décortiqué ces statistiques.

vu jusque vers le milieu des années 1950. Tel n'était plus le cas depuis le ^{xx}^e siècle, même si des relations sexuelles inégales entre Portugais (mâles) et Africaines existaient bien entendu : on reprochera ici à l'auteur de n'avoir pas utilisé les recensements officiels, qui donnent les statistiques démographiques, permettant notamment de mesurer l'évolution du nombre des métis reconnus à l'état civil. Par ailleurs, on l'a vu, la politique d'assimilation n'impliquait nullement, en elle-même, le métissage : il s'agissait, très théoriquement, que les Noirs devinssent des Portugais et nullement qu'ils se mélangéassent aux Blancs, même si le flou régna parfois à ce sujet (p. 152).

Le travail forcé contre le métissage

Il y a ensuite dans l'ouvrage de longs passages extrêmement bienvenus qui montrent que, même sur le plan de l'idée coloniale, le métissage n'a nullement été un souhait constant, et cela, presque indépendamment des sensibilités au sein du camp colonialiste : il est bien connu, et PMF le rappelle, que Norton de Matos était à la fois partisan d'un fort et moderne développement économique de l'Angola colonial, qui profiterait aussi, selon lui, aux Africains, et très hostile au métissage (p. 149 et autres). Ce *mélange non antagonique des options* se manifestait dans les nombreux congrès entièrement ou partiellement voués aux questions coloniales, que PFM décrit les uns après les autres. Il n'y a pas sur ce plan de nuances importantes entre les principaux ministres des Colonies de l'époque, notamment Armindo Monteiro (1931-1935) pourtant considéré comme libéral et anglophile, et Vieira Machado (1936-1944²³). Il faut dire que la mise en pratique généralisée de la législation de 1926-29 sur le travail forcé et la protection étroite des travailleurs blancs dans le contexte de la crise mondiale, n'avaient aucune raison de favoriser le métissage officiellement reconnu²⁴, qui rognait tant sur le volant de travailleurs forcés disponibles que sur les places de « travail classifié » réservées aux « civilisés »²⁵.

Alors certes, l'auteur en parle abondamment, il n'y eut pas d'indigénat à Goa, au Cap-Vert et il fut abrogé à Timor en 1953 ; et à São Tomé seulement à la fin de la période étudiée (1946, abrogé en 1953²⁶). Il ne faut pas en négliger les raisons psychologiques – une certaine admiration pour les civilisations asiatiques et la reconnaissance de la « catholi-

23 Cette période est très certainement celle de la plus forte aggravation du travail forcé. En effet, la législation de 1926-1929 avait été en pratique entravée par la crise mondiale de 1929-31 qui avait fait baisser la demande en travailleurs indigènes par manque de débouchés pour les matières premières coloniales, et par le strict monétarisme de l'Estado Novo empêchant tout investissement aux colonies. À partir de 1936-38, on discerne à nouveau un certain dynamisme économique colonial ; ensuite, la Seconde Guerre mondiale non seulement créa une opportunité de forte production coloniale dans l'Empire resté neutre, mais permit aussi que, loin de l'attention des milieux libéraux, soient promulguées et appliquées certaines des pires circulaires, dont des « circulaires confidentielles non écrites », en faveur du travail forcé. Le voyage aux colonies de M. Caetano en 1945 n'y changea rien et en 1947, ces circulaires abominables (autorisant quasiment les rafles d'Africains) furent confirmées. C'est seulement au cours des années 1950 que le travail forcé, toujours en vigueur, commença un lent déclin, prenant souvent la forme d'un travail salarié saisonnier (quoique largement contraint). Il fut légalement supprimé en 1962 (promulgation du Code du travail rural), un an après la révocation du Statut indigène de 1954 (*cf. infra*). Mais on discerne encore, par exemple dans le Nord cotonnier mozambicain, des formes de travail forcé jusque vers 1965.

24 J'appelle « métissage officiellement reconnu » celui qui est pris en compte par l'état civil. De nombreux enfants métis non reconnus par leurs pères portugais étaient indigènes. On peut donc probablement doubler les statistiques officielles relatives au métis pour mesurer le métissage réel, mais même ainsi, il reste infime et à 50 % non pris en compte.

25 Voir note 23.

26 Cette instauration tardive fut entièrement due à la crise du recrutement de main-d'œuvre forcée car les administrations coloniales de l'Angola et du Mozambique ne voulaient plus envoyer leurs indigènes dans l'archipel, ayant à faire face à une demande fortement croissante dans leurs propres colonies. Cela entraîna d'ailleurs la révolte du Batepá quand le gouverneur essaya d'imposer le travail forcé aux Forros, notamment pour les travaux du port.

citée » historique de ces peuples, notamment. Mais outre que les enjeux étaient infimes (Cap-Vert, pays sans guère de grandes plantations), ou à l'inverse délicats (São Tomé), il aurait été impossible d'imposer le travail forcé à proximité d'un hinterland britannique qui ne le pratiquait plus (Goa), ou dans une situation sans occupation réelle du territoire (Timor), ou pour des raisons géopolitiques évidentes (Macao). L'Asie, si importante dans le mythe des Découvertes, ou même le Cap-Vert, sont des exceptions qui confirment la règle : le colonisé est essentiellement un indigène – et même quand il ne l'est pas, ou pas tout à fait (Cap-Vert, São Tomé) d'autres formes d'infériorisation sont imposées.

Un flou, et diverses erreurs, marquent ensuite, dans l'ouvrage, la périodisation. Premièrement, PFM nous dit que « [as] classificações raciais mantiveram-se pelo menos até aos anos 50 » (p. 156). Cela est pour le moins un euphémisme puisqu'elles se sont maintenues *intégralement* jusqu'en 1961 (révocation du Statut indigène) si ce n'est, partiellement, plus tard (*cf. infra*) et que les *Sindicatos nacionais* accrurent leur pression tout au long des années cinquante pour empêcher l'« intromission des indigènes » dans les « métiers classifiés »²⁷. Le flou devient carrément erreur quand PFM ne date pas de manière correcte le début ou la fin de l'indigénat.

Ainsi, pour souligner « esta contradição entre igualdade defendida e desigualdade manifestada », elle rappelle en conclusion la différence de traitements des colonisés selon les colonies :

« Os nativos de Angola, Guiné e Moçambique tinham o estatuto de "indígenas" desde o Acto Colonial (1930), enquanto os de São Tomé e Príncipe e Timor adquiriram esse estatuto em 1946. Por seu turno, os de Cabo Verde, Macau e Índia não chegaram a adquirir tal estatuto e foi-lhes reconhecida desde sempre uma posição social mais elevada. » (p. 250)

Outre que la situation statutaire des Capverdiens, sans relever officiellement de l'indigénat, était suffisamment précaire pour permettre des envois contraints et massifs vers São Tomé au cours des années 1940 (o « caminho longo » des chansons de la *sodade crioula*), la date de 1930 est tout à fait erronée et le reste mériterait d'être précisé.

Si la codification de l'assimilation, comme on l'a rappelé, est effectuée entre 1917 et 1928 (de toute manière nettement avant 1930), le statut d'indigène existe bien avant. Il se met en place par touches successives dès la fin de l'esclavage, pour le remplacer – même s'il est erroné de considérer que le travail forcé est une simple suite de l'esclavage²⁸. Suite à la suppression de l'esclavage en 1869 sous l'impulsion de Sá da Bandeira, mais qui maintint les anciens esclaves comme « libertos » astreints à servir les mêmes maîtres jusqu'au 29 avril 1878, le Regulamento dos Serviçais e Colonos nas províncias da África portuguesa du 21 novembre 1878 vint donc s'occuper du sort des Africains qui auraient dû accéder à la pleine liberté. De fait, ce « Règlement » préfigure le Regulamento do trabalho indígena de 1899, inspiré par António Ennes et partiellement reformulé en 1909, 1911 et dans le

27 M. CAHEN, « Corporatisme et colonialisme... », *op. cit.* Les patrons blancs avaient intérêt à embaucher des indigènes qualifiés, qu'ils payent bien moins, accroissant les tensions sur le marché du travail de petits blancs. Or avec l'urbanisation, le nombre de ces « indigènes qualifiés » augmentaient sensiblement au cours des années cinquante.

28 Du point de vue des conditions de travail, le travail forcé pouvait n'avoir rien à envier à l'esclavage – y compris avec des formes de traite comme l'exportation de main-d'œuvre contrainte du Mozambique et d'Angola vers São Tomé, mais il ne s'agit pas moins d'une considérable mutation dans le mode de production. Le travail forcé repose sur le maintien en l'état d'une société africaine traditionnelle vers laquelle on peut renvoyer périodiquement les Africains astreints au travail forcé, alors que l'esclave les en extrait définitivement. Le travail forcé est une forme d'articulation des modes de production (entre mode de production domestique et capitaliste) alors que l'esclavage est en tant que tel un mode de production.

Regulamento Geral de 1914²⁹, et au sein desquels le concept d'indigénat est clairement présent (dès 1899), même s'il n'est pas codifié comme il le sera en 1928. Ensuite, PFM écrit que « O "estatuto" de "indígenas" [...] ainda se manteve até 1954 » (p. 157). Or en 1954, le Statut indigène de 1928-29 est effectivement révoqué, mais pour être remplacé par un nouveau Statut indigène encore bien plus ségrégatif³⁰ ! On peut même considérer qu'il s'est agi du dernier « effort archaïsant » de l'administration coloniale portugaise. Là où le Code de 1928 considérait indigènes les gens de « raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum daquela raça », celui de 1954 disait désormais « ... que não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses ». D'autres articles aggravaient les conditions à franchir pour obtenir l'assimilation (par exemple, selon l'alinéa b de l'article 56, il ne fallait plus simplement savoir « parler portugais », mais « falar *correctamente* a língua portuguesa ») et naturellement les seuls juges de l'aptitude à franchir ces conditions étaient les agents locaux de l'État portugais. Enfin, l'assimilation devenait strictement individuelle sans égard à la situation des ascendants (article 2) : de la sorte, le fils d'un ascendant assimilé était... indigène jusqu'à 18 ans et devait donc demander à son tour son assimilation. Mais tant qu'il était indigène, il devrait donc aller à l'école pour indigènes, être astreint au travail forcé (dès 15 ans), ce qui compromettrait évidemment son effort d'assimilation³¹. Il s'agissait très clairement d'empêcher que des Africains « détribalisés » et urbanisés, ayant donc rompu avec le « comum daquela raça [negra] » au sens de 1928, ne puissent demander l'assimilation et se voir accorder la citoyenneté, le droit d'entrer dans les *Sindicatos nacionais* et de venir y concurrencer les travailleurs blancs. De plus, selon le § unique de l'article 1, le statut de l'indigène devait être respecté « em qualquer parte do território português onde se ache o invíduo que dele goze » [sic], donc y compris en métropole ! Prévenait-on par là les conséquences d'un début d'immigration africaine ? La période de 1951 (« reprovincialisation » intégrationniste des colonies) à 1959-61 (quasi-échec du 1^{er} plan de développement) est certainement celle où le décalage devient criant entre une administration portugaise immobile et les administrations coloniales des autres pays qui entrent dans la réforme pré-décolonisatrice. La paralysie idéologique est patente quand on voit que le Statut de 1954 reprend encore inchangée la notion « raça negra » de 1928. La situation ne changera qu'en 1961 et dès lors les anciens indigènes seront qualifiés d'*autóctonos*, mais sans qu'une codification statutaire aussi rigide ne soit accollée à cette qualité. Mais elle survit au moins partiellement. . .

Jusqu'à la fin, le dualisme juridique et idéologique

En effet, même si on déborde ici des bornes chronologiques définies par PFM pour son ouvrage, il vaut la peine d'examiner, surtout sur le plan idéologique, la phase réformatrice de 1961-62. D'un certain point de vue, ne peut-on considérer les réformes d'Adriano Moreira en 1961-62 comme *incohérentes* avec l'idéologie d'inégalité inhérente à la coloni-

29 Décret 951 du 14 octobre 1914.

30 *Estatuto dos indígenas portugueses das Províncias da Guiné, Angola e Moçambique*, approuvé par le décret-loi n° 39 666 du 20 mai 1954.

31 À mots naturellement couverts, Adriano MOREIRA critiqua ce nouveau Statut dès 1955 dans *Administração da justiça aos indígenas*, Lisbonne, Agência geral do Ultramar, 1965, 280 p. : notamment pages 21 et 29.

sation ? La suppression du Statut indigène en 1961, puis du Code du travail indigène en 1962 n'allaient-elles pas vers plus d'égalité ? Certainement, mais très partiellement. Que l'on considère ces nouvelles législations comme le fruit du début des luttes armées anticoloniales (1961) ou la conséquence de la crise de l'économie coloniale discernable dès la fin des années 1950 et de la prise de conscience de réformes nécessaires prônées par une partie du patronat portugais et certaines élites intellectuelles de la Situation, ce furent des législations de la crise finale de la colonisation – même si le législateur n'en eut alors pas conscience. Mais ce furent des législations encore *intermédiaires*. En effet, l'État colonial portugais n'y parvint nullement à une conception idéologique unifiée du droit. Le nouveau « Code du travail rural » était encore un code destiné spécifiquement aux Africains – qu'ils soient « ruraux » ou, malgré son nom, urbains –, mais cette fois-ci définis seulement en fonction de leur situation sociale, et, pour tout dire, de classe – en fonction de la nature du travail qu'ils effectuaient –, sans mention de « race » ou de « couleur » :

« Art. 3.º – 1. Consideram-se trabalhadores rurais os trabalhadores manuais *sem óficio definido* ocupados em actividades ligadas à exploração agrícola da terra e recolha dos produtos ou destinadas a tornar possível ou a assegurar aquela exploração. 2. Para efeitos de aplicação do presente código, são equiparados aos trabalhadores rurais, sempre que não haja regulamentação específica aplicável, aqueles trabalhadores cujo serviço se reduza à simples prestação de mão-de-obra, *não sendo*, pela natureza do serviço, *classificados em quaisquer categorias de empregados ou operários especialmente qualificados...* » [souligné par moi, MC]³²

L'eurocentrisme de la définition est éclatant : les Africains s'adonnant aux diverses activités paysannes traditionnelles sont « sem óficio definido » ; sont considérés « équivalents » aux ruraux tous les travailleurs urbains ou industriels sans « classificação » dans des métiers « especialmente qualificados ». Or, dans la législation corporative coloniale, les métiers « classifiés » étaient ceux dans lesquels on ne pouvait pénétrer que munis de la carte du *Sindicato nacional* de ladite branche, réservé aux Blancs, métiers « officiels » et Noirs assimilés. La suppression de l'indigénat, permettant aux anciens indigènes devenus « autóctonos », d'« opter pour le droit écrit » (portugais) par simple déclaration, diminuait certainement la barrière juridico- raciale, mais force est de constater que demeurèrent jusqu'à la fin de la période coloniale deux Droits du travail distincts, avec évidemment des rémunérations fort divergentes, pour les deux catégories de la population³³.

32 MINISTÉRIO DO ULTRAMAR, *O trabalho nas Províncias ultramarinas. decretos n° 44 309 e 44310, de 27 de Abril de 1962, aprovando o Código do Trabalho Rural e alterando a estrutura dos Tribunais do Trabalho no ultramar*, Lisbonne, Agência-Geral do Ultramar, 1962, 182 p. : 16)

33 J'avais analysé en détail les caractéristiques « socio-raciales » et idéologiques de la législation du travail colonial, spécialement pour le cas mozambicain, dans mon article « Corporatisme et colonialisme : approche du cas mozambicain (1933-1979) », *Cahiers d'Etudes Africaines* (Paris, EHESS), XLII, 1983 : 383-417 et XLIII, 1984 : 5-24. La connaissance de cette étude aurait évité à PMF les erreurs factuelles mentionnées. Pour l'Angola, on peut se reporter à la thèse de mestrado d'Elizabeth Ceita Vera Cruz, *O Estatuto do indigenato e a legalização da discriminação na colonização portuguesa. O caso de Angola*, [Coimbra], Novo Imbondeiro, 2005, 192 p. (« Estudos e documentos », [13]) même si cette étude contient certaines limitations (pas de statistiques démontrant les effets de la législation de la discrimination, et guère d'étude des milieux sociaux issus de cette discrimination). Un peu trop dans le style « dénonciation militante » (est-ce encore vraiment nécessaire ?) et plus centré sur la Guinée-Bissau mais abordant aussi l'idéologie coloniale dans l'ensemble de l'Ultramar, on peut lire Mário MOUTINHO, *O indígena no pensamento colonial português, 1895-1961*, Lisbonne, Edições universitárias lusófonas, 2000, 264 p. Sur les milieux sociaux africains produits par l'indigénat au XX^e siècle se reporter à la remarquable thèse de Christine MESSIAUT, soutenue en 1983 et enfin publiée, 1961. *L'Angola coloniale, histoire et société. les prémices du mouvement nationaliste*, Bâle, P. Schlettwein Publishing, 2006, 444 p. Sur la question du travail forcé, signalons la collection organisée par le CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO, *Trabalho forçado africano. I. Experiências coloniais comparadas*, Porto, Campo das letras, 2006, 576 p. ; *Trabalho forçado africano. II. Articulação com o poder político*, Porto, Campo

L'imaginaire de la Nation-Empire

Le chapitre III aborde une question absolument fondamentale, à savoir le lien indissociable entre « exhibir o império » et « imaginar a nação » (p. 161). Quand le Portugal participe à de grandes expositions universelles ou coloniales à l'étranger, ou lorsqu'il en organise chez lui, il accorde certes une grande importance à ce que des Européens d'autres nations les visitent et puissent constater la conformité de l'empire colonial portugais aux « réalisations les plus avancées » en terme de colonisation... Mais ce Portugal se parle alors avant tout à lui-même, comme le montre d'ailleurs le fait que, alors que les expositions coloniales (ou partiellement coloniales) perdent en importance après 1931, le Portugal va organiser la plus importante encore en 1940, entourée de divers « Congrès », alors que la Seconde Guerre mondiale a déjà éclaté (p. 167). Les nombreuses pages qui sont consacrées à décrypter ces expositions montrent surtout que, mis à part le décalage temporel perceptible, il y a une extraordinaire similitude des thèmes et des procédés dans toutes ces expositions européennes. Certes, chaque pays a son contexte et la France, même sans tenir compte de sa situation de guerre, n'avait pas un double pluricentenaire à fêter en 1940 (fondation en 1140 et ladite restauration de l'indépendance en 1640). Il n'empêche que l'exposition des « Mondes portugais » de 1940 montra à satiété comment la problématique impériale était totalement intégrée à l'idée même d'une nation encore inimaginable indépendamment de l'Expansion (pp. 204-220). Il s'agit donc bien de nation et pas seulement d'Estado Novo. PFM a raison d'insister, à propos de l'Exposition de 1940 et des autres initiatives du double multicentenaire de 1940, sur le fait que

« apesar do objectivo ideológico e político que tinha por detrás, as comemorações conseguiram reunir pessoas vindas de várias áreas e quadrantes, no âmbito intelectual e artístico, com posições políticas diametralmente opostas. Figuras como Jaime Cortesão e Norton de Matos, por exemplo, participaram aos "Congressos", uma vez que as suas posições republicanas democráticas assinalavam a componente colonial do nacionalismo português, aliás como todo o republicanismo. Além disso, a exposição foi elogiada pela crítica, mesmo por leituras da oposição³⁴. » (p. 207)

Allant plus loin dans l'analyse, PFM remarque cependant quelques problèmes dans le rapport à l'histoire coloniale. D'une part, sous l'impulsion de António Ferro, grand maître de la propagande salazariste, l'Expo de 1940 promut les modernistes, réussissant la participation « de bom grado num evento promovido por um Estado tão conservador » de divers artistes modernistes, justement au nom d'un engagement nationaliste transcendant le régime, d'autre part en revanche la section coloniale de l'Exposition ne fait apparaître nulle vision moderniste, ni dans l'architecture de ses bâtiments, ni dans son contenu... Par ailleurs, dans le pavillon de l'autre colonie, le Brésil, inauguré par Getúlio Vargas, « surgiu um Brasil do presente, apresentado como uma síntese luso-brasileira, não havendo referência ao elemento africano » (p. 209). On voit que même au Brésil, et surtout dans la manière dont le Brésil avait imaginé se présenter au Portugal, le lusotro-

das Letras, 2007, 300 p.

34 À propos de cette « large union nationale » autour d'une exposition, on a ici tellement envie de faire la comparaison avec l'Expo'98 à Lisbonne, applaudie de la droite la plus ferme à la gauche la plus radicale, malgré son fort relent de lusotropicalisme, malgré que le thème des Océans fut chanté sous tous les angles, *sauf celui de l'esclavage*... Cf. M. CAHEN, « L'Expo'98, le nationalisme et nous », et Judith MANYA, « La vie quotidienne à Lisbonne au temps de l'Expo'98 », *Lusotopie* (Paris, Karthala), 1998, respectivement : 11-19 et 633-637.

picalisme n'était pas encore forcément la pensée la mieux partagée... Il faut dire qu'il fallait faire une impasse gigantesque sur le rôle de l'esclavage dans le peuplement de la grande colonie.

PFM analyse ensuite le contenu idéologique de la section coloniale, et notamment l'approche des peuples africains qui transparait de la présentation conçue par Henrique Galvão, commissaire de la section coloniale et célèbre futur opposant. Elle y dénote le même anachronisme dans la présentation des « raças » et des « côres ». Aux côtés des individus de « raça branca » et « raça mixta », la « raça preta » se divise, en Angola, selon « a côr da pele », en « tipo » bantou et bochiman et les Bantous eux-mêmes se subdivisent en sous-type « negro quási retinto », « bronzeado », e « castanho claro », etc. (p. 215). Intriguée à juste titre, PFM se demande « quais terão sido as fontes de Galvão, se conhecia todos os territórios de que falou, ou em que se baseou » (p. 215).

Je crois qu'elle n'insiste pas assez sur une réalité massive, qui est l'ignorance. J'avais noté dans des travaux antérieurs, que c'est seulement en 1960 que l'administration coloniale réussit à établir une stratification ethnique un tant soit peu réaliste dans les colonies. Au Mozambique, le premier recensement qui présente des statistiques ethniques est celui de 1950, l'échec ayant été total pour celui de 1940 tant les administrateurs locaux avaient répondu aux enquêtes des services des Affaires indigènes sur les groupes ethniques par des indications du genre « raça preta », ou « landim » ou de simples noms de lieu³⁵.

« Racialisme » et culture nationale

La conclusion de l'ouvrage commence par la constatation que « as teorias raciais que circularam no campo intelectual – em particular entre finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX – foram influentes em Portugal » (p. 249). On est forcément d'accord et l'important est de remarquer que ces « théories » ont été portées tant par des hommes politiques que par des anthropologues et autres intellectuels. On retrouve néanmoins ce qui me semble être une faiblesse, déjà évoquée, dans la compréhension des productions idéologiques, quand PFM écrit que le Portugal étant un pays colonial, « algumas dessas teorias foram aplicadas às "populações nativas" do "ultramar", procurando assim justificar o poder que se estava a tentar exercer sobre elas » [souligné par moi] (p. 249). On a donc toujours l'impression diffuse d'une préexistence de « ces théories » que l'on « applique ensuite », et que c'est en fonction d'elles que se conquiert, s'occupe, s'organise et s'exploite l'Outre-mer. Bien entendu, les idées raciales se manifestent, dans le discours colonial, comme justification – au sens de fondement idéologique –, de la colonisation, mais elles ne préexistent pas à ce que l'on souhaite entreprendre dans le futur proche. Je veux dire par là que les « théories raciales » et la colonisation sont deux manifestations certes distinctes et qui ont leur autonomie de développement les unes par rapport à l'autre, mais elles sont partie prenante du même moment historique dans les sociétés européennes passées au capitalisme. Si des théories raciales sont consciemment développées ou utilisées au Portugal et ailleurs en cette période historique, c'est que l'idéologie, par définition inconsciente, de la société, le permettait, voire l'exigeait.

³⁵ Voir notamment la partie intitulée « L'ignorance comme paramètre », aux pages 224-231 de mon article « Mozambique : histoire géopolitique d'un pays sans nation », *Lusotopie* (Paris, L'Harmattan), 1 (1-2), 1994 : 213-266.

PFM fait maintes fois remarquer dans son livre que ces théories raciales et, plus largement, colonialistes, étaient un bien largement partagé entre salazaristes et républicains. Il aurait été intéressant du reste de disséquer le discours colonial de Norton de Matos, candidat de l'opposition aux élections présidentielles de 1949, et comment le parti communiste portugais qui le soutint après quelques hésitations dût abandonner la quasi-totalité de son programme anticolonial. Cependant, on l'a déjà noté, ce n'est pas aux événements politiques que PFM a accordé la priorité, mais bien plus aux représentations matérielles ou aux courants intellectuels – d'où l'absence d'analyse du discours colonial, par exemple, au cours de cet épisode important. Dont acte. Cependant, elle note la grande proximité républicaine et salazariste en matière coloniale : alors, il aurait fallu aussi noter ce qu'il en est dans l'opposition de gauche (anarchistes, socialistes et surtout parti communiste portugais). Même sans engager une recherche spécifique sur ce thème, elle aurait pu utiliser la bibliographie existante pour montrer que l'idéologie impériale (et même « racialisiste ») est, au Portugal peut-être plus qu'ailleurs en Europe, une idéologie nationale et que même le parti communiste portugais des années 1920 aux années 1950 y sacrifie souvent en tant que parti national³⁶. Un autre aspect de la même question nationale est le lien entre le mythe d'une colonisation non raciste et celui d'un Portugal au sein duquel aucun racisme ne s'exprimerait jamais – encore bien vivant aujourd'hui³⁷.

* * *

La loi du genre dans une telle recension critique est naturellement d'accorder beaucoup d'espace aux questions qui semblent devoir être les plus discutées, ou contestées. Celles qui « ne posent pas de problème », sont donc moins présentes, et ici elles représentent pourtant l'essentiel du livre ! Les nombreuses discussions tentées, les quelques contestations exprimées, les quelques failles bibliographiques regrettées, ne doivent donc pas altérer la vision d'ensemble de l'ouvrage : on dispose désormais, en langue portugaise, d'une importante étude sur le contenu idéologique des expositions coloniales portugaises ou auxquelles le Portugal a participé, et de leur lien aux courants intellectuels depuis le XIX^e siècle. Souhaitons donc que, peut-être remaniée, cette « thèse de mestrado » soit rapidement traduite en anglais et en français afin que soit plus efficacement versé au pot commun de la recherche sur la colonisation européenne cet apport très bien venu.

29 janvier 2008
Michel Cahen

³⁶ Par exemple, Judith Manyà, *Le parti communiste portugais et la question coloniale (1921-1974)*, thèse de sciences politiques, Bordeaux, Institut d'études politiques, déc. 2004, 758 p. (Prémio Fundação Mário Soares 2005).

³⁷ João Filipe MARQUES, « "Les racistes, c'est les autres". Les origines du mythe du «non-racisme» des Portugais », *Lusotopie* (Leiden, Brill), XIV (1), 2007 : 71-88. Cet article reprend une thèse soutenue à Paris par le même auteur, professeur à Évora : *Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, Paris, Ehes, 2004 (sous la dir. de Dominique Schnapper).

Resposta a Michel Cahen

Patrícia Matos*

p 165-167

O presente texto visa tecer alguns comentários e contrapor ou esclarecer melhor alguns dos pontos da recensão atenta e cuidada que foi elaborada por Michel Cahen sobre o meu livro, intitulado *As “Côres” do Império: Representações Raciais no “Império Colonial Português”*, publicado pela Imprensa de Ciências Sociais em 2006. Por outro lado, pretende abrir um diálogo profícuo e clarificar ou contextualizar algumas das opções que fiz ao longo da realização deste trabalho.

Em primeiro lugar, considero que Michel Cahen fez uma análise pormenorizada e extensa do livro, o que é, de facto, muito raro no âmbito de uma recensão crítica, excedendo esse âmbito estrito e constituindo um ponto de partida para outros debates que o livro possa inspirar e/ou desencadear.

No entanto, em meu entender, não me pareceu que na sua recensão desse grande destaque a um dos aspectos distintivos do livro e que é a análise de diversos materiais (textos, imagens, filmes, sons, exposições, publicações periódicas, documentação publicitária, programas universitários, livros escolares, entrevistas, etc.) tendo como objectivo analisar as mensagens diferentes que foram elaboradas para públicos distintos em termos sócio-económicos, etários, geográficos, entre outros. Por outro lado, o tipo de materiais por mim analisados é semelhante ao existente em outros trabalhos relativos ao contexto colonial belga, francês e inglês, mas alguns desses materiais são inéditos, ou pouco conhecidos e trabalhados no contexto português.

Tendo em conta os objectivos gerais do trabalho, os aspectos políticos, jurídicos e legislativos surgem no texto muitas vezes apenas com o intuito de contextualizar a minha análise, sem serem, de facto, os objectos deste estudo. Da mesma forma, neste trabalho não há lugar para fazer distinções entre todas as forças da oposição que existiam, estando

* Instituto de Ciências Sociais/U. Lisboa

algumas ainda por estudar. O Arquivo do Partido Comunista Português, por exemplo, tem vários documentos desconhecidos do público, que não foram ainda descobertos ou analisados, estando alguns a ser presentemente reunidos e organizados.

Considero interessantes os comentários de Michel Cahen na sua análise pormenorizada do “estatuto do indígena”, o que constitui, de facto, um contributo importante para o conhecimento acerca do assunto. No entanto, sob o meu ponto de vista, esta questão acaba por ter um peso demasiado grande no conjunto total da recensão. A referência ao “estatuto de indígena” é fundamental no contexto analisado e no meu livro abordo o estatuto que vão tendo os habitantes do “império português” desde os finais do século XIX até aos anos 60 do século XX. Contudo, por razões que se prenderam com a falta de espaço (tive de cortar várias páginas da minha tese e excluir uma boa parte da sua bibliografia inicial), e com a necessidade de me centrar nos objectivos principais deste estudo, eu não desenvolvi com minúcia a questão do indigenato. Para abordar esta questão utilizei vários livros de historiadores conceituados do período do Estado Novo e algumas fontes de legislação como o Código do Trabalho dos Indígenas de 1928 e os trabalhos de Silva Cunha (que tem várias edições e reedições sobre o trabalho indígena, o regime jurídico, etc.). Por outro lado, também a análise dos censos não constituiu uma prioridade. No entanto, são, de facto, materiais com importantes fontes de informação e poderão vir a ser analisados futuramente.

Outro aspecto importante a referir é que o meu livro não foi escrito propriamente para ser lido por partes, mas sim todo ele e procurei não fazer repetições ao longo do texto. No meu texto eu não digo, pura e simplesmente, que o estatuto de indígena de 1926 que vigorou até 1954, quando foi substituído por outro, deixou de existir nessa data (ver a página 11 da recensão). É sabido que ele só foi abolido em 1961, como refiro na página 65 e 159 do livro. O que eu quis dizer na página 157 é que esse estatuto que vigorou até 1954 era o de 1926 (que sofreu, como referi também, alterações sucessivas). Continuando a ler o texto poderá perceber-se quando ele é finalmente abolido, ou seja, em 1961. Por outras palavras, eu refiro no livro qual foi o período do indigenato (1926-1961) em várias páginas, e sobretudo na página 65, porém tal pode não ter ficado claro em todas as ocasiões em que me dirijo a este assunto.

A propósito do que Michel Cahen escreve acerca de ideologia e “raça” nas páginas 8 e 15 da sua recensão, gostava de dizer que, como eu exponho no livro, é de facto o sentimento “racista” ou a vontade ou a necessidade de discriminar negativamente que leva à invenção da raça e à “criação” do “indígena” no contexto colonial. Por outro lado, são sobretudo as “cores” (cor da pele) que inspiram a discriminação com base na “raça”. Como refere Yves Léonard, “a sociedade colonial de forma piramidal daí resultante dividia-se entre ‘civilizados’ - eles mesmo repartidos entre brancos, mestiços e os raros negros ‘assimilados’ - e ‘indígenas’, segundo uma hierarquia estabelecida teoricamente em função da raça, da cor da pele, do nível social ou mesmo do nascimento” (“O Império Colonial Salazarista”, *In* Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 1999, *História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 17).

De resto, só tenho a agradecer as sugestões e concordo com Michel Cahen quando diz que a diferenciação entre “indígena” e “não indígena”, fundamentada legalmente pela noção de “trabalho forçado” ou “obrigação moral do trabalho”, poderá ser tanto ou mais discriminadora do que a hierarquização entre as supostas “raças” (ver a página 8 da recensão). Contudo, o que pude verificar em vários textos é que a “raça”, enquanto determinante

biológico, foi no contexto que analisei considerada como tendo um papel crucial e decisivo para poder habilitar ou anular uma pessoa, mesmo que ela se tornasse assimilada. Eu entrevistei um ex-chefe de posto em Angola que deu uma bofetada ao rei do Congo, porque para ele tratava-se de um “preto qualquer” e todos os “pretos” eram para ele seres inferiores. Por outro lado, em alguns casos, os discursos sobre os assimilados podem revelar-se ainda mais discriminatórios, sendo eles muitas vezes ridicularizados, paradoxalmente, pelo facto de já se encontrarem perto dos “brancos” (pelo seu modo de falar, vestir, andar, entre outros aspectos).

Pelo que pude ler para a realização deste trabalho, apesar de todos os discursos, e reformulações dos mesmos ao longo do tempo, acerca de quem era ou não “indígena”, verifiquei que, frequentemente, em contextos menos filtrados ou em textos de pessoas menos informadas (a ignorância que Michel Cahen refere na página 15 da recensão), como alguns dos discursos dos missionários, ou uma parte dos textos que fazem parte dos catálogos das exposições, essa distinção não é feita e as pessoas autóctones dos espaços além-mar administrados por Portugal eram designadas geralmente, e simplesmente, por “indígenas”. No entanto, considero que estes materiais (e outros a que dou destaque no livro), ainda que possuam um filtro pouco apurado, foram os mais lidos e conhecidos pela grande massa de portugueses da metrópole (tendo em conta a percentagem de iletrados que o país possuía) e foi através deles que foram transmitidas ideias, conhecimentos e preconceitos acerca do “império” e das suas populações autóctones.

A propósito das classificações raciais gostava de esclarecer que quando estou a falar na página 156 do livro destas classificações, que duraram até aos anos 50 do século XX de forma explícita (ver as páginas 11 e 13 da recensão), estou a referir-me às que incluíam discriminação negativa de pessoas, um tipo de discriminação que após a Segunda Guerra Mundial, embora essa ideia não tenha sido logo assimilada, passou a ser censurada e censurável. Posteriormente, as discriminações continuaram, mas de uma forma mais mascarada, ou subtil, sendo atribuídas outras formas de nomeação, ou ocorrendo sobretudo em contextos mais domésticos.

Para concluir, gostava de dizer que, apesar de eu ser antropóloga, tenho estudado um contexto que necessita de ser bem contextualizado historicamente e acho fundamental que um trabalho deste género seja rigoroso desse ponto de vista. Por essa razão recorri, sempre que possível, às fontes originais e procurei cruzar algumas informações provenientes dos textos, e de outros documentos não publicados, com as entrevistas por mim realizadas. Além disso, e não menos importante, creio que o facto de manter e cultivar o diálogo entre a antropologia e a história poderá ser proveitoso para ambas as disciplinas e para os seus praticantes.

Aquino de Bragança, “um intelectual orgânico da independência”

Augusto Nascimento*

p 169-173

Em 23 e 24 de Setembro de 2009, o Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane (CEA) organizou em Maputo um colóquio em homenagem a Aquino de Bragança, um “intelectual orgânico da independência” de Moçambique. O tema do colóquio era “Como fazer Ciências Sociais e Humanas em África: Questões Epistemológicas, Metodológicas, Teóricas e Políticas”¹

Na conferência inaugural, Boaventura Sousa Santos estabeleceu paralelismos entre o Centro de Estudos Africanos da UEM e o Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, cujas géneses e trajetórias em época de intensas transformações políticas e sociais de algum modo suscitam a questão “o que significa ser um bom cientista social?” A resposta passa pela avaliação do contexto em que se produz conhecimento social. A partir desta premissa teórica, criticou a ausência da consideração da realidade nas abordagens – para o autor, pseudo-científicas – assentes na prescrição de um receituário mais ou menos uniforme para as diversas realidades.

Tais questões foram relacionadas com as práticas científicas no contexto do pós-independência moçambicano. Parte da discussão superveniente versou a singularidade dos processos políticos e, inevitavelmente, da prevalência do “marxismo” em Moçambique. O processo de transição para a independência surpreendia os mais ortodoxos (conquanto bem intencionados) nacionalistas africanos, adeptos da cartilha marxista, para quem não existiam noções como, por exemplo, semi-periferia e, menos ainda, para aplicar ao Portugal colonialista ou à África do Sul do apartheid. Porém, as várias considerações sobre a singularidade do processo moçambicano terão permitido na altura (como permitem agora) reclamar uma diferença relativamente a outras transições revolucionárias e, bem assim, ao receituário do ideário marxista².

* Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa; colaborador do CEAUP e do CEA do ISCTE.

1 Realizado em Maputo com o apoio do CODESRIA e do IPAD, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

2 O facto de tais asserções remeterem para premissas teóricas e epistemológicas aceitáveis não deve elidir a sua inspiração política. Tais asserções não deixavam de instituir um espaço de ambiguidade que também acabava por ter a função de sacudir pressões associadas a juízos (julgados inoportunos) sobre a evolução da sociedade moçambicana no pós-independência. E sobre África em geral.

Apesar da aspereza das condições políticas, mormente após a realização do congresso da FRELIMO de 1977, a partir do qual se cerceou o debate político, o CEA terá permanecido como um espaço de liberdade de discussão científica (alvitrar-se-á, ao tempo a fórmula possível de expressão de dúvidas políticas). A esta distância, mesmo quando se encare tal juízo acerca do CEA com cepticismo, compreende-se que muitos investigadores moçambicanos, e não só, lembrem o CEA com afecto, porquanto ele foi o berço de muita da investigação deles sobre Moçambique. Várias comunicações – por exemplo, de Luís Filipe Pereira, Isabel Casimiro, Paula Menezes e Teresa Cruz e Silva – lembraram e, a seu modo, celebraram o CEA e a figura de Aquino de Bragança, a quem, naquele contexto de fechamento político, se ficou a dever a abertura para o debate e, mais concretamente, a ideia de que o marxismo devia partir da história e da realidade.

A comunicação de Carlos Dias Fernandes, tributária de uma tese de doutoramento em elaboração, versava especificamente a trajectória do CEA. Na sua perspectiva, pelo seu engajamento político, o CEA privilegiava a investigação “aplicada”, desvalorizando, infere-se, o saber fundamental e a dimensão histórica³. A investigação do CEA pautava-se por um sentido de actualidade, até mais, de urgência, induzida pelo engajamento político na libertação nacional. A par disso, a pesquisa primava pelo carácter colectivo⁴. A *questão rodesiana* foi a obra paradigmática desse momento⁵. Dá que pensar que se tenha estipulado oito meses para produzir *O mineiro moçambicano* e que esse lapso temporal tenha sido considerado um luxo. Tempos que, todavia, alguns lembraram com saudade. De uma geração mais nova, Carlos Dias Fernandes sustentou que o CEA, tendo começado por subordinar as suas prioridades de investigação à agenda política, acabou por questionar os dogmas políticos – tendo, por exemplo, duvidado das grandes machambas estatais e conferido importância à produção camponesa – que espartilhavam o labor científico. Essa intenção de rasgar horizontes inspirou a criação da Oficina de História. Contudo, nem por visar resgatar a história nacional a Oficina de História se perfilou como um projecto consensual no CEA. Desde logo por se pretender basear na história oral.

A reivindicação de um marxismo diferente em Moçambique – com que se tentava rejeitar o espartilho dos alinhamentos da Guerra-Fria – parece ressoar na actual reivindicação de uma ciência africana que forje o seu aparato teórico e metodológico. Parece igualmente ecoar na rejeição de uma “ciência hegemónica” que se demite da compreensão dos objectos que pretende querer estudar.

Dos múltiplos apontamentos sobre Aquino de Bragança, realce-se o de Elísio Macamo, para quem Aquino como que escapava à desconfiança com que o poder político encarava os intelectuais. Lembrando o axioma de trabalho de Aquino, o de partir sempre da realidade em que se vive, Elísio Macamo defendeu os “estudos africanos”, produto da interacção de disciplinas sistemáticas com os estudos regionais, uma imbricação com potenciais virtudes no tocante à própria renovação das disciplinas. Os “estudos africanos” são um tema de incontornável e inesgotável controvérsia, quanto afinal o será também, aven-

3 Ainda hoje se observa a desvalorização da história mais remota em favor da das épocas mais recentes, a saber, a da história do colonialismo e, daí, a da forja do Moçambique actual. A par desta tendência, e embora por razões muito diversas, também a investigação aplicada – e, sobretudo, a consultoria – levam a melhor sobre a investigação fundamental.

4 Será interessante saber até onde Carlos Dias Fernandes levará o escrutínio das relações de poder e das clivagens pessoais e grupais subjacentes ao dito carácter colectivo da pesquisa. Esperemos pelos seus contributos para a reflexão sobre as relações entre instituições e a produção científica em diferentes contextos políticos e sociais.

5 Na esteira de perguntas e respostas sobre a pertinência da “nacionalidade” dos investigadores ou, mais decisivo, da investigação, foi dito que, ao tempo, a África Austral ou a *questão rodesiana* eram uma questão nacional.

tou Macamo, a ideia de “epistemologias do sul”⁶. Sugestiva a sua ideia do conhecimento enquanto parte do processo de “negociação” (talvez afirmação) pelos Africanos da inclusão na história, demanda que, como é sabido, remonta ao tempo colonial e ao diálogo (de surdos) com o colonizador. Recusando uma essência cultural, Macamo apontou como tarefa dos Africanos o aprofundamento do olhar sobre si próprios, bem como sobre o olhar que outros produzem sobre eles. Noutros termos, o que definiria os Africanos seria a capacidade de negociar a modernidade e uma trajetória própria para o futuro no mundo global.

A par destas enunciações, com que se procura uma ética e a proficiência para a prática científica na vertigem das mutações políticas e das incertezas do presente, lembraram-se outras questões com alguma pertinência: por que é que os saberes populares não entraram na Universidade? Reportada ao desprezo de há décadas por outras formas de consciência do mundo, tal questão readquire acuidade nos dias de hoje. Para lá da resposta sobre a propensão hegemónica do marxismo e os consequentes condicionalismos políticos, por exemplo, no pós-independência em Moçambique, talvez aquela questão sirva de norte para relembrar a importância da capacidade de entendimento e de diálogo com outras formas de inteligibilidade e compreensão do mundo (aqui cabe a ideia de Boaventura Sousa Santos acerca do lugar da produção literária na interpretação das sociedades⁷). Afinal, e não só em África, transportamos connosco a inquietação acerca da pertinência das ciências sociais e do seu lugar na vida colectiva.

Justamente, outras comunicações versaram sobre o saber em África, ora recusando que os cientistas africanos não tenham aduzido contribuições válidas para o saber social sobre o continente, ora questionando a proveniência e o ajustamento dos paradigmas científicos produzidos no “Ocidente”. Por exemplo, Carlos Cardoso considerou que ainda se está longe da criação de uma epistemologia libertadora que vá ao encontro das necessidades sociais e simbólicas em África, pelo que se carece de uma ruptura epistemológica. A partir da sua breve análise do percurso das ciências sociais, defendeu a sua revitalização no continente africano a partir da refutação dos “mitos ocidentais”, da reinterpretação da história, pela recusa de preconceitos do pensamento colonial e racial do passado, e, por fim, pelo repensar do saber social em termos que não o tornem oponível ao saber das ciências naturais, propósito no qual parece ecoar a procura de uma unidade harmoniosa do cosmo africano.

Cláudio Furtado traçou as linhas gerais das mudanças epistemológicas operadas no Cabo Verde independente, mais concretamente a partir de meados da década de 80, quando, porventura, as condições económicas e sociais e um certo retraimento da hegemonia do discurso político facilitaram o fomento da investigação. Essa mudança foi protagonizada por uma nova geração de pesquisadores cabo-verdianos. Superou-se a essencialização da sociedade cabo-verdiana, rejeitando-se a interiorização de um paradigma cristalizado porque produzido no exterior acerca de Cabo Verde. Com uma nova agenda de investigação, novos autores impuseram novos padrões de análise e de reflexão sobre a sua prática científica, pautada, aqui e além, pelo peso, quiçá excessivo, do registo discursivo e, de alguma forma, por um défice de suporte empírico.

6 Título do livro organizado por Boaventura Sousa Santos e Paula Menezes apresentado em Maputo por ocasião deste colóquio.

7 O colóquio contou com uma mesa sobre “Literaturas nacionais e produção de conhecimento”, à qual, sem embargo da sua valia nos domínios linguístico e da crítica literária, terá faltado a reflexão sobre o “diálogo” da produção literária com o conhecimento social.

As universidades foram unanimemente consideradas instituições privilegiadas de produção de saber. Porém, também se constatou a sua perda em termos económicos e de influência social. Na esteira de comunicações que sustentaram que a autonomia científica e pedagógica das universidades tem vindo a ser cerceada, Aurélio Rocha criticou o caminho pelo qual, retirando-se-lhes o carácter de instituições sociais, se as tem transformado em meras entidades prestadoras de serviços ou, como se diz, em “universidades operacionais”. De acordo com esta concepção, caberia às universidades o mero treino de mão-de-obra para o mercado de trabalho e para as empresas, em detrimento de uma competente qualificação dos alunos. Por via da confusão entre democratização e massificação, observou-se, por um lado, um abaixamento de qualidade do saber produzido e ministrado e, por outro, a determinação ou qualificação da “ciência” pelo poder financeiro. Contra esta tendência⁸, Aurélio Rocha propôs que as universidades venham a contribuir para a consecução de objectivos sociais, invertendo, desse modo, a sua recente trajectória de perda social e política. Importará notar que, sem embargo da pertinência destes apontamentos, que não respeitarão apenas a África, a mudança social não é mais guiada pela ciência.

O problema não será só político, assim como nem sequer é só africano. Também tem a ver com a produção científica. Não se pode ignorar a questão da objectividade do saber social que, se cingido a estudos de caso, pode não levar a avanços significativos em relação a ensinamentos provenientes da lida diária com a realidade. Em alternativa, quando propõe teorizações tendencialmente orientadoras da acção social e política, pode falhar estrondosamente. A objectividade é difícil: se, como se lembrou Paula Menezes, “Estados falhados” e “autoridades tradicionais” são noções de fora que, em África, não se sabe a que se reportam⁹, também importa pensar no tempo outrora gasto com debates, como ela também lembrou, acerca do “modo de produção zambeziano” (qual tradução local de paradigmas eurocêntricos da época). Noutros termos, importará questionar a objectividade e a pertinência do saber social, também em África, que não dependerá apenas da recusa (por vezes, meramente retórica) dos remanescentes preconceitos do pensamento colonialista e racista.

Como é que a investigação se inscreve nas sociedades africanas? eis a pergunta que perpassou pelo colóquio. Disse-se, importa não querer moldar a sociedade a quadros teóricos preconcebidos, impõe-se antes construir quadros teóricos que permitam compreender as sociedades. Ora, apesar do tom militante do argumento, este é tributário do que de universal contém a prática científica. Já a sua aplicabilidade e validade, essas sim, motivarão sempre muitas interrogações.

Boaventura Sousa Santos citou Amílcar Cabral, para quem a crise africana era, sobretudo, uma crise de conhecimentos espelhada quer na carência de instrumentos teóricos adequados, quer na falta de conhecimentos empíricos. Apesar desta opinião, acutilante e sugestiva¹⁰, durante décadas, as ciências sociais deixaram-se tornar reféns de liames

8 Num certo sentido, ela é mais visível e mais sentida nalguns países africanos, como será o caso de Moçambique.

9 Em termos simplistas, porventura a noção de “Estados falhados” não será adequada para a descrição e a explicação da realidade vivida pelos Africanos. Mas a realidade (inapropriadamente) descrita com recurso a tal noção não deixa de ser sentida pelo comum da população, designadamente a partir da diferença entre um quotidiano previsivelmente cheio de dificuldades e um quotidiano pejado de dificuldades imprevisíveis. No dia-a-dia, a diferença não é irrelevante, mesmo se a génese de uma nova arquitectura política em África (substituída do Estado colonial e pós-colonial) não é correctamente descrita pela noção de “Estado falhado”.

A crítica de abordagens estereotipadas será tão mais arguta e pertinente quanto maior for também a capacidade de auto-crítica do viés egocêntrico de cada autor.

10 Citar as “autoridades” políticas comporta quase sempre um problema, a saber, o de elas terem afirmado o que se cita e o seu contrário. Em todo o caso, talvez isto importe menos do que a inspiração que nesses vultos, assim como na *rua*, os cientistas podem encontrar para o seu trabalho.

ideológicos, de metas pragmáticas e de armadilhas políticas. Também em África, onde, como noutras partes, a objectividade foi amiúde confundida ou, pelo menos, contaminada pelos desígnios dos vencedores das conjunturas políticas.

Os escolhos à produção científica não se superarão com a mera reivindicação retórica de um nós – por exemplo, um sujeito Africano – tendencialmente absoluto e irredutível. Porventura, a singularidade a construir implicará capacidade crítica constante e reforço da capacidade de diálogo e de debate com os outros.

Conta-se que o pecado original é de todos.

Outubro de 2009

The Anglophone Problem in Cameroon

Piet Konings and Francis B. Nyamnjoh,
in The Journal of African Studies, Vol. 35, No. 2.

Ngade Ivo; Elong Eric Ebolo

p 175-177

These authors focus on one of the most controversial issues of Cameroon nation building: Anglophone problem. The article focuses on how the post-colonial state has attempted to preserve national unity in Cameroon amidst an increasing clamour by the Anglophones for federalism or an independent Southern Cameroons. The authors trace the roots of the crisis from the Anglo-French partition of the country and its incipient legacies especially as reunification of the Southern Cameroons and the Republic of Cameroon did not provide equal partnership and moreover failed to preserve the cultural heritage and identity of the Anglophones. This, they argue gradually led to an Anglophone consciousness of the feeling of being marginalised, exploited and assimilated. With the use of very lucid and robust analysis the authors trace the origins of Anglophone quest for nationhood. The political liberalisation of the landscape in the 1990s was used by the English-Speaking elites to openly protest against the subordinate position of the Anglophones. Initially, their request was federalism but with the persistent refusal of the government to discuss constitutional reforms with the Anglophones forced some of them to adopt a secessionist tendency. However, the government took several steps to safeguard the unitary state like creating a schism among the Anglophone elites, compensating some of the elites who support the government with political appointments and repressing all actions designed to change the status of the Southern Cameroons.

In order to analyse the above-mentioned objectives of the work, the authors partition the study into several broad headings: constitutional background, socio-economic and political factors, the growth of Anglophone opposition, the international implications, and the reactions of the Francophone dominated state. The article addresses the constitutional reforms in 1961 dubbed the Fumban Constitutional Conference. They argue that the birth of the Federal Republic of Cameroon on 1 October 1961 was the result of British Southern Cameroons reunification with the Republic of Cameroon as a result of

the 11 February 1961 plebiscite. The 1961 conference was an important milestone in the history of Cameroon as it laid down the foundation of the Anglophone problem. They defend the above thesis by stating some of the ramifications of the Fumban Constitutional Conference like the lack of bargaining power of the Southern Cameroons because of geopolitical factors, the desire of President Ahmadou Ahidjo for a strong unitary state, the institution of a single party system in 1966 and the referendum of 20 May 1972, which eclipsed the federal system and instituted a unitary state in Cameroon.

The study outlines the socio-economic and political factors that fostered the growth of Anglophone nationalism. It illuminates on the arguments put forward by the Ahidjo government for the establishment of a unitary state like federalism fostered regionalism and impeded economic growth. They examine the major grievances held by the Anglophone against the unitary state like under-representation of Anglophones in the government, lack of participation in the decision-making process, and attempts at 'Frenchification' among others. This led to the formation of the All Anglophone Conference in 1991 and the establishment of the Buea Declaration which contained all the grievances of the Anglophones. Nevertheless, the authors also point at the divide between the Anglophones when West Cameroon was split into two by the 1972 decree. The Coastal of forest region was named Southwest province and the grasslands region was named Northwest province. This has always played a very crucial role as the elites of both regions have always been at loggerheads thus serving as an important capital for the government in power.

The article explores the various ways Anglophones have opposed the repressive, corrupt and inefficient regime of President Paul Biya. The liberalisation of Cameroons political landscape led to birth of the Social Democratic Front (SDF) in 26 May 1990, which was a turning point in the history of Cameroon. This led to the formation of several political parties and pressure groups among others in Cameroon. The study discusses the role of the SDF, especially its leader John Fru Ndi and his transformation of the Anglophone provinces into a veritable hotbed for demonstrations and civil disobedience. However, the political party has shown half-hearted support for the Anglophone problem and has always advocated 'devolution of power' or 'decentralisation'. Side by this party, other Anglophone elites and pressure groups have been formed to champion the Anglophone cause. Fon Gorji Dinka established the Ambazonia Movement which had a secessionist agenda, the Cameroon Anglophone Movement canvassed for federalism and the AAC, Teachers Association Cameroon and the Cameroon Parents' Teachers Association mounted pressures on the government which led to the establishment of the Cameroon General Certificate Board in 1993.

The article identifies the key role of major Anglophone elites in the quest for an identity. These include Sam Elad Ekontang, Simon Munzu, Benjamin Itoe and Carlson Anyangwe. These leaders defended the Anglophone cause in the Yaoundé Tripartite Conference in 1991. They were also instrumental in the establishment of the Buea Declaration which was born out of the AAC. The second AAC in Bamenda voted to replace the AAC with a new association called the Southern Cameroon's People Conference and later it was re-baptised as the Southern Cameroons National Council (SCNC). The impact of this pressure group has been far reaching. The major strategy has been to create a federal or an independent state in Cameroon or gain international recognition. In this light, the association has always sent delegations to the United Nations Organisation to protest

against the marginalisation of the Anglophone minority. It has also written several petitions to the UNO and the Commonwealth of Nations especially contesting Cameroon's membership in the Commonwealth. This has not gone unnoticed by the Biya government, it has decided to reward some Anglophone elites who support the regime and Biya has always stressed the importance of a unitary state just like his predecessor. He states that federalism breeds or incites ethnic and regional sentiments. Biya concedes more on decentralisation.

By and large, the authors address some of the setbacks of the Anglophone movements. This is exemplified with the deep divide between the Northwest and Southwest elites. They explore the causes of this divide and acknowledge the role of the government in playing each faction intelligently against the other. The Southwest elites, in particular, sympathise with the Biya regime and have established elite associations to promote her interests. In this regards, some of the elites have been rewarded with political appointments in top-ranking positions both within the government and the ruling party and some cases even to some key positions which were formerly reserved for French Cameroonians. This has greatly neutralised the Anglophone movement as the SCNC has been banned from demonstrations and even existence with a lot of repression from the government. The authors conclude that the constant refusal of the Biya government of the existence of an Anglophone problem could trigger a crisis with very debilitating effects on Cameroon. Although these authors present very illuminating facts with a wealth of evidence about the Anglophone problem other issues are obscuring. The term Anglophone itself is very ambiguous because Cameroons' cultural heritage is not completely Anglo-Saxon, in fact, the British Southern Cameroons from 1916-1954 was administered by the British as an integral part of the Eastern Region of Nigeria. The civil service was even dominated by the Nigerians, hence Southern Cameroons cultural heritage maybe termed Anglo-Nigerian.

Entertaining Repression: Music and Politics in Post-Colonial Cameroon

Francis B. Nyamnjoh and Jude Fokwang,

in African Affairs, Vol. 104, No. 415, pp. 251-274.

Ngade Ivo; Elong Eric Eboho

p 179-181

Entertaining Repression: Music and Politics in Post-Colonial Cameroon, strives on the fact that, an understanding of the dynamics of agency and identity among musicians in Cameroon is construed in the connection between musicians and political power. The authors, Nyamnjoh and Fokwang, argue that some politicians have appropriated musicians and their innovative efforts in order to subscribe to political power and/or gain legitimacy. Meanwhile, some of these musicians have blatantly refused such a pledge; others have contrastingly acceded to it as a means of greater recognition. Elsewhere, the authors claim that some musicians have decided to pursue both the politicians and their careers and in this light, their fortunes and statuses have been transformed. In order to accomplish this task, the authors have carefully traced the historical relations between the production of music and how it is appropriated. They even see this as a complex relation among music, musicians and politicians. These issues are handled through several themes like the origin of popular music in Cameroon, the role of Manu Dibango, the Biya regime and popular music, music and patriotism and Lapiro de Mbanga with his repudiating nature of music in Cameroon.

In tracing the history of popular music in Cameroon, Nyamnjoh and Fokwang make a panoramic assessment of how music is appropriated by whom and why. Ingeniously, they do this by citing several examples in Africa. They examine the historicity of music in Cameroon from the colonial era to the present. They state that two type of popular music have often dominated the Cameroon popular culture sphere; *Bikutsi* and *Makossa* which were rooted in Yaounde and Douala respectively. In most cases, as Nyamnjoh and Fokwang claim, popular music was associated with urbanization. *Makossa* emerged in the 1940s whereas *Bikutsi* became prevalent in the 1950s. Due to its cosmopolitan nature, Douala became the centre of popular music. The study further traces the rise of Manu Dibango and the role he played in popularizing *Makossa*. Nyamnjoh and Fokwang go on to assert that during the presidency of Ahidjo, there was censorship and music was

mainly appropriated to epitomize national unity and modernization. With the accession to power of Paul Biya, *Bikutsi* gained an undue leverage over *Makossa* because Biya championed the Beti, which, of course, was Biya's ethnic group. Many *Bikutsi* orchestras were established like the *Richard Band of Zoetele*, *Los Camaros* by Messi Mekonda Martin, Annie Anzouer, *les Tete Bruleés*, Ange Ebogo Emerant, Mbarga Soukous, Seba George, and Nkodo Sitony among others.

The Biya regime is given an in-depth analysis by the authors especially with the rise of the *Bikutsi*. Since most of his appointees were from his region of origin, most of the *Bikutsi* musician and their music were appropriated by these appointees mainly to amass political capital. In 1985, *Bikutsi* gained more grounds than *Makossa* thanks to the introduction of the Cameroon Radio Television (CRTV), which was headed by Mendo Ze, who was from the same region. Most of the *Bikutsi* musicians were projected on the CRTV and many used their music to celebrate appointments or lavish praises on their leaders, especially Paul Biya, and his policy of 'rigour' and 'moralisation'. Donny Elwood's song *En Haut*, which celebrates autochthony but lampoons its excesses, seem to be their point of disgust on the rise of *Bikutsi*. The study also highlights different types of music in Cameroon with regards to ethnic lines, but concludes that the music arena has been dominated by Douala and the Yaounde ethnic rifts.

The study provides rich evidence on why the Ahidjo government censored the music arena. During Ahidjo's epoch, music was harnessed to project national integration, and to glorify the presidential image. The authors believe that most musicians, like Dibango, Eboa Lotin, Anne Marie Nzee and Andre Marie Talla, composed music mainly to hail Ahidjo's policy of national unity. These tunes were used on leading national radio programmes like news, current affairs, and sports. Ahidjo also extended his policy of regional balance on the music space, national orchestra or national radio programmes. Politicians also appropriated folk music mainly to announce the development opportunities created by Ahidjo and enhanced by their elites. Any form of music that was subversive to the incumbent regime was one that could be uttered in metaphorical language, and that was often done in Pidgin English and Broken French.

The authors mention that the political environment was one that insisted on *la politique au politician* meaning that politics should be left in the hands of politicians. Moreover, with the demise of Ahidjo, and the accession of Paul Biya, the rhetoric of "rigour" and "moralization" dominated the music space. But with the failure to deliver the promise of the New Deal as Biya termed his new government, "rigour" and "moralization" were used by musicians to ridicule the government due to incessant corruption, embezzlement, nepotism, favouritism and inertia. The authors quote one of the die-heart singers – Ngale Jojo, whose major themes were to ridicule the promising terms that could be hardly put into action. Nonetheless, the authors state that some Beti musicians did not mind to satirize the president. Sala Bekono is an example. In his song, *Mis Meyo*, he accuses the president of killing his wife Jeanne-Irene Biya. Furthermore, over 107 songs were composed by both popular and rural musicians of Beti origin who condemned Biya for the socio-economic and political malaise. According to Nyamnjuh and Fokwang, the slow pace of reforms in the country provoked the music satire from the group *Les Maxtones de Littoral* in their song *Doleibe*.

The authors move on to examine Pierre Lambo - Lapiro de Mbanga (as he was popularly known) and his protest music. The work traces his ascendancy into the music realm and

explores his outright criticism of the Biya's regime. His songs are mainly in Pidgin English and are widely understood by a cross section of Cameroonians. The most famous of these songs are *Kob Nyé*, *surface de reparation*, *Mimba We*, *No Make Erreur*, and *Na You*. In most of these songs, he denounces ethno-regional politics, corruption, bribery and repression. This won him many followers but he later ran at odds with his followers when he denounced the strike actions and demonstrations. He was accused by his followers of having betrayed his cause presumably by accepting bribe from the President of the Republic. This incident almost cost his live, while his cars and house were burnt. He still remains a strong voice on protest music and of recent other musicians like Longue Longue and Petit Pays have only emulated his example. The study concludes with a very bright future for protest music in Cameroon.

Resumos

Farming structures, water and institutions in the Canary Islands

Miguel Soares Bosa; Alejandro Morales

In the archipelagos of the Atlantic Macaronesia, including the Canary Islands, water is a scarce resource. The regulation of its use and management led to a cultural heritage (form of distribution measured in *dulas*) characteristic institutions (*heredamientos*), which, in many cases, could be traced back to the places of origin of the conquerors, i.e. the Iberian Peninsula. This article discusses the institutions that have been developed in the Canaries to manage water use. Water was such a fundamental element in agricultural structures that initially, in the years after the conquest, ownership of water and land were practically synonymous. Using institutional and developmental theories, we analyze the evolution of water management from the early stage (15th to 16th centuries), when water was associated with land ownership. Eventually, later possession of both were separated, the *heredamientos* or irrigation communities formed parallel groups which give way to so-called water communities in the 19th century. In this system, property is private, gradually leading to a water market. Finally, a section devoted to analyzing conflicts caused by this privatization process.

Keywords: water, institutions, *heredamientos*, water community, water market, water conflicts.

Nos arquipélagos da Macaronésia atlântica, que incluem o das ilhas Canárias, a água é um recurso raro. A regulação do seu uso e gestão levou a um património cultural (forma de distribuição medida em *dulas*) -

instituições características (*heredamientos*) que, em muitos casos, podem ser seguidas até aos locais de origem dos conquistadores, i.e., a Península Ibérica. Este artigo discute as instituições tal como se desenvolveram nas Canárias com o objectivo de gerir a utilização da água. A água era um elemento tão fundamental nestas estruturas agrárias que inicialmente, nos anos imediatamente seguintes à ocupação, propriedades da terra e da água eram identificadas. Usando teorias institucionais e desenvolvimentistas, analisámos a evolução da gestão da água desde as primeiras fases (sécs. 15 e 16), nas quais a água esteve associada à propriedade da terra. Mais tarde, a posseção de ambos foi separada e os *heredamientos*, ou comunidades de irrigação, formaram grupos paralelos que deram lugar às chamadas comunidades de água do séc. 19. Neste sistema, a propriedade é privada, transformando-se gradualmente num mercado da água. Finalmente, uma secção é dedicada à análise dos conflitos causados por este processo de privatização.

Palavras-chave: água, instituições, *heredamientos*, comunidade de água, mercado de água, conflitos hídricos.

The Explanatory theories of the Agrarian Structures of the Canary Islands

Alejandro Morales; Miguel Soares Bosa

Different explanatory theories about the Canary Archipelago agrarian structures have been developed during the 20th century. In some cases descriptive aspects have predominated, making up a theory

concerning the different cultivations that have been taking place along time, from the moment of the conquest, by the Normans and Castilians in the 15th century up to present time. In this way a series of cultures of exportation have taken place like sugar cane, the vineyard, the woodlouse (grana-cochineal) and the barrilla, the cultivations of banana and tomato of nowadays. This theory neither values the production for the internal supply and self-consumption, nor bears the social structure in mind. The main defenders of this theory were the historians Morales Padrón and Morales Lezcano. Later on, other authors (E. Burriel and Álvarez Alonso) introduced the explanations of dualistic type, that is to say, wealthy realities opposite to poor agrarian structures, as if they were different things and without complementarily. Finally, there are explanations of J.S. Sanz and F. Martín Ruíz, where they talk about the different forms of production that take place and reproduce in the Canary Social Formation, doing it from a global point of view. In this paper we try to outline and analyze their theories, at the same time that we contribute our vision of the agrarian structure of the Canaries perhaps we could add something like it come from an analysis of the Canary Social Formation, where economic aspects as social, cultural, geographical and historic aspects of the Archipelago are contemplated.

Keywords: Agrarian structures, Canary Social Formation, forms of production

Diferentes teorias explicativas sobre as estruturas agrárias do arquipélago das Canárias foram desenvolvidas ao longo do século 20. Em alguns casos os aspectos descritivos predominaram, determinando uma teoria relativa aos diferentes cultivos

que aí tiveram lugar, desde a conquista normanda e castelhana do séc. 15 até ao presente. Deste modo, uma série de cultivos de exportação foram desenvolvidos como a cana sacarina, a vinha, a cochililha, a *barilla*, a banana e o tomate. Esta teoria não valorizou a produção para o consumo interno e o auto-consumo nem levou em conta a respectiva estrutura social. Os principais defensores desta perspectiva foram os historiadores Morales Padrón e Morales Lezcano. Mais tarde, outros autores (E. Burriel e Álvarez Alonso) introduziram explicações de tipo dualista, como se se tratassem de diferentes fenómenos e não complementares. Finalmente, há as explicações de J.S. Sanz e F. Martín Ruíz, nas quais se discutem as diferentes formas de produzir que se reproduzem na formação social das Canárias, observadas de um ponto de vista global. Neste artigo tentamos delinear e analisar as suas teorias. Ao mesmo tempo contribuimos com a nossa perspectiva das estruturas agrárias: talvez possamos acrescentar algo relativo à análise da formação social canária, na qual os aspectos sociais, culturais, geográficos e históricos são contemplados.

Palavras-chave: Estruturas agrárias, formação social Canária, formas de produção.

A terra, a água e o poder na comunidade do Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo, St. Antão

José Silva Évora

A concentração de terras no concelho do Porto Novo, nomeadamente na aldeia do Tarrafal de Monte Trigo esteve, até ao

século passado, nas mãos de uma família que em si incorporava o símbolo do poder naquela comunidade. A grande concentração fundiária na sua posse e a forma como se organizou o trabalho naquela comunidade gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a do proprietário, detentor da terra, da água e do poder, e a dos seus dependentes, camponeses, sem terras. Este quadro de desigualdade fundiária iria manter-se até a década de 80 do século passado, altura em que foi feita uma reforma agrária que, no caso específico, desafiou a alta concentração fundiária existente, reorganizou a estrutura fundiária e amenizou os problemas estruturais daquela comunidade.

No presente artigo, quisemos trazer para debate o estudo de um caso na Ilha de S. Antão e lançar pistas para reflexões mais profundas sobre um assunto que suscitou alguma controvérsia na sociedade cabo-verdiana pós-independência, e ainda pouco estudado pelas Ciências Sociais e Humanas.

Palavras-chave: Água; Terra; Poder; Posse útil, desigualdade fundiária

The land concentration in the district of Porto Novo, namely, in the village of “*Tarrafal de Monte Trigo*” was, until the last century, under the control of a family which in itself incorporated the symbol of power in that community. The great land concentration in its ownership and the form the work was organized in that community generated two very distinct and strong hierarchized classes or groups: that of the landlords, owners of the lands, water and power, and the other of their dependents, peasants without lands. This picture of agrarian inequality would remain so until the decade of 80 of the past century, when an agrarian reform

was made which, in this specific case, released the existing land concentration, reorganized the agrarian structure and soothed the structural problems of that community.

In this article, we want to debate the study of a case in the Island of S. Antão and to provide some clues for further reflections on a subject that has created some controversy in the Capeverdean society after the independence, and that is still not very much studied by the Human and Social Sciences.

Keys-word: Water; Land; Power; Useful ownership, agrarian inequality

Inovação, Tecnologia e Gestão de Recursos Mínimos na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde

Carlos Ferreira Couto

A introdução de novas culturas e técnicas no sistema produtivo camponês depende não só dos constrangimentos ambientais (precipitação, relevo e solos) mas ainda do modo como os agricultores combinam crenças pessoais como os ensinamentos dos técnicos numa base de produção autónoma de conhecimento. Qualquer introdução de um produto inovador no sistema de sequeiro estará condicionado pela sua característica de produzir alimento para os animais. A inglória introdução do feijão “congo” nos sistemas de cultivo devido às adversidades do ambiente natural é acompanhada com uma apreciação positiva da espécie por parte dos camponeses que sobrevalorizam sempre a “plasticidade” económica da espécie (produzir alimentos, lenha, conservação do solo e não competir

com outras espécies) em torno da capacidade de produzir alimento para os animais. Enquanto produtor de saber autónomo o agricultor assume os constrangimentos do ambiente de forma objectiva mas produz uma leitura subjectiva, em função de si, na compreensão do ambiente como um todo pela simples razão que integra selectivamente os elementos desse conhecimento. O processo de inovação encontra ainda outros factores de suma importância como a acessibilidade aos factores de produção no que concerne aos intervalos de rega, às peças das máquinas e dos dispositivos, aos “medicamentos” e ao crédito. A implantação do sistema “gota-gota” e da produção de hortícolas junto dos agricultores mais novos relaciona-se com o facto destes aderirem mais facilmente às propostas dos extensionistas e técnicos agrícolas e consequentemente diluïrem mais as crenças dos mais velhos que são ao mesmo tempo argumentos de conservação do poder/saber instituído no sistema tradicional de alagamento associado ao complexo do “trapiche”. Estes processos englobam recuos e avanços, “involuções” que não são mais do que o estado do sistema num momento determinado, na actualidade da acção dos camponeses como gestores de recursos mínimos.

Palavras - chave: inovação, micro-irrigação, gestão de recursos mínimos.

The introduction of new cultures and techniques in the farmers’ productive system depends not only on the environmental constraints (precipitation, outline, soils) but also on the way the farmers combine their personal beliefs with the teachings of the technicians, based on an autonomous production of knowledge. Any introduction of a new product in

the system of “sequeiro” is conditioned by its characteristic of producing fodder. The introduction of “congo” beans in the farming systems was inglorious due to the adversities of the natural environment but it was accompanied by the appraisal of the farmers who always overrate the species’ economic “plasticity” (the capacity of producing food, wood, the preservation of the soils and the non-competition with other species) around the fact of being able to produce fodder. As a producer of an autonomous knowledge the farmer takes on the constraints of the environment in an objective way but produces a subjective reading when understanding the environment as a whole for the simple reason that he does a selective integration of the elements into that knowledge. The process of innovation encounters, as well, other factors of supreme importance such as the accessibility to the factors of production in what concerns the watering intervals, the pieces of the machines, the “drugs” and the credit. The implementation of the “drop-by-drop” system and the production of vegetables among the younger farmers is related to the fact that these adhere more easily to the proposals of the *extensionists* and agricultural technicians and, consequently, are able to dilute the elders’ beliefs which are, at the same, in favor of the conservation of the power/knowledge instituted in the traditional system of flooding associated with to the complex of the “trapiche”. These processes enclose many advances and recoils, “involutions” that are no other than the state of the system in a given moment, in the actuality of the farmers’ actions as managers of minimal resources.

Keywords: innovation, micro-irrigation, managing of minimal resources.

Saturation foncière et mutations sociales dans les plaines de l'Extrême-Nord Cameroun

Félix Watang Ziéba; Jean Gormo

La région de l'Extrême-Nord Cameroun est la plus peuplée du pays avec une population de plus de 2 millions d'habitants à majorité rurale. Les densités dans les campagnes atteignent par endroits 110 hts/km². La principale conséquence dans les plaines de l'Extrême-Nord est la saturation foncière caractérisée par la présence des paysans sans terres, le morcellement des parcelles de culture et l'émigration. Cette situation est aussi à l'origine de profondes transformations sociales. L'objet de cette étude est de montrer que le manque de terre a eu depuis les trente dernières années, une influence sur les rapports sociaux, les habitudes et les coutumes des sociétés concernées. Les enquêtes de terrain menées dans quelques terroirs de la plaine, l'exploitation des documents bibliographiques et archivistiques, permettent de noter quelques faits caractéristiques des mutations sociales : changement de mentalité et ouverture au modernisme, innovations agricoles, modifications des règles régissant les relations interfamiliales.

Mots clés : Saturation foncière, mutations sociales, villages toupouri, plaines de l'Extrême-Nord.

A região do Extremo norte dos Camarões é mais densamente povoada do país com uma população de mais de 2 milhões de habitantes, na sua maioria vivendo nas áreas rurais. A densidade no campo chega a atingir, em certas zonas, os 110 habitan-

tes/km². A principal consequência para as planícies do extremo norte é a saturação agrícola caracterizada pela presença dos camponeses sem terra, a divisão das parcelas de cultivo e a emigração. Esta situação está também na origem de profundas transformações sociais. O objectivo deste estudo é mostrar que a falta de terra teve, desde os últimos trinta anos, influência sobre as relações sociais, os hábitos e os costumes das sociedades em questão. Os inquéritos de terreno levados a cabo em algumas áreas da planície, a exploração de documentos bibliográficos e arquivísticos, permitem realçar algumas características das mutações sociais : mudança de mentalidade e abertura ao modernismo, inovações agrícolas, modificação das regras que regem as relações inter-familiares.

Palavras-chave: Saturação agrícola, mutações sociais, aldeias Toupouri, planícies do extremo Norte.

Women Conflict and Peace in the Grassfields of Cameroon

Mark Bolak Funteh; Jean Gormo

Many schools of thought hold that the presence of the Grassfields women was felt in the domain of subsistence farming, long and short-distance trade, manufacturing local liquor and clothes, informal education of the girl child, and above all, child bearing. Their political duties, revolved around palace administration, and when they acted out of this political responsibility, they remained mere victims of conflict. But history continually records accounts of these women getting involved in far complicated political

and other societal issues than just these. Their involvement in conflict as combatants, made manifest in their actions as instigators, service providers and political activists, and conflict resolutionists, has not been able to hide. In the face of these situations, the courageous image of the women grew increasingly perceptible while that of their men remained so indiscernible. This of course, brings these schools' opinion about the status of the women to book. Given this situation, efforts in the Grassfields are being made to seek new approaches to evaluate the role of the woman in the effective evolution of the region, especially in the domains of conflict and peace. This quest has led to a school which advocates the active participation of women in politics, especially in the domain of conflict and conflict resolution. This essay falls in line with this approach as it examines the mixed character of the Grassfields women during conflict situations, particularly as combatants and peace promoters.

Keywords: Cameroun; history of gender; conflict resolution and shepherding.

Várias interpretações sustentam que a presença das mulheres dos Grassfields (pastagens) camaroneses se faziam apenas sentir no domínio da agricultura de subsistência, no comércio a longa e curta distância, na manufatura de licores, na confecção de roupa, na educação informal das jovens e, acima de tudo, na maternidade. Os seus deveres políticos giravam em torno da administração doméstica da corte e, quando actuavam fora desta esfera de responsabilidade, permaneciam meras vítimas de conflito. No entanto, a história regista continuamente relatos de mulheres envolvendo-se em muito mais complexas questões políticas e sociais.

O seu envolvimento enquanto combatentes, tornado manifesto pela sua acção enquanto instigadoras, fornecedoras de serviços e activistas políticas, assim como na resolução de conflitos, dificilmente pode ser ocultado. Face a estas situações, a imagem da mulher corajosa torna-se crescentemente perceptível enquanto a dos seus homens fica mais indiscernível. Naturalmente que esta perspectiva altera a opinião académica sobre o estatuto feminino. Assim, tenta-se encontrar uma nova abordagem para avaliar o papel da mulher na evolução da região dos Grassfields, especialmente no que respeita ao conflito e à paz. Esta pesquisa levou a uma interpretação que realça a participação activa das mulheres na política, especialmente na conflitualidade e na sua resolução. Este artigo enquadra-se nesta linha ao examinar o carácter misto das mulheres dos Grassfields durante algumas situações de conflito, particularmente como combatentes e pacificadoras.

Palavras-chave: Camarões, história do género, resolução de conflitos, pastorícia.

Imagens e locais sagrados em Luanda

Paulo de Carvalho

Na comunicação, o autor apresenta elementos relacionados com o culto aos antepassados, fazendo de seguida menção a alguns dos locais sagrados existentes na cidade de Luanda, com particular destaque para o local conhecido pela designação *Mulemba waxa Ngola*.

Na área de Luanda e arredores, a *mulemba* (*ficus psilopoga*, *ficus welwitschii* ou *ficus*

thonningii) surge como local ligado ao poder político, ao poder espiritual e à vida social, simbolizando simultaneamente estabilidade, proteção e segurança, poder, sobrevivência, cura e sacralidade.

O segundo elemento de destaque na comunicação tem a ver com uma imagem sagrada – a *kyanda*. Trata-se de um espírito da natureza normalmente ligado aos meios aquáticos, ao qual estão associados mitos e cultos.

É intenção do autor demonstrar até que ponto as imagens e locais sagrados proporcionam a coesão no seio dos grupos sociais, na região de Luanda.

Palavras-chave: culto aos antepassados, divindade, *kyanda*, *mulemba*, ritos, sacralidade.

In this article the author presents some elements related to the cult of the ancestors, mentioning, afterwards, some sacred

locations existing in the city of Luanda, with particular evidence to the place known with the designation of *Mulemba waxa Ngola*.

In the Luanda area, and in the outskirts, the *mulemba* (*ficus psilopoga*, *ficus wel-witchii* or *ficus thonningii*) appears as a place connected to the political power, to the spiritual power and to social life, symbolising, at the same time, stability, protection and security, power, survival, healing and sacredness.

The second element in evidence is the sacred image– the *kyanda*. It's a spirit of nature normally connected to the water to which are associated many myths and cults.

It's the author's intention to demonstrate to which extent the sacred images and places provide cohesion among social groups in the region of Luanda.

Keywords: cult of the ancestors, divinity, *kyanda*, *mulemba*, rits, sacredness.

Legenda das ilustrações

1. Trapiche em Pico Leão – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
2. Cultura de sequeiro – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
3. Tanque para o “gota-a-gota” – Tinca – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
4. Assomada – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
5. Interior do Concelho de Porto Novo - Santo Antão, Cabo Verde. Foto: José Évora / CEAUP
6. Tarrafal de Monte Trigo - Santo Antão, Cabo Verde. Foto: José Évora / CEAUP
7. Interior do Concelho de Porto Novo - Santo Antão, Cabo Verde. Foto: José Évora / CEAUP
8. Casa tradicional - Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
9. Parcelas do “rêgo” – Tinca – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
10. Horticultor preparando o sistema “gota-a-gota” – Tinca – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
11. “Gota-a-gota” – Tinca – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
12. Sementeira em Milho Branco – Tinca – Santiago, Cabo Verde. Foto: Carlos Couto / CEAUP
13. Quitanda em S. Salvador – Maquela do Zombo, Angola, 1903. Foto: Coleção Ângela Camilo e António Faria
14. Guégo, Norte dos Camarões, 2006. Foto: Liba'a Kossoumna
15. Mulheres armadas durante uma confrontação, Camarões – Bafut Palace Photo Album
16. Manada de gado indígena, Camarões –Regional Office of Livestock and Fishes. Photo Album, Bamenda.
17. Músico. Angola, 1880. Foto: José Augusto da Cunha Moraes. Coleção Ângela Camila e António Faria
18. António Jacinto Rodrigues (esq.^a) e Fernando Pacheco – Luanda, Angola.
19. Dombe Grande, Benguela, Julho de 2009. Foto: Álvaro Pereira / CEAUP.
20. Dombe Grande, Benguela, Julho de 2009. Foto: Álvaro Pereira / CEAUP.
21. Dombe Grande, Benguela, Julho de 2009. Foto: Álvaro Pereira / CEAUP.

Crítérios para publicação

- 1) A *Africana Studia* aceita trabalhos científicos inéditos de qualquer área de investigação cuja temática seja África ou sociedades africanas. Os trabalhos poderão ser entregues em português, inglês ou francês.
- 2) A publicação de trabalhos está sujeita a apreciação do Conselho Editorial, que recorrerá ao Conselho Científico sempre que julgar necessário, e de um painel de árbitros constituído por membros internos e externos ao CEAUP.

Normas para apresentação de originais

- 1) Devem ser entregues em ficheiro informático (via correio electrónico ou CD), de preferência no programa WORD para Windows. O corpo de letra deverá ser de 12 pontos em fonte Areal ou Times New Roman, e o entrelinhamento de espaço e meio.
- 2) As imagens (mapas, quadros, figuras, fotografias etc.) devem ser numeradas de 001 a N. O número atribuído a cada imagem deve ser colocado no original na localização que o autor entende ser a mais conveniente. Estes elementos deverão ser entregues em ficheiros individuais (com a extensão XLS para ficheiros Excel e JPEG, TIFF ou EPS para os outros casos). Cada ficheiro deverá ter o número atribuído como identificação e colocado numa pasta a que se chamará “imagens”. As imagens deverão ter no mínimo 10x6 cm com 1200x800 pixel (300 dpi). Será de grande utilidade que todos os originais de mapas, fotografias etc sejam entregues com o original/texto para que o tratamento das imagens seja efectuado com rigor.
- 3) Os artigos terão no máximo 70.000 caracteres, incluindo espaços, notas e bibliografia (não serão contadas as imagens). Cada artigo será acompanhado de dois resumos: em português e/ou inglês e/ ou francês, com um máximo de 500 caracteres. O resumo deverá incluir um conjunto de palavras-chave (máximo de 6), assim a identificação do autor (instituição, últimas publicações e contactos)
- 4) As resenões não poderão exceder os 25.000 caracteres.
- 5) Não serão considerados os artigos ou resenões que ultrapassem o número máximo de caracteres ou que não cumpram as normas de apresentação de originais.

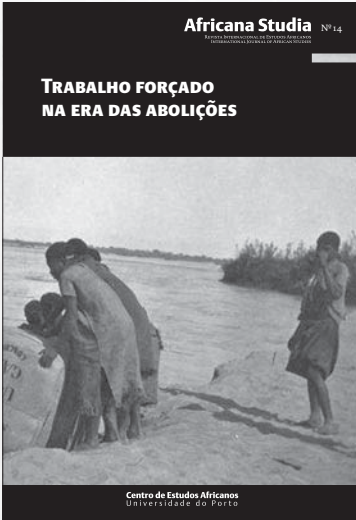
Normas de revisão e citação bibliográfica

- 1) Os autores terão a possibilidade de reverem em últimas provas os seus trabalhos, após a revisão feita no CEAUP. Os autores comprometem-se a devolver as provas uma semana após o seu envio. Em caso de total indisponibilidade os autores deverão declarar por escrito que prescindem dessa revisão de autor.
- 2) As referências a autores, no texto, seguem a norma (autor, ano). Se houver uma referência a um mesmo autor no mesmo ano, este deve ser seguido de uma letra minúscula. Ex: (Rodrigues, 2000a) (Rodrigues, 2000b). Se a referencia citada for de vários autores ficará.(Rodrigues *et alia.*, 2000).
- 3) As transcrições deverão ser em *italico*, assim como vocábulos em língua estrangeira.
- 4) As notas de rodapé e outras deverão limitar-se a informações complementares de interesse substantivo, não ultrapassando 5 linhas em corpo 10.
- 5) A bibliografia será colocada no fim do artigo e deverá conter apenas as referências introduzidas no texto, listando-as por ordem alfabética e por ordem cronológica crescente quando forem do mesmo autor.
- 6) A bibliografia deve seguir os seguintes exemplos:
 - § Livros: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Colectâneas : Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs (2002), *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § Artigos em revistas: Rodrigues, Carlos (2001), *Os novos poderes em África*, § *Africana Studia*, nº 8, págs. 12 a 35.
 - § Artigos em Colectâneas : Matos, A. (2002), Os novos políticos africanos, *in*, Rodrigues, Carlos, Matos, A. e Silva, António, orgs , *Os novos poderes em África*, Porto: Campo das Letras.
 - § As traduções deverão indicar sempre que possível o ano da 1ª publicação e o tradutor.
 - § Na bibliografia electrónica indicar sempre o *site/path*, a data do artigo e a data da consulta.

Após a publicação, os direitos de autor passam a ser pertença da *Africana Studia*, recebendo os autores 2 exemplares da revista e 25 separatas.

As imagens originais serão devolvidas.

Os originais não serão devolvidos.



AFRICANA STUDIA

Revista Internacional de Estudos Africanos
International Journal of African Studies

Nº 14- 1º semestre - 2010

Trabalho Forçado na Era das Abolições



Assinatura Anual (Annual Subscription)

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P. - FLUP
Africana Studia - Via Panorâmica, s/n - 4150-564 PORTO - Portugal
Telephone / Fax (00-351-226077141)

Dois números semestrais (Two issues/year)

Portugal	29 €
U.E. (European Union)	40 €
PALOP's	40 €
Resto do Mundo (Rest of the world)	50 €
Desconto para estudantes (Student's discount) — 20% (*)	

(*) Add copy of student's card

Nome (Name) _____

Morada (Address) _____

Telefone / Fax _____

Endereço electrónico (E-mail) _____

Modalidade de Pagamento (Payment by)

Transferência Bancária para: (Bank Transfer) _____

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS U.P.

IBAN: PT 50 0035 0194 0000 2032 53053 - BIC/SWIFT: CGDIPTPL

Cheque Bancário N.º (Bank Cheque Nr.) _____

Necessário juntar comprovativo (add copy of bank transfer)

(Assinatura / Signature)

Revista Angolana de Sociologia

Nº 3

Junho de 2009

ISSN 1646-9860

A *Revista Angolana de Sociologia* publica textos da autoria de investigadores sociais, angolanos e de outras nacionalidades. Trata-se de um espaço de debate sobre temas actuais e relevantes não apenas da sociedade angolana, mas também das sociedades africanas e do mundo contemporâneo em geral. O espírito da *Revista Angolana de Sociologia* é estimular o debate, acolhendo e difundindo textos que contribuam para um diálogo transdisciplinar.

Sumário e encomenda: www.edicoespedago.pt

Contacto: revistangolanasociologia@yahoo.com.br



ARTIGOS

- *Eugénio Alves da Silva*: Autonomia e liberdade académicas na UAN: realidade ou utopia?
- *Paulo Granjo*: O linchamento como reivindicação e afirmação de poder em Moçambique
- *Ana Paula Marques*: O absentismo: uma questão de género? Políticas e limites de conciliação trabalho-família

Democracia e direitos humanos

- *Víctor Kajibanga*: Democracia e dimensão cultural de desenvolvimento. Uma reflexão sociológica sobre o caso africano
- *Paulo de Carvalho*: Cidadania e direitos humanos na Angola contemporânea

Globalização e identidades

- *Carlos Pimenta*: Continuidade, metamorfose ou fim da globalização?
- *Vicente Pinto de Andrade*: Globalização e crise internacional. Implicações regionais
- *Francisco Soares*: A descolonização da Europa: um refluxo globalizante
- *Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel*: Identidade e globalização, “reconhecimento” ou “redistribuição”?
- *José Carlos Venâncio*: Falácias pós-coloniais. Manuel Figueira: de artista nacional em Cabo Verde a artista outsider em Portugal

INTERVENÇÕES

- *Artur Pestana (Pepetela)*: O peso de algumas palavras
- *Carlos Lopes*: A África perante a crise

LIVROS

- *José Carlos Venâncio* – Vozes incómodas. Uma leitura socioliterária do livro «Até você já não és nada...!», de Paulo de Carvalho
- *Pedro Patacho* – Educação científica para todos
- *Muanamosi Matumona* – Fé cristã e desafios sociais em África
- *Paulo de Carvalho* – Mulher, feitiço com sabor a mel

MISCELÂNEA

- Reforma do ensino superior em Angola
- Entrevista com o sociólogo Paulo de Carvalho: Ensino superior com baixa qualidade, por Luís Fernando

SOCIEDADES RURAIS AFRICANAS DINÂMICAS DA “TRADIÇÃO”

- **SOCIEDADES RURAIS NAS ILHAS - CANÁRIAS E CABO VERDE**

Farming structures, water and institutions in the Canary Islands
Miguel Suárez Bosa; Alejandro González Morales

The explanatory theories of the Agrarian Structures of Canary Islands
Alejandro González Morales; Miguel Suárez Bosa

A Terra, a Água e o Poder na comunidade do Tarrafal de Monte Trigo, Porto Novo, Stº Antão

José Silva Évora

Inovação, tecnologia e gestão de recursos mínimos na sociedade rural de Santiago de Cabo Verde
Carlos Ferreira Couto

- **SOCIEDADES RURAIS NO CONTINENTE - CAMARÕES E ANGOLA**

Saturation foncière et mutations sociales dans les plaines de l'Extrême-Nord Cameroun

Félix Watang Ziéba; Jean Gormo

Women, Conflict and Peace in the Grassfields of Cameroon

Mark Bolak Funteh; Jean Gormo

Imagens e locais sagrados em Luanda

Paulo Carvalho

- **ENTREVISTA**

Fernando Pacheco

Entrevista conduzida por António Jacinto Rodrigues

- **NOTAS DE LEITURA**

Miracles sans gloire, miroirs avec mémoire

René Pélissier

Les couleurs du racisme colonisateur

Michel Cahen

Resposta a Cahen

Patrícia Matos

Aquino de Bragança, “um intelectual orgânico da independência”

Augusto Nascimento

The Anglophone Problem in Cameroon

Ngade Ivo; Elong Eric Ebolo

Entertaining Repression: Music and Politics in Post-Colonial Cameroon

Ngade Ivo; Elong Eric Ebolo



Africana Studia